

REVISTA

HISTÓRIAS p ú b l i c a s

UNIVERSIDADE
DO ESTADO DE MINAS GERAIS





EXPEDIENTE

Universidade do Estado de Minas Gerais – UEMG

Reitora: Lavínia Rosa Rodrigues
Vice-reitor: Thiago Torres Costa Pereira

Editora da Universidade do Estado de Minas Gerais - EDUEMG

EDITOR-CHEFE
Thiago Torres Costa Pereira

COORDENAÇÃO
Gabriella Nair Noronha

Revista Histórias Públicas

EDITOR-CHEFE
Gláuber Miranda Florindo

EQUIPE EDITORIAL
Ana Paula Silva Santana
Janaína de Almeida Teles
Mauro Franco Neto
Thiago Fidelis

BOLSISTAS E COLABORADORES
João Paulo Ferreira
João Paulo da Silva Candinho

REVISÃO GRAMATICAL
A revisão gramatical e ortográfica é de responsabilidade dos(as) autores(as) dos textos.

DIAGRAMAÇÃO E CAPA
Michele Caroline Luz

FOTO
Arquivo Público do Estado de São Paulo

CONTATO

historiaspublicas@uemg.br

Conselho Científico

Aline Rochedo - Povo Puri da Mantiqueira/Editora Pachamama
Breno Mendes - Universidade Federal de Goiás
Bruno Tadeu Salles - Universidade Federal de Ouro Preto
Daniel Pinha - Universidade do Estado do Rio de Janeiro
Daniel Precioso - Universidade Estadual de Goiás
Diego Omar Souza - Universidade Federal do Amazonas
Elias José Palti - Universidade Nacional de Quilmes
Evandro dos Santos - Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Francisco Gouvêa de Souza - Universidade do Estado do Rio de Janeiro
Gabriela Berthou de Almeida - Universidade Estadual do Piauí
Géssica Guimarães Gaio - Universidade do Estado do Rio de Janeiro
Heloísa Helena de Jesus Paulo - Universidade do Porto
José Maria Neto - Universidade de Pernambuco
Keila Auxiliadora de Carvalho - Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
Leon Kaminski - Universidade do Estado de Minas Gerais
Luciano Roza - Universidade Federal de Ouro Preto
Marcelina das Graças Almeida - Universidade do Estado de Minas Gerais
Marcelo Assunção - Universidade Federal do Rio Grande do Sul
Marco Antônio Machado Lima Pereira - Universidade Federal do Maranhão
Mateus Pereira - Universidade Federal de Ouro Preto
Patrício Batsikama Mampuya Cipriano - Instituto Superior Politécnico
Tocoísta Pedro João Uetela - Instituto Superior Maria Mãe África
Rafael Dias de Castro - Universidade Estadual de Montes Claros
Regina Aida Crespo - Universidade Autônoma do México
Renan Marques Birro - Universidade de Pernambuco
Rogéria Cristina Alves - Universidade do Estado de Minas Gerais
Sérgio Campos Matos - Universidade de Lisboa
Sônia Meneses - Universidade Regional do Cariri

Pareceristas desse número

Alexsandro de Sousa e Silva (UEMG)
Ana Paula Palamartchuk (UFAL)
André Luiz dos Santos Vargas (IFG)
Antonio de Padua Fernandes Bueno (IEVE)
Bruno Boti Bernardi (UFGD)
Bruno de Almeida Gambert (UEMG)
Carlos Eduardo Souza de Carvalho (UFMT)
Êça Pereira da Silva (UFT)
Edson Luis de Almeida Teles (UNIFESP)
Elizabeth Cancelli (USP)
Flaviano Bugatti Isolan (UERJ)
Francisco Carlos Palomares Martinho (USP)
Geny Brillas Tomanik (PUC/SP)
Guilherme Bianchi Moreira (UFOP)
Igor Lemos Moreira (UDESC)
Jeferson Martins de Castro (FIOCRUZ)
João Batista Abreu Júnior (UFF)
Jorge Christian Fernandez (UFMS)
José Wilson Assis Neves Júnior (UEL)
Jussaramar da Silva (Prefeitura de Juiz de Fora/MG)
Leandro Ribeiro de Lacerda (FACHA)
Lícia Rebelo de Oliveira Matos (CECIERJ)
Maria Margarida Cintra Nepomuceno (CESA)
Natália Bolfarini Tognoli (UFF)
Pamela de Almeida Resende (MRSP)
Rodrigo Corrêa Martins Machado (UFOP)
Rodrigo Henrique Ferreira da Silva (UFOP)
Vanessa Dorneles Schinke (UNIPAMPA)
Victor Augusto Ramos Missiato (IPM)

Sumário

Editorial	07
Apresentação do Dossiê.....	09
Apagamento, negacionismo e necropolítica: sobre a continuidade da empresa colonial <i>Márcio Seligmann-Silva</i>	18
Inscribir el duelo en la desaparición: las políticas de asistencia a víctimas-testigos como nuevo paradigma de la reparación simbólica <i>Fabiana Rousseaux</i>	45
A geração dos netos da guerra na Espanha: história, memória e conflito geracional <i>Victor de Oliveira Pinto Coelho</i>	76
Relecturas, reactivaciones y creaciones. Usos de archivo y gestos de montaje en el documental contemporáneo <i>Cecilia Nuria Gil Mariño</i>	100
Disputas discursivas na imprensa chilena durante o governo Allende até o golpe militar de 1973 <i>Felipe Basso</i>	122
Na Mira do SNI: o Serviço Nacional de Informações e seu sistema de vigilância e repressão aos parlamentares paraibanos <i>Josenildo Marques da Silva</i>	146
História em vigília: A Revolução dos Cravos em Os Memoráveis, de Lídia Jorge <i>Karina Frez Cursino</i>	169
Putá e comunista: o duplo caráter da tortura feminina no regime militar brasileiro <i>Leonardo Luiz Pereira de Paula</i> <i>Livia Pizzi Silveira</i>	192
Distensão em rédeas curtas: as páginas censuradas do jornal O Estado de S. Paulo no início do governo Geisel <i>Gabriel Nascimento</i>	209
Dez anos da Comissão Nacional da Verdade e as comissões da verdade locais no Brasil: parcerias e ações para o acesso aos arquivos <i>Georgete Medleg Rodrigues</i> <i>Mônica Tenaglia</i>	232
Resenha	

Panoramas globais sob o espectro das desigualdades

Daniel Magno Peixoto Souza252

Entrevista – Anelize Vergara

Renan Rivaben Pereira260

Editorial

Em seu primeiro número, a revista *Histórias Públicas* já expõe o tipo de reflexão que procurará abrigar por muitos outros números. Os textos que aparecem neste primeiro dossiê, intitulado “Ditadura e Autoritarismo: necropolítica, negacionismo, arquivos e usos do passado”, nos levam a considerar questões tais como a formação de um pensamento crítico na sociedade, que valorizem a participação popular, que enfrente o negacionismo e que permita, sobretudo, o direito à História.

A chamada História Pública tem crescido nos últimos anos e demonstrado grande potencial. Para além de se conformar como um campo de investigação, configura-se, principalmente, como práticas de divulgação da historiografia produzida dentro e fora das universidades e de diálogo com uma comunidade mais ampla, visto que o conhecimento histórico circula tanto por canais formais quanto não formais. As experiências com História Pública se dão tanto em espaços tradicionais, como museus e escolas, quanto nos novos meios digitais e redes sociais.

Além disso, a História Pública aborda um dos principais desafios, se não o principal, da escrita e do ensino de História: o problema da comunicação social na atualidade, ou seja, a História Pública pensa a atuação e o papel do historiador na sociedade contemporânea. Indaga, entre outras coisas, como se dá o debate público em torno do passado, sobre a história e sobre a memória, buscando não só entender, mas desenvolver novas formas de intervenção dos historiadores no debate público, relacionado a História.

Assim, mais do que um periódico voltado estritamente para uma subárea da História, a revista *Histórias Públicas* tem como finalidade discutir o caráter público, performático e sob disputa do conhecimento histórico. Os temas que interessam o periódico são patrimônio, memória (social, local, regional, nacional, traumas), identidades (políticas, de gênero, étnico-raciais e culturais), temas sensíveis (ditaduras e escravidão), ensino de História, História oral entre outros compromissos da História pública com o lugar do conhecimento histórico na sociedade. Neste sentido, também nas próximas edições serão bem-vindos trabalhos que discutam formas de intervenção dos historiadores no debate público em relação ao tempo e à história, assim como trabalhos que apresentem experiências sobre diversas formas de comunicar a história – exposições,

mostras, debates nas redes sociais, podcasts, blogs, documentários, canais em plataformas virtuais etc. e trabalhos que pensam, nesse sentido, o ensino de História, na sala de aula e para além dela.

Não poderíamos deixar de agradecer ao conselho editorial da revista que trabalhou para tornar essa primeira edição possível: Glauber Miranda Florindo (editor-chefe), Ana Paula Silva Santana, Janaína de Almeida Teles, Mauro Franco Neto e Thiago Fidelis. Agradecemos ainda aos bolsistas João Paulo Candinho e João Paulo Ferreira, além, é claro, de todos os pareceristas que colaboraram de maneira direta para a qualidade da edição atual. Às professoras Janaína de Almeida Teles (UEMG), Beatriz Kushnir (UNIRio), Stella Segado (TeCMe - Argentina) e todos os autores e autoras presentes neste número, nossos agradecimentos pelo dossiê que, além de dialogar diretamente com a proposta da revista, traz uma enorme contribuição ao campo historiográfico no que diz respeito ao enfrentamento dos autoritarismos políticos e suas várias dimensões: a tortura, o negacionismo, mas também a resistência e as disputas pelos sentidos históricos.

Equipe Editorial
Revista Histórias Públicas

Apresentação do Dossiê

Ditadura e Autoritarismo: necropolítica, negacionismo, arquivos e usos do passado

Organizadoras:

Janaína de A. Teles (UEMG)

Beatriz Kushnir (UNIRio e UFOP)

Stella Segado (TeCMe)

Este dossiê objetiva ampliar as análises e críticas do nosso tempo, no qual os grandes deslocamentos populacionais e a globalização, sob a égide do militarismo e do capital, tal como afirma Achille Mbembe, vêm impondo retrocessos significativos às experiências democráticas ao redor do mundo. Neste contexto, ganha particular interesse a recente regressão política observada no Brasil e em grande parte da América Latina. Sendo estes espaços, nosso ponto de partida para as reflexões sugeridas. Por outro lado, a violência vivenciada nas democracias, caracterizadas por fundas raízes autoritárias, sobretudo, em nossa região, não é nova e exige atenção, tendo em vista que estão impregnadas pelos legados do autoritarismo e do racismo. A matriz histórica da democracia moderna, com efeito, sustentou-se na ordem imperial-colonial e na escravidão, cujos ecos se fazem sentir na atualidade.

Desde a perspectiva da História do Tempo Presente, sublinhamos que as tiranias do século XX revelaram catástrofes e repetições traumáticas da violência, além de formas e proporções inéditas de controle da memória social. Na América Latina, por exemplo, além do legado da escravidão e do genocídio indígena, a onda autoritária que tomou conta da região desde os anos 1960 deixou como herança milhares de vítimas de desaparecimento forçado, transformando o luto e o lembrar em um problema sem fim. No Brasil, em especial, os familiares das vítimas fatais da ditadura militar ainda enfrentam

muitos obstáculos para encontrar e identificar os remanescentes ósseos de seus parentes, ter acesso às informações sobre as circunstâncias das mortes, e punir os responsáveis por esses crimes de lesa-humanidade.

Em contrapartida, a emergência da memória figurou entre as principais implicações e repercussões políticas e culturais das guerras e ditaduras da história recente. *A era do testemunho*, cuja ressonância é constantemente ameaçada pela atuação estatal – a qual busca apagar seus crimes e reescrever o passado –, impôs uma reconfiguração da temática da memória, do papel dos vitimados e do testemunho. Desde a “virada subjetiva”, muitas das formas instituídas de memória social tomaram como preocupação central o registro e a evocação desses crimes e seus sobreviventes, gerando controvérsias e disputas a respeito de enfoques nacionais e políticos que legitimam histórias construídas pelo ou sobre o Estado, mas também sobre a relação entre memória e história e a escrita de uma história “a contrapelo”, que desafie as generalizações de cunho iluminista e eurocêntrica, tal como ressaltado por Walter Benjamin.

A questão do direito ao luto, e a desigualdade de acesso a ele, é um tema político fundamental desde Antígona. Atualmente, tornou-se mais dramático com o advento da necropolítica, quando a administração da morte pelo Estado ou a pandemia do novo Coronavírus estão na ordem do dia. Autoras/es como Judith Butler questionaram a vergonha com que se cobriu os mortos das epidemias de AIDS, assim como o ocultamento dos cadáveres da “guerra contra o terror” dos EUA, após 11 de setembro de 2001. A decisão sobre quais pessoas são dignas de luto é política, orquestrada pelo Estado, com o objetivo de obter maior controle social. Esta reflexão pode ser estendida às milhares de vítimas da escravidão, do genocídio indígena ou aos crimes de lesa-humanidade cometidos pelas ditaduras de Segurança Nacional na América Latina, que impuseram a censura e o desaparecimento forçado, a fim de evitar a comoção pública por aqueles considerados “inimigos do Estado” ou “outros”, passíveis de serem subjugados e exterminados. Esta “outrificação”, dispositivo de poder que exerce um papel central desde o período colonial, continua a ressoar repetidamente na atualidade, exigindo dos cientistas sociais e ativistas uma análise mais detida sobre este fenômeno.

Desde essa perspectiva, convidamos a/os autora/es e leitoras/es a compartilharem conosco essa abordagem transversal da temática proposta, partindo-se da premissa de que

as fronteiras entre a memória e a história, entre o tempo próximo e o distante ou entre as ciências humanas estão abertas e em constante movimento como a própria história e a historiografia, tal como observou Henry Rousso. Uma premissa que coloca em questão as pretensões da representação objetificadora da história e seus limites, a responsabilidade individual e coletiva, as manipulações da “memória obrigada” e das “comemorações” na sua relação ideológica com o discurso do poder, conforme assinalado por Paul Ricoeur.

Propomos, desse modo, compartilhar reflexões que estabeleçam um diálogo que nos aproximem de uma história decolonial e sua multiplicidade de enfoques e temas de estudo. A proposta é fazer circular ponderações que articulem e transmitam essas experiências e a construção dessas memórias, fundamentais para a edificação de um referencial crítico a respeito da história do tempo presente e da história pública. Nesse sentido, vale ressaltar o convite para estabelecer o debate a respeito da história pública, a fim de pensarmos suas contribuições e potencialidades para as práticas historiográficas, a educação histórica e suas relações com o tempo presente. Este é um chamamento ao diálogo com o público mais amplo, não restrito ao universo acadêmico ou educacional.

A circulação veloz de informações tem facilitado a produção e o acesso ao conhecimento histórico, mas, com frequência, transforma os sujeitos em espectadores, clientes e consumidores de “produtos históricos”. Com efeito, o século XX foi marcado por um fenômeno característico da modernidade que estabeleceu um *processo de reificação do passado*, fazendo com que, particularmente, a memória fosse, em larga escala, institucionalizada, ordenada, transformada em espetáculo, ritualizada e se tornasse um objeto de consumo, estetizado, neutralizado e rentável (TRAVERSO, 2007, p.68).

Não raro, esse tipo de abordagem tem se caracterizado pela exaltação da nação, por reafirmar e reiterar uma “imaginada” identidade nacional, que em geral não respeita a diferença e o “outro”, e pouco questiona nossas percepções sobre esta suposta identidade. Não por acaso, a ditadura militar – e, antes dela, a ditadura do Estado Novo –, empenhou-se na disseminação do mito da democracia racial como elemento central da identidade do país e como ideologia de dominação, conforme ressaltou Ynaê Lopes dos Santos. A ditadura militar estabeleceu um novo pacto entre as oligarquias políticas, a fim de manter as velhas engrenagens racistas no país.

Esta nova configuração histórica levou à intensificação da violência policial, sobretudo, quando a Polícia Militar (PM) se torna uma força auxiliar e de reserva do Exército, em julho de 1969, estabelecendo amplo controle sobre o Estado e a sociedade. Nesse contexto de reorganização e de transformações nas polícias e nos “Esquadrões da Morte” (HUGGINS, 1998), a repressão se estendeu sobre diversos grupos sociais, notadamente, a população negra e marginalizada das favelas. Verifica-se, então, o espraiamento ideológico e institucional dos militares no aparato estatal: as PM assumiram funções não apenas no policiamento ostensivo, mas também na guarda interna e na administração de instituições totais e órgãos públicos (TELES, 2020, p.269-272).

É digno de nota que, durante a ditadura militar, centenas de camponeses e indígenas foram assassinados ou foram vítimas de desaparecimento forçado em meio às disputas pela propriedade da terra no país. Estimativas conservadoras informam que ao menos 1.196 camponeses e 8.350 indígenas (dados que envolvem apenas 10 nações dos povos originários) morreram vítimas da ação, direta ou indireta, do Estado brasileiro nesse período (CNV, 2014, Vol.2).

Os anos 1960, com efeito, experimentaram grande efervescência política no que diz respeito às questões raciais, sobretudo, negra, impulsionada pelo processo de independência dos países africanos. Este contexto levou ao reconhecimento e à legitimação da pertença racial, considerados pilares da luta anticolonial e antirracista. Este panorama estava no horizonte de preocupações dos dirigentes da ditadura no Brasil, tendo em vista que os processos de independência da Jamaica e de Trinidad Tobago se tornaram um referencial do questionamento da ordem colonial racista na América Latina. Estas lutas ganharam o mundo, com destaque para a intensificação das lutas pela defesa dos direitos civis dos negros nos Estados Unidos, entrelaçando-se com os embates anti-imperialistas e o debate a respeito da efetivação dos direitos humanos (SANTOS, 2022, p.238-39).

Não por acaso, a Doutrina de Segurança Nacional (DSN) está ancorada na concepção biológica, expansionista e imperialista do Estado difundida pela geopolítica e as teorias racistas do pangermanismo do final do século XIX, recuperadas pelo nazismo. De acordo com esta concepção, o Estado seria um organismo que necessita de espaço e expansão como um ser biológico, retomando a teoria do “espaço vital” de H. G. von

Treitschke. Esta teoria obedecia ao imperativo de estender o espaço do domínio europeu por meio da colonização, segundo a qual a nação é considerada como um todo único dotado de uma única vontade, onde os conflitos políticos e sociais desaparecem (COMBLIN, 1978, p. 25-27). Dessas concepções derivaram os lemas “Deutschland über alles”¹ e “America first”, sendo que este último ganhou notoriedade novamente na atualidade, assinalando a relevância de aprofundar as reflexões sobre os temas propostos no presente Dossiê.

Desde esta perspectiva, os trabalhos monográficos inéditos apresentados aqui resultam do convite dirigido à realização de análises comparativas, cujo enfoque mira as múltiplas relações e influências das várias formas de ditadura, autoritarismo e colonialismo, assim como as distintas resistências experimentadas no espaço latino-americano, entre outros, em contextos autoritários.

Iniciamos este Dossiê com o texto *Apagamento, negacionismo e necropolítica: sobre a continuidade da empresa colonial*, de Márcio Seligmann-Silva, no qual o autor traça um panorama sobre os usos da violência na formação da sociedade brasileira e suas repercussões, a fim de estabelecer a desconstrução dos padrões tradicionais da chamada cultura nacional. O autor desloca a análise da base eurocêntrica e hegemônica da história do Brasil para uma visão mais ampla, que considera a “virada imagética” observada no século XX, a fim de entender os diversos aspectos e fatores relacionados às políticas de violência impostas ao país desde o início de sua colonização pelos portugueses.

Em seguida, o artigo *Inscribir el duelo en la desaparición: las políticas de asistencia a víctimas-testigos como nuevo paradigma de la reparación simbólica*, de Fabiana Rousseaux, apresenta um estudo acerca das políticas públicas instituídas pelo Estado referentes à saúde mental dos vitimados e sobreviventes da última ditadura militar na Argentina, que testemunharam sobre os crimes cometidos pelo governo durante o

¹ Recorde-se que a letra da *Deutschlandlied*, a qual apresenta esta frase na primeira estrofe, foi escrita em 1841, pelo professor August von Fallersleben, sobre a melodia do “Quarteto do Imperador”, de Joseph Haydn. Fallersleben era partidário da unificação alemã, em um momento que o país estava fragmentado em pequenas monarquias e cidades-estados. Após a unificação da Alemanha, a composição foi ignorada, mas acabou por se tornar uma referência para os alemães. Com o advento da República de Weimar, o presidente, Friedrich Ebert, decide, em 1922, transformar a *Deutschlandlied* em hino nacional. Durante o III Reich, a primeira estrofe da letra da canção foi usada como hino nacional, ao lado do hino do Partido Nacional Socialista, proibido na Alemanha da atualidade. Em 1952, durante o período de desnazificação, o chanceler Konrad Adenauer reconheceu *Deutschlandlied* como hino nacional da Alemanha Ocidental, desde que se cantasse apenas a sua terceira estrofe nas cerimônias oficiais.

período ditatorial. Suas ações e depoimentos buscaram (e ainda buscam), por meio da expressão da dor e da memória, reparação e justiça para as vítimas dos inúmeros crimes cometidos, particularmente, entre os anos de 1976 e 1983.

No âmbito do debate sobre a memória de períodos ditatorial, mas em outra perspectiva, o texto *A geração de netos da guerra na Espanha: história, memória e conflito geracional*, de Victor Coelho, apresenta a discussão estabelecida em torno da geração de netos de combatentes e desaparecidos da ditadura espanhola, levando em conta o contexto atual da Espanha e sua relação com os desdobramentos do período em que Franco esteve à frente do Estado ibérico, problematizando esses acontecimentos, a partir da perspectiva do grupo destacado no título, abordando ainda possíveis soluções e reparações para a geração estudada.

Deslocando e ampliando o espaço temporal para a relação entre Portugal e suas colônias africanas, o texto *Relecturas, reactivaciones y creaciones. Usos de archivo y gestos de montaje en el documental contemporáneo sobre el periodo colonial portugués en África*, de Cecília Nuria Gil Mariño, apresenta uma análise sobre o acervo de filmes dos arquivos referentes ao período destacado, que problematizam, entre outras coisas, a ausência da violência nesses locais, os quais enfatizam as relações cordiais e a ausência de conflitos nas colônias portuguesas em África. A autora assinala que esses filmes buscam construir uma imagem positiva da experiência colonial estudada, que teria sido benéfica tanto para os portugueses quanto para as colônias africanas, estabelecendo a representação de um passado colonial pacífico. Visão que, de acordo com Mariño, passaria longe da história verificada da atuação do governo português naquele contexto.

O artigo *Disputas discursivas na imprensa chilena durante o governo Allende até o golpe militar de 1973*, de Felipe Basso, analisa a disputa estabelecida entre os discursos construídos na imprensa chilena durante o governo de Salvador Allende, levando em conta as principais publicações do período que, contra ou a favor do mandatário socialista, utilizaram diversas estratégias ligadas à indústria cultural para convencerem seus leitores de suas visões e influenciarem acontecimentos políticos centrais no país. De acordo com o autor, essa disputa se constituiu em um dos fatores mais relevantes para compreender o violento final do mandato de Allende, morto durante o golpe de Estado liderado por Augusto Pinochet.

A análise contida no artigo *O Serviço Nacional de Informações e seu sistema de vigilância e repressão aos parlamentares paraibanos*, de Josenildo Marques da Silva, analisa o período inicial da ditadura militar, partindo da trajetória de parlamentares ligados à ARENA, da seção da Paraíba, que foram alvo de investigação dos governos militares, mas conseguiram manter-se em seus cargos. Desde esse percurso, o foco central desse trabalho está direcionado à análise do Serviço Nacional de Informações (SNI), o principal órgão de busca e organização de informações sobre pessoas, consideradas potenciais inimigas por parte do governo nesse período.

O texto *História em vigília: A Revolução dos Cravos em Os Memoráveis*, de Lídia Jorge, escrito por Karina Frez Cursino, faz uma incursão pela Revolução dos Cravos, a partir do romance *Os Memoráveis*, da escritora portuguesa Lídia Jorge, que utiliza vários recursos literários para, a partir da ficção, construir um mosaico multifacetado para melhor compreender o processo histórico que levou aos arranjos políticos e ao fim do *Estado Novo*. Sua análise parte da perspectiva de uma obra histórico-ficcional, gênero bastante comum e com grande apelo editorial no país lusitano.

Já o artigo *Putas e comunista: O duplo caráter da tortura feminina no regime militar brasileiro*, de Leonardo de Paula e Lívia Pizzi, lança luz sobre os horrores das violências cometidas, particularmente, contra as mulheres durante a ditadura militar no Brasil. O texto parte da premissa que existiram aspectos específicos da tortura praticada contra esse gênero, tais como os abusos sexuais, as ameaças contra seus familiares e a inferiorização dos corpos femininos, retratando como as bases patriarcais se fizeram largamente presentes nos locais destinados aos órgãos repressivos do Estado nos quais diversas mulheres foram torturadas e mortas nesse contexto.

Ainda no contexto da ditadura militar no Brasil, o artigo *Distensão em rédeas curtas: as páginas censuradas do jornal O Estado de S. Paulo no início do governo Geisel*, de Gabriel Nascimento, analisa a relação existente entre o jornal *O Estado de S. Paulo* e o governo do general Ernesto Geisel, em meados da década de 1970, indicando as aproximações e distensões verificadas entre ambos. A publicação paulista, uma das principais defensoras do golpe de Estado de 1964, ao tecer críticas aos primeiros anos dos governos militares, acabou por sofrer intervenções da censura. O jornal acaba por estabelecer um panorama em suas páginas que, embora crítico (na medida em que era

permitido ou não percebido), indicava aspectos de convergência com o governo, constituindo um processo de aproximação com o *status quo*, mesmo que de maneira conflituosa em alguns casos.

Para encerrar o dossiê desta primeira edição, apresentamos o texto *Dez anos da Comissão Nacional da Verdade e as comissões da verdade locais no Brasil: parcerias e ações para o acesso aos arquivos*, de Mônica Tenaglia e Georgete Medleg Rodrigues, o qual estabelece uma análise a respeito de parte da documentação referente à Comissão Nacional da Verdade, instaurada no Brasil entre 2012 e 2014, com vistas a realizar um mapeamento mais eficaz das violências cometidas pelos governos que administraram o Estado brasileiro, particularmente, os do período da ditadura militar. O levantamento feito indica diversas possibilidades de utilização da documentação produzida ou custodiada pela CNV, tanto em aulas quanto em pesquisas no campo da História. O inventário se volta, sobretudo, para as temáticas relacionadas aos direitos humanos e às inúmeras violências cometidas pelo Estado durante período ditatorial.

Por fim, mas não menos importante, gostaríamos de prestar uma homenagem à historiadora e professora Ana Paula Palamartchuk (UFAL), que nos deixou de forma inesperada e precoce no último dia 24 de março de 2023. Paula era mestre e doutora em História pela Unicamp e teve sua produção acadêmica, assim como sua vida, marcadas pela ousadia nas abordagens e escolhas de temas de pesquisa. Neste volume pudemos contar com sua colaboração e generosidade como parecerista. Sua partida deixa um grande vácuo.

Referências Bibliográficas:

- BENJAMIN, Walter. *Sobre o conceito de história*. Edição crítica. Organização e tradução de Adalberto Müller e Márcio Seligmann-Silva. São Paulo: Alameda, 2020.
- BUTLER, Judith. *O clamor de Antígona*. Florianópolis: Edufsc, 2014.
- BUTLER, Judith. *Quadros de guerra: quando a vida é passível de luto?* Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016.
- COMBLIN, Joseph. *A Ideologia da Segurança Nacional*. O poder militar na América Latina. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1978.
- CNV, 2014, Vol.2.
- HUGGINS, Martha K. *Polícia e Política: Relações Estados Unidos/América Latina*. São Paulo, Cortez, 1998.
- KUSHNIR, Beatriz. *Cães de guarda: jornalistas e censores, do AI_5 à Constituição de 1988*. 2ª. ed., São Paulo, Boitempo, 2012.

- KUSHNIR, Beatriz. (org). *Perfis cruzados: trajetórias e militância política no Brasil*. Rio de Janeiro, Imago, 2002.
- KÖSSLING, Karin. *As lutas anti-racistas de afro-descendentes sob vigilância do Deops/Sp (1964-1983)*. Dissertação de Mestrado em História – FFLCH-USP. São Paulo, 2007.
- MAUAD, Ana M.; ALMEIDA, Juniele R. de; SANTHIAGO, Ricardo (orgs.). *História pública no Brasil: sentidos e itinerários*. São Paulo, Letra e Voz, 2016.
- MBEMBE, Achille. *Crítica da Razão Negra*. São Paulo, N-1 Edições, 2021.
- MBEMBE, Achille. *Políticas da inimizade*. Lisboa, Antígona, 2017.
- RICOEUR, Paul. *A História, a memória, o esquecimento*. Campinas: Edunicamp, 2007.
- ROUSSEAUX, Fabiana. *Sancionar el Duelo. Desaparición, Duelo y Impunidad. El Caso Argentino*. Disponível em: <http://www.herrereros.com.ar/melanco/rousseau.htm>. Acesso em: 12 de julho de 2021.
- ROUSSO, Henry. *A última Catástrofe: a História, o Presente, o Contemporâneo*. Rio de Janeiro, FGV, 2016.
- SANTOS, Flávia M. “O morto no lugar dos mortos: classificações, sistemas de controle e necropolítica no Rio de Janeiro”. In: *Revista M. Estudos sobre a morte, os mortos e o morrer*. Rio de Janeiro, v. 3, n. 5, p.91, jan./jun. 2018.
- SANTOS, Flávia M. e HATTORI, Márcia. “Dispositivos Estatais e Construção Social dos Mortos: apresentação do Dossiê”. In: *Revista M. Estudos sobre a morte, os mortos e o morrer*. Rio de Janeiro, v. 5, n. 10, p.188-199, jul./dez. 2020.
- SANTOS, Ynaê Lopes dos. *Racismo brasileiro: uma história da formação do país*. São Paulo: Todavia, 2022.
- SEGADO, Stella; ROUSSEAUX, Fabiana (comps.). *Territorios, escrituras y destinos de la memoria*. Diálogo interdisciplinario abierto. Buenos Aires, Trenenmovimiento, 2018.
- TELES, Janaina de A. *Memórias dos cárceres da ditadura: os testemunhos dos presos políticos no Brasil*. Tese de Doutorado em História. São Paulo, História/FFLCH-USP, 2011.
- TELES, Janaina de A. “Eliminar ‘sem deixar vestígios’: a distensão política e o desaparecimento forçado no Brasil”. In: *Revista M. Estudos sobre a morte, os mortos e o morrer*. Rio de Janeiro, v. 5, n. 10, p. 265-297, jul./dez. 2020.

Apagamento, negacionismo e necropolítica: sobre a continuidade da empresa colonial²

Márcio SELIGMANN-SILVA³

Resumo: Neste artigo trato das continuidades dos processos de violência que se desdobram na história do Brasil até o tempo presente, desde uma perspectiva descolonial. O dispositivo de poder colonial, que atravessa nossa história desde o século XVI aos dias atuais, está associado ao dispositivo estético, isto é, existe uma estética atuando na política, que está relacionada à produção de certas tipologias e de uma necropolítica contra aqueles que são considerados indignos de viver. Abordarei a virada testemunhal do saber artístico e cognitivo, o que significa perceber que as verdades históricas não devem ser tomadas como a priori universais. A tradição eurocêntrica que propõe a construção de um saber único, monolíngue, “sem corpo” e “sem local”, é uma máquina de imposição de um saber localizado na Europa e em um corpo de “homens brancos”. Nesse contexto, busco trazer elementos de reflexão, a fim de romper com esse pretense universalismo do logos ocidental e a tradicional separação entre o corpo e o saber, entre o subjetivo e o objetivo.

Palavras-chave: Negacionismo; Necropolítica; Descolonização; Virada testemunhal; Dispositivo Estético.

² Pesquisador do CNPQ.

³ Doutor em Teoria Literária e Literatura Comparada pela Freie Universität Berlin. Professor titular de Teoria Literária na Universidade Estadual de Campinas. Campinas. São Paulo (SP). Brasil. ORCID: 0000-0001-9832-8415. E-mail: m.seligmann@uol.com.br.

Erasure, denialism and necropolitics: on the continuity of the colonial enterprise

Abstract: *In this article I deal with the continuities of the violence processes that unfold in the history of Brazil until the present time, from a decolonial perspective. The colonial power device, which crosses our history from the 16th century to the present day, is associated with the aesthetic device, that is, there is an aesthetic operating in politics, which is related to the production of certain typologies and a necropolitics against those who are considered unworthy of living. I will address the testimonial turn of artistic and cognitive thought, which means realizing that historical truths should not be taken as universal a priori. The Eurocentric tradition that proposes the construction of a unique, monolingual knowledge, “without body” and “without place”, is a machine for the imposition of a knowledge located in Europe and in a body of “white men”. In this context, I seek to bring elements of reflection, in order to break with this alleged universalism of Western logos and the traditional separation between body and knowledge, between the subjective and the objective.*

Keywords: *Denialism; Necropolitics; Decolonization; Testimonial turn; Aesthetic Device.*

Introdução

Começo este texto no qual tratarei do luto e da luta – a fim de fazer uma homenagem e, ao mesmo tempo, manifestar meu protesto contra os brutais assassinatos de João Alberto Silveira Freitas, Emily Victoria, Rebeca Beatriz e tantos outros que podemos mencionar nesse momento de acirramento da violência no país –, que remonta ao período colonial. No presente artigo trato das continuidades dos processos de violência que se desdobram até o tempo presente. Nesta seara, cito Conceição Evaristo, autora de um maravilhoso poema que trata não só de uma história de violência, mas também de uma agência, uma resistência e uma luta:

Recordar é preciso

*O mar vagueia onduloso sob meus pensamentos A memória bravia lança o leme:
Recordar é preciso.*

*O movimento vaivém nas águas-lembranças
dos meus marejados olhos transborda-me a vida, salgando-me o rosto e o gosto.*

*Sou eternamente naufraga,
mas os fundos oceanos não me amedrontam e nem me imobilizam.*

*Uma paixão profunda é a bóia que me emerge. Sei que o mistério subsiste além das
águas*

Menciono ainda José Fernando Peixoto de Azevedo, dramaturgo de São Paulo, que em *Eu, um crioulo*, escreve:

“A escravidão foi o corpo real da modernidade, sua carne, sua energia, uma tecnologia. Sua herança define, certamente, muito de nossa atualidade, uma efetiva dialética da colonização. [...] Mas na minha carne crioula há horrores cravados. E esses horrores, não os posso compartilhar. E, eu sei, horrores não se relativizam.” (AZEVEDO, 2018, p. 17, 23).

Início este texto, portanto, tratando da questão dos apagamentos na história, lembrando as violências coloniais que sempre se deram sob o império do apagamento, assim como das tentativas de apagamento das inscrições dessas violências.

1. Necropolítica: projeto biopolítico de destruição das culturas e povos originários

O dispositivo de poder colonial, que atravessa nossa história desde o século XVI aos dias atuais, está associado ao dispositivo estético, isto é, existe uma estética da política, que está relacionada à produção de certas tipologias e de uma necropolítica contra aqueles que são considerados indignos de viver. A título de exemplo, menciono o incêndio, ocorrido na noite de 02 de setembro de 2018, do Museu Nacional na Quinta da Boa Vista, criado em 1818. Este incêndio foi sintomático da nossa relação ambígua com o patrimônio cultural, pois sabemos que esse museu, na sua origem, tinha relações com um dispositivo colonial acoplado a um dispositivo estético. Por outro lado, ao longo do século XX, este museu foi se transformando, adquirindo um caráter de “contra arquivo”, e por esse motivo foi sendo abandonado até o momento do acidente.

Nesse contexto, assinalo a existência de uma divisão da sociedade em certos tipos associados àqueles que efetivamente têm o poder político e financeiro e aqueles outros que são reduzidos a uma força de trabalho, infinitamente explorável. Existe também a divisão do território, considerado uma fonte de riqueza inesgotável, sendo que evidentemente este elemento infinito é um mito. Para destacar esse processo de divisão da sociedade em dois blocos, vale lembrar Achille Mbembe, segundo o qual o *logos* ocidental, seu logocentrismo que anula outras manifestações que diferem da tradição eurocêntrica, é “outrofóbico” e, no limite, “outrícida” ou, nos termos utilizados pelo autor camaronês, “alterícida” (MBEMBE, 2017, p. 29). Portanto, todo aquele que é *outrificado*, assim o é para, em seguida, ser vitimado pela necropolítica.

Mas essa construção de blocos estanques é parte das políticas de apagamento das diversidades. O Brasil não é monolíngue. Frequentemente esquecemo-nos que nosso país é marcado por um dos maiores genocídios da história, desde a chegada dos portugueses aos dias atuais, e que a questão indígena nunca foi tratada de uma maneira minimamente razoável, mesmo durante os governos denominados de “esquerda”, do Partido dos Trabalhadores (PT). Mas, antes, o país possui mais de 150 línguas e dialetos indígenas sistematicamente apagados e é composto por mais de 250 etnias (KRENAK, 2019, p. 31). Calcula-se que mais de 800 línguas já foram exterminadas no Brasil desde a chegada dos colonizadores.

O antropólogo Claude Lévi-Strauss, no livro *Saudades do Brasil*, apresentou sucintamente a história brasileira como a de um fantástico acúmulo de barbáries e a

extensão do massacre indígena. Lévi-Strauss surge como uma testemunha de populações que sobreviveram a “um monstruoso genocídio” que se estende desde a chegada dos europeus até a atualidade. Ele viu “os últimos sobreviventes desse cataclismo que foi para seus antepassados [das populações indígenas] o descobrimento e as invasões que se seguiram” (LÉVI-STRAUSS, 1994, p. 16). Calcula-se que entre cinco e nove milhões de indígenas foram assassinados graças à empresa colonial no Brasil, seja por meio de epidemias, de massacres ou da escravização. Trata-se de um dos maiores genocídios da história. A empresa colonial continua em curso e recuperou fôlego a partir de 2018. Este processo genocida teve altos e baixos, tendo como exemplo o projeto da ditadura militar brasileira, particularmente violento com relação aos povos originários.

Lembro passagens de *A Conquista da América, o Genocídio e a afirmação dos Povos Indígenas no Brasil*, de Rosane Lacerda, que traz alguns dados de Tzvetan Todorov (1982), como o de que a população da América na época da chegada dos ibéricos girava em torno de 80 milhões e que, em pouco tempo, foi reduzida a 10 milhões de habitantes. Diz Todorov: “se a palavra genocídio foi alguma vez aplicada com precisão a um caso, então é esse” (TODOROV, 1982, p. 191-193). Note-se que no Brasil, existem historiadores, sociólogos e outros acadêmicos que negam que o conceito de genocídio possa ser aplicado às populações indígenas e afrodescendentes. O que, para mim, é no mínimo uma espécie de racismo.

Rosane Lacerda recorda também Darcy Ribeiro (1979), que chama a atenção para o que aconteceu no Brasil, ou seja, um processo colonial atrelado a um processo de genocídio indígena. Na Comissão Nacional da Verdade, fala-se de um número, ainda que inexato, de vítimas indígenas durante a ditadura civil-militar de 1964, ultrapassando a marca de oito mil pessoas, como podemos ler no relatório e que, portanto, faz parte desse projeto colonial de modernização do Brasil, estruturado desde o início do ponto de vista da colonização, da colonialidade, na qual se dá a redução dos corpos e da natureza a fontes de uma riqueza que seria “inesgotável”. Essa questão do genocídio foi sempre essencial, tanto é que, nos anos de 2020/2021, percebemos um aprofundamento dessa violência colonial em um período pandêmico, no qual foi significativa a existência

de uma política do *deixar morrer* e do *deixar viver* levada a cabo por um governo calcado nessa tradição necropolítica, a partir do que chamamos de “racismo estrutural”.

2. Empresa colonial: passados que nos atravessam e continuidades

Lembro o historiador Luiz Felipe de Alencastro, grande estudioso do tráfico transatlântico, o qual afirma:

O tráfico transatlântico de escravos africanos tomou no Brasil uma dimensão inédita no Novo Mundo. Do século XVI até 1850, no período colonial e no imperial, o país foi o maior importador de escravos africanos das Américas. Foi ainda a única nação independente que praticou maciçamente o tráfico negreiro, transformando o território nacional no maior agregado político escravista americano. [...] Calcula-se que em cerca de 14.910 viagens transcorridas nos três séculos de tráfico de escravos, cerca de 4,8 milhões de africanos tenham desembarcado no Brasil, o que representa, em termos globais, 46% dos escravizados africanos (ALENCASTRO, 2018, p. 56).

Salvador, como sabemos, é a maior cidade negra do Atlântico, assim como o no Rio de Janeiro, o cemitério do Valongo, apenas recentemente redescoberto (2011) e restaurado na região portuária da cidade do Rio de Janeiro como espaço de memória, tendo sido apagado ao longo de décadas, foi o maior porto de entrada de escravizados das Américas.

O etnocídio negro acompanha o genocídio dos povos originários. Para se aniquilar uma população ao mesmo tempo aniquila-se a sua memória, o seu direito à história e os seus saberes. Desde o período colonial e após a instauração da República, evento que seguiu a abolição da escravatura em 1888, práticas religiosas e culturais afrodescendentes eram praticadas, sempre de modo disfarçado, oblíquo, por conta da imposição do modelo cultural-religioso cristão-ocidental. Esse tipo de religiosidade, a prática da capoeira e de outras manifestações culturais afrodescendentes, eram criminalizados e seus praticantes eram presos, a partir de leis que foram se tornando cada vez mais rigorosas, levando à produção de um etnocídio associado a um genocídio no contexto de imposição do projeto de branqueamento no Brasil, com a abertura para a imigração de europeus.

De acordo com Walter Fraga (2018), após 1888, os “libertos” passaram a ter de lutar para efetivar a sua condição de liberdade em um “contexto de repressão que atingia não apenas os ‘treze de maio’, mas toda a população negra. Nos anos iniciais do Brasil

republicano, recrudescu o controle sobre os candomblés, batuques, sambas, capoeiras e qualquer outra forma de manifestação identificada genericamente como ‘africanismo’. A partir dos anos 1930 a Frente Negra Brasileira passou a utilizar o 13 de maio como um momento para reivindicações da população negra” (FRAGA, 2018).

Esse processo de etnocídio dos afrodescendentes encontra ecos ainda no presente. No Rio de Janeiro, em 2017, Mãe Merinha foi uma das vítimas da violência contra os adeptos das religiões de matriz africana. Segundo o Centro de Promoção da Liberdade Religiosa e Direitos Humanos (CEPLIR), das 52 denúncias de intolerância religiosa apresentadas à instituição, entre dezembro de 2016 e agosto de 2017, 34 foram de pessoas do Candomblé, da Umbanda e de outras religiões de matriz africana no estado do Rio de Janeiro. Outrossim, em cinco anos – entre 2011 e 2016 – as denúncias de discriminação por motivo religioso no Brasil cresceram 4960%, conforme dados do Disque 100, da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República (SDH). Dessas vítimas, no ano de 2016, 9,09% eram candomblecistas, 9,75% eram umbandistas, e outros 4,35% foram descritos como de “religião de matriz africana”, somando, no total, 23,18% de vítimas com religiosidade afrodescendente.

Ao lado do genocídio de populações outrizadas, o ecocídio faz parte da lógica colonial, que possui o trabalho como seu núcleo central que organiza o agenciamento dos corpos e da natureza como commodities. A dominação do corpo do trabalhador e a submissão da natureza visando a produção de mais-valia, é propagada na esteira da ideia de inegotabilidade do solo, em voga, por exemplo, durante o período da ditadura militar brasileira, sob o discurso de que a Amazônia seria um espaço vazio a ser explorado, a dita “conquista da hileia amazônica”. A centralidade das empresas de extração de minério, de madeira e do agronegócio (sucadâneo da plantation) no governo Bolsonaro apenas aponta para a robustez da colonialidade, ou seja, da continuidade do sistema colonial neste país.

2.1 Apagamentos e Memorocídios: os subalternizados não têm direito à memória

Na França, o historiador Pierre Vidal-Naquet escreveu sobre o negacionismo do Holocausto no país e usou conceitos como “memoricídio”, entre outros, que se desenvolveram no pós-Segunda Guerra Mundial. Ele recordou que esse negacionismo,

já existia anteriormente, sobretudo depois da Primeira Guerra Mundial, quando ganharam força processos negacionistas e de lutas por memória e justiça. Desde esse prisma, ao longo do século XX, ocorreu uma institucionalização dos direitos humanos, calcados nas ideias de verdade, memória e justiça, principalmente após a Segunda Guerra, com a introdução de conceitos como “genocídio” no direito internacional. É nessa seara que a questão dos apagamentos e dos “memoricídios” tornaram-se mais presentes.

No caso do Brasil, durante o período ditatorial (1964-1985), houve um acirramento da violência colonial, empreendidas por homens brancos da elite, que resgataram e aprofundaram elementos de matriz do Brasil Colônia, como o racismo estrutural. Essas práticas não se restringiram a tal período, ao contrário, estes elementos ressurgiram em diversos momentos históricos da sociedade brasileira.

Em 1988, no início da fase democrática no Brasil, durante a greve da Companhia Siderúrgica Nacional, em Volta Redonda (RJ), três operários desta empresa, William Fernandes Leite, Valmir Freitas Monteiro e Carlos Augusto Barroso, foram mortos após a invasão da usina por tropas do exército, autorizada pelo então presidente José Sarney, infringindo a possibilidade de os operários se manifestarem em prol de seus direitos. Em 1º de maio de 1989, foi inaugurado o “Memorial 9 de Novembro”, de autoria do arquiteto Oscar Niemeyer, no qual foi gravada a seguinte frase: “Um monumento àqueles que lutam pela Justiça e pela Igualdade”. Este monumento foi partido ao meio pela explosão de uma bomba no dia seguinte à sua inauguração. Niemeyer, contrário à ideia de reconstrução do monumento, fez questão de mantê-lo parcialmente destruído e acrescentou a frase à obra: “Nada, nem a bomba que destruiu este monumento, poderá deter os que lutam pela justiça e a liberdade”.

Vale destacar, na linhagem das tentativas de contra-inscrições resistentes da memória, a iniciativa de Darcy Ribeiro de criar o Monumento a Zumbi dos Palmares, localizado na Av. Presidente Vargas, na Praça Onze, da cidade do Rio de Janeiro, inaugurado em 1986, mas que, a cada ano é vandalizado, ou seja, passa por um tipo de apagamento e de ofensa à memória. Trata-se de um desrespeito aos direitos dos negros de terem essa referência histórica materializada nesta criação simbólica e emblemática de uma agência africana e afrodescendente. A escultura é uma réplica de uma cabeça

nigeriana, datada dos séculos XI ou XII; descoberta em 1938, em exposição no British Museum de Londres.

Durante e após a instauração e consolidação das ditaduras latino-americanas, várias foram as formas de se reivindicar os corpos dos desaparecidos, principalmente através de fotografias, mas não só. O Brasil não ficou de fora dessas lutas. Em 1998, em Vitória da Conquista (BA), foi construído o Monumento aos Mortos e Desaparecidos Políticos da Bahia, e de autoria de Romeu Ferreira e Ana Palmira Cassimiro, que utiliza a silhueta para lembrar os desaparecidos, uma maneira de dar forma ao trauma do dispositivo de desaparecimento. A silhueta é uma forma que remete tanto à presença quanto à ausência. Ela dá forma a uma memória espectral, que assombra, mas precisa ser simbolizada. Trata-se, portanto, da materialização acabada do luto e da necessidade de sua elaboração.

Nesse sentido, faz-se necessário recordar a pintura de Joseph-Benoit Suvée, intitulada “The Invention of Drawing”. Essa obra torna mais palpável o entendimento sobre como a arte em sua essência dá forma ao luto. Na tela encontra-se retratada uma cena em que uma moça pinta a sombra de seu namorado, que é projetada sobre uma parede a partir de uma vela. O rapaz parte para a guerra, e sua amada, Dibutades, segundo a lenda grega antiga, desenha sua silhueta para ter um souvenir de seu parceiro. Essa ideia foi ressignificada na América Latina por meio da utilização das imagens de silhuetas no processo de luta pela recuperação dos desaparecidos, que eram duplamente eliminados: seus corpos e suas memórias. Até hoje, impõem-se dificuldades gigantescas ao enfrentamento a esse período em termos de história, memória e justiça. No tocante ao controle político da história e da memória nos tempos atuais, lembremos que o chefe do Executivo brasileiro de 2019-2023, Jair Messias Bolsonaro, adotou como uma de suas bandeiras políticas a propaganda da tortura, reverenciando os acontecimentos inseridos no desenrolar do período ditatorial, compreendido entre 1964 e 1985. Pois bem, voltando ao monumento de Vitória da Conquista, na Bahia, em 2009 ele foi vandalizado e parcialmente destruído (para depois ser novamente restaurado). Este é o fim normalizado das tentativas de se inscrever a memória das vítimas da ditadura. A esse apagamento de memória corresponde uma robusta força política de direita que tem se reorganizado desde 2013.

Em São Paulo, um projeto artístico realizado por Celso Sim e Anna Ferrari, denominado “Penetrável Genet/Experiência Araçá”, cuja mostra da obra estava programada para ter início no dia 3 de novembro de 2013, teve de adiar a sua inauguração devido à invasão do Ossuário Geral do Cemitério do Araçá na madrugada daquele domingo. O ato de vandalismo resultou na destruição de dois dos cinco monolitos de mármore que compunham um labirinto sobre os quais seriam projetadas imagens durante a visitação do público. Além disso, dois sacos plásticos contendo ossadas foram abertos e os conteúdos, espalhados. As ossadas recuperadas na Vala Clandestina de Perus não foram atingidas na depredação. Trata-se de mais um atentado terrorista ditado pela vontade de apagamento da memória.

Recordo o Massacre de Eldorado dos Carajás, que se deu em 17 de abril de 1996, e que resultou na morte de 19 pessoas e em 69 camponeses e trabalhadores rurais feridos. De 155 policiais acusados de participação, apenas dois, Mário Pantoja e José Maria de Oliveira, foram condenados e cumprem pena em liberdade, os quais contam com simpatia e apoio de Bolsonaro. Em homenagem às vítimas, Oscar Niemeyer criou um monumento instalado no cruzamento da BR-230, a Transamazônica, com a PA-150 (distante cerca de 100 quilômetros do local do massacre). O monumento, erigido em meados de setembro de 1996, foi derrubado no mesmo mês. Por outro lado, mantém-se íntegro ainda hoje o memorial intitulado “As Castanheiras de Eldorado dos Carajás”, obra coletiva realizada sob a coordenação de Dan Baron, inaugurada em 17 de abril de 1999, onde ocorreu o massacre. Esse local de memória é muito importante, pois em torno dele recorda-se a cada ano a barbárie ali ocorrida.

Esses memoriais são importantes, pois tornam-se centros que produzem toda uma ritualística de comemoração, de recordação e reafirmação das lutas pelos ideais e propostas que levaram, nesse caso, os camponeses a serem assassinados.

2.2 Colonialidade como apagamento de memórias e rastros

No Brasil, disseminou-se a ideia de que os povos indígenas não têm história. Trata-se de mais uma monumental mentira. Diante desta realidade, a questão que está colocada é permitir que os povos originários narrem as suas histórias, recordem a sua incrível força resiliente. Essas narrativas que sustentam a força dessa resistência,

pensando-se em tantos séculos de violência contra os indígenas, que seguem resistindo e lutando. No impressionante documentário de Maia Lannes, intitulado *Ymã Arandu*, que propõe uma leitura da história de um país chamado Brasil do ponto de vista indígena, David Guarani, liderança indígena Guarani Mbya, afirma:

Para nós a sabedoria, ela tem uma característica diferente do não-indígena. Porque se hoje se fala em descobrimento, se hoje se fala em Pedro Álvares Cabral não se fala a história contada, se fala a história escrita. Então, na escrita, quando escreveram a história do Brasil, o índio não fez parte dessa escritura. Não foi o índio que escreveu a sua história, foi o branco não-indígena que escreveu a história que ele achou melhor contar. Então, nesse sentido, nós, povos indígenas, temos uma forma de deter a nossa sabedoria que é aprendendo, ouvindo, tendo essa atenção de conhecer, de ouvir os mais antigos. Essa é a história que vale: é a contada pelas pessoas (YMÃ ARANDU, 2016).

No livro *A queda do céu*, de Davi Kopenawa e Bruce Albert, um dos mais importantes tratados de história publicado no Brasil nas últimas décadas, a história para os indígenas é aquela que eles receberam dos antigos, dos mais velhos, dos avós, ou a história que conhecem, a partir dos sonhos ou do transe xamânico. Estas compõem outras modalidades de verdade e de se contar a história que nós, presos por uma camisa de forças da ocidentalidade, temos que reconhecer como produções absolutamente autênticas e, portanto, devemos respeitá-las e não as destruir ou impedir a sua afirmação.

Nesse sentido, cito, por exemplo, o saber indígena com relação a como lidar com as florestas: eles vivem nas Américas há milhares de anos, cerca de vinte ou trinta mil anos, e nunca destruíram de modo irreversível, como a técnica ocidental o faz (a “primeira técnica”, nos termos de Benjamin), um metro quadrado de terra. Nesse sentido, as técnicas indígenas podem e devem ser aproximadas da noção benjaminiana de uma técnica lúdica, que promove um maior campo de ação sem dominação e sem destruição de Gaia ou dos seres humanos entre si. Mas, agora, observamos como, em duzentos anos, o capitalismo associado a um tipo de ciência e técnica destruidores da natureza está acabando com tudo em pouquíssimo tempo. Então, por que a técnica indígena valeria menos que essa “técnica que destrói tudo”?

Desde essa perspectiva, a história negra e da arte negra afrodescendente brasileira é uma história que envolve repetições traumáticas de violências que muitas vezes são escamoteadas, apresentadas como “conquistas da civilização”. Nesta história,

a ciência, a academia e todo o campo cultural se apresentam como parte estruturante do sistema colonial. Vale recordar nesse sentido, por exemplo, de Abdias do Nascimento, autor do importante livro *O genocídio do negro*, republicado recentemente pela editora Perspectiva, que tinha uma consciência acurada dessa paisagem bionecropolítica brasileira que ele denunciou ao longo de toda sua vida.

O sistema escravocrata penetrou tão fundo nessa cultura que suas vítimas até hoje são em grande parte submetidas a uma série de violências, dando continuidade à violência escravocrata. A escravização como movimento de submissão do “outro” não se encerrou em 1888, pelo contrário, ganha uma nova força na atualidade, a partir de novas ou não tão novas biopolíticas. Desde esse momento de retorno brutal das políticas coloniais no Brasil, no qual observam-se a redução do sistema econômico à exportação de commodities, a suspensão dos direitos trabalhistas, a imposição de um racismo descarado e oficial, a política de destruição das florestas e de suas populações originárias, o desmonte do sistema educacional que, finalmente, neste século havia sido aberto às populações negras, o governo brasileiro impõe uma revisão da história brasileira e da arte afrodescendente. Uma das pedras de toque da campanha do governo Bolsonaro foi a edulcoração da história colonial e do período ditatorial (1964-1985).

Na atualidade, nunca o culto dos bandeirantes foi tão longe ao lado da edulcoração da violência policial e da violência dos políticos contra as populações negras e indígenas. Não me refiro apenas ao poder executivo e ao governo de Brasília (DF). A pobreza e esses grupos étnicos têm sido criminalizados, paralelamente, o genocídio negro é produzido e reproduzido a cada dia nas cidades e no campo. Nesse contexto, a história do Brasil, dos negros e da arte negra deve ser revista no âmbito da macro-história, como parte de um longo embate colonial que não se encerrou, muito pelo contrário.

O Estado, tende a produzir a outrificação daqueles grupos que ele quer, de alguma maneira, submeter, impedindo a germinação de sua cultura e a preservação de seu próprio espaço, que é vital para os indígenas, por exemplo. A defesa da floresta, das suas populações originárias e dos quilombolas, no limite, tem a ver com a preservação da humanidade. O negacionismo ambientalista da extrema direita se coaduna com o seu projeto genocida que no fim, a bem da verdade, atinge a todos nós. Mas do ponto de

vista fascista existiria uma linha que dividiria os dignos de viver e os indignos (Como vemos em muitos filmes de ficção científica ou na caricatura do empresário Elon Musk que quer ir para Marte com sua nave privada). Nesse sentido, relembro Aníbal Quijano, um dos grandes teóricos do descolonialismo: "O capitalismo mundial foi, desde o início, colonial/moderno e eurocentrado", ou seja, está sempre produzindo "outros", que são projetados no oriente, nos negros e nos indígenas nesse processo de domínio e de apagamento.

3. A virada testemunhal do saber artístico

A seguir, tratarei da virada testemunhal do saber artístico e cognitivo, epistemológico de modo geral, o que significa perceber que as verdades históricas não devem ser tomadas como *a priori* universais. A tradição eurocêntrica que propõe a construção de um saber único, monolíngue e “sem corpo” e “sem local”, na verdade é uma máquina de imposição de um saber que desde sempre foi localizado, na Europa, e teve um corpo, o de “homens brancos”. Este se autodeclarou como alguém que fala a partir de um *logos* que se percebe como a única instância do saber capaz de ser porta-voz de uma cientificidade. Temos de romper com esse pretense universalismo do *logos* ocidental, o qual se colocou nesse pedestal que construiu para si. O pensamento pós-colonial afrodescendente de Achille Mbembe, de Grada Kilomba, de Dipesh Chakrabarty, na Índia, de Aníbal Quijano, do Peru, e de diversos outros pensadores, tal como o brasileiro Abdias Nascimento, procura romper com essa ideia de *episteme* universal, a qual é, antes de mais nada, colonial. Chakrabarty propõe, por exemplo, a ideia de se *provincializar a Europa*, isto é, mostrar que o conhecimento produzido pelo saber europeu tem um espaço localizado como qualquer outro saber e que, portanto, não é universal e nem o único porta-voz da cientificidade que se arvora para si.

Nesse sentido, considero essencial levar em conta *virada testemunhal*, pois todo o saber é testemunho de uma situação particular ou de um corpo determinado, o que revela que não podemos mais aceitar a tradicional separação entre o corpo e o saber, entre o subjetivo e o objetivo. O corpo, fonte de engano da herança católica-cartesiana, também é uma modalidade de expressão da verdade. Na cultura indígena, por exemplo, a pintura corporal é uma fonte de comunicação com entidades espirituais fundamental.

Temos como uma de nossas tantas tarefas, a de desconstruir a arrogância do saber instituído no ocidente, que alimenta nossa colonialidade, a matriz colonial, o racismo estrutural de um tipo de saber, positivista, eurocentrado e masculino e, portanto, homofóbico, misógino, heteronormativo etc. O governo Bolsonaro, de resto, deixou claro como o pacote da colonialidade articula essas instâncias todas.

Ao longo do século XX e até recentemente, observou-se uma tendência a se tratar de modo indiferenciado artistas afrodescendentes e artistas não afrodescendentes como parte de uma “arte afro-brasileira”. Apenas a partir do final do século passado é que esse procedimento começou a ser questionado. Surgiu, assim, uma nova arte “do corpo”, com forte *teor testemunhal* (SELIGMANN-SILVA, 2016), que tornou impossível a separação entre esses artistas, a construção de uma subjetividade e de suas obras. Esses artistas atuam sobre o que denomino “sujeito”, o sujeito que ao invés de tentar idealisticamente “representar” um mundo exterior, dá forma ao mundo a partir de sua subjetividade, constituída no contexto de conflitos de classe e de raça. Não podemos esquecer que essa “virada subjetiva” também foi uma “virada étnica”, a qual teóricos da arte como Hal Foster detectaram nos anos 1990, denominando-a “etnológica” (FOSTER, 1996).

Nesse novo contexto das artes, tornou-se necessário detectar os meandros da relação entre a produção artística e a identidade étnico-racial, sobretudo, quando se tratava de um artista de origem africana, pois as identidades afro se estabelecem dentro e em combate à *episteme* e ao sistema colonial, “provincializando a Europa”, na expressão já mencionada de Dipesh Chakrabarty (2007). Desse modo, as artes não puderam ou não podem aceitar mais a ideia de uma “universalidade da arte”, tal como fora formulada pelo platonismo na Antiguidade, e sua doutrina dos *Eide*, os ideais transcendentais, reformulada por Kant na modernidade, desde sua ideia de arte como prazer “sem interesse”, desprovido de envolvimento e de volição. Por mais que Kant tenha enfatizado que o universal na arte é sempre subjetivo (*Crítica do juízo*, § 8), ele submeteu a sua estética a uma epistemologia de cunho iluminista e eurocêntrico, bem como a um padrão de beleza “clássico”.

3.1 Arte Negra, Afrodescendente ou Afro-brasileira e o Dispositivo Estético

Em relação à questão da denominação de arte afrodescendente, ou de arte negra ou ainda de arte afro-brasileira, como se diz usualmente, considero que essa última denominação está inserida em um processo de apagamento do fato de que a arte é produzida por descendentes de africanos, que têm uma relação de pertença a uma história. Esse tema é ainda objeto de um debate em aberto no campo da História da Arte no Brasil e da Antropologia, mas considero importante de se refletir sobre ele porque é essencial assumir esse elemento local, corpóreo e essa ideia de uma continuidade, tanto de uma triste herança de violência, quanto de agência, de cultura, de produção resistente de saberes, de epistemologias que sempre foram massacradas, e que agora estão se mostrando de modo cada vez mais incontornável.

Podemos dizer que a luta que se dá no campo das artes afrodescendentes no Brasil é a luta pelo reconhecimento do elemento violento, ideológico, de *apagamento* da história dos negros e de uma miríade de culturas, no bojo dessa ideologia estética “universal” e universalizante, branca, eurocêntrica e racista. Quando falo em “arte negra”, afrodescendente ou afro-brasileira, refiro-me à arte produzida por artistas que se entendem como parte de uma *comunidade*, a daquelas populações submetidas à história da violência e de sua resistência a ela. Vale insistir, porém, que se trata, para esses artistas, de uma *conquista* dessa continuidade. Trata-se da superação de um apagamento imposto por poderosas políticas de esquecimento que, no Brasil, procuram de modo ambíguo, glamourizar nossa história na mesma medida em que negam qualquer continuidade entre a violência do sistema escravocrata e as violências biopolíticas e raciais na atualidade.

3.2 A arte de desenterrar histórias: a tarefa é explodir o continuum da história

Nesse contexto, proponho unir o clamor de Krenak (e de muitos ameríndios) a favor do sonhar empoderador difundido em seu livro *Ideias para Adiar o Fim do Mundo* (KRENAK, 2019) ao projeto de se “criar novos papéis fora dessa ordem colonial” (KILOMBA, 2019, p. 69). Essa recriação assenta-se também em uma reimaginação do mundo. Podemos dizer algo semelhante a respeito da luta que se dá no campo das artes afrodescendentes no Brasil.

Vale ressaltar que a história da arte negra é a história da construção de pontes e de veios de comunicação com o passado – um passado traumático que não passa, que

está em suspenso –, é a história de ruptura da camada de concreto com a qual a ideologia colonial branca procurou enterrar a história da violência de classe e racial neste país e a história de lutas e resistências. Basta ver nossos cemitérios negros, literalmente sob o concreto de nossas cidades, seja no Valongo, no Rio de Janeiro, seja no bairro da Liberdade em São Paulo. Na medida em que o magma dessa história de violência jorrou, a virada na história da arte negra levou a uma ruptura radical com o que denomino de *ideologia do estético*: a nova arte negra que nasceu desse banho no líquido amniótico do horror, mas também da luta resistente, é eminentemente política e crítica do discurso do universalismo amnésico, assimilador e destruidor da identidade negra, na mesma medida em que procura estabelecer as bases de uma cultura afro-atlântica.

A ideia de explodir o continuum da história que é central no pensamento decolonial, assim como na do pensamento pós-colonial, já estava presente nas teses de Walter Benjamin sobre o conceito de História. Nas teses (texto de 1940), ele assinalava:

A consciência de fazer explodir o *continuum* da história é própria das classes revolucionárias no momento de sua ação. A grande Revolução introduziu um novo calendário. O dia que dá início a um calendário funciona como uma câmera rápida da história. E no fundo é esse mesmo dia que retorna sempre, sob a forma dos feriados, dias de reminiscência. Portanto, os calendários não contam o tempo do mesmo modo que os relógios. São monumentos de uma consciência histórica, da qual, há mais de cem anos, não parece haver restado o menor traço na Europa. Ainda na Revolução de Julho houve um caso em que essa consciência fez valer o seu direito. Quando a noite do primeiro dia de combate chegou, aconteceu que, em mais de um lugar de Paris, e de maneira independente e ao mesmo tempo, tiros foram disparados contra os relógios das torres. Então uma testemunha ocular, que talvez deva a sua clarividência às rimas, escreveu: “Qui les croirait! on dit qu’irrités contre l’heure,/ De nouveaux Josués, au pied de chaque tour,/ Tiraient sur les cadrans pour arrêter le jour.”⁴ (BENJAMIN, 2020, p. 125-126).

Neste trecho, Benjamin disserta sobre a questão dos novos calendários instituídos pelas revoluções, pois eles mostram um tipo de memória viva, uma relação intensa com o passado e não uma relação de encobrimento, como demonstrado no caso de Eldorado dos Carajás, cujo memorial serve para as pessoas recordarem todos os anos a data daquele massacre, daquela luta, daqueles ideais. Desse modo, Benjamin procurava explicitar em suas teses sobre o conceito de história, um modelo que desconstrói o paradigma histórico positivista, que acredita em um tempo contínuo e

⁴ “Quem diria! Irritados contra as horas, / Novos Josués, aos pés de cada torre, / Atiravam contra os relógios, para deter o tempo.”

linear. Trata-se também de um conceito monolíngue, europeu, eurocêntrico, que considera apenas a existência de um tipo de história. Esse dispositivo temporal positivista sempre foi associado a um tipo de Estado, a um tipo de política, que produz todas essas subalternizações e outrificações, sob enorme violência e muitas mortes. Explodir o continuum desse modelo implica em reconhecer tanto a falsidade da ideia de progresso (sempre apenas para poucos) e, no mesmo gesto, descortinar outras histórias antes apagadas, sufocadas que passam a funcionar, em coro, desmanchando o falso verniz da sociedade burguesa e capitalista. Trata-se de uma polifonia que traz novas temporalidades “quentes” que rompem com a linearidade que significava apenas a continuidade da dominação.

Vale dizer que embora não possamos considerar Walter Benjamin como um pensador pós-colonial, nem decolonial, ele prefigura uma senha central para esse pensamento que é a crítica ao historicismo. Ele nos ensina a pensar contra o modelo histórico entronizado na Modernidade e que estrutura nossas políticas até hoje, modelo esse que sempre promete um futuro radiante para todos, quando só faz na verdade reproduzir a exploração. Tanto é que o historiador Dipesh Chakrabarty abraça a ideia da explosão do *continuum* histórico, citando constantemente Benjamin e empreendendo uma crítica do historicismo, considerada por ele como uma das principais tarefas do historiador crítico.

4. Arte, Documento e Testemunho: o museu e a guilhotina e a crise do estético

Desde essa perspectiva, observa-se na história da arte do Brasil, infelizmente, a ideia da existência de uma cultura nacional com formação linear e derivada da cultura europeia. Esse modelo colonial representa a face local do paradigma da história positivista que vimos acima. Assim, mesmo em uma obra fundamental no processo de autoafirmação da arte negra brasileira, como foi o volume *A mão Afro-Brasileira. Significado da Contribuição Artística e Histórica*, realizado para comemorar os 100 anos da abolição e organizado por ninguém menos que o artista, colecionador e fundador do Museu Afro Brasil, Emanuel Araújo (1988), podemos detectar a resistência à virada testemunhal e a reafirmação desse modelo linear. Neste catálogo podemos constatar a força do modelo historicista de uma formação orgânica composta por partes, no qual

caberia reconhecer essa "contribuição" africana específica até agora pouco destacada. O organizador do volume recorda o longo processo de pesquisa realizado para a construção desse importante catálogo e da exposição, visando recuperar "ao menos parcialmente, a participação do homem negro e mestiço na formação da cultura nacional" (ARAÚJO, 1988, p. 9). A ideia de uma "cultura nacional" em formação reproduz o modelo colonial de formação da nação, a partir de suas contribuições das diferentes etnias ou raças que sempre privilegiou a origem europeia.

Acredito que este conceito de "cultura nacional" é muito cheio de arestas, pois ele avaliza a ideia de que existe uma história única, um grande rio que é o rio eurocêntrico da história, com algumas pequenas contribuições aqui e ali. É necessário romper com esse conceito de cultura nacional-em-formação, uma vez que ele é um dispositivo poderoso do pensamento colonial e neocolonial. No caso brasileiro, este modelo permitiu a continuidade da mentalidade dos colonizadores, e, portanto, a reprodução daqueles mesmos modelos de dominação dos trabalhadores e do solo existentes no período colonial.

Daí observamos entre as nossas tradições a ocorrência recorrente de transições negociadas: da independência do país feita por um português que depois volta para ser rei de Portugal; passando por uma república iniciada por uma espécie de golpe de Estado que produz uma ditadura, e assim vai até o final da ditadura de 1964 a 1985, cuja transição também foi acordada. Por conta dessa ostensiva continuidade de nossas elites (neo)coloniais ocorre essa dificuldade de inscrição das nossas histórias de violências, de infrações jurídicas. As elites em sua continuidade persistente nunca permitem que elas mesmas sejam julgadas. Apenas dificilmente abrem-se fissuras no discurso negacionista que tende a comemorar a história como a rapsódia de um sucesso.

Em sua apresentação do Catálogo da exposição, Emanuel Araújo elogia a contribuição do médico psiquiatra e eugenista Nina Rodrigues, definido como "pioneiro dos estudos antropológicos no Brasil, [...] quem primeiro chamou a atenção para arte dos colonos africanos" (ARAÚJO, 1988, p. 10), referindo-se ao ensaio escrito em 1904, que compõe a coletânea de 1988. Nina Rodrigues é um pensador eugenista que considera o negro inferior aos brancos. É curioso constatar que há historiadores da arte que o citam ainda hoje como uma autoridade válida, sem estabelecer antes uma crítica a esse tipo de

pensamento. Nesse sentido, vale a pena recordar o que Nina Rodrigues pensava, de acordo com suas próprias palavras:

Que os caracteres da raça branca, em cujo seio aqui vivem os negros e sob cuja direção e ascendente se forma e se educa na América o espírito dos escultores pretos, possam, modificando-os, ter exercido decidida influência nos seus ideais e concepções de beleza feminina, nada mais natural. Antes seria este um caso banal e simples da influência social, de sugestão ou imitação inconsciente, que, de regra, exercem as classes superiores ou dirigentes sobre as classes inferiores ou dirigidas. (NINA RODRIGUES apud ARAÚJO 1988, p. 179).

Nessas palavras de Nina Rodrigues, para além de sua concepção elitista de arte, existem aspectos que merecem nossa atenção. Refiro-me à noção de arte como documento etnográfico, que tem produzido muita confusão no debate estético dos últimos anos, de modo que esta é uma boa oportunidade para tentar lançar luz sobre essa questão.

Em consonância com a referência feita acima, menciono novamente Hal Foster, que detectou uma virada etnológica na produção artística no final do século XX. Esta virada tem a ver com o que denominei de virada testemunhal na produção cultural (SELIGMANN-SILVA, 2022). Esse movimento em direção ao “documentário” (daí a alta valorização desse gênero desde então e que só tem aumentado em prestígio) levou a uma relação cada vez mais estreita entre a produção e a recepção de obras de arte com o campo da etnologia. Lembremos a famosa frase de Walter Benjamin, que acredito ser fundamental para se pensar a história desse ponto de vista da virada testemunhal: “Não há um documento da cultura que não seja ao mesmo tempo um documento da barbárie” (BENJAMIN, 2022, p.146). É interessante observar que Benjamin ao se traduzir ao francês usa o conceito de testemunho da barbárie (Benjamin, 2022, p. 100) e essa é a ideia fundamental para o historiador, a virada que denomino de virada testemunhal da produção cultural. Devemos aprender a ler na história o seu teor testemunhal, devemos ter a capacidade de escandir dos belos e não tão belos documentos da história a narrativa de sofrimentos e de lutas.

Para deixar claro, ao falar-se do teor testemunhal de uma obra, não se está “reduzindo-a” ao seu “mero” elemento histórico e etnológico. Antes, está se rompendo com a hegemonia da ideologia do estético-colonial que ocultava esse elemento testemunhal da inscrição cultural. Desse modo, George Bataille procurou se aproximar

de antropólogos, tal como Marcel Mauss, por meio de sua revista surrealista *Documents*, publicada entre 1929 e 1930. Esses autores guardavam uma certa nostalgia pela origem dos objetos. Esta nostalgia do “local de origem” das obras de arte fez com que os autores em torno dessa revista sonhassem com um museu capaz de integrar o “valor de uso” de seu acervo e não o massacrasse sob o peso de seu valor estético. Buscava-se, assim, simbolizar o rompimento da arte com o *dispositivo estético*, uma construção eurocêntrica que conduziu à ideia de “arte pela arte”, de “arte pura”, que tenta isolar a relação da arte com a vida, com a política, com o movimento da história (HOLLIER, 2018, p.12; LÉVI-STRAUSS, 1958, p. 412-414).

Não por acaso, as primeiras palavras do verbete “Museu” do dicionário crítico publicado na *Documents*, de autoria de Bataille, não guardam palavras lisonjeiras às origens do museu europeu:

Segundo a *Grande Enciclopédia*, o primeiro museu no sentido moderno da palavra (isto é, a primeira coleção pública) teria sido fundado em 27 de julho de 1793, na França, pela Convenção. A origem do museu moderno, estaria, assim, ligada ao desenvolvimento da guilhotina (BATAILLE, 2018, p. 193).

Neste texto, observamos a associação clara entre a política e o museu estabelecida por Bataille.

4.1 O momento destrutivo e a demolição das Cartografias de Poder

Nesse contexto, vale recordar Aracy Amaral, em um texto no mesmo catálogo já referido organizado por Emanuel Araújo, que, após apresentar uma sequência rápida dos nomes de artistas como Antônio Bandeira, Rubem Valentim, Almir Mavignier, Edival Ramosa, Genilson Soares, Maria Lidia Magliani, Octávio Araújo, entre outros, afirma:

Na apreciação da obra desses artistas, bem como de seus percursos, pode-se afirmar que, salvo exceções, não existe na arte brasileira contemporânea uma arte negra, com uma preocupação de afirmação como tal, pois tendências as mais diversas se assinalam nestes artistas de cor ou naqueles que nem sequer essa característica fora definidora em suas carreiras (AMARAL apud ARAÚJO, 1988, p. 248).

A autora considera questionável fazer uma “exposição da produção plástica de artistas pela exclusiva razão da cor de sua pele ser mais morena.” Estar-se-ia apenas apontando para algo esquecido, ou seja, a origem desses artistas, já que “o avançado [...]

estágio de branqueamento faz com que no Brasil nem atentemos pra a sua origem” (1988, p. 272). Desse ponto de vista, o projeto eugenista de branqueamento idealizado por pessoas como Nina Rodrigues teria triunfado e não haveria lugar para se pensar uma arte negra no Brasil, ideia da qual discordo.

Por outro lado, Rubem Valentim, importante artista afrodescendente, escreveu o “Manifesto Tardio”, em 1976, que foi em parte esquecido, onde ele disserta sobre a relação da sua produção artística com a elaboração e a apresentação dessa mentalidade à qual ele se sente conectado por ser um negro brasileiro. Este manifesto é um poderoso documento da história da resistência ao processo de apagamento, publicado em plena ditadura militar e retomado no volume editado por Emanuel Araújo. Valentim afirma:

Minha linguagem plástico-visual-signográfica está ligada aos valores míticos profundos de uma cultura afro-brasileira (mestiça-animista-fetichista). Com o peso da Bahia sobre mim - a cultura vivenciada; com o sangue negro nas veias - o atavismo; com os olhos abertos para o que se faz no mundo - a contemporaneidade; criando os meus signos-símbolos procuro transformar em linguagem visual o mundo encantado, mágico, provavelmente místico que flui continuamente dentro de mim (VALENTIM apud ARAÚJO, 1988, p. 294).

Desde a perspectiva desse testemunho, podemos assinalar o texto formulado por Walter Benjamin sobre a necessidade de se destruir os monumentos construídos pelas narrativas históricas tradicionais. De acordo com Benjamin, deve-se destruir/desconstruir a noção de história universal, opondo a ela a descontinuidade do tempo histórico. Deve-se destruir a ideia de narrabilidade da história e sua epicidade. Benjamin contrapõe ao pensamento histórico do historicismo a necessidade de se construir uma estrutura teórica robusta, enervada pela luta de classes à qual devemos acrescentar as lutas das mulheres, dos LGBTQIA+, das populações afrodescendentes e originárias. Em contraposição à empatia com os vencedores, Benjamin propõe uma escrita da história que estabeleça uma *tradição dos oprimidos*.

Nesse mesmo sentido, o curador camaronês que vive em Berlim Bonaventure Ndikung propõe a “demolição de cartografias de poder” e de uma “recalibragem das relações humanas e não humanas, espaciais e sociais”. Ndikung propõe uma análise desde a questão geográfica e geopolítica associada à construção do poder da colonialidade, baseada na premissa de que há uma “interdependência de todos os seres animados e inanimados que coabitam este mundo” (NDIKRUNG, 2019, p. 64). Não

podemos pensar um modo de construir o comum decolonial e projetos culturais e sociais decoloniais sem levar em conta o compromisso íntimo existente entre o sistema capitalista, a empresa colonial, o falocentrismo, a destruição socioambiental, o racismo, o antropocentrismo e o especismo.

5. A descolonização de nossas mentes e imaginações

Em relação à tarefa da crítica decolonial, uma importante contribuição vem de Grada Kilomba, artista nascida em Portugal e de origem africana que migrou para Berlim (onde fez seu doutorado em psicologia), que discorre sobre a “descolonização de nossas mentes e imaginações” em seu livro *Memórias da plantação*. Inspirado em Frantz Fanon, o livro é baseado no procedimento de recolher histórias de negros da diáspora e contar essa história de violência a partir dos testemunhos. Este processo de construir o comum decolonial e projetos culturais e sociais decoloniais deve possibilitar, conforme escreveu Kilomba com relação à tarefa da crítica ao colonial, a criação de “novos papéis fora dessa ordem colonial”, permitindo uma “descolonização de nossas mentes e imaginações” (KILOMBA, 2019, p. 69), conforme as palavras de Malcolm X, citado por ela.

Esse processo pode ser construído ainda por meio da promoção do “Disothering” de que nos fala Bonaventure Ndikung. Se a “outridade” é a “personificação dos aspectos reprimidos da sociedade branca” (KILOMBA, 2019, p. 78), a tarefa da tradução cultural é a de promover a “Desoutrização”. Essa Desoutrização visa atuar contra a infantilização, a primitivização, animalização e a erotização da arte, que Kilomba localiza na construção do “Outro” (KILOMBA, 2019, p. 79). A tarefa de pensar essa cultura decolonial implica conquistar um “local de self” para todos: “Toda vez que sou colocada como ‘Outra’” – narra Kilomba – “estou experienciando o racismo, porque eu não sou ‘outra’. Eu sou eu mesma” (KILOMBA, 2019, p. 80). O sujeito outrificado é incompleto, pois sua subjetividade é tolhida em termos políticos, sociais e individuais (KILOMBA, 2019, p. 81). Essa outrificação cotidiana à qual o negro é submetido é uma violência que impede a construção de um Eu autorizado a participar dos jogos do saber e da comunicação: eles são apagados enquanto agentes de saber, sobretudo nesse momento de radicalização do fascismo.

A fotógrafa da África do Sul, Zanele Muholi, é autora do projeto *Faces and Phases*, onde ela exerce, por meio de fotografias, um ativismo visual para garantir a visibilidade *queer* negra. De acordo com Muholi:

Diante de todos os desafios que nossa comunidade enfrenta diariamente, embarquei em uma jornada de ativismo visual para garantir que haja visibilidade *queer* negra. *Faces and Phases* é sobre nossas histórias e as lutas que enfrentamos. *Faces* expressam a pessoa e *Phases* significam a transição de um estágio de sexualidade ou expressão e experiência de gênero para outro. *Faces* também é sobre o confronto pessoal entre eu como fotógrafa/ativista e as muitas lésbicas, mulheres e *transmen* com quem interagi de diferentes maneiras. As fotografias desta série atravessam espaços de Gauteng, Cidade do Cabo, Mafikeng e Botswana à Suécia (MUHOLI, 2010, s. p.).

Pensando em possíveis desdobramentos dessas propostas decoloniais, indico a visita à obra *Quem não reagiu está vivo* (2015), de Jaime Lauriano (que pode ser vista no site do artista). Nesta obra, Lauriano se propõe a repaginar a história do Brasil a partir da história da violência, daquilo que foi apagado, daquelas pessoas que não são narradas como agentes da história. Lauriano dá agência às populações que sempre foram retratadas como subalternizadas e inferiorizadas. A frase que dá nome à obra lembra uma fala do então governador de São Paulo, Geraldo Alckmin, sobre o Massacre do Pinheirinho, em reação a questionamentos sobre essa desocupação em São José dos Campos (SP), simbolizando a resposta das elites a esse tipo de violência.

6. Resistências: “Construir paraquedas coloridos”

Ao destacar neste texto a continuidade entre a empresa colonial e os nossos dias atuais, pretendo lançar luz sobre essa longa duração, o enorme espaço da empresa colonial, que se estende desde o século XVI, e que não devemos perder de vista sob o risco de sermos sempre novamente surpreendidos por novos candidatos a ditador “salvador” da nação. Esse ponto de vista é fundamental para que possamos levar adiante uma crítica da razão colonial que ainda estrutura nosso cotidiano e nossas vidas. Romper com essa longa continuidade exige que reconheçamos essa longa duração (a “*long durée*” de que nos falava Fernand Braudel em outro contexto, na sua tese de doutorado de 1949, intitulada *La Méditerranée et le Monde Méditerranéen à l'Époque de Philippe II*). Devemos aprender a ler a ditadura de 1964 a 1985 como outro desses momentos explicitamente neocoloniais, tal como o período aberto em 2018, quando a máscara que

encobre a estrutura colonial cai por terra e revelam-se os lucros máximos, para as elites e para seus parceiros metropolitanos como o único projeto para este país.

Reproduzo aqui as palavras indispensáveis de Aimé Césaire: “No fundo do capitalismo, ansioso por sobreviver, há Hitler” (CÉSAIRE, 2020, p. 19). Não por acaso esses governos desses dois períodos (ditadura de 1964 e governo Bolsonaro) foram tão humilhanamente subservientes aos interesses norte-americanos. As elites sem máscaras, que batem palma ante falas e atos racistas, que instigam biopolíticas genocidas, que exigem a destruição das leis trabalhistas, que transformam o Brasil em um misto de campo de trabalho forçado e de necrópole, são as continuadoras da empresa colonial com sua exploração sem limites dos trabalhadores e da terra. Todo o discurso desenvolvimentista revela-se cantilena encantatória. Impõe-se a narrativa segundo a qual existem países “em desenvolvimento”, que na verdade estão condenados, caso esse sistema neocolonial não seja explodido, a ser eternos “países do futuro”. Vendemos nossa liberdade e dignidade em nome de um monumental Eldorado futuro de pés de barro.

Nesse contexto, Ailton Krenak anotou de forma quase profética: “Vamos aproveitar toda a nossa capacidade crítica e criativa para construir paraquedas coloridos. Vamos pensar no espaço que pode despencar em paraquedas coloridos” (KRENAK, 2019, p. 30). Com essas palavras, Krenak indica uma janela, desenhada em 2020, para tentar superar a crise produzida pela pandemia. Com a potência de nossa mente, expandindo-a para a dimensão do cosmos onde voaremos em nossos “paraquedas coloridos”! Essa formulação, que permite estabelecer uma ponte que vai do terrível ao maravilhoso, rompe com a clausura, rachando as paredes de nossos “claustros”. Podemos dizer que ela é auto performática, na medida em que Krenak, ao formular sua tese, já está produzindo em nossas mentes aberturas, expansões para além de nosso cativeiro imposto pela Covid-19. Mas não se trata, é claro, apenas do confinamento produzido pela pandemia de SARS-Cov-2. Krenak formulou essa ideia antes da pandemia e a partir de uma poderosa reflexão sobre os caminhos e acidentes da história da humanidade. O espaço confinado a que ele se refere nessa passagem é o confinamento dentro da razão instrumental de origem humanista e Iluminista que está na base de sustentação da empresa colonial. Essa razão que elegeu um modo de progresso que

entroniza a “primeira técnica” destruidora que se alimenta da terra e das pessoas e está nos levando ao “fim do mundo” a que se refere o título de seu livro, *Ideias para adiar o fim do mundo*.

A razão instrumental nos lançou em uma *aporia*, em um impasse, numa incerteza profunda que nos paralisa. Fechou as portas e estamos sem saída. *Aporia* vem do grego *áporos* e deriva, somado ao grego *póros* (passagem). Em meio à clausura produzida por esse modelo de desenvolvimento – e que gerou uma gigantesca e avassaladora pandemia – as palavras de Krenak, um líder indígena que vem de uma cultura que vive há milênios nas Américas sem nunca ter chegado à situação semelhante, sugerem saídas criativas. Façamos os nossos “paraquedas coloridos”. Krenak descreve essa aporia enfrentada pela sociedade, mostrando que vem de outra tradição, de uma história mult centenária de sobrevivência e de muita luta:

Em 2018, quando estávamos na iminência de ser assaltados por uma situação nova no Brasil, me perguntaram: “Como os índios vão fazer diante disso tudo?”. Eu falei: “Tem quinhentos anos que os índios estão resistindo, eu estou preocupado é com os brancos, como que vão fazer para escapar dessa”. A gente resistiu expandindo a nossa subjetividade, não aceitando essa ideia de que nós somos todos iguais (KRENAK, 2019, p. 31).

Ao invés de ficar na posição melancólica, na prostração paralisante, Krenak nos fala de um outro registro de pensamento, para além de nossos parâmetros cartesianos, que veem no raciocínio lógico o ápice do saber. E motivos para a melancolia é que não faltam, quando observamos a história de destruição e de violência contra os indígenas no Brasil por conta da longa empresa colonial. Krenak, partindo dessa gigantesca e pesada herança de genocídios, etnocídios e de lutas pela sobrevivência, dá uma virada e propõe a resistência pela imaginação. Enxerga nela uma poderosa “esburacadora” de brechas, que permite a abertura de caminhos, de inúmeros “poros”, que facultam possibilidades e outros meios para sairmos de nossa aporia. Esse comutador que nos lançaria para fora do buraco em que nos encontramos tem como uma de suas faces os sonhos:

Para algumas pessoas, a ideia de sonhar é abdicar da realidade, é renunciar ao sentido prático da vida. Porém, também podemos encontrar quem não veria sentido na vida se não fosse informado por sonhos, nos quais pode buscar os cantos, a cura, a inspiração e mesmo a resolução de questões práticas que não consegue discernir, cujas escolhas não

consegue fazer fora do sonho, mas que ali estão abertas como possibilidades (KRENAK, 2019, p. 52).

Esses sonhos são locais privilegiados que descortinam um novo olhar sobre nossas vidas. Além dessa abertura que permite estruturarmos uma outra leitura do real e construir outras subjetividades, os sonhos são, em si mesmos, locais de moradia sem paredes. Krenak nos fala: “De que lugar se projetam os paraquedas? Do lugar onde são possíveis as visões e o sonho. Um outro lugar que a gente pode habitar além dessa terra dura: o lugar do sonho” (KRENAK, 2019, p. 65). Habitar os sonhos, viver para além “dessa terra dura”, na plasticidade multiforme dos sonhos, abrir poros entre o mundo onírico e nossa vigília, quebrar as paredes da “instituição total” e totalitária a que o sistema da colonialidade reduz a terra inteira. Antes que a terra toda fique dura e seca, Krenak propõe, com toda a leveza do mundo, sem gritos revolucionários, sem clamores a derramamento de sangue, que reconheçamos nos sonhos um lugar de expansão de nossas vidas, um espaço para sairmos da aporia.

Referências bibliográficas

- ALENCASTRO, L. Felipe. *"África, números do Tráfico Atlântico"*, in: GOMES, Flávio e SCHWARCZ, L. (orgs.). *Dicionário da escravidão e liberdade*. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.
- AMARAL, Aracy A. (org.). *Museu de Arte Contemporânea da Universidade de São Paulo: perfil de um acervo*. São Paulo, Editora MAC-USP/Techint, 1988.
- ARAÚJO, Emanuel. *A mão Afro-Brasileira*. Significado da Contribuição Artística e Histórica. São Paulo, Tenenge, 1988.
- BATAILLE, George. *Documents: Georges Bataille*. Tradução: João Camillo Penna e Marcelo Jacques de Moraes. Florianópolis/SC, Cultura e Barbárie, 2018.
- BENJAMIN, Walter. *Sobre o conceito de História*. Edição crítica. Organização e Tradução Márcio Seligmann-Silva e Adalberto Müller. São Paulo: Alameda, 2020.
- CÉSAIRE, Aimé. *Discurso sobre o colonialismo*. São Paulo, Veneta, 2020.
- CHAKRABARTY, Dipesh. *Provincializing Europe: Postcolonial Thought and Historical Difference: Postcolonial Thought and Historical Difference*. Princeton/New Jersey, Princeton University Press, 2007.
- FOSTER, Hal. *The Return of the real. The avant-garde at the end of the century*. Cambridge, The MIT Press, 1996.
- FRAGA, Walter. *"Pós-Abolição: O dia seguinte"*, in: GOMES, Flávio e SCHWARCZ, L. (orgs.), *Dicionário da escravidão e liberdade*, São Paulo: Companhia das Letras, 2018.
- HOLLIER, Denis. *O valor de uso do impossível*. In: BATAILLE, George. *Documents: Georges Bataille*. Tradução: João Camillo Penna e Marcelo Jacques de Moraes. Florianópolis, Cultura e Barbárie, 2018.

- KILOBA, Grada. *Memórias da Plantação*. Episódios de racismo cotidiano, tradução Jess Oliveira, Rio de Janeiro: Cobogó, 2019.
- KRENAK, Ailton. *Ideias para adiar o fim do mundo*. São Paulo: Companhia das letras, 2019.
- LACERDA, Rosane. *A Conquista da América, o Genocídio e a afirmação dos Povos Indígenas no Brasil*. in: SOUSA JUNIOR, José Geraldo de (org.). *O direito achado na rua: introdução crítica à justiça de transição na América Latina*, 1. ed. - Brasília, DF: UnB, 2015.
- LÉVI-STRAUSS, Claude. *Anthropologie structurale*. Paris: Plon, 1958.
- MBEMBE, Achille. *Crítica da Razão negra*. Tradução Marta Lança. Lisboa: Antígona Editores Refractários, 2ª edição, 2017.
- MUHOLI, Zanele. *Faces and Phases*. Munich, Prestel, 2010.
- NASCIMENTO, Abdias. *O genocídio negro*. Processo de um racismo mascarado. São Paulo: Perspectiva, 2016.
- NDIKUNG, Bonaventure Soh Bejeng. *Des-outrização como método* (Leh zo, a me ken de za). In: 21ª. Bienal de Arte Contemporânea Sesc Videobrasil: Comunidades imaginadas. São Paulo: Videobrasil; Edições Sesc, 2019. (Catálogo de exposição).
- QUIJANO, Aníbal. *"Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina"*. In: LANDER, Edgardo (org.) *A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais*. Perspectivas latino-americanas, Colección Sur Sur, CLACSO, Ciudad Autónoma de Buenos Aires, Argentina, 2005.
- RIBEIRO, Darcy. *Os índios e a civilização*. A integração das populações indígenas no Brasil Moderno, Petrópolis: Vozes, 1979.
- SELIGMANN-SILVA, Márcio. *Decolonial, des-outrização: imaginando uma política pós-nacional e instituidora de novas subjetividades*. In: 21ª Bienal de Arte Contemporânea Sesc Videobrasil: Comunidades Imaginadas: Leituras / Serviço Social do Comércio; Associação Cultural Videobrasil; organização: Luisa Duarte; coordenação editorial: Teté Martinho. São Paulo: Sesc: Associação Cultural Videobrasil, 2019, p. 20-44. <http://bienalsescvideobrasil.org.br/webroot/uploads/21Bienal Leituras PT.pdf>
- SELIGMANN-SILVA, Márcio (org.). *História, memória, literatura: o testemunho na era das catástrofes*, Campinas: Editora da UNICAMP, 3a. Impressão, 2016.
- SELIGMANN-SILVA. *A virada testemunhal e decolonial do saber histórico*. Campinas: Editora da UNICAMP, 2022.
- TODOROV, Tzvetan. *A Conquista da América: a questão do outro*. Tradução: Beatriz Perrone- Moises. 3. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2003.
- YMÃ ARANDU. Direção: Maia Lannes. Rio de Janeiro: Núcleo de Audiovisual e Documentário/CPDOC - Fundação Getúlio Vargas, 2016 (15 min.). Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=qZyadb14aR4>.



Os direitos de licenciamento utilizados pela Revista Histórias Públicas é a licença Creative Commons Attribution-Non Commercial 4.0 International (CC BY-NC-SA 4.0)

Recebido em: 30/01/2023
Aprovado em: 28/02/2023

Inscribir el duelo en la desaparición: las políticas de asistencia a víctimas-testigos como nuevo paradigma de la reparación simbólica ¹

*Fabiana ROUSSEAU*²

Resumen: En el texto se abordan las políticas públicas en torno a la memoria, la verdad, la justicia y la reparación, implementadas al interior del Estado Argentino por parte de un grupo de profesionales de la salud mental durante la década que va del 2005 al 2015. Tanto los efectos de esas políticas en el proceso de juzgamiento como la actualización de las marcas traumáticas que se dieron en el contexto de la pandemia, muestran claramente los efectos imprescriptibles del problema del duelo frente a las desapariciones y su diferencia con los duelos frente a las muertes. En ese sentido de la compleja construcción de lazos entre el Estado y las víctimas de Estado, que se anudaron a partir de los juicios por crímenes de lesa humanidad, donde la figura del testigo-víctima tomó un lugar central, da cuenta de la importancia que tiene la inscripción de esos duelos desde el Estado.

Palabras clave: Memoria y Verdad; Justicia y Reparación; Dictadura; Duelo; Salud Mental.

¹ Este texto fue redigido desde la compilación de otros tres textos de mi autoría, a saber, “Sancionar el duelo. Desaparición, duelo e impunidad” (2001) y “Dispositivos clínicos en la realidad pandémica. Algunas experiencias en Argentina” (2022), “Memoria y verdad. Los juicios como rito restitutivo” (2011).

² Graduada em Psicologia pela Universidade de Buenos Aires (Argentina). Directora de la entidad *Territorios Clínicos de la Memoria* (TeCMe), Argentina. Dirigió el Centro de Asistencia a Víctimas de Violaciones de Derechos Humanos Dr. Fernando Ulloa – Secretaría de Derechos Humanos de la Nación (2005/2014). Buenos Aires, Argentina. E-mail: fabianarousseaux@hotmail.com

Inscrever o luto no desaparecimento: as políticas de atendimento às vítimas-testemunhas como um novo paradigma de reparação simbólica

Resumo: *O texto aborda as políticas públicas de memória, verdade, justiça e reparação implementadas pelo Estado argentino por um grupo de profissionais de saúde mental durante a década transcorrida entre 2005 e 2015. Tanto os efeitos dessas políticas no processo de julgamentos como a atualização das marcas traumáticas que ocorreram no contexto da pandemia, mostram claramente os efeitos imprescritíveis do problema do luto diante dos desaparecimentos e sua diferença com o luto diante das mortes. Nesse sentido, a complexa construção de vínculos entre o Estado e as vítimas do Estado, que foram constituídos desde os julgamentos por crimes contra a humanidade, onde a figura da testemunha-vítima ocupou um lugar central, dão conta da importância que tem o registro desse luto desde o Estado.*

Palavras-chave: *Memória e Verdade; Justiça e Reparação; Ditadura; Luto; Saúde Mental.*

Escribir sobre las políticas públicas que implementamos y dirigimos al interior del Estado Nacional un grupo de profesionales durante la década que va del 2005 al 2015 no podría ser posible hoy – en pleno territorio post-pandémico – sin aludir a la modificación radical que el escenario mundial ha provocado. Esto significa que la temporalidad de la narrativa en este artículo está signada por un tiempo retroactivo que se inscribe más del lado de un tiempo lógico que de un tiempo cronológico, porque es desde este futuro-anterior³ que podremos reescribir no sólo lo que fundamos en el marco de aquellas políticas públicas en torno a la memoria, la verdad, la justicia y la reparación, sino también reescribir sus consecuencias e implicancias hoy.

En el tiempo anterior a la pandemia no hubiéramos podido imaginar siquiera hasta qué punto esas marcas, esos legados, habían constituido un terreno ético posible para afrontar los significantes que circularon por el universo de las llamadas “políticas del cuidado”.⁴ En el caso argentino, vemos esas marcas asumidas en el presente por un Estado que intenta restituir algo del tejido social dañado frente a la destrucción generalizada de lo pandémico. Una destrucción que viene a profundizar los ya deteriorados escenarios que dejó la gestión neoliberal de la presidencia anterior, fundamentalmente frente a las políticas de derechos humanos, donde el negacionismo fue una de sus mayores huellas simbólicas.

Veremos si el enorme esfuerzo de inscripción social de la memoria, la justicia, la verdad, en definitiva la vida, que en nuestro país lleva más de cuatro décadas de insistencia, puede ser una vía para anudar esas marcas con el derecho a la vida que ha sido jaqueado durante la pandemia.

Quizás no sea un tema menor pensar hasta qué punto la herencia asumida por los Estados que hacen pié en esas huellas permitieron afrontar las políticas sanitarias del cuidado de otro modo, enlazándolas por ejemplo a los discursos que se constituyeron sobre el valor que cobró el dolor de las víctimas de delitos de lesa humanidad.

³ La utilización del tiempo futuro-anterior nos sirve de referencia para pensar las incidencias de lo hecho, en relación con lo por venir.

⁴ En la actualidad, frente a la dramática situación sanitaria global, se introdujo un concepto crucial referido al modo en que los Estados asumen – o no – el cuidado, la protección, el amparo de los ciudadanos que quedan expuestos al contagio, sobre todo en aquellos casos de mayor vulnerabilidad social donde el confinamiento, que se estableció como única medida eficaz, se hace imposible o difícil de sostener. Es en esa acepción del término que lo introducimos en este artículo.

Cabe la pregunta acerca de si ¿será posible ampararnos en las marcas indelebles de la memoria traumática para lograr un nuevo pacto, en pleno escenario de desintegración de los lazos sociales, como parece haber provocado la pandemia?

Es allí que la resignificación social – siempre retroactiva – a partir de la compleja construcción de lazos entre el Estado y las víctimas de Estado, pudieron jugar un papel preponderante. Y si esto fue así ¿podremos pensar en condiciones de posibilidad que constituyan nuevos escenarios sociales? Durante la pandemia vimos en gran parte de la región – una vez más – los muertos cayendo en fosas comunes, familiares buscándolos y nadie que respondiera, cuerpos desapareciendo bajo la cifra de la muerte masiva y sin rostro, Estados que solo aplicaron políticas sanitarias bajo la lógica de la excepción, sin construir ningún otro canal que hiciera posible la implementación de esas políticas y recién allí se pudieran inscribir bajo el modo del cuidado.

Lejos de eso, vimos en gran parte de la región el retorno del desamparo hacia los ciudadanos del modo más radical y conocido: la indignificación de la muerte. Debemos advertir sobre los efectos insospechados del avasallamiento del rito civilizatorio más importante de la humanidad. Pero veremos si es solo este el obstáculo o si hay alguna diferencia en el tratamiento que los Estados asumen dignificándola.

Si bien es determinante la diferencia que estamos obligados a establecer entre las violaciones de derechos humanos en el marco de delitos de lesa humanidad como trataremos en este capítulo, y las violaciones de derechos humanos derivadas de algunas respuestas estatales frente a la pandemia global; la proximidad simbólica de ambos escenarios en los familiares que aún buscan a sus desaparecidos sin ninguna respuesta o las imágenes de excavaciones de fosas comunes que vimos, así como ciertas figuras que no son solo una retórica, sino que impactan en las y los sobrevivientes que padecieron los efectos traumáticos del encierro, aislamiento, imposibilidad de contacto, etc., retornaron de modo inesperado, sin saber a qué atenerse.

Decíamos antes que en tiempos de pandemia todos los lazos estuvieron en riesgo de desanudarse, los significantes se enloquecieron y se salieron de sus cadenas simbólicas, la temporalidad se desorganizó y los límites se borrarono. En ese contexto caotizado, la apelación a las respuestas estatales siempre son determinantes, sobre todo

en lo tocante a lo que la CIDH define como el derecho a la “trazabilidad”⁵ de los cuerpos, el derecho a una información precisa y certera del destino de los muertos y el derecho a la inscripción de la muerte aún en escenarios urgentes (ROUSSEAUX, 2020). Estos conceptos surgieron a la luz de la búsqueda permanente de familiares de desaparecidos, asesinados, apropiados, y hoy forman parte del conjunto de leyes, estatutos, resoluciones y protocolos que organizan el derecho internacional. No estuvieron desde siempre.

Sabemos, sin embargo, que en varios países latinoamericanos se siguen produciendo violaciones de derechos humanos vinculadas a la desaparición de personas, y que bajo el amparo del discurso sanitario, se relanzó una desesperante búsqueda de los cuerpos, llegando incluso a producirse robos de cadáveres ante la desidia estatal (PÉREZ, 2020).

Sin embargo, las diferencias entre las categorías jurídicas y las responsabilidades estatales son evidentes. Nadie podría confundir el delito de desaparición forzada de personas como práctica sistemática del Estado con las violencias desencadenadas frente al caos sanitario. No obstante, es el Sujeto del Inconsciente el que allí responde y el modo de amarrarse a alguna diferencia posible se liga – no solamente, pero sí una vez más – al acompañamiento que las políticas estatales pueden ayudar a producir. Esto significa que los enunciados son parecidos, pero no el Sujeto-Estado de la enunciación. Hay Estados y Estados, y en América Latina podemos toparnos muy rápidamente con las diversas respuestas y sus efectos, ya que en el amplio universo de víctimas producidas por el terror estatal, se sobreinscriben los discursos de los Estados que desamparan.

En este contexto, cabe destacar algunos de los aspectos de la interlocución existente entre los discursos o las lógicas de la justicia y del psicoanálisis, la psicología y la salud mental, puesto que el discurso de los derechos humanos proviene del campo jurídico. Desde la Declaración de los derechos del hombre y del ciudadano (1789) los derechos de las personas se inscriben en el entramado ideológico que sustenta lo jurídico. Desde el punto de vista del ciudadano, el discurso jurídico sostiene el ideal de igualdad, “todos iguales ante la ley”; desde el punto de vista del sujeto del inconsciente, dividido por el lenguaje; el interrogante se abre respecto de su verdad particular. Podríamos

⁵ Con “trazabilidad” la CIDH hizo referencia al derecho de los familiares de conocer con exactitud el sitio donde fueron enterrados los cuerpos de los fallecidos.

entonces ubicar del lado del sujeto del derecho o sujeto jurídico, la categorización del “ciudadano”, y del lado del sujeto del inconsciente, un sujeto dividido.

Los diversos efectos que se producen en el proceso de tramitación de los duelos, particularizados por la desaparición, introducen una discusión respecto de las incidencias que el vacío simbólico produjo en los sujetos. Los modos de sutura que se movilizan en la búsqueda de una respuesta, interrogan sobre la dimensión del resto insignificanzable de la desaparición. Resto que no sutura ni aún con la posterior certeza de la muerte, porque en el intervalo que va de la desaparición a la muerte, se instala el horror, *das radikal Böse*⁶ e, la incertidumbre y la impunidad.

2. El valor del texto legal

En el caso de la historia reciente de Argentina, a partir de la promulgación de las leyes de Punto Final⁷, Obediencia Debida⁸ y los decretos de Indulto⁹, se produjo un texto jurídico que impunizó las acciones criminales y clausuró la vía de acceso a la verdad respecto de los hechos ocurridos, produciendo una tensión entre las leyes y el recorrido de la verdad como estatuto imprescindible para alojar alguna dimensión de lo justo, instancia diferente de la justicia.

Si pensamos a la sanción como aquello que posibilita la no repetición, podemos incluir allí mismo la función de lo escrito como valor. Se tratará de un valor que instituye un sitio para alojar algo, una proporción de lo acontecido. Proporción que nunca recubrirá todo el sentido de lo ocurrido, porque aquí no sólo nos enfrentamos a un hecho de estructura, sino al encuentro con un absoluto irrepresentable, un goce no cuantificable.

Entre los efectos fundamentales que la política de la desaparición instaló a partir de los años 70 en las personas afectadas, la incertidumbre fue una de las más decisivas.

⁶ Jorge Semprún analiza esta expresión para referirse a la experiencia del Mal Radical (SEMPRÚN, 1998).

⁷ La Ley de Punto Final (no.23.492) fue promulgada en el 24/09/1986 por el presidente Raúl Alfonsín y estableció la paralización de los procesos judiciales contra los imputados de ser autores penalmente responsables de cometer el delito de desaparición forzada de personas durante la dictadura.

⁸ La Ley de Obediencia Debida (no. 23.521) fue dictada por Alfonsín el 04/06/1987, y estableció una presunción que no admitía prueba en contrario, respecto de los delitos cometidos por los miembros de las Fuerzas Armadas que no eran punibles por haber actuado en virtud de la denominada “obediencia debida”, un concepto militar según el cual los subordinados se limitan a obedecer las órdenes de sus superiores.

⁹ Serie de 20 decretos sancionados entre 1989 y 1990 por el presidente de Carlos Menem, indultando los que cometieron crímenes durante la dictadura, incluyendo los miembros de las unidades militares y los líderes guerrilleros. Mediante estos decretos fueron indultadas más de 1200 personas.

Este modo de la incertidumbre, no es del mismo estatuto que el “no hay certidumbre toda para el ser”. Este mecanismo toca un punto de in-creencia. Nadie desaparece. La desaparición desafía uno de los principios fundantes de la existencia humana.

Ya no se trata de lo que los analistas proponemos como el encuentro con lo imposible de significar que atraviesa a todo sujeto como tal, sino que el registro en juego es más bien del orden de un atravesamiento brutal al otro margen de la existencia. La muerte es un agujero que se produce en lo real. El duelo es un agujero en lo simbólico, y el comienzo de un trabajo de movilización significativa para intentar bordear algo de ese agujero. La desaparición, en cambio, se instala en ese espacio que va de la incertidumbre a la construcción de una muerte. Lo que no hace serie.

La certeza en estos duelos es un punto de llegada y no de partida. Desaparición y muerte se distancian en el sitio donde anclan. La muerte es un acto que no puede desinscribirse una vez que el sujeto ha arribado a su reconocimiento, la desaparición es un hecho que se abre a la espera de una resolución, a la espera de una sanción. Allí es el sujeto quien debe sancionar con un dispositivo ficcional¹⁰, convirtiendo el hecho en acto, y decidir si lo toma por verdad.

Cuando Freud habla de los efectos de lo siniestro (FREUD, 2019), se detiene en la cita de E. Jentsch, y dice que éste destacó como caso por excelencia de lo siniestro “la duda de que un ser aparentemente animado, sea en efecto viviente; y a la inversa: que un objeto sin vida esté en alguna forma animado”, aduciendo con tal fin, la impresión que despiertan las figuras de cera, las muñecas “sabias” y los autómatas.

Jentsch asegura que “uno de los procedimientos más seguros para evocar fácilmente lo siniestro mediante las narraciones, consiste en dejar que el lector dude si determinada figura que se le presenta, es una persona o un autómata”. El prefijo negado “un” (“in”) es el signo de la represión, por el cual Heimlich se convierte en *Unheimlich*.

Con el advento de la ley 24.321¹¹ se instauró en Argentina la figura jurídica de “desaparición forzada de personas”. Lo que instaura en ella la dimensión de alguna responsabilidad es el forzamiento. En ese sentido también la misma ley es un poco forzada. No hay en esta figura un significante que aloje efectivamente el lugar del

¹⁰ Aquí utilizamos el término ficcional como aquello que debe oficiar de verdad.

¹¹ “Ley de Desaparición forzada de personas” (04/05/1994), disponible en <http://servicios.infoleg.gov.ar/infolegInternet/anexos/0-4999/719/norma.htm>.

responsable del delito. En neste sentido, en una reportaje de 2001, el dictador Jorge Rafael Videla *decía*:

¿Dar a conocer dónde están los restos? ¿Pero, qué es lo que podemos señalar? ¿El mar, el Río de la Plata, el Riachuelo? Se pensó, en su momento, dar a conocer las listas. Pero luego se planteó: si se dan por muertos, enseguida vienen las preguntas que no se pueden responder: quién mató, dónde, cómo? (SEOANE; MULEIRO, 2001).

La dimensión de la responsabilidad queda anulada, haber hecho desaparecer. Desaparecedor. Desaparecido es un significante de la des-responsabilidad, en el sentido de des-inscribir la responsabilidad en juego y produce en las víctimas la pérdida de las categorías fundantes de la identidad: tiempo y espacio (atemporal, ahistórico, a-espacial).

El derecho a la muerte quedó sustraído y se instauró la lógica que hizo posible la muerte de un cuerpo sin sepulcro, y la anulación de los modos de ritualización de la muerte, aboliendo de esta manera la instalación de un acto simbólico. Las palabras quedan sacadas del cuerpo. El cuerpo queda reducido a un mero acontecimiento orgánico. Vida y muerte son así desprovistas de la dimensión de lo estrictamente humano.

La desaparición de personas empujó a quienes debían atravesar por estos duelos a la construcción de un marco “por fuera de la ley”, funcionamiento clandestino – duelo clandestino (destino de clan, oculto). “En los campos de concentración, más aún que la vida, lo que se exterminaba era la muerte. Los prisioneros eran desposeídos de su muerte, más muertos que muertos, desaparecidos” (BAUDRILLARD, 1997). Cabe recordar que Lacan llama al tiempo suspendido del fantasma “el entre-dos-muertes”.

3. Los umbrales del discurso

“La letra es algo que se lee. Se lee y literalmente [...]. La letra es sobre todo un sitio, un lugar, lo que sitúa” (LACAN, 2006).

Cabe recordar una paciente, que durante los años de la última dictadura en la Argentina estuvo desaparecida en un campo clandestino de detención, en su primera sesión dice que cada vez que comienza un tratamiento se queda sin nada para decir luego de contar su historia. Ella cree haberlo dicho todo. La experiencia del “campo” se anuda

a todo, “le da sentido a todo”, nada queda por fuera de este sentido. ¿Qué más habría para decir luego de la experiencia del “campo”, luego de haberlo visto todo? “La vida en el campo es lo más cercano a la muerte”, la vida en el “campo” es lo que no tiene velo: “El horror no era el Mal, no era su esencia, por lo menos. No era más que el envoltorio, el aderezo, la pompa. La apariencia en definitiva. Cabría pasarse horas testimoniando acerca del horror cotidiano sin llegar a rozar lo esencial de la experiencia del campo” (SEMPRÚN, 1998).

¿Qué es lo que abre otra dimensión? La inclusión de una verdad no-toda. Un significante que agujeree no ya el vacío significante sino el exceso de significación. Lacan dice que la verdad sólo es posible de ser dicha a condición de no extremarla. Entonces será necesario un acto de nominación que abra un agujero, que destotalice al significante. En neste sentido, el rescate del nombre propio permite producir una filiación. Filiación abolida simbólica y jurídicamente también, con el mecanismo sistemático de la desaparición.

¿Cómo se sanciona a nivel subjetivo haber atravesado la experiencia del campo de concentración?, experiencia que toca un punto de irrealidad, no del relato, sino de la creencia. Em el libro *La escritura o la vida*, Jorge Semprún, dice:

(...) Pues la muerte no es algo que hayamos rozado, con lo que nos hayamos codeado, de lo que nos habríamos librado, como de un accidente del cual se saliera ileso. La hemos vivido... No somos supervivientes, sino aparecidos [...] Pues no es algo creíble, no es compartible, apenas comprensible, puesto que la muerte es, en el pensamiento racional, el único acontecimiento del cual jamás podremos tener una experiencia individual... Que sólo puede ser aprehendido bajo la forma de la angustia, del presentimiento o del deseo funesto. En el modo del futuro anterior...” (SEMPRÚN, 1998, p. 104-105).

Desde esta perspectiva, dos interrogantes circundan estas particulares tramitaciones en torno al duelo y los modos de sanción. ¿Qué implica sancionar? Y, ¿cómo se relaciona la sanción con la producción de alguna certeza necesaria para iniciar un proceso de duelo?

La sanción jurídica en Argentina ha instaurado una suerte de borramiento de los hechos acontecidos, o peor aún, ha sancionado la impunidad. Esa es la lógica a la que responden las leyes de Obediencia Debida, Punto Final y los decretos de Indulto, o al

menos, son los efectos que estas leyes producen a nivel de la sanción. ¿Sin sanción y sin certeza a qué apela, entonces, el sujeto para la elaboración de este duelo?

Pero la sanción subjetiva de este duelo, es decir la operación de decidir subjetivamente una inscripción del duelo como tal, no implica sellar la certeza de la pérdida del objeto, ya que la certeza posible en estos duelos importados por la desaparición no es del mismo orden que la de los duelos importados por la muerte. Esta sanción, entonces, no alcanza a recubrir la certeza. Siempre queda un resto irreductible de significantización.

Como plantea Freud en *Duelo y melancolía* en relación a la melancolía, hay un duelo que no logra realizarse, pero sin embargo tampoco es éste estrictamente el estatuto de estos duelos ya que siguiendo el concepto freudiano, estaríamos frente a duelos patológicos, o no realizables, y este no es el caso. Hay en juego una realización, un trabajo que se desencadena y, sin embargo, no termina de anudarse. Podríamos situar esto como una coagulación de los duelos, o como un duelo asintótico, una posición tercera respecto de la díada freudiana normal/patológico.

Si bien es cierto que, al comienzo del trabajo de duelo, los recursos simbólicos nunca son suficientes (*FERREYRA, 2000*), aquí se trata de una modalidad de elaboración, una dimensión irreductible. Un resto intramitable de este duelo. Se trata de un duelo que implica una tramitación sin certeza. Es necesario que suplemente alguna verdad en juego.

En neste sentido, hablaremos sobre dar cuenta de la invención de un dispositivo de trabajo desde el Estado, en el campo de la asistencia a víctimas del terrorismo de Estado, tres décadas más tarde de los hechos que se relatan, un desafío que nos somete a tensiones, sobretudo, en el campo del lenguaje, de la ética y de la praxis.

4. Las víctimas y la verdad

Si hablamos de invención, entonces, no hablamos de experticia, eso es lo que reflejan todos los trabajos expuestos em este tema. Y renunciar a la experticia, lejos de ser una perdida, es entendido por nosotros como una condición necesaria para dar lugar a lo que – consideramos – es nuestra herramienta de trabajo más valiosa: hacer un lugar a la palabra singular de cada testigo del horror y garantizar así el derecho que asiste a las

víctimas, que es hablar em nombre próprio para esgrimir su verdade, sin dejar de lado que esa verdad habla de un acontecimiento social.

El concepto mismo de *testigo-víctima* es um concepto límite. Los juicios contra el terrorismo de Estado que se llevan a cabo em el país hacen que se ponga em juego esta categoría, em la medida em que se tensa y extrema su significado. Esto nos obliga a replantearlo y a cuestionar el saber que sobre la figura de testigo-víctima porta el derecho penal.

Consentir em utilizar la categoría de “testigo-víctima” para hablar de sujetos que atravesaron o fueron tocados, em cualquiera de sus dimensiones, por la experiencia concentracionária, peca de convertirse em una rápida y rígida conceptualización que, si bien nos permite “hacer serie” con el discurso jurídico y sociológico, nos limita em cuanto a todo lo que dentro de esa categoría encontramos cada vez que escuchamos a um testigo. Si hay algo que no podemos anticipar es con qué nos encontraremos cuando citamos a una persona, que se convertirá em un recurso del dispositivo judicial.

Em neste sentido, quizás valga la pena hacer referencia a las condiciones sociales donde se desarrolló y tomó consistência la figura del testigo em materia de crímenes de lesa humanidad. Tal como plantea Elizabeth Jelin, fue cuando luego de Auschwitz, em el juicio a Eichmann, em 1961, los relatos de los sobrevivientes se convirtieron em la prueba fundamental de la existência del holocausto. Allí “aparece el ‘testigo’ como elemento central del juicio, y a partir de entonces se instala lo que [Annette] Wieviorka llama “la era del testimonio”, reproducida em escala ampliada em los años ‘80 y 90’ (JELIN, 2002, p. 83)”.

Sin embargo, esos testimonios, a pesar de haber sido escuchados y utilizados como prueba, no fueron suficientes para hacer existir el holocausto. Tal como plantea el historiador italiano Enzo Traverso em torno a la remoción de la memoria del holocausto: “No fue durante la guerra, cuando los judíos eran exterminados em las cámaras de gas, sino cincuenta años Después, cuando el nazismo pertencia ya a un pasado lejano” (TRAVERSO, 2007).

Es decir, no fue durante Auschwitz donde existió Auschwitz, sino cincuenta años después cuando el mundo estuvo dispuesto a escuchar lo que había sucedido. Em el mismo sentido, Dori Laub plantea: “... los testimonios no fueron transmisibles, o

integrables en el momento en que se producían los acontecimientos. Sólo con el paso del tiempo se hizo dar sentido al testimonio del sobreviviente (JELIN, 2002, p.84 apud LAUB, 1992)”

Pero en la Argentina, miles de personas portan en sus cuerpos la memoria de lo imposible. Frente al límite de la experiencia impesable, el lenguaje requiere un “más allá de él”. Las palabras no alcanzan para nombrar lo que hay que testimoniar. Por eso el testimonio de la experiencia concentracionaria, esse modo particular de narrar lo inenarrable, es siempre posible a condición de no extremarlo.

La “maquinaria desaparecedora que devastó la identidad y el lenguaje” (GATTI, 2008) produjo cuerpos marcados por efecto del límite transpuesto en la implementación del terrorismo de Estado, cuya metodología privilegió la clandestinidad como contundente de inoculación del terror.

Sin embargo los testigos realizan un esfuerzo inmenso, al intentar no perder los detalles que puedan “hacer pasar” a la sociedad lo que sucedió en los centros clandestinos de detención (CCD)¹². Esa sociedad que no es ni más ni menos que la destinatária del mensaje del Estado terrorista, que no es ni más ni menos que la dañada, la que continuó su cotidianidad con esa marca, con esas desapariciones, con esas apropiaciones de niños y niñas, todos ellos, nombres del horror impensable que retorna en cada hecho social actual.

Quienes, como plantea Giorgio Agamben, “viven de ser los testigos”, en tanto ofrecen su testimonio cada vez que sea necesario a efectos de evitar el olvido, se convierten en *autores*; pero los *lectores* – es decir quienes escuchan los testimonios – estarán siempre en relación directa con el texto que se escribe. En este sentido, o filósofo italiano afirmó: “El autor no es otra cosa que el testigo, el garante de su propia falta en la obra en la cual há sido juzgado; y el lector no puede sino asumir la tarea de ese testimonio, no puede sino hacerse él mismo garante de su próprio jugar a faltarse (AGAMBEN, 2005, p.93)”.

Esto significa que nuestro lugar de *lectores* del testimonio que produce cada testigo, somos convocados a la pregunta sobre la consecuencia ética de escuchar esos

¹² La denominación de los centros clandestinos de detención varía según el agregado de exterminio, tortura y desaparición, en este trabajo dejaremos la denominación con la que se los há reconocido en el espacio social durante los últimos años.

relatos. ¿Qué se hace con lo que se escucha? Nadie sale igual de allí, ni los jueces, ni los Fiscales, ni los profesionales de la salud mental, mucho menos los familiares, los hijos, los compañeros que muchas veces escuchan lo ocurrido por primera vez en las audiencias. Es decir que lo que se pone en marcha dentro del esquema “técnico” de los juzgados, en el momento del juicio, arroja sujetos subvertidos en su posición por las palabras que los tocan, pero también por los límites de éstas para enunciar lo irrepresentable. Porque poner a hablar al dolor extremo tiene sus límites. No podemos pretender ir más allá de lo posible.

Los testigos deben atravesar las barreras del pudor para narrar – de un modo lógico siempre fallido – poniendo en juego su existencia de manera radical, asumiendo lo que Agamben define como una vida ética: “Una vida ética nos es simplemente la que se somete a la ley moral, sino aquella que acepta ponerse en juego en sus gestos de manera irrevocable y sin reservas (AGAMBEN, 2005, p. 90)”. Además, en los testimonios se juega con el temor intenso de no recordar todos los detalles, debido a la cantidad de años transcurridos. La sacralización de la memoria, el mandato moral sobre la memoria intacta, se torna un peso enorme. Los testigos se sienten aprisionados entre el deber memorístico y las evidencias de los desfiladeros de la memoria, que siempre se articulan a un recuerdo, que se inscriben en una lógica temporal y subjetiva totalmente diversa a la temporalidad de los hechos históricos.

En este contexto, introducimos la categoría “víctima” para plantear que sin lugar a dudas esta categoría se ha configurado en representante de lo sagrado. Esto es, en el sentido del tratamiento simbólico que sobre lo imposible realiza lo sagrado. Aquello que toda sociedad instituye para recubrir lo intocable, o dicho de otro modo, lo que opera en su función de límite al marcar una frontera (ROUSSEAU, 2018). Esto la constituye en una suerte de nodo central alrededor del cual se trenzan diversos discursos que articulan esos otros nudos conceptuales como desaparición, memoria, ley, rito, terror, verdad, justicia etc. Lo sagrado tensiona esos lugares que intentan abrir a la construcción de la lengua babilónica, aquella que se fue construyendo en nuestra sociedad a partir del significante asintótico del “desaparecido” como la figura que más cabalmente designa a la víctima en Argentina.

En la extensa bibliografía referida a la figura de la desaparición proveniente del campo de la investigación notamos que el discurso técnico, investigativo y jurídico deja por fuera la tensión que provoca la construcción genealógica de la verdad en este campo. El gran obstáculo al que los estudios de memoria se enfrentan cuando están referenciados en esas técnicas es el hecho de escuchar a seres parlantes, divididos por efecto del lenguaje e inscriptos por lo tanto en el equívoco estructural, en lo imposible de ser dicho de modo absoluto; en definitiva, aquellas técnicas se enfrentan con el campo de “lo que no cesa de no escribirse”, es decir, aquello que Lacan definió como lo real, lo traumático, lo imposible (LACAN, 2006).

Cuando el discurso técnico se topa con lo traumático, intenta llenar de categorías el agujero que se produce ante la falta de significación, y de ese modo quiere hacer coincidir y/o cerrar aquello que no cuaja. Porque el sujeto que habla, que transmite la memoria, que intenta traducir lo intraducible, no puede dar cuenta de todo y, a pesar de ello, el campo de la técnica – como el jurídico – se ve compelido a tener que traducirlo de todas maneras. El discurso técnico se dirige a ese Sujeto haciéndolo hablar en una lengua que no habla. Más bien sabemos, por el psicoanálisis, que es hablado por su verdad.

Un ejemplo claro de este dilema es lo ocurrido en el terreno del juzgamiento por crímenes de lesa humanidad en la Argentina y la larga experiencia construida para establecer una interlocución entre ambos los discursos, o también podríamos decir, entre ambas las lógicas. Es allí donde la tarea que emprendimos desde el psicoanálisis, la psicología, la salud mental, en el marco del Estado, en particular desde la Secretaría de Derechos Humanos de la Nación, cobró un valor muy considerable en estos procesos.

5. Las coordenadas de una experiencia inédita

En el libro “Políticas y lugares de la memoria” (2019), Juan Besse realiza una aseveración muy pertinente para pensar las políticas de memoria en la Argentina y dice:

... el movimiento por los derechos humanos es un movimiento que no solamente se piensa contra el Estado, como expresión de demandas de justicia y verdad por parte de la sociedad civil, sino que quiere *darle forma al Estado*, que quiere producir institucionalización de esos derechos conseguidos y no solo en el plano estricto del Derecho sino también en la materialización de una institucionalidad que haga efectivo

lo establecido en la esfera estrictamente jurídica (BESSE, 2019, p. 31. El resaltado es nuestro).

Esta definición que Besse trae para hablar de la singularidad del caso argentino en materia de derechos humanos abre una dimensión importante, porque si hay algo que diferencia a nuestro país del resto de los países en torno a las políticas de memoria, verdad, justicia y reparación es el complejísimo y profundo vínculo que el movimiento de derechos humanos estableció con el Estado.

Ello se debe por una parte al trabajo decidido y serio de lectura que el Estado realizó acerca de las marcas simbólicas, los legados, las políticas marcadas fundamentalmente por las Madres, las Abuelas, los H.I.J.O.S. y los sobrevivientes, y el impacto de esas políticas sociales de memoria en las nuevas generaciones que sostienen aún el deseo de saber sobre aquello que seguirá produciendo un nuevo horizonte en la memoria de lo traumático. Por otro lado, es evidente que el movimiento de derechos humanos en Argentina encontró –no sin tensiones– en la gestión gubernamental que va del 2003 al 2015 un terreno sobre el cual anclar, particularmente iniciado el 24 de marzo de 2004, cuando el entonces Presidente de la Nación pidió perdón en nombre del Estado frente a lo que había sido uno de los Centros Clandestinos de Detención y Exterminio más notorios del país, la ex Escuela de Mecánica de la Armada (ESMA)¹³.

Cuando iniciábamos la travesía del introducir la dimensión borrada del Sujeto que quedaba por fuera del discurso jurídico, en los juicios por delitos de lesa humanidad, Eduardo L. Duhalde¹⁴ escribía:

Sin lugar a dudas, la reapertura de las causas –pese al tiempo transcurrido y lo inédito de esta experiencia nacional e internacional por la masividad de juzgamientos y el número de testigos que involucra– hace que el cuerpo interdisciplinario específico de profesionales llamados a dar respuesta a esa exigencia no se encuentre en buena medida suficientemente formado en un quehacer que excede sus propias prácticas cotidianas (DUHALDE, 2008, p. 8).

Tomar la palabra para introducir la verdad de los hechos a través de testimonios y testigos en el marco de los procesos contra el terrorismo de Estado en la Argentina implicó poder pensar teóricamente la problemática de las víctimas del terrorismo de Estado, aun

¹³ Para más detalle sobre este acto de pedido de perdón presidencial, ver Rousseaux (2018).

¹⁴ Secretario de Derechos Humanos de la Nación desde 2003 hasta su muerte en 2012.

en el campo de la clínica psicoanalítica, ya que fue necesario contar con una herramienta teórica que es el concepto mismo de “terror de Estado”. El terror no es cualquier forma de violencia ni provoca los mismos efectos.

El libro de Eduardo L. Duhalde, *El Estado terrorista argentino*, fue un aporte imprescindible para comprender los mecanismos desplegados en la implantación del terrorismo de Estado, ya que según su análisis

No se trata solo ya del Estado militarmente ocupado, asaltado por su brazo militar, donde la coerción ha reemplazado a las decisiones democráticas y donde el autoritarismo se configura en el manejo discrecional del aparato del Estado y en la abrogación de los derechos y libertades de los ciudadanos. Por el contrario, implica un cambio cualitativo y profundo en la propia concepción del Estado, una nueva forma de “estado de excepción”. Esa implementación sistemática fue pensada para generar efectos de allí en adelante (DUHALDE, 1999, p. 217).

Por otra parte, retornando a la idea de la temporalidad lógica, el terrorismo de Estado no es solo algo que ocurrió sino algo que ocurre –a través de sus consecuencias– en la medida en que aquello ocurrido sigue pulsando en lo actual bajo diversas manifestaciones sintomáticas (ROUSSEAU, 2008).

6. Los tiempos lógicos en la estructura del testimonio

Ya no podemos pensar el testimonio – considerando se lo presentado antes y el enorme caudal desarrollado en los juicios – sino como un acto del sujeto que testimonia. Un acto que implica transponer lo íntimo. Frente a los procesos de decisión subjetiva que se abren para afrontar la escena judicial, hemos detectado que, en muchos casos, se provocan situaciones que desestabilizan la estructura familiar debido a que retornan el terror, la parálisis y el recuerdo de los hechos, muchas veces demasiado ominosos.

El testigo debe enfrentar una situación tremendamente compleja en su entorno familiar y en algunos casos incluso el reproche. Se juega la tensión angustiosa de la exigencia moral del testimonio, el “deber de memoria” y la implacable necesidad de no olvidar nada, ni olvidarse de nadie. Por otro lado, se impone la pregunta íntima respecto de cómo transponer al plano de lo público aquellos recuerdos que por la magnitud y profundidad de la marca que han dejado, se vuelven innombrables, y también inaudibles para la propia audiencia.

El lugar de terceridad que aporta el escenario judicial no solo pone un coto a la decisión en soledad de consentir testimoniar, sino que también puede aportar un marco simbólico sobre el cual otorgar un sentido diferente a ese testimonio que quizás se produce por primera vez. La eficacia de cierta protección institucional y discursiva oficia de límite justamente allí donde se habían arrasado todas las protecciones y violado todos los derechos.

Es en esa tensión intraducible que el testimonio tiene lugar. Para ello la temporalidad transita por una lógica diversa a la temporalidad de los hechos objetivos exigidos por la técnica judicial. Es habitual entonces escuchar en las audiencias que los relatos cambian sus tiempos verbales para poder ser desplegados y ello da cuenta del acto que conlleva hablar allí: no se trata sólo de recordar, sino de revivir. Esa es la tela de la que está hecho el testimonio frente a delitos de lesa humanidad porque "...los testimonios traen a un presente actual los crímenes cometidos y enterrados en el pasado. Y ese 'actual', se entrelaza con el tiempo lógico de la historia y del inconsciente, resignificando el sentido, la magnitud y las consecuencias de esos crímenes" (ROUSSEAU, 2009, p. 34).

7. La inscripción del testimonio en las políticas de reparación

Lo reparatorio se instituye en lo que denominamos "el tratamiento del testimonio". Dice Giorgio Agamben en su libro *Lo que queda de Auschwitz*: "recoger la palabra secreta, escuchar lo no testimoniado, ahí nace toda escritura, toda palabra como testimonio" (2000, p. 20). Dar testimonio es en cierto modo escribir un texto, en el cual nos encontraremos siempre con un resto inenarrable para escribir y para transmitir. Al dar testimonio, el sujeto reescribe su historia, la reinventa.

Quien da testimonio lo hace sobre una verdad, y esto es lo que da a su palabra consistencia. Pero a su vez es la función de lo intestimoniado, la falta del recuerdo completo y absoluto lo que se torna esencial para la producción del recuerdo. En la memoria apelamos a un desciframiento, no hay en ella la presencia completa de lo vivido.

Hablamos de la irrupción de un recuerdo de algo que paradójicamente es no-sabido, y nos estamos refiriendo a las significaciones que se abren al tomar la palabra.

Ese registro particular que se presenta en el sujeto, precisamente como desconocimiento, es el punto de cruce entre lo íntimo y lo éxtimo¹⁵ del sujeto que testimonia.

Dar testimonio, entonces, es hablar de aquello que hemos atravesado, no para decirlo todo sino para hacer intervenir una intimidad en el espacio público, intimidad que no es otra cosa que ese resto desconocido del sujeto.

Ahora bien, dijimos más arriba que el Sujeto del testimonio es un Sujeto dividido por el lenguaje. Y que su testimonio se inscribe en esa intersección. El nuevo sentido otorgado por quien testimonia podemos pensarlo no solo a través del impacto subjetivo que cada testimonio puede provocar, sino también en tanto se inscribe en el marco de una perspectiva de reparación donde la exigencia de la legalidad jurídica en juego, respecto de la objetividad de los hechos, interseca con la legalidad del inconsciente que atraviesa a todo ser hablante y en ese sentido analizar lo que implicaría no hacer lugar a ese Sujeto en las audiencias.

El Otro jurídico tiene una función constituyente en la subjetividad, por lo tanto es preciso diferenciar la función de la ley como ordenadora de la subjetividad, de la función que encarnan las leyes del Estado.

Por supuesto que esto trae aparejadas una serie de tensiones enormes, dado el carácter restrictivo que impera en la técnica judicial. Y no podría dejarse de lado tampoco esa exigencia. Entonces nos encontramos frente al siguiente dilema: ¿quién habla? Y un segundo dilema que se anuda al anterior ¿es siempre reparador hablar?

Luego de una larga experiencia de escucha en casi la totalidad de los juicios que se desarrollaron en Argentina en el período que va del 2006 al 2015, podemos afirmar que no todos los testimonios son reparadores por el simple hecho de hablar. Hay en juego un contexto, un marco que se da principalmente cuando desde los diversos programas estatales los y las testigos son escuchados en su singularidad, en su temporalidad, y en sus límites. Ese marco es la frontera necesaria para dignificar la palabra del testigo, no extremar sus límites, y alojar el modo singular en que cada persona puede acceder a su propia verdad y enunciarla, ya que al enunciarla la está re-escribiendo e incluso reviviendo como señalamos con anterioridad. Muchas veces ese acto de re-escritura que

¹⁵ Para Jacques Lacan, lo éxtimo está referido a un lugar exterior-interior; se funda en la idea de que lo íntimo es el Otro, viene de afuera.

es el acto del testimonio, trae como consecuencia un efecto de alivio, de reparación histórica. Pero ese impacto reparador no puede darse de cualquier manera sino en la medida en que no se extremen los límites del dolor.

8. El acompañamiento en los juicios como política de Estado.

Sus derivas Desde la Secretaría de Derechos Humanos de la Nación, dependiente del Ministerio de Justicia y Derechos Humanos, implementamos un programa nacional en 2006 que tuvo sus efectos a nivel regional.

Junto al inicio de los juicios contra el terrorismo de Estado en nuestro país, planteamos la necesidad del “acompañamiento” como una función central en las políticas públicas reparatorias, ya que el hecho de que el Estado interviniera habilitando un espacio de confiabilidad para que el testigo produzca ese acto de palabra en relación a la Memoria, la Verdad y la Justicia, inscribiría el proceso testimonial en un marco de “derecho al testimonio”, antes que un “deber de testimoniar”.

Surge así el Plan Nacional de Acompañamiento y asistencia integral a los querellantes y testigos víctimas del terrorismo de Estado, que tuvo alcance nacional y fue el primero en toda la región. Lo describiremos un poco más adelante.

Simultáneamente se produjo un contexto general donde se fueron creando diversas necesidades de atención y acompañamiento a víctimas de violaciones de Derechos Humanos en diversos países. A partir de los procesos represivos vividos en América Latina y muy especialmente en el Cono Sur, a través del denominado “Plan Cóndor” (coordinación represiva de los gobiernos de la región), se fueron generando instancias de debate sobre las secuelas del terror estatal aún varias décadas más tarde. Ese reclamo tomó un tinte singular a partir de la asunción de gobiernos populares en la gran mayoría de esos países, interesados por los sectores más dañados, perseguidos y marginalizados. La producción de políticas públicas de reparación y particularmente de reparación simbólica fue un acontecimiento novedoso en esos años.

Mirando un poco hacía atrás, podemos decir que durante las décadas del 1970 y 1980 la tarea de asistencia y acompañamiento a las víctimas de violaciones de Derechos Humanos en los países de América del Sur estuvo a cargo de los equipos

psicoasistenciales pertenecientes a los organismos de Derechos Humanos¹⁶. Ellos habían abordado esa tarea articulando redes regionales informales y en muchas oportunidades en medio de la clandestinidad imperante en la región para cualquier actividad vinculada a los múltiples modos de resistencia que se fueron organizando en torno a los efectos que provocaba el terror de Estado en las víctimas directas y sus familiares. Esas respuestas se fueron organizando primero, a nivel local y luego a nivel regional, intentando de este modo dimensionar la gravedad de los hechos que se vivían en ese período. Sin embargo —y para entender la importancia de la articulación de esos procesos—, en la medida que los gobiernos democráticos han dado signos de implementar políticas reparatorias y de reconstrucción de la memoria y de la verdad histórica, esos equipos psicoasistenciales han comenzado a debatir acerca de la necesidad de lo que se denominó “el traspaso a manos del Estado”.

Los conceptos provenientes del campo de la psicología, la psiquiatría y el psicoanálisis eran insuficientes para pensar los nuevos problemas clínicos que se desencadenaban como producto de las violaciones masivas de Derechos Humanos como políticas de Estado. Es necesario remarcar que el terror produjo consecuencias no solo en las víctimas directas, sino en la sociedad en su conjunto. Esto es necesario de remarcar porque a la hora de pensar políticas públicas destinadas a la población “afectada”,¹⁷ es inevitable que se ponga en debate cuál es ese “universo a asistir”. Por otra parte, un eje transversal de estos temas es la capacidad de las lógicas concentracionarias para generar un gran impacto en el conjunto de la sociedad “de allí en adelante”, es decir que se trata de efectos perdurables en el tiempo, y por esa razón, así como los delitos son imprescriptibles, del mismo modo son imprescriptibles los daños que se derivan de ellos.

Esto significó que si bien los afectados podían continuar recibiendo asistencia psicológica por parte de los equipos psicoterapéuticos especializados en atención a víctimas de violaciones de Derechos Humanos, en el marco de esos organismos no se lograba alcanzar un “efecto reparator” de esas medidas simbólico-terapéuticas. Esto fue así porque es el Estado quien debe velar por los derechos de sus ciudadanos, y este mismo

¹⁶ Salvo, quizás, el caso de Brasil, donde este tipo de experiencias se dieron con menor intensidad, aunque instituciones como del Instituto Sedes Sapientiae, entre otras, han cumplido este rol.

¹⁷ Así se denominaba en los años 1980 a quienes sufrían de modo directo las violaciones de derechos humanos, en particular la desaparición, secuestro y detención.

los estaba violando con una sistematicidad planificada, aplicando el terror como metodología. Entonces, en el sentido estrictamente “reparatorio”, es el Estado quien tiene el deber de aplicar políticas acordes al resarcimiento de los daños. Por lo tanto, si esos tratamientos asistenciales no venían coordinados – de algún modo (cada país con su esquema propio) – con la implicación del Estado en ese proceso, la dimensión reparadora queda omitida, ya que es el Estado quien involucrado con esas políticas otorga un nuevo sentido y valor, generando nuevos efectos terapéuticos. Así, durante los años 70 en cada uno de esos países surgieron instituciones ligadas a organismos defensores de Derechos Humanos que convocaron a profesionales y académicos muy reconocidos en el ámbito de una novedosa “clínica-política” – por denominarla de un modo muy general –, y comenzaron a trabajar sobre los nuevos paradigmas conceptuales que imponen los delitos de lesa humanidad, en particular la “desaparición forzada de personas” y los efectos extremadamente traumáticos de la tortura y las violaciones sistemáticas.

Tras estos antecedentes, se creó en Argentina en 2005¹⁸ un dispositivo inédito en el ámbito de la Secretaría de Derechos Humanos, vinculado a instalar el debate acerca de las consecuencias actuales del terrorismo de Estado en la salud mental. Esto dio paso a diversos niveles de complejización en función de las necesidades que fueron surgiendo en el país con la reapertura de los juicios y la exposición testimonial de las víctimas-testigo, que dio lugar a la creación en el año 2007 del “Plan Nacional de Acompañamiento y asistencia integral a los querellantes y testigos víctimas del terrorismo de Estado” (Resolución SDH Nro. 003/07), para acompañar desde el Estado a quienes debían prestar su declaración en el marco de los juicios por delitos de lesa humanidad. Los objetivos iniciales de esa Resolución fueron desarrollar estrategias de asistencia integral, que impulsen una red nacional de contención a testigos, querellantes y afectados por causas de terrorismo de Estado, en articulación con los gobiernos provinciales y municipales, además del gobierno nacional, como así también el desarrollo de tareas de capacitación a personal de los equipos de atención, difusión de seminarios de formación, jornadas de supervisión de casos, mesas de trabajo y discusión de estrategias de abordaje, publicaciones y diseño de estrategias y pautas comunicacionales.

¹⁸ Este programa se fundó un año antes del inicio de los juicios orales en Argentina.

Finalmente, en el año 2011 se creó por Decreto Presidencial 141/2011, el “Centro de Asistencia a Víctimas de violaciones de Derechos Humanos Dr. Fernando Ulloa” dependiente también del mismo Ministerio de Justicia y Derechos Humanos, a efectos de ofrecer atención y acompañamiento a los afectados y sus familiares. En el año 2012 incorporó la articulación de esta tarea con la asistencia a víctimas de violaciones actuales de derechos humanos. Toda esta tarea se articula en red con organizaciones no gubernamentales como el equipo de salud mental del CELS (Centro de Estudios Legales y Sociales), el CODESEDH (Comité para la defensa de la salud, la ética y los derechos humanos), entre otros; y el Sistema Público de salud de Hospitales y CAPS (Centros de Atención Primaria en Salud), que fueron capacitados en la temática por el Centro Ulloa.

Así, se implementaron equipos de profesionales en diversas provincias del país, que un primer momento estuvieron definidos por el mapa de los juicios, pero más adelante se modificó ese criterio y se comenzó a dimensionar la necesidad de que haya equipos en todas las provincias, ya que más allá de la situación puntual de los juicios de lesa humanidad en una provincia o en otra, se abrían demandas en todo el territorio nacional e incluso en los países vecinos, que debían desplazar testigos y víctimas de un país a otro para dar declaración.

Esto significó que a pesar de que los juicios se desarrollaban en la Argentina, la demanda comenzaba a expandirse en el Cono Sur, e incluso también se recibieron demandas de tratamiento de exiliados en Europa u otros continentes, que debían viajar a dar su declaración en la Argentina, y requerían un trabajo previo de contención y asistencia para ese momento judicial. El Centro Ulloa comenzó a recibir demandas inesperadas y surgieron respuestas inéditas, como el armado de grupos con fines escriturales, de circulación de la palabra para aquellas personas que nunca antes habían podido “contar lo vivido”, etc.

Se acompañaron personas en todos los juicios del país, se asistieron en tratamiento a quienes lo solicitaron, implementando un sistema en red con los servicios públicos de todo el país. Se realizaron juntas médicas de evaluación de daño requeridas por las leyes de reparación económica destinadas a las víctimas de la dictadura, en particular las leyes 24.043, 25.914 y 26.564. Además, como efecto de las demandas crecientes, se acompañaron casos de violencia institucional producidos en ese momento y casos de

jóvenes condenados a cadena perpetua que llegaron a la Corte Interamericana y obtuvieron sentencia, donde el Estado debió asumir la asistencia terapéutica integral de los jóvenes y sus familias como parte de la política reparatoria en salud. Se llevaron a cabo capacitaciones en la red pública de salud, a efectos de garantizar la derivación de casos que no pudieran ser absorbidos por el equipo del Centro Ulloa radicado en el área metropolitana.

Estos dispositivos apuntaron a involucrar a los profesionales de la salud en equipos interdisciplinarios que pudieran dimensionar el impacto sufrido en los sobrevivientes y sus familiares, a raíz de las secuelas que dejaron los secuestros, detenciones y torturas, respondiendo de este modo a las directrices de reparación integral en salud de los organismos internacionales.

Pero las – muchas veces – rígidas premisas terapéuticas basadas en los tradicionales modelos de asistencia provenientes del campo de la salud mental, en particular de la psiquiatría, fueron insuficientes para pensar la verdadera significación de las políticas de asistencia en términos de reparación en salud a las víctimas, y se tornó cada vez más necesario que los Estados –en todos sus estamentos– logren articular esa integralidad poniendo en juego de modo general los procesos de memoria, verdad, justicia y reparación.

El rol de los trabajadores de la salud en estos temas fue cada vez mayor en esos años, incluso desde los organismos internacionales, como por ejemplo la Corte Interamericana de Derechos Humanos, ya que se comenzaron a integrar perspectivas más amplias respecto de la definición de víctima, que ya no estaba centrada solo en la figura de la persona que de modo directo había sufrido el impacto de las violaciones de derechos humanos, sino que también abarcaba a todo su grupo familiar.

La afectación al Proyecto de Vida, definido en el Protocolo de Estambul,¹⁹ fue otro de los novedosos modos de pensar las marcas de las violencias y terror de Estado. Si bien el Protocolo data del año 1999, fue en el período que analizamos donde comenzó a circular de modo más generalizado al interior de las políticas estatales de evaluación de daño para la aplicación de medidas indemnizatorias.

¹⁹ Disponible en <https://www.ohchr.org/Documents/Publications/training8Rev1sp.pdf>.

Los Estados produjeron toda una batería de Resoluciones, Protocolos, Decretos, etc. para poder formalizar esa tarea, ya que anteriormente no había sido llevada a cabo desde las instancias burocráticas estatales.

Uno de los ejes a considerar es no solo la obligación del Estado de asumir la atención y acompañamiento como parte de la reparación en salud, sino también asumir que durante décadas existió en la región una gran impunidad que acrecentó los efectos dolorosos y revictimizantes.

9. El efecto de la experiencia argentina de acompañamiento en la región

En el intercambio de trabajo desarrollado con los países vecinos a partir de los juicios llevados a cabo en la Argentina, se fueron desarrollando otros programas, como fue el caso del Proyecto Clínicas del Testimonio de la Comisión de Amnistía, surgido en Brasil el año 2012. Las necesidades sociales fueron en aumento y provocando una mayor demanda de atención y acompañamiento por parte de las víctimas hacia los Estados, aun transcurridas casi cinco décadas, para enfrentar las declaraciones testimoniales que se desplegaron en los procesos de búsqueda de reparación en la Comisión de Amnistía, así como también las discusiones que se desarrollaron en ese país en los momentos previos a la creación de la Comisión Nacional de la Verdad (y sus múltiples réplicas en Comisiones estatales, municipales, sindicales, etc., con las cuales se articuló diversas actividades de Clínicas del Testimonio). Significaron un necesario y nuevo debate en el escenario nacional, ya que toda vez que el Estado interviene sobre la “rememoración” del horror, de lo traumático, basándose en el peso central de los testimonios de las víctimas, se despliegan situaciones nuevas que implican específicos cuidados, necesarios para enmarcar esas declaraciones.

También cabe destacar que la implantación de juicios desarrollados en otros países de la región, como por ejemplo en Argentina, con audiencias públicas, o el caso de Uruguay, con los avances y retrocesos en materia de audiencias por delitos de lesa humanidad y acciones implementadas a partir del mandato de la Corte Interamericana de Derechos Humanos de gestionar políticas de reparación integral; o Chile, con algunos procesamientos y unas pocas condenas efectivas, inclusive con juicios in absentia, generó

un gran caudal y circulación de testigos-víctimas en la región del Cono Sur, que fue creando una situación de atención inesperada.

En muchos casos, quienes debían trasladarse a la Argentina para testimoniar por hechos acaecidos en el marco de la coordinación represiva, apelaban a la necesidad de ser sostenidos con algún tipo de acompañamiento estatal. Así se fue profundizando la articulación de grupos de asistencia. Los juicios fueron marcando la estructura y mapeo de esas necesidades y se creó un equipo de profesionales de la salud mental en Uruguay a partir de la causa por “Plan Sistemático de Apropiación de niñas y niños” y “Automotores Orletti”. En Chile se intensificaron las tareas de coordinación con el programa estatal de atención a víctimas de la dictadura PRAIS, de alcance nacional. De ese modo quedó conformado un bloque de trabajo en salud para el acompañamiento y asistencia a víctimas de delitos de lesa humanidad en todo el Cono Sur.

A finales del 2015 se realizó la propuesta de creación de una Red Latinoamericana de reparación psíquica, con el objeto de consolidar los espacios surgidos en diversos países de Latinoamérica en torno a la gran estructura testimonial. Entre las primeras propuestas de esta Red, surge la creación de un Seminario Permanente de Formación dirigido a diversos actores que intervienen en la construcción de las políticas públicas de memoria, verdad, justicia y reparación –entre ellos jueces y fiscales– y la profundización de redes locales del sector público, en coordinación con ONG que participaban de esos procesos.

La formación de este espacio de actuación práctica y de producción de conocimiento sobre reparación psíquica a las víctimas de violencia de Estado despertó un gran interés en diversas entidades públicas y privadas de América Latina. Profesionales de Argentina, Chile, Uruguay, Bolivia, Guatemala, México y Colombia entraron en contacto para reforzar la necesidad de articulación de los trabajos con los afectados por la violencia y el terror de Estado en toda América Latina.

Como sabemos, los efectos traumáticos de las violaciones de derechos humanos sistemáticamente perpetradas por agentes públicos durante el período dictatorial trascendió fronteras temporales y físicas. Se trata de efectos transgeneracionales, aún presentes en las vidas de hijos y nietos de las víctimas de los diferentes aparatos represivos de las dictaduras del Cono Sur.

A lo largo de todos estos espacios de diálogo se impulsó la participación de las víctimas y sus familiares en la construcción de medidas reparatorias y en las diversas instancias de construcción de políticas de memoria. Ya se sabe que todos los países que atravesaron por experiencias concentracionarias se topan con la centralidad de la figura del testigo, en tanto que la mayor parte de las pruebas de los genocidios cometidos han sido destruidas, archivadas de modo secreto, a efectos de la pretensión de impunidad por parte de los perpetradores. El testigo entonces se ha vuelto una figura central, y su declaración no puede darse de cualquier modo, sino en el marco de medidas protectorias que muchas veces se basan en el acompañamiento por parte del Estado y sus funcionarios públicos, a través de diversos programas, para evitar formas de revictimización, como mencionamos más detalladamente en apartados anteriores.

Si este proceso no se liga a medidas simbólicas y efectivas como las vinculadas a la atención y cuidado de las víctimas en el marco de estos procesos, o si no se toma en cuenta la singularidad de los tiempos de cada solicitante y/o beneficiario de leyes reparatorias, etc., se hace muy difícil pensar en construir una lógica reparadora integrada a los otros discursos estatales, y corremos el riesgo de quedarnos solamente en “leyes de reparación” que muchas veces son interpretadas por las propias víctimas como medidas de indemnización desvinculadas de los cuidados específicos, que tornan a esas medidas verdaderamente reparatorias, y no una mera traducción económica del daño.

Este tránsito se ensambla además, con el esclarecimiento de la memoria, la verdad y los procesos de justicia, rompiendo los efectos de desamparo y soledad que el horror y la sistematicidad de los crímenes de lesa humanidad han generado en las víctimas, y continúan a través de sus efectos.

10. Otras derivas de la experiencia de acompañamiento: el protocolo presentado en la Corte Suprema de Justicia de la Nación

El Protocolo de intervención para el tratamiento de víctimas-testigos en el marco de procesos judiciales, elaborado en el año 2014, se gestó a partir de un recorrido conjunto entre representantes del Poder Judicial y funcionarios del Poder Ejecutivo, frente a los juicios que se llevaron adelante contra el terrorismo de Estado en todo el país. Con la reapertura y el inicio de la etapa de reconstrucción de la verdad histórica ya mencionada

en este texto, el protocolo intentó constituirse en herramienta de una política integral de reparación por parte del Estado Nacional en Argentina. También fue utilizado en otros países que no contaban con una herramienta similar.

Entendíamos que en el abordaje judicial de las víctimas del terrorismo de Estado, en su calidad de testigos, cobran un valor central las medidas simbólicas que apuntan a “efectivizar desde el propio Estado una actitud de ruptura con el pasado donde se han violado todos los derechos, y que permite instaurar un nuevo significado de garantías de no repetición por las cuales todo Estado reparador debe bregar” (ROUSSEAU, 2009, p. 36).

El propósito que tuvo el protocolo fue introducir en pleno territorio del derecho penal algunos de los interrogantes que intentamos abordar en este texto, y estuvo referido a que, en el afán del acto de administración de justicia, no se podían producir nuevos mecanismos de revictimización o retraumatización de las víctimastestigos. El escaso cuidado que notábamos varios años después del inicio de juicios orales por parte de algunos funcionarios que debían intervenir en ese ámbito, que por falta de conocimiento en la materia, llegaban incluso a desvirtuar la función reparadora largamente esperada por las víctimas-testigos y sus familiares, no solo podía hacer fracasar el aspecto reparador de lo testimonial, sino también constituir el riesgo de un nuevo daño.

En tal sentido, con la protocolización de las actuaciones judiciales se procuró establecer un discurso común de base en todo el Poder Judicial respecto de estos juzgamientos, donde cualquier operador judicial pudiera tener acceso a las herramientas necesarias para reducir al mínimo los mecanismos que habitualmente pueden conducir a la retraumatización de los testigos. Como decíamos en la introducción del Protocolo:

Si bien la situación de cada víctima-testigo es singular y requiere de un tratamiento adecuado a esa específica situación, existen situaciones generales que debemos prever para evitar, por todos los medios posibles, caer en situaciones que profundicen la sensación subjetiva de vulnerabilidad que de por sí implica el hecho de enfrentarse a una situación testimonial (Secretaría de Derechos Humanos de la Nación y Corte Suprema de Justicia de la Nación, 2011: 12).

En ese protocolo quisimos producir dos inversiones teóricas en este tema:

1- La inversión de la figura penal de Testigo-víctima por Víctima-testigo:

La víctima-testigo debe ser revalorizada por el Estado no sólo como objeto de prueba, sino como sujeto en sí mismo. La concepción tradicional de la doctrina procesal deja de lado al testigo como sujeto, especialmente dotado de derechos. Durante todo el proceso debe prestarse especial atención a que la estrategia de investigación no deje por fuera al sujeto que debe prestar declaración con todo lo que este acto conlleva.

2- La inversión del testimonio como un deber al testimonio como un derecho:

Frente al primer contacto de un órgano jurisdiccional con las víctimas-testigos, sea que aquel fuera provocado indistintamente por cualquiera de las partes, aquellas deberán ser informadas sobre sus derechos y obligaciones; sobre la función de los tribunales, las etapas procesales, el desarrollo cronológico y la marcha de las actuaciones, así como sobre la decisión de llevar adelante cada instancia de la causa. Esto cobra especial particularidad en el caso en que la víctima-testigo se constituya en parte querellante. Dada la mirada que se impone desde la lógica procesal tradicional, donde se realiza un tratamiento de la víctima-testigo casi exclusivamente desde su lugar de proveedor de la “prueba”, o incluso, en muchas oportunidades, de sospechoso de ocultar la supuesta verdad que porta, suelen leerseles en primer término sus obligaciones como testigos y las sanciones que la ley prevé para los supuestos de pronunciarse con falsedad, cuando lo primero que debería transmitírseles es la enunciación de sus derechos como testigos. Siempre se debe garantizar el derecho a la víctima-testigo a participar del proceso, aunque no tenga la posibilidad de interponer querrela ni acción civil.

Pensamos que la sistematización de esa práctica trajo un gran aporte a los operadores judiciales y por ende a los testigos.

11. Interrogantes sobre el porvenir

Hemos intentando en este escrito transitar por la lógica y la narrativa de una experiencia sin precedentes y en un contexto prácticamente irrepetible. A su vez somos creyentes de las marcas y sobre todo de los legados que esas marcas instituyen. Le hemos dado un lugar determinante a la función ritual de la escena judicial y esa función ritual fue construida con toda la carga simbólica que provoca la ética y la estética de los movimientos de derechos humanos, de la cual el discurso jurídico ha tomado algunos

mojones para juzgar estos crímenes indimensionables e imprescriptibles – no para perderse en el marasmo de las pasiones de los movimientos por la verdad, nada más lejos de eso; sino para lograr interpretar la función de un castigo acorde, que sí le compete a la función del juez –.

Ante la situación pandémica, los procesos judiciales han encontrado un modo posible de continuidad que se efectiviza mediante la instalación de dispositivos técnicos por videoconferencia. Si bien muchos sobrevivientes y testigos encuentran en ello la tranquilidad de la continuidad de los procesos largamente esperados, no podemos dejar de preguntarnos por el impacto de esta otra cancelación ritual podría traer.

Por un lado, forma parte de la insistencia de memoria que esta sociedad lleva escrita, y al tiempo nos somete a un nuevo dilema, ya que si los testimonios no pudieron darse de cualquier modo, si fue necesario contar con la ritualidad simbólica del tribunal en tanto ley del Estado, si no fue lo mismo hacerlo en soledad o acompañado, si ser escuchado formó parte de lo “reparatorio” ¿podremos entonces juzgar lo que sigue en el contexto de la pura técnica? ¿podremos prescindir de las miradas que acompañan, de la presencia pacificadora del tribunal? ¿si los ritos funerarios que se cancelan en lo actual de la pandemia nos remiten a los ritos cancelados de la desaparición, podemos pensar que la ritualidad jurídica en este terreno tan límite de la palabra no tendrá que ser pensado? ¿si eso es así, será lo mismo juzgar con ritos a no tenerlos? Otra vez la pregunta del comienzo, ¿es la pandemia un escenario para pasar de largo los ritos que nos constituyen? O más bien podemos estar advertidos de su importancia y relanzar su impronta simbólica ni bien la pandemia haya pasado.

Referencias bibliográficas

AGAMBEN, Giorgio. *Lo que queda de Auschwitz: el archivo y el testigo, homo sacer III*, Valencia, Pretextos, 2000.

AGAMBEN, Giorgio. *Profanaciones*. Buenos Aires, Adriana Hidalgo Editora, 2005.

BAUDRILLARD, Jean. *La ilusión del fin*. Buenos Aires: Siglo XXI, 1993.

BESSE, Juan. “*Conjeturas acerca de las condiciones históricas de posibilidad de las políticas de la memoria sobre el terrorismo de Estado: la singularidad argentina*”. In:

- BESSE, Juan y ESCOLAR, Cora (eds.). *Políticas y lugares de la memoria: Figuras epistémicas, escrituras, inscripciones sobre el terrorismo de Estado en Argentina*. Buenos Aires: Miño y Dávila, 2019.
- DUHALDE, Eduardo L. “Presentación” en *Acompañamiento a testigos y querellantes en el marco de los juicios contra el terrorismo de Estado*. Estrategias de intervención, Buenos Aires, Secretaría de Derechos Humanos de la Nación, 2008, p. 7-8.
- DUHALDE, Eduardo L. *El Estado terrorista argentino: quince años después, una mirada crítica*, Buenos Aires, Eudeba, 1999.
- FREUD, Sigmund. *Lo siniestro*. In: CreateSpace Independent Publishing Platform, Kindle, 2015.
- GATTI, Gabriel. *El detenido-desaparecido*. Narrativas posibles para una catástrofe de la identidad. Montevideo, Trilce, 2008.
- JELIN, Elizabeth. *Los trabajos de la memoria*. Madrid, Siglo XXI, 2002.
- LACAN, Jacques. *Seminario VIII*. La transferencia (1960-1961), Clase 28 de junio de 1961. Buenos Aires, Paidós, 2006.
- LACAN, Jacques. *Seminario XX*: Aún (1972-1973). Buenos Aires, Paidós, 2006.
- ROUSSEAU, Fabiana. “Rito y ley” en TeCMe. Territorios Clínicos de la Memoria, 5 de mayo de 2020. Disponible en <http://tecmered.com/rito-y-ley/>.
- ROUSSEAU, Fabiana. “¿30.000? ¿Ni idea! El Estado y lo sacro”. In: ROUSSEAU, Fabiana y SEGADO, Stella. (comps.). *Territorios, escrituras y destinos de la memoria*. Buenos Aires, Tren en movimiento, 2018, p. 27-45.
- ROUSSEAU, Fabiana. “Memoria y verdad. Los juicios como rito reconstitutivo”. In: *Acompañamiento a testigos en los juicios contra el terrorismo de Estado*. Primeras experiencias, Buenos Aires, Secretaría de Derechos Humanos de la Nación, 2009, p. 29-38.
- ROUSSEAU, Fabiana. “Marco psicológico”. In: *Acompañamiento a testigos y querellantes en el marco de los juicios contra el terrorismo de Estado*. Estrategias de intervención, Buenos Aires, Secretaría de Derechos Humanos de la Nación, 2008, p. 25-29.
- PÉREZ, Angélica. “CIDH: Los Estados deben garantizar los ritos funerarios a las familias de fallecidos por Covid-19”. In: RFI, 20 de mayo de 2020. Disponible en

<https://www.rfi.fr/es/am%C3%A9ricas/20200520-los-estados-deben-garantizar-elrito-funerario-y-el-duelo-de-familias-de-fallecidos-por-covid19?ref=wa>.

Secretaría de Derechos Humanos de la Nación y Corte Suprema de Justicia de la Nación. Protocolo de Intervención para el Tratamiento de Víctimas-Testigos en el marco de Procesos Judiciales, Buenos Aires, Secretaría de Derechos Humanos de la Nación, 2011.

SEMPRÚN, Jorge. *La escritura o la vida*. Barcelona, Tusquets Editores, 1998.

SEOANE, M.; MULEIRO, V. *El Dictador*, extracto del libro publicado en la revista *Viva*. Buenos Aires, 25 de febrero de 2001.

TRAVERSO, Enzo. "Trauma, remoción, anamnesis: la memoria del Holocausto (Apuntes)". In: LORENZANO, Sandra; BUCHENHORST, Ralph (ed.). *Políticas de la Memoria, tensiones en la palabra y la imagen*. Buenos Aires/México, Ed. Gorla y Universidad del Claustro de Sor Juana, 2007.



Os direitos de licenciamento utilizados pela Revista Histórias Públicas é a licença *Creative Commons Attribution-Non Commercial 4.0 International (CC BY-NC-SA 4.0)*

Recebido em: 30/01/2023
Aprovado em: 28/02/2023

A geração dos netos da guerra civil espanhola: história, memória e conflito geracional

Victor de Oliveira Pinto COELHO¹

Resumo: O artigo visa a discutir a articulação entre a crise política recente e a disputa pela memória histórica na Espanha, destacando o uso do conceito de geração dos netos da guerra. Tal como no Brasil, mas mais explicitamente, essa dimensão geracional se coloca como contestação do pacto transicional, envolvendo uma disputa pela memória histórica aliada a uma crítica dirigida à falência democrática do sistema político institucional. Primeiro, apresentamos o tema e os debates em torno da generación de los nietos. Depois, buscamos mostrar como a crise política e a dimensão geracional são potencializadas por uma crise estrutural, decorrente do neoliberalismo, que afeta sobretudo a juventude. Destacamos, ao final, a prática dos escraches, tornadas famosas na Argentina e, tal como lá, ocorridas no Brasil contra ex-agentes da ditadura e na Espanha contra políticos envolvidos nas medidas de austeridade econômica. Ao longo do artigo, dialogamos com conceitos relacionados à questão da geração elaborados por Karl Mannheim.

Palavras-chave: Espanha, conflito geracional, memória histórica, crise política, democracia.

¹ Doutor em História Social da Cultura pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Professor do curso de Licenciatura em História da Universidade Federal do Maranhão. Pinheiro, Maranhão. Brasil. ORCID: 0000-0002-3739-7748. E-mail: coelho.victor@ufma.br

The generation of Spanish Civil War'grandchildren: history, memory and generational conflict

Abstract: The article aims to discuss the articulation between the recent political crisis and the dispute over historical memory in Spain, highlighting the use of the concept of generation of the grandchildren of the war. As in Brazil, but more explicitly, this generational dimension is placed as a contestation of the transitional pact, involving a dispute over historical memory allied to a critique aimed at the democratic failure of the institutional political system. First, we present the theme and debates surrounding the *generación de los nietos*. Then, we seek to show how the political crisis and the generational dimension are potentiated by a structural crisis, resulting from neoliberalism, which mainly affects youth. Finally, we highlight the practice of *escraches*, made famous in Argentina and, as there, occurred in Brazil against former agents of the dictatorship and in Spain against politicians involved in economic austerity policies. Throughout the article, we dialogue with concepts related to the issue of generation developed by Karl Mannheim.

Keywords: Spain, generational conflict, historical memory, political crisis, democracy.

Em sua participação no seminário “Justiça de Transição: reparação, verdade e justiça: perspectivas comparadas Brasil-Espanha”, realizado em Sevilha, Espanha, em 2011, a ativista espanhola Paqui Maqueda iniciava sua fala destacando histórias sobre a guerra civil (1936-1939) que eram passadas através de gerações:

Muchos de nosotros recordamos historias contadas por nuestros familiares al calor de la mesa de camilla, en las tardes largas de invierno, que versaban sobre aquel tío, hermano de nuestra abuela que fue miliciano en la guerra y que terminó en construyendo (sic) como preso político, un canal de riego que atraviesa las tierras del bajo Guadalquivir; otros hemos visitado durante años de la mano de nuestro padre un túmulo de tierra en una finca privada, donde se nos decía que se encontraban los cuerpos de nuestro abuelo Antonio y nuestra abuela Ana, asesinados una noche por el delito de haber criado 5 hijos anarquistas (MAQUEDA, 2013, p. 223).

Esse caráter privado ou familiar de rememoração do conflito passou para a esfera pública quando foi organizado um movimento cidadão, cívico e associativo de memória histórica, envolvendo um mosaico de grupos e coletivos de familiares, movimento esse que surgiu “como una respuesta de la sociedad civil ante la escandalosa política de desmemoria democrática llevada a cabo por todos los gobiernos españoles desde la muerte del dictador [Franco, em 1975] hasta el día de hoy” (idem, p. 224-225).²

A permanência não problematizada da memória da guerra civil, restringida ao âmbito privado, permanecia como uma sombra dos chamados “Pactos de la Moncloa”,³ que marcaram o processo de transição espanhol – processo esse que passou a ser tomado como modelar. Como apontou Manuel Pérez Ledesma, a forma como se deu a transição implicava uma dinâmica entre esquecimento e memória que se ligava a um tipo de interpretação do passado histórico que, por sua vez, servia diretamente a uma construção simbólica sobre o presente: a celebração de um pacto democrático. O período da transição da ditadura franquista para a democracia, que se deu institucionalmente na forma da monarquia constitucional, seria marcado por uma memória negativa da guerra civil

² O evento e a obra de que ele resultou (PRONER e ABRÃO, 2013) foram iniciativas do Programa Máster Oficial da União Europeia em Direitos Humanos, Interculturalidade e Desenvolvimento em realização com a Comissão de Anistia do Ministério da Justiça do Brasil e com coorganização do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento e universidades da Espanha e do Brasil.

³ Assinados em 25 de outubro de 1977, sendo formalmente dois: “Acordo sobre o programa de reestruturação e reforma da economia” e “Acordo sobre o programa de ação jurídica e política”. No Brasil geralmente são citados como “Pacto de Moncloa”, no singular.

orientada por uma visão trágica. Segundo essa “ficção moral”, a guerra civil foi uma “guerra fratricida” resultante do fracasso da convivência dos espanhóis. Em suma,

era la guerra como tragedia, como el fruto de las pasiones desatadas en los dos bandos, de los odios y las parcialidades contrapuestas. En suma, la guerra como una “culpa colectiva”, derivada de la sinrazón de los españoles, o como una pesadilla frente a la cual sólo servía el firme propósito de no repetir semejante locura (PÉREZ LEDESMA, 2009, p. 225).

Para Pérez Ledesma, essa interpretação correspondia tanto à do governo, na sua ênfase ideológica sobre a “Espanha unida”, como também ao menos de parte da oposição enquanto desejo compartilhado de deixar a “tragédia” para trás e olhar para o futuro. Sem desconsiderar o sucesso político da transição espanhola – muito menos o caráter dramático e traumático da guerra –, o autor afirma que, de lá para cá, foi configurada uma *memória mítica* sobre o assunto que se reafirmaria entre as últimas décadas do século XX e os primeiros anos do XXI. “Mito”, segundo Pérez Ledesma, na dupla acepção de relato de origens e de relato alterado, e até mesmo falseado, a fim de servir a necessidades presentes. Assim, a imagem dos espanhóis como passionais, individualistas e violentos, incapazes de viver em um regime democrático, era substituída pelo “espírito da transição”, definido pelo acordo e pelo consenso – ao preço, enfatizava o autor, do esquecimento das dificuldades e lutas abertas naqueles anos (da transição) (PÉREZ LEDESMA, 2009, p. 232).

Neste artigo, pretendemos discutir a relação entre crise política e disputa pela memória, tal como foi destacada por Pérez Ledesma, à luz de um conflito geracional e de demandas democráticas atuais, que politizou e tensionou a dualidade memória-esquecimento e que se coloca em oposição à memória pública e positiva da transição.

A irrupção geracional como retomada da história

As reflexões de Pérez Ledesma, expostas acima, se deram no contexto da aprovação da Lei de Memória Histórica – Lei 52/2007, de 26 de dezembro de 2007, que reconheceu e ampliou direitos e estabeleceu medidas em favor aqueles que sofreram perseguição ou violência durante a guerra civil e a ditadura franquista. Além disso, cabe destacar o processo de busca e exumação de inúmeras fossas coletivas onde haviam sido enterradas pessoas assassinadas durante a guerra civil e pela ditadura – algo tematizado, aliás, no último filme de Pedro Almodóvar, *Madres Paralelas* (2022).

Para Paqui Maqueda, como também para Andrea Greppi, em suas intervenções no referido seminário de 2011, a lei representava um avanço, mas era também limitada pela permanência da ideia de uma violência simétrica. Segundo Greppi, a violência que se deu em território republicano, amparado ou não pelas autoridades, “fue *ilegal* desde el principio, ao ser contrária ao ordenamiento vigente” (GREPPI, 2013, p. 67, grifo no original). Para Maqueda (2013), a lei era ineficaz por desconsiderar a série de delitos como de detenção e desaparecimento de pessoas, que passaram a ser alvo do movimento de Memória Histórica a partir da exumação da primeira fossa coletiva, em 2000.

Ao longo das últimas décadas do século XX e virada para o XXI, portanto, algo mudava no contexto político espanhol que implicaria uma politização da memória não só sobre a guerra civil, mas também, e em especial, sobre a própria transição.

No campo da esquerda, a começar por Felipe González – presidente do Governo entre 1982 e 1996, pelo PSOE (*Partido Socialista Obrero Español*) –, passou a haver uma crítica sobre a ausência de uma autêntica política de memória durante os anos de permanência no poder. Assim, nas duas legislaturas que se seguiram à eleição de José Maria Aznar, do conservador PP (Partido Popular), como presidente do Governo que sucedeu González, foram apresentadas no Parlamento proposições de condenação do levantamento que iniciou a guerra civil, definindo-o como “golpe fascista militar”. Embora o PP, de início, fosse contrário, acabou apoiando a proposição apresentada na Comissão Constitucional do Congresso dos Deputados. Tal apoio provavelmente se deu, segundo Pérez Ledesma (2009, p. 231), com a esperança de que essa proposição servisse para encerrar definitivamente o assunto.

Alberto Reig Tapia enfatizou que, embora não houvesse silêncio historiográfico sobre os eventos em torno da guerra civil e da transição, houve um abandono político da memória democrática por parte do governo e do Estado espanhol. Embora a transição tenha sido tomada como um modelo, em que pese as inevitáveis concessões, não foi tão modelar do ponto de vista da cultura política democrática, diz o autor. Como modelo, formou-se uma “sacralização da transição”, diante da qual a mínima crítica sobre qualquer de seus muitos aspectos suscita imediatas desqualificações e reafirmações de que não teria havido nenhum pacto de silêncio sobre o passado, o que seria provado pela abundante literatura historiográfica sobre o tema (REIG TAPIA, 2009, p. 121). Do ponto

de vista da cultura política democrática, além da tarefa de se afastar o estigma de radicalismo ou ignorância política, havia o esforço pela restituição de uma memória crítica representada por associações como a de Familiares Represaliados por el Franquismo, a de Archivo, Guerra y Exilio, a de Recuperación de la Memoria Histórica e outras muitas que, segundo Tapia, levantam demandas que “tratan fundamentalmente de diferenciar entre historia y memoria poniendo el énfasis en la necesidad imperiosa de reparar tanta injusticia y olvido como el que les ha correspondido a los vencidos y a sus herederos” (idem, p. 121).

Essa luta pela memória histórica veio marcando a vida política espanhola nos últimos anos, especialmente pela forma com que está conectada à chamada *generación de los nietos* da guerra civil. Trata-se de uma geração formada por pessoas que “no habían vivido el temor de sus predecesores, ni se sentían atados a los compromisos y sobreentendidos en los que se basó la transición” (PÉREZ LEDESMA, 2009, p. 231). São praticamente as mesmas palavras, escritas na mesma época, de Ángel Rodríguez Gallardo (2007, p. 78) ao falar sobre o “relevante geracional” ligado à recuperação da memória histórica na Galiza, comunidade autónoma do noroeste do país.

Em 2014, Clara Valverde, professora de enfermagem e presidente da Liga Síndrome de Fatiga Crónica, publicou *Desenterrar las palabras* (VALVERDE, 2014), em que procurou destacar a conexão entre a geração dos netos da guerra civil com quadros de distúrbios traumáticos. Como sintetizou em uma entrevista ao *elDiario.es*,

Los nietos de la violencia política “heredan” o “absorben”, a través de la comunicación no verbal, que tiene más fuerza que la verbal, la carga inconsciente del sufrimiento de sus padres y de sus abuelos. La situación se complica para esta generación porque la conexión con la situación original se ha perdido.

[...] Los hijos aprendieron a callar y a no saber qué hacer con las emociones de sus padres traumatizados. Pero ellos aún tenían alguna conexión a los eventos traumatizantes (cf. CABRERA, 2014).

Além dessas relevantes considerações focadas no caráter patológico/traumático, cabe apontar aqui como a própria ideia de uma geração específica, a dos netos da guerra, passou a ser destacada nos debates públicos na Espanha, tendo uma configuração sobretudo política. Em dezembro de 2016, Fidel Vela García, escritor e membro do

primeiro governo da cidade de Alcalá de Henares após a democratização, recordava que, depois de aprovada a nova Constituição,

creo que fue el general Gutiérrez Mellado quien pronunció unas frases proféticas: “La democracia que hemos inaugurado, por más embates que soporte, no correrá peligro durante la generación que la ha hecho posible; pero sí podrá descarrillar en la generación siguiente, por lo que habrá que estar en alerta máxima”. La generación siguiente, la generación de los nietos, ha llegado. Es la que ostenta el poder municipal y autonómico y aspira al nacional, donde comienza a fraguarse el caldo de cultivo propicio para incubar de nuevo, como acción mutante, los viejos demonios familiares de odios y venganzas (VELA GARCÍA, 2016).

O escritor, então, procurava alertar para algo que via, na verdade, como negativo, justamente a irrupção da geração dos netos, já que ela

desprecia la Transición desarrollada por sus padres, cumpliéndose el complejo de Edipo, matar al padre [...]. Así se explican las frecuentes invocaciones a los abuelos por parte de los dirigentes de Podemos, ERC,⁴ incluso de Zapatero [PSOE]. La pátina del tiempo embellece el pasado, aunque, como en este caso, sea abominable (idem).

Ainda em 2009, o prestigiado historiador e sociólogo Santos Juliá demonstrava uma preocupação semelhante: a politização da memória poderia reproduzir dicotomias, agora em sinal inverso, trocando a invisibilidade sobre os crimes das forças que, a partir da guerra civil, constituiriam a base para a ditadura franquista, pela invisibilidade sobre atos – inclusive assassinatos – cometidos pelo lado republicano. Apontando a imbricação entre história e memória, através da condensação histórica entre guerra civil e todo o período franquista, Juliá desconfiava que uma “supuesta memoria democrática consistiera en volver del revés la memoria impuesta durante la dictadura” (JULIÁ, 2009, p. 86).

Pretender ahora la construcción de una llamada “memoria democrática” – una expresión contradictoria, pues la democracia, a diferencia de la dictadura, habrá de dar lugar inevitablemente a múltiples memorias – como si todo lo que en el lado de la República se oponía a los militares rebeldes fuera una lucha por la democracia es puro anacronismo, una auténtica invención del pasado. Sin duda, había demócratas entre los defensores de la República, pero no eran los más ni fueron los demócratas quienes tuvieron siempre en sus manos el control de la situación.

[...] Un Estado democrático tiene que asumir la carga de todo el pasado y no puede hacer con ellos distinciones, por más que las hiciera la dictadura, que sólo honró la memoria de sus muertos (idem, p. 87-88)

Juan Carlos Monedero, professor da Universidade Complutense de Madrid e um dos futuros organizadores do Podemos, destacaria essas reflexões de Juliá para colocá-las no âmbito da tese dos “dos bandos”, que teria marcado a transição, no sentido de um

⁴ Esquerra Republicana de Catalunya (*Esquerda Republicana da Catalunha*).

compartilhamento de culpas pela “tragédia” que havia dividido o país. Para o autor, isso teria sido uma desculpa para que franquistas pudessem se converter em democratas, mantendo posições de privilégio (MONEDERO, 2017, p. 46). O autor, além disso, explicitava e assumia a questão geracional como ponto de galvanização política:

La llegada a la vida pública de los nietos de quienes vivieron o murieron en la guerra de 1936 y fueron pisoteados por la dictadura ha conllevado una ruptura en el relato dominante acerca de la Segunda República, la dictadura del general Franco y la recuperación de la democracia tras su muerte. La emergencia de ese nuevo sujeto colectivo ha inutilizado en parte la versión oficial y ha provocado una airada reacción entre quienes se sentían cómodos y acomodados con la predominancia de una interpretación mitificadora. Hasta tal punto ha alterado a sus protagonistas que algunos de quienes participaron en el proceso se han agrupado para crear la Asociación para la Defensa de la Transición, como si estuviera siendo maltratada (idem, p. 11-12).

Mesmo não mencionada explicitamente, a dimensão geracional dos “netos da guerra” emerge na ironia de Andrea Greppi dirigida aos “protagonistas de la transición” que “son los que saben realmente como fueron las cosas”, cujos mais ilustrados “se sienten incómodos con el folklore de esa izquierda desnortada y algo juvenil que pregunta por sus abuelos” (GREPPI, 2011, p. 52). Favorável à politização da memória e crítico do que vê como apelo a uma “objetiva reconstrucción de los hechos del pasado”, Greppi critica os defensores do processo transicional por estarem, segundo ele, “convencidos que la democracia española ya no está en deuda con nadie, con ninguna de las víctimas de la barbarie, y que ya es hora de consignar el presente a los vivos, que no tienen por qué cargar con una rémora ideológicamente construida” (idem, ib). Nesse mesmo sentido, na continuidade de sua crítica a Santos Juliá, Monedero distinguia a necessária objetividade científica, de um lado, e uma neutralidade que não existe. A memória de uma democracia se vincularia diretamente à *memória da construção da democracia*. “¿O alguien piensa que la construcción simbólica del régimen democrático en Alemania tiene que hacer equidistancias entre Hitler y quienes lo combatieron?” (MONEDERO, 2017, p. 46-47).

Com seu artigo escrito em 1928, Karl Mannheim (1993) ainda é uma referência teórica central nos estudos sobre geração. Para Mannheim, uma “posição geracional” diz respeito a um fenômeno social que é mais que meramente o dado biológico da passagem geracional enquanto passagem etária. Diz respeito a uma instância de caráter *social* que, sem implicar um reducionismo classista, ao mesmo tempo não se expande na generalidade excessiva e abstrata do “espírito de época”, devendo ser considerados

condicionamentos de natureza educacional, profissional, institucional etc. que se referem à herança cultural transmitida entre gerações. Para Mannheim, somente onde os contemporâneos estão em posição de partilhar, como um grupo integrado, certas *experiências comuns* é que podemos falar corretamente de similaridade de situação de uma geração – o que Mannheim chamou de *estratificação da vivência* (MANNHEIM, 1993, p. 216).⁵ Para isso, é importante destacar o papel das ideias na história – não só a questão dos *loci* de sua formulação e circulação, tais como escolas, universidades etc., mas as próprias ideias enquanto *locus* de laboração dos fenômenos e processos sociais (CEPÊDA, 2015, p. 16). Cada geração, na medida em que se coloca como “nova”, mobiliza duas dinâmicas complementares. A primeira delas diz respeito à uma dimensão sincrônica, onde uma geração compartilha um destino comum, ideias e conceitos que, necessariamente, se unificam e se formam enquanto uma autocompreensão do grupo, em diferenciação no interior da própria geração; ao mesmo tempo, essa autocompreensão se dá diacronicamente, estabelecendo uma diferenciação em relação a uma geração anterior, da qual herda problemas e questões norteadoras.

Tendo em conta essa categorização da geração e procurando destacar a relação entre espaço institucional e formulação de ideias, podemos tomar agora as reflexões de Alberto Reig Tapia que destacou a emergência de uma geração que cresceu na universidade, durante o regime franquista. O autor cita a criação, em 1944, da Facultad de Ciencias Políticas, Económicas y Comerciales, que, de acordo com o então ministro da Educação, pretendia “formar hombres políticos en el sano sentido de la palabra”, destinados a desempenhar cargos na política e na administração pública. Entretanto, a faculdade se tornaria um local de formação de opositores ao regime e de compartilhamento de uma cultura democrática (REIG TAPIA, 2009, p. 111). Nas universidades nunca faltaram questionamentos aos silêncios e ao esquecimento do Estado em termos de políticas de memória e, também, a respeito da recuperação e ensino de uma memória democrática em escolas, institutos e universidades, ao passo que “algunos ‘viejos cuentos franquistas’ se han incorporado sin mayores dificultades al acervo ideológico y cultural postdemocrático (idem, p. 117).

⁵ Neste ponto, há uma apropriação direta de Dilthey, por parte de Mannheim, da noção de um tempo interior não mensurável e só apreendido de forma qualitativa, enquanto tempo interior da vivência (idem, p. 199).

Assim, se com o processo de transição não faltou uma relevante e séria produção historiográfica, como destacara Santos Juliá, por outro lado, aponta Reig Tapia, houve muitos historiadores, intelectuais, professores, historiadores que, independentemente de quais razões, calaram-se ou apelaram para o silêncio, sem falar na mencionada omissão por parte do PSOE, mesmo quando contava com maioria parlamentar absoluta. Enquanto isso, sob governo PP, eram mantidas ruas e avenidas com denominações relacionadas ao generalíssimo Franco ou ao (também nacionalista) general Mola, no mesmo contexto de um crescimento editorial de uma historiografia revisionista segundo a qual a guerra civil e a consequente ditadura Franco teriam tido como causa fundamental “los errores o la mala fe de los dirigentes republicano-socialistas” (ROBLEDO, 2015, p. 306).⁶

Como colocou Monedero, a geração responsável pelo processo de transição seria justamente aquela que nasceria e cresceria durante a ditadura franquista, estudaria nas universidades e seria, enfim, a geração de 1968, que “fue la última que pudo tener referencias comunes, en un momento en el que la multiplicación de la oferta aún no había fragmentado la posibilidad de compartirlas” (MONEDERO, 2017, p. 277). A geração imediatamente seguinte, nascida já na década de 1960 – “geração X”, que seria uma geração intermediária entre aquela que se formou durante a ditadura, protagonista durante a transição, e a geração dos netos, no sentido exposto aqui –, por um lado teria sido herdeira direta da subversão simbólica e política, mas, por outro, seria aquela que transitaria, de forma problemática, para o ambiente do capitalismo pós-fordista da pós-transição. Inserida no mundo do consumo e, também, da velha “razão de Estado”, mobilizou-se agora, segundo o autor, para direcionar a “solução” da crise desencadeada em 2008 à defesa do *status quo* antes que das demandas cívicas. Assim foi que,

El 15 de mayo de 2011, jóvenes cansados de tanta mentira hicieron de la Puerta del Sol una plaza tomada para la reivindicación de las virtudes cívicas. Algunos de ellos habían leído y admiraban la obra de Stéphane Hessel, *¡Indignaos!* Necesitado de etiquetas – porque un movimiento sin líderes descolocaba también a los medios –, recibieron el nombre de indignados (idem, p. 340).

Monedero, então, enfatizava a necessidade de politização do legado dos Indignados não no sentido de acomodação com o sistema partidário e constitucional vigente, mas sobretudo como reinterpretação da democracia. Isso, por sua vez, como

⁶ Sobre historiografia e revisionismo em torno da guerra civil espanhola, ver também REIG TAPIA, 2011.

viemos expondo, demandaria uma contraposição ao espírito conciliador que marcou a transição. Ou seja, a politização da geração dos netos da guerra civil era, neste caso também, feita por uma geração formada nas universidades, sendo Monedero, ele mesmo, professor universitário. Ángel Rodríguez Gallardo, professor da Universidad de Vigo, também antevia-se às demandas de uma nova geração que foi a protagonista do movimento iniciado em 15 de maio de 2011, o “15M”. O que acontece na Espanha

é que há uma geração que não tem espaço social, nem espaço de trabalho. Portanto, é provavelmente a geração mais preparada da História, e não pode ocupar espaços sociais, então ocupam as praças. Porque estamos a falar de um sistema democrático espanhol com uma corrupção enorme, que produz na população um sentimento de desafeto. E portanto esta geração nova, em que muitos têm formação académica, mestrado, doutorado, que são capazes de entender o mundo, encontra-se numa situação em que não tem espaço no seu país. Estão desempregados, e tampouco podem ocupar espaços políticos. Porque a vida dos políticos na Espanha prolongou-se por muito tempo, e portanto não deixam entrar as próximas gerações (REVISTA O VIÉS, 2016).

Em 2 de fevereiro de 2011, quando era oficializado o “Acuerdo Social y Económico para el Crecimiento, el Empleo y la Garantía de las Pensiones”, o presidente do governo Zapatero (PSOE), segundo Monedero, apresentou-o como “novos Pactos de Moncloa”, apelo que o autor criticou de uma forma que pode ser vista como complementar às palavras de Rodríguez Gallardo, no sentido de tensionamento geracional conectado a um déficit representacional:

Según el acuerdo firmado, las nuevas generaciones podrán, en el mejor de los casos, jubilarse más tarde y en peores condiciones, con el fin de salvaguardar las pensiones de la generación que, visto lo visto, no hizo nada por garantizar las de los que vinieron después. Luego vino [el presidente del gobierno Mariano] Rajoy [PP] y terminó de dejar claro que el ajuste lo iban a pagar, sobre todo, las mayorías, especialmente los jóvenes (los 9.417.724 pensionistas registrados en 2015, como nicho electoral siempre serían el último colectivo a recortar, aunque tampoco estaban exentos). El riesgo de que se rompa la solidaridad intergeneracional es alto. ¿Hay alguien ahí? (MONDERO, 2017, p. 83).

No referido seminário de 2011, Andrea Greppi procurou diferenciar, de um lado, o entendimento sobre o período da transição, no qual foi construído o pacto político efetivo – a *transición por transacción*, citando criticamente Santos Juliá –, ou seja, a realidade da ideologia do pacto como orientadora do processo político; e, de outro lado, o questionamento sobre a pertinência da manutenção desse viés ideológico (*sesgo ideológico*) para os dias atuais (GREPPI, 2013, p. 58). Além disso, sendo o ponto que interessa aqui, Greppi também destacava a “progressiva degradação” porque passa a experiência democrática na Espanha e em outros países.

Assim, a luta por uma memória democrática significava simultaneamente um distanciamento e uma condensação: (i) distanciamento crítico com relação à ideia do “pacto consensual” e sua ênfase na superação histórica – que implicaria uma superação do conflito histórico –, e (ii) condensação no sentido de uma *recuperação desse passado histórico numa tomada crítica desde o presente*.

Nesse sentido, queremos chamar a atenção para um complexo processo de temporalização: a continuidade temporal enquanto tempo vazio, linear e homogêneo, do qual falava Walter Benjamin (1994), é contestada pelo exercício de distanciamento crítico do presente com relação ao passado herdado; e a reabertura de possibilidades que se davam no passado potencializa uma mirada crítica sobre o presente, reabrindo o horizonte histórico. Essa leitura benjaminiana da história foi apropriada por Monedero não só para dirigir sua crítica à mitologia do pacto e sua tese dos “dos bandos”, mas também para recordar o contexto de ebulição social e política da época da transição: marcado pela “crise do keynesianismo” e pela perda da legitimidade do franquismo, só em 1976 foram registradas mais de 17 mil greves na Espanha, contra pouco mais de 3 mil no ano anterior.

Las protestas laborales se mezclaban con reivindicaciones políticas que se mezclaban con reivindicaciones identitarias que se mezclaban con reivindicaciones culturales. Como recordaba Vidal-Beneyto [em *Memoria democrática*] (...), “asociaciones de barrio, encierros en las iglesias, comisiones de vecinos, sentadas universitarias, grupos de profesionales, concentraciones pacíficas, comités de solidaridad, conciertos y recitales, manifestaciones de masa, servicio de ayuda a los presos y sus familias, etc.”. En vez de un otoño caliente, cuatro estaciones calientes eran la promesa a la muerte del dictador. Desde la perspectiva del franquismo, era evidente que necesitaban recrear el pasado (MONEDERO, 2017, p. 255).

Assim, os dois momentos passados, o da transição e o da guerra civil, recuperados criticamente, são iluminados e também iluminam o contexto de onde o próprio autor escrevia. Ou seja, uma mirada crítica sobre o contexto da crise política, que já vinha da época da entrada do país na guerra do Iraque, iniciativa do governo de José Maria Aznar (PP) – sem falar na tentativa deste de culpabilizar o grupo nacionalista basco ETA pelos atentados terroristas de 2004 em Madri⁷ –, explodiria em 2010, com a perda de legitimidade do PSOE de Zapatero e do PP de Rajoy que, para tentarem solucionar a crise

⁷ Atentados realizados em 11 de março daquele ano, coordenados contra o sistema de trens suburbanos, três dias antes das eleições gerais espanholas e que mataram 193 pessoas e feriram mais 2 mil. Segundo investigações, teriam sido executados por uma célula terrorista inspirada na Al-Qaeda.

desencadeada pela bolha financeira em 2008, buscaram antes atender os interesses da “Troika” (FMI, Comissão Europeia e Banco Central Europeu).

Essa contraposição política se fundamenta, portanto, pela justaposição histórica entre o contexto da transição e o da virada das primeiras décadas do século XXI, colocando-se criticamente contra a ideologia do pacto. O que pretendemos destacar aqui é como os embates em torno da memória histórica da guerra civil e da transição implicaram a reivindicação de uma nova legitimidade política à medida em que buscavam se conectar às demandas do tempo presente. A crise de representação, pós 2008, foi um contexto de surgimento de uma força política e eleitoral, o Podemos, que, com sua plataforma pluralista, obteve sucesso eleitoral se inspirando em experiências novas, seja aquela dos governos de esquerda latino-americanos (cf. SCHAVELZON, 2015), seja a da irrupção do movimento dos Indignados. Assim, foi recolocada a necessidade de recuperação da memória do republicanismo e sua contraposição ao fascismo,⁸ tarefa essa que pode ser sintetizada pela ideia da memória democrática.

A geração dos netos e a emergência juvenil diante da crise recente

A despeito de a transição espanhola ser tomada por parte da ciência política e opinião pública como exemplo modelar, o processo de transição argentino, marcado inclusive pelo trágico tiro no pé da Guerra das Malvinas, que serviu para a perda definitiva da legitimidade da ditadura militar, é o caso inspirador do ponto de vista da luta por memória e justiça. Na Argentina, houve a condenação de membros da junta militar, responsabilizados pelas ações de sequestro, torturas, execuções e desaparecimentos. Além disso, foi na Argentina que os *escraches* tomaram forma como modelo de protesto por iniciativa do grupo Hijos Por la Identidad y la Justicia Contra el Olvido y el Silencio - H.I.J.O.S., fundado em novembro de 1995 com o objetivo de luta por justiça. Essa experiência argentina serviu de inspiração, em 2012, para uma série de escrachos contra ex-agentes torturadores da ditadura brasileira. Como apontou Ana Paula Brito (2017), os

⁸ Que implicou o surgimento de bandeiras republicanas nas ruas espanholas. Ver: Republicanos protestam na Espanha exigindo referendo sobre monarquia. Disponível em: https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/mundo/2014/06/07/interna_mundo,431499/republicanos-protestam-na-espanha-exigindo-referendo-sobre-monarquia.shtml. Acesso em: 20 jan. 2022.

integrantes dessas ações são de uma “terceira geração da memória política no Brasil”,⁹ organizada sobretudo no Levante Popular da Juventude (LPJ).¹⁰ Segundo Fábio Pimentel, do Coletivo Quem, os escrachos serviam não só para “mexer com os humores do passado”, mas também “para mostrar que algumas páginas não foram viradas”, como a violência policial dirigida à população pobre e negra (cf. PERES, 2012), violência institucional estruturada, permanência viva da ditadura.

Na Espanha, o H.I.J.O.S. também seria tomado como inspiração, mas de uma forma que expandiria seu potencial simbólico. Em fevereiro de 2009, foi criada em Barcelona a Plataforma de Afectados por la Hipoteca (PAH), que organizaria protestos visando a impedir despejos, decorrentes da crise de 2008 – marcada pelo estouro da bolha imobiliária espanhola, da qual decorreu um processo de despejos em massa devido a execuções hipotecárias. Com a bandeira do direito à moradia, o movimento PAH espalhou-se por toda a Espanha, organizando *escraches* contra políticos que se recusavam a dar a devida atenção ao drama social envolvido com os despejos. Como expôs matéria da BBC, em 2013, ano em que os escrachos foram iniciados:

“Escrachar es poner en evidencia, revelar en público, hacer aparecer la cara de una persona que pretende pasar desapercibida”, define en su sitio web la organización argentina Hijos Por la Identidad y la Justicia Contra el Olvido y el Silencio (H.I.J.O.S), cuyos fundadores comenzaron esta práctica en 1996 (sic), para señalar a los torturadores del gobierno militar.

Con las diferencias obvias, la PAH importó el término y el método en la campaña “Hay vidas en juego”, para denunciar la falta de atención de los dirigentes al drama de los desahucios, que ya superan los 400.000 desde 2008 (BBC, 2013).

⁹ A denominação “terceira geração”, nesse caso, deve-se ao fato de que, como expuseram Paulo Abraão e Marcelo Torrelly (2013), no seminário de Sevilha, houve antes duas gerações que lutaram por justiça: primeiro já na década de 1980, a de grupos restritos que como os grupos “Tortura Nunca Mais”, de cuja luta surgiria a Lei nº 9.140/1995, sobre mortos e desaparecidos e reparação das famílias; segundo, houve a ampliação dessa luta com novos agrupamentos organizados pelo país, composta também de filhos de vítimas diretas da ditadura e de cuja iniciativa resultaria na Lei nº 10.559/2002, que estabeleceu medidas reparatórias para os demais atos de exceção. Essa luta se deu em paralelo (ou seja, não diretamente conectada) com a irrupção da luta civil por “movimentos sociais de novo tipo” (aspas dos próprios autores), caracterizados “mais por criticar déficits estruturais dos arranjos institucionais e menos por propor alternativas de natureza política global” (idem, p. 261). Agora, podemos dizer que a terceira geração, formada por jovens já sem ligação com as famílias de mortos e desaparecidos, significou a maior conexão dessas duas vias. Isso porque o LPJ “foi ganhando cada vez mais adeptos sob três principais bandeiras de luta: educação, trabalho e cultura” (BRITO, 2017, p. 106). Para um relato completo do histórico das lutas dos familiares de mortos e desaparecidos pela ditadura no Brasil, cf. TELES, [Janaina] 2010.

¹⁰ Outros grupos participaram da organização dos escrachos, como o Coletivo Quem e o grupo Tribunal Popular, que estiveram presentes no escracho realizado em 7 de abril de 2012 contra Harry Shibata, médico legista que falsificava a causa da morte em laudos de pessoas assassinadas pela repressão, como foi o caso do jornalista Vladimir Herzog, assassinado em 1975.

A primeira deputada a ser alvo de um escracho em seu domicílio foi María Ángeles Esteller, do PP, conselheira (vereadora) do Ayuntamiento de Barcelona. Na ocasião, a coordenadora do PAH, Ada Colau, dizia que já se passavam “más de cuatro años de interpelación a los representantes públicos, para que escuchen la realidad social urgente” (cf. BBC, 2013). Colau, uma das principais lideranças emergentes do movimento dos Indignados, seria eleita prefeita de Barcelona em 2015 pela coligação Barcelona em Comú, que fez parte do Podemos.

Aqui, acreditamos poder apontar, analiticamente, uma conexão entre (i) a crise econômica e a explosão de demandas por justiça social, que transmutavam em crise política, e (ii) uma luta pela memória histórica do legado da transição, relacionando-a (a transição) a uma cultura política de pouca força genuinamente democrática. Ao menos como coloca Monedero, “cada vez que la crisis golpea a las puertas de la democracia”, na Espanha dos despejos, “la política se parlamentariza para que la calle no hable, se ondean las banderas de la Transición y el consenso para que las alternativas callen, y se oculta el pasado para que la memoria enmudezca” (MONEDERO, 2017, p. 18). Monedero, como já vimos, também apontava como a crise atingia duramente os jovens:

Algunas peticiones de concordia expresadas hace una década – y que regresaban a la metodología de la Transición – suenan hoy, con más de cinco millones de parados, con uno de cada dos jóvenes en el paro, con la expulsión de 127.000 estudiantes de la universidad pública, con las dificultades para acceder a una pensión, a una beca, a servicios sanitarios, con los desahucios diarios, con las dificultades para mantener la vivienda caliente y con luz (idem, p. 61).

A julgar por pesquisas e reflexões que vêm sendo publicadas em livros e na imprensa, já se configura um drama geracional específico, de escala global: o de jovens que têm cada vez mais dificuldades em manter o padrão de vida familiar, quanto mais de ascender em relação à geração anterior. Na Europa, é uma situação que vem sendo apontada inclusive no que diz respeito às bases sociais do populismo conservador, tornando-se a imigração um tema sensível justamente porque, em muitos casos, a xenofobia se cruza com a disputa por um mercado de trabalho global precarizado. A precarização das relações e legislações trabalhistas, típicas do paradigma neoliberal, foram acompanhadas de uma nova subjetividade de competição, disfarçada de “empreendedorismo” (superação individual) ou “entrega” (incondicional do trabalhador para a empresa). É a “geração *burnout*”, caracterização que Anne Helen Petersen (2021)

deu à geração “Millennial” – nascida na década de 1980 – em seu livro *Não aguento mais não aguentar mais*. Mais trabalho, mais autocobranças e muito menos resultado, especialmente quando se considera as expectativas frustradas, a que se somam um tempo muito menor para o descanso e o ócio. O livro de Petersen, além de ser um (auto)relato do drama geracional, foi também um chamado para a politização. “Para muitos de nós, foram necessários anos em empregos de merda para entender a nós mesmos como empregados, como *trabalhadores*, sedentos por solidariedade” (PETERSEN, 2012, p. 142, grifo no original).

Na Espanha, o sociólogo e escritor Jorge Moruno Danzi escrevia reflexões parecidas, desde 2013, em colunas no blog “La revuelta de las neuronas” e no portal Cuarto Poder, tendo sido o responsável pela área de Discurso do Podemos até 2017. Moruno escreveu também o livro *No tengo tiempo*, apontando a necessidade de, pela politização, tentar reunir forças para escapar de uma temporalidade acelerada.

Ese tiempo que se gana a futuro encarna la manera acelerada en la que vivimos nuestra temporalidad contemporánea. Tempus fugit, que decía Virgilio, “el tiempo se nos escapa”, nunca es suficiente y nos empuja a una competitividad extrema por encontrar bolsas de tiempo que pesan sobre nuestras espaldas y las ajenas. El tiempo se vive de forma cada vez más cardíaca. [¿] Cómo se lucha contra una realidad cuando la propia realidad contra la que se lucha es la causa que impide luchar, cómo ganar el tiempo que no se tiene pero que abunda como nunca antes [?]. Este es el laberinto histórico que tenemos que resolver (MORUNO, 2018, p. 12).

Nesse sentido, a ressignificação do político para uma tarefa *pública* é o que Moruno havia colocado ao defender, em seu blog, a prática subversiva dos escrachos:

No es casualidad por lo tanto, que cuando lo que se ataca es la intimidad, las medidas de presión ciudadana pública tomen también en consideración saltar esa misma barrera que separa lo público de lo privado. Cuando los representantes rompen el propio contrato social que ellos mismos han planteado y gobiernan para instancias no elegidas, en lugar de hacerlo para la ciudadanía que es donde reside la soberanía popular, el Congreso se convierte en una institución ajena a quien dicen representar. El choque de legitimidades entre el apoyo social al movimiento contra los desahucios y la legitimidad que emana de los poderes públicos, existe precisamente por la erosión de la segunda. [...] El desahucio pasa de ser algo privado a convertirse en público, el escrache actúa a la inversa, traslada las decisiones públicas al ámbito de lo privado (MORUNO, 2013).

Assim, acreditamos não ser possível entender a participação massiva de jovens em movimentos como o dos Indignados na Espanha, o Occupy Wall Street e os “ocupas” verificados no Brasil entre 2013 e 2015 apenas pela chave da explosão da crise econômica e política derivada de 2008. “O 15-M foi um fenômeno muito geracional, e ao mesmo

tempo muito global, no sentido de que muitos dos seus traços se reconhecem no Syriza, ou melhor, na Praça de Sintagma [Grécia], e mesmo nos movimentos árabes que se produzem há alguns anos”, como lembrou Rodriguez Gallardo (REVISTA O VIÉS, 2016). Em 2014, o 15M espanhol já se fazia presente em manifestações brasileiras (cf. G1, 2014) como símbolo da “*Spanish Revolution*”, contexto em que as redes sociais na internet passaram a ter um papel capital nas mobilizações da juventude.

Voltando aos conceitos desenvolvidos por Karl Mannheim (1993), podemos dizer que a posição geracional, descrita anteriormente, liga-se a um estado latente, dizendo respeito a condições potenciais de tomada de posição geracional. Já a *conexão geracional* se dá com uma tomada de consciência, configurando-se um ser social em que os indivíduos estão relacionados uns com os outros através de vínculos comuns. A conexão geracional é algo mais que uma

mera presencia circunscrita en una determinada unidad histórico-social. Para que se pueda hablar de una conexión generacional tiene que darse alguna otra vinculación concreta. Para abreviar, podría especificarse esa adhesión como una *participación* en el *destino común* de esa unidad histórico-social (idem, p. 221, grifos no original).¹¹

Acreditamos ser bastante oportuna a apropriação do conceito de conexão geracional para a elaboração de um diagnóstico político da crise recente: seu efeito não foi apenas o descrédito do sistema político institucionalizado, mas também o de ter feito emergir uma tensão geracional na medida em que explicitou como o sistema de poder político e financeiro passou a agir contra o interesse popular. A revolta se tornou mobilização política global não só pela maior conectividade possibilitada pela internet, mas também por encontros presenciais e trocas de experiências em iniciativas tais como

¹¹ Janice T. P. de Sousa, apropriando-se de reflexão de Mannheim sobre a juventude como agente revitalizador das relações sociais, elaborou uma comparação de irrupções simultâneas entre jovens da França e do Brasil ocorridas em 2005 – que podemos reivindicar pelo conceito de conexão geracional, tal como descrevemos –, ocasião em que “os jovens franceses e brasileiros revelam-se contemporâneos do novo processo cultural que parece emergir com a entrada no novo século”. Trataram-se das grandes manifestações dos estudantes franceses contra a lei trabalhista de orientação econômica neoliberal, que previa contratações de jovens de 18 a 26 anos sem garantias de direitos e que atingia sobretudo a grande massa que reúne jovens desempregados, descendentes de imigrantes, dos bairros pobres e das classes médias com descontentamentos comuns; e as grandes mobilizações de estudantes brasileiros contra o sistema de transporte público, que reuniram em 2004 e 2005 milhares de jovens nas ruas de várias capitais e cidades do Brasil, pressionando as prefeituras municipais contra o reajuste ou valor das passagens de ônibus, num Movimento pelo Passe Livre. Na França, já havia a rejeição da política institucionalizada, à esquerda e à direita; no Brasil, uma lógica de organização horizontalizada (SOUSA, 2006, p. 21) – a mesma, aliás, que veríamos reaparecer entre junho de 2013 e as mobilizações contra a Copa em 2014.

o Fórum Social Mundial. Além disso, a politização ocorrida na Espanha, que tomou forma de revolta geracional, serviu-se diretamente de conexões em termos dos fluxos de ideias e experiências em comum, tendo tido destaque, como mostramos, os escrachos inspirados no grupo argentino H.I.J.O.S., o que por sua vez potencializava a confrontação política e geracional como disputa pela memória histórica.

Cabe, enfim, tomar o terceiro dos conceitos de Mannheim, o de *unidade geracional* – que, tal como nos casos da posição e conexão geracionais, não implica necessariamente a formação de “grupos concretos” (MANNHEIM, 1993, p. 216), mas que pode ajudar a levantarmos a hipótese sobre uma cristalização geracional no contexto da atual crise de representação na Espanha, a que se liga um destino comum de processos falhos de transição, como o do Brasil.

La unidad generacional es, por tanto, una adhesión mucho más concreta que la que establece la mera conexión generacional. *La propia juventud que se orienta por la misma problemática histórica-actual, vive en una “conexión generacional”; dentro de cada conexión generacional, aquellos grupos que siempre emplean esas vivencias de modos diversos constituyen, en cada caso, distintas “unidades generacionales” en el ámbito de una misma conexión generacional* (MANNHEIM, 1993, p. 223, grifos no original).

Assim, se antes procuramos destacar a geração espanhola dos netos da guerra civil como conceito ligado a uma autocompreensão de um grupo que compartilha experiências e objetivos comuns, acreditamos que sua força política pode ter sido potencializada na medida em que a contestação ao legado da transição, como dissemos, pode ter se fortalecido ao se articular a demandas que atingem toda uma nova geração.

Considerações finais

Como é enfatizado por autores que participam do debate que nós expusemos, há uma grande (na verdade, imensa) bibliografia, de natureza historiográfica, a respeito da guerra civil espanhola. Cercada também por uma aura romântica no campo da política, à esquerda, e à direita por revisionismo reacionário, sobre ela é muito difícil uma abordagem não apaixonada, embora a historiografia esteja fazendo seu trabalho (com a imparcialidade devida, que é distinta do mito da neutralidade). Como disse Reig Taipa (2011, p. 27), há uma distinção “entre o que se refere à própria história e o que se refere à complexa e tão discutida questão da memória histórica, coletiva, democrática ou como

se queira chamá-la, que, por sua vez, distorceria a própria história”. Mas a distorção ideológica a que se referia é aquela que servia a projetos de poder político que se valiam de uma renovação da ortodoxia franquista – aquela que, durante a ditadura, opunha a “verdadeira Espanha” ao “perigo vermelho”. A “desmistificação do franquismo é simplesmente a história da historiografia contemporânea espanhola”, disse (idem, p. 37).

Tal debate, do ponto de vista historiográfico e também político, leva também e necessariamente a uma discussão a respeito da Segunda República, no sentido de pesar a responsabilidade de cada lado na escalada da polarização e da violência, da mesma forma que a compreensão dos sentidos instrumentais da democracia que havia em ambos os lados. De qualquer forma, há que se considerar que, quando havia liberdade de eleição, “la clase obrera escogió la República, mientras que las clases elevadas, con algunas excepciones, fueran nacionalistas fanáticas”, dizia Raymond Carr. “Lo que estuvo en duda fue la lealtad de la clase media. Muchos siguieron los pasos de la vieja generación de intelectuales, desencantados con el estilo ‘proletario’ de los últimos tiempos de la República” (CARR, 2015, p. 186). Mesmo no que diz respeito à espiral de violência que se seguiu ao levante nacionalista de julho de 1936, além do grande desequilíbrio de forças, “as atrocidades republicanas” foram “executadas tendencialmente por elementos que ficaram fora do controle quando as forças da ordem se rebelaram, enquanto as cometidas pelos nacionalistas”, lembrou Paul Preston, “foram oficialmente conduzidas por aqueles que alegavam combater em nome da civilização cristã” (p. 95). Cabe por fim recordar que, mesmo após o fim da guerra civil e o início da longa ditadura franco, a lógica do extermínio do “inimigo interno” não cessaria, bem como haveria a construção de uma “cultura da guerra” e a estigmatização dos “vencidos” (cf. SEVILLANO CALERO, 2017). E para uma leitura de mais larga escala temporal – pertinente para as discussões travadas em torno da emergência da geração dos netos, no contexto da crise geracional provada pelo neoliberalismo –, cabe destacar a síntese feita por Paul Preston: seja nas décadas de 50 e 70 do século XIX e entre os anos de 1917 e 1923 do XX, “e sobretudo na Segunda República, foram feitos esforços para alinhar a política espanhola com a realidade social do país, que inevitavelmente envolveram tentativas para introduzir reformas fundamentais, especialmente na terra, e para melhor distribuir riqueza”, e por isso a guerra civil de 1936-39 “representou a expressão acabada das tentativas dos

políticos reacionários espanhóis para esmagar qualquer reforma que fizesse perigar as suas posições de privilégio” (PRESTON, 2011, p. 28).

Enfim, sem que nosso foco fosse a historiografia sobre a guerra civil, procuramos destacar a dualidade memória-história em meio à politização recente, com destaque sobre a emergência da geração dos netos da guerra civil e a contestação da herança política da transição, que se condensa com a memória sobre a guerra civil e a ditadura. A disputa pela memória histórica na Espanha (tal como no Brasil) coloca-se no âmbito do *passado irrevogável*, ligado a uma presença de traumas e conflitos distinto do passado irreversível como não repetível e “deixado para pra trás”, como muitas vezes convém àqueles que não querem remexer no passado ditatorial – ao qual, no fundo, continuam ideologicamente fiéis. Berber Bevernage, apropriando-se dos conceitos elaborados pelo filósofo Vladimir Jankélévitch e a partir da análise dos casos da Argentina, África do Sul e Serra Leoa, fala que pessoas que experimentam o passado como irrevogável o experenciam “como um depósito persistente e massivo que se adere ao presente” (BEVERNAGE, 2018, p. 32). Para familiares de mortos e desaparecidos, a “ênfase na ausência e na irreversibilidade do passado confere ao tempo irreversível da história algo de desconfortável, por vezes de injusto e quase moralmente inaceitável” (idem, p. 30). A força desse passado irrevogável – que vem se tornando o centro de preocupações e iniciativas de grupos organizados, comissões oficiais e trabalhos acadêmicos¹² – é equivalente à sensação perene de injustiça. Assim, por outro lado, como procuramos argumentar, a força política das demandas referentes ao passado pode se tornar mais efetiva quando articuladas a uma sensação de uma “injustiça contemporânea” que se manifesta “na forma de uma repetição estrutural ou uma continuidade de injustiças com uma longa história”, para nos apropriarmos de outra reflexão de Bevernage (cf. BEVERNAGE, 2020, p. 19).¹³

Na Espanha, a irrupção da autodefinição da geração dos netos da guerra vem ajudando a uma politização que inclui a luta por uma memória democrática que, dirigida

¹² Para uma análise dos debates e questões pertinentes ao contexto brasileiro em torno da Comissão Nacional da Verdade, cf. BAUER, 2017.

¹³ Como colocou Edson Teles: “Não é possível pensar a violência da ditadura [brasileira] sem assumirmos o compromisso de responder aos atos de violência e tortura dos dias atuais. E também o contrário: não eliminaremos as *balas perdidas* se não apurarmos a verdade dos anos de terror de Estado de modo a ultrapassarmos certa cultura da impunidade. Pois a *bala perdida* e, como o silêncio e o esquecimento, o ato sem assinatura pelo qual ninguém se responsabiliza” (TELES, 2011, p. 318, grifos no original).

ao passado, coloca-se como uma tarefa política para o presente – o que implica a reabertura de um futuro. O horizonte neoliberal, radicalizado com as medidas de austeridade pós-2008, parece ter potencializado uma revolta geracional, que já acompanhávamos desde os chamados “movimentos antiglobalização” da virada do milênio. A uma crise política que vem afetando as gerações mais jovens, divididas entre expectativas, oportunidades e frustrações diante das alegadas “infinitas possibilidades” do mundo globalizado, soma-se na Espanha, bem como no Brasil, uma luta política em torno da memória histórica sobre a ditadura e uma contestação do legado do “pacto democrático” que se erigiu em processos de transição negociados.

Como colocou Edson Teles (2018, p. 11-113), em reflexão sobre a crise brasileira recente, que explodiu em 2013, não se trata de estabelecer uma indistinção entre democracia e ditadura, mas de procurar compreender como movimentos sociais promovem de fato uma aproximação da atual democracia com a ditadura. Num estudo comparativo que não se limite a congelar situações previamente definidas, acreditamos que, para o Brasil, a noção de conflito geracional pode ajudar a melhor elucidar o fato de que, passadas três décadas do fim da ditadura, uma nova geração de jovens tenha surgido contestando os profundos déficits que marcam nossa democracia limitada. Em ambos países, coloca-se a questão de uma permanência de um estado de exceção, seja na forma de aparatos de violência institucional, seja no estado de exceção econômico que se revela em momentos de crise, apesar dos apelos à ordem ou mesmo ao imaginário dos “pactos sociais”, à sua maneira baseados numa certa interpretação histórica.

Referências

ABRÃO, Paulo e TORELLY, Marcelo D. As dimensões da Justiça de Transição no Brasil, a eficácia da Lei de Anistia e as alternativas para a verdade e a justiça. In: PRONER, Carol e ABRÃO, Paulo (coord.). **Justiça de Transição – Reparação, Verdade e Justiça: perspectivas comparadas Brasil-Espanha**. Belo Horizonte: Ed. Fórum, 2013, p. 235-269.

BAUER, Caroline Silveira. **Como será o passado?** História, historiadores e a Comissão Nacional da Verdade. Jundiaí-SP: Paco, 2017.

BBC. España y los “escraches”: ¿protesta legítima o acoso?, **BBC News**, 24 abr. 2013. https://www.bbc.com/mundo/noticias/2013/04/130424_espana_escrache_acoso_polemica. Acesso em 16 ago. 2021.

BENJAMIN, Walter. Sobre o conceito da História. In: **Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura** (Obras escolhidas, v. 1). Tradução: Sérgio Paulo Rouanet. São Paulo: Brasiliense, 1994, p. 222-232.

BEVERNAGE, Berber. **Caminhos para a teoria da história: filosofia das historicidades e a questão da justiça histórica.** Tradução Walderez Ramalho. Coleção Fronteiras da Teoria, volume 3. Vitória: Editora Milfontes, 2020.

_____. **História, memória e violência de Estado: tempo e justiça.** Tradução André Ramos, Guilherme Bianchi; Revisão técnica: Valdei Lopes de Araújo, Walderez Ramalho. Serra: Editora Milfontes/ Mariana: SBTHH, 2018.

BRITO, Ana Paula. **Escrachos aos torturadores da ditadura.** Ressignificando os usos da memória. São Paulo: Expressão Popular, 2017.

CABRERA, Elena. “los nietos del franquismo ‘heredan’ inconscientemente el sufrimiento de sus padres y de sus abuelos” [entrevista con Clara Valverde]. **elDiario.es**, 29 jun. 2014. Disponível em: https://www.eldiario.es/sociedad/transmision-generacional-violencia-politica-espana_1_4797500.html. Acesso em: 14 ago. 2021.

CARR, Raymond. **España: de la Restauración a la democracia, 1875-1980.** Barcelona: Ariel, 2015.

CEPÊDA, Vera Alves. Karl Mannheim e o desafio da compreensão sobre a mudança social. In: CEPÊDA, Vera A., MAZUCATO, Thiago e FONTANA, Felipe (orgs.). **Interfaces da Sociologia do Conhecimento de Karl Mannheim.** São Carlos: Ideais, Intelectuais e Instituições, UFSCAR, 2015, p. 9-30.

G1. Sigla ‘15M’ usada por manifestações no Brasil tem origem na Espanha. 15 mai. 2014. Disponível em: <https://g1.globo.com/mundo/noticia/2014/05/sigla-15m-usada-por-manifestacoes-no-brasil-tem-origem-na-espanha.html>. Acesso em: 13 set. 2021.

GREPPI, Andrea. La demanda de memoria – transición, diálogo y democracia. In: PRONER, Carol e ABRÃO, Paulo (coord.). **Justiça de Transição, – Reparação, Verdade e Justiça: perspectivas comparadas Brasil-Espanha.** Belo Horizonte: Ed. Fórum, 2013, p. 51-69.

JULIÁ, Santos. De hijos a nietos: memoria e historia de la Guerra Civil en la transición y en la democracia. In: OLMOS, Ignacio Olmos y KEILHOLZ-RÜHLE, Nikky (eds.). **La cultura de la memoria.** La memoria histórica en España y Alemania. Madrid: Iberoamericana, 2009, p. 79-88.

MANNHEIM, Karl. “El problema de las generaciones”. Trad. Ignacio Sánchez de la Yncera, **Revista Española de Investigaciones Sociológicas (REIS)**, n. 62, 1993, p. 193-242. Disponível em: https://reis.cis.es/REIS/PDF/REIS_062_12.pdf. Acesso em: 8 jun. 2022.

MAQUEDA, Paqui. El Movimiento Memorialista – de la fosa a la justicia universal. In: PRONER, Carol e ABRÃO, Paulo (coord.). **Justiça de Transição, op. cit.**, 2013, p. 223-232.

MONEDERO, Juan Carlos. **La Transición contada a nuestros padres.** Sexta edición (actualizada) [1ª edición: 2011]. Madrid: Los Libros de La Catarata, 2017, Ed. Kindle.

MORUNO, Jorge. *¡10,100,1000 escraches!*. La revuelta de las neuronas. **Público**, 23 mar. 2013. Disponível em: <https://blogs.publico.es/jorge-moruno/2013/03/23/101001000-escraches/>. Acesso em: 29 jun. 2022.

_____. **No tengo tiempo.** Geografías de la precariedad. Prólogo: Raimundo Viejo. Madrid: Ediciones Akal, 2018. Ed. Kindle.

PERES, João. Escracho, uma maneira de mostrar que a ditadura tem rosto – e vida. **Rede Brasil Atual**. 8 de abr. de 2012. Disponível em: <https://www.redebrasilatual.com.br/cidadania/2012/04/escracho-uma-maneira-de-mostrar-que-a-ditadura-tem-rosto-2013-e-vida/>. Acesso em: 20 mai. 2022.

- PETERSEN, Anne Helen. **Não aguento mais não aguentar mais**. Como os Millennials se tornaram a geração do burnout. Trad. Giu Alonso. Rio de Janeiro: Harper Collins, 2012.
- PRESTON, Paul. **A guerra civil de Espanha**. Lisboa: Edições 70, 2011.
- REIG TAPIA, Alberto. A Guerra Civil Espanhola: Historiografia e Revisionismo. In: MEIHY, José Carlos Sebe Bom (org.). **Guerra Civil Espanhola: 70 anos depois**. São Paulo: Edusp, 2011, 17-48.
- _____. Cultura política y vía pacífica a la democracia. El miedo y el olvido en la transición española. In: OLMOS, Ignacio Olmos y KEILHOLZ-RÜHLE, Nikky (eds.). **La cultura de la memoria**. La memoria histórica en España y Alemania. Madrid: Iberoamericana, 2009, p. 107-127.
- REVISTA O VIÉS. Ditaduras de ontem, democracias do amanhã: uma entrevista com Ángel Rodríguez Gallardo. 03 de mar. 2016. Disponível em: <https://www.revistaovies.com/2015/04/23/ditaduras-de-ontem-democracias-do-amanha-uma-entrevista-com-angel-rodriguez-gallardo/>. Acesso em: 4 de jul. 2022.
- ROBLEDO, Ricardo. El giro ideológico en la historia contemporánea española: “Tanto o más culpables fueron las izquierdas”. **DEHE**. Artículos del Departamento de Economía e Historia Económica, 2015, p. 303-338. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10366/125717>. Acesso em: 10 jun. 2022.
- RODRIGUEZ GALLARDO, Ángel. A imprescindível recuperação da memória histórica da Galiza contemporânea. In: TAIBO, Carlos et. al. **A Galiza do Século XXI**. Ensaio para a Revolução Galega. Compostela (Galiza): Abrente Editora, 2007.
- SCHAVELZON, Salvador. A formação do Podemos. América do Sul, populismo pós-colonial e hegemonia flexível. Tradução: Mateus Yuri Passos. **Novos Estudos Cebrap**, nov. 2015, p. 33-57. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/nec/a/8WjDYDZKWgS8gytW6SVdRvR/?lang=pt>. Acesso em: 10 fev. 2020.
- SEVILLANO CALERO, Francisco. **La cultura de guerra del “nuevo Estado” franquista**. Madrid: Biblioteca Nueva, 2017. [Edição do Kindle].
- SOUSA, Janice Tirelli P. de. Apresentação do dossiê: A sociedade vista pelas gerações. **Política & Sociedade**. Revista de Sociologia Política, v. 5, n. 8, 2006, p. 09-29. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/politica/article/view/1802>. Acesso em: 15 jun. 2022.
- TELES, Edson. Entre justiça e violência: estado de exceção nas democracias do Brasil e da África do Sul. In: TELES, Edson e SAFATLE, Vladimir. **O que resta da ditadura: a exceção brasileira**. São Paulo: Boitempo, 2010, p. 299-318.
- _____. **O abismo da história: ensaios sobre o Brasil em tempos de Comissão da Verdade**. São Paulo: Alameda, 2018.
- TELES, Janaina de Almeida. Os familiares de mortos e desaparecidos políticos e a luta por “verdade e justiça” no Brasil. In: TELES, Edson e SAFATLE, Vladimir. **O que resta da ditadura: a exceção brasileira**. São Paulo: Boitempo, 2010, p. 253-298.
- VALVERDE, Clara. **Desenterrar las palabras**. Transmisión generacional del trauma generacional de la violencia política del siglo XX en el Estado español. Madrid: Icaria, 2014.
- VELA GARCÍA, Fidel. “La generación de los nietos desprecian la Transición”. **el Periódico.com**, 13 dez. 2016. Disponível em: <https://www.elperiodico.com/es/entre-todos/participacion/generacion-nietos-desprecian-transicion-107539>. Acesso em: 14 ago. 2021.



Os direitos de licenciamento utilizados pela Revista Histórias Públicas é a licença *Creative Commons Attribution-Non Commercial 4.0 International (CC BY-NC-SA 4.0)*

Recebido em: 30/01/2023
Aprovado em: 28/02/2023

Relecturas, reactivaciones y creaciones. Usos de archivo y gestos de montaje en el documental contemporáneo sobre el periodo colonial portugués en África

Cecilia Nuria Gil MARIÑO¹

Resumen: El giro archivístico desde hace varias décadas ha propuesto nuevas sensibilidades con respecto a las conceptualizaciones de las nociones de archivo y transformado sus prácticas y usos. En este marco y entendiendo a los archivos como agentes histórico-políticos que expresan relaciones de poder, este trabajo propone indagar sobre los gestos de montaje en las reactivaciones, relecturas y creación de archivos del período colonial portugués en África. Se abordarán los filmes *Visões do Império* (2020), dirigido por Joana Pontes, *Fantasma do Império* (2020) de Ariel de Bigault, la película angolana *Independência* (2015) de Fradique (Mário Bastos) y el cortometraje angolano *Mulheres de Armas* (2012) de Kamy Lara. Los cuatro filmes buscan detenerse en las marcas de las ausencias, en la violencia colonial que expresan las huellas apagadas de los documentos y las imágenes. Reactivan una función zombi del archivo que vuelve para enunciar la falta y forjar y dar lugar a memorias alternativas y contrahegemónicas.

Palabras claves: Cine lusófono; Archivos decoloniales; Giro archivístico.

¹ Doutora em História pela Universidad de Buenos Aires. Pesquisadora da Universidad Nacional de Tres de Febrero. Buenos Aires, Argentina. ORCID: 0000-0002-8960-4753. E-mail: cecigilmario@gmail.com.

Re-readings, re-activations and creations. Archival uses and montage gestures in contemporary documentary on the Portuguese colonial period in Africa

Abstract: The archival turn for several decades has proposed new sensibilities with respect to the conceptualizations of the notions of archives and transformed their practices and uses. In this framework and understanding archives as historical-political agents that express power relations, this paper proposes to investigate the gestures of montage in the reactivations, re-readings and creation of archives of the Portuguese colonial period in Africa in the films *Visões do Imperio* (2020), directed by Joana Pontes, *Fantasma do Imperio* (2020) by Ariel de Bigault, the Angolan film *Independência* (2015) by Fradique (Mário Bastos) and the Angolan short film *Mulheres de Armas* (2012) by Kamy Lara. The four films seek to dwell on the marks of absences, on the colonial violence expressed by the muted traces of documents and images. They reactivate a zombie function of the archive that returns to enunciate the lack and forge and give rise to alternative and counter-hegemonic memories.

Keywords: Lusophone cinema; Decolonial archives; Archival turn.

Eje: Memoria, Trauma Histórico y Representaciones de la Dictadura

El giro archivístico, que partió de la crítica posmoderna con trabajos como los de Michel Foucault, Jacques Derrida y Georges Didi-Huberman en la década de 1990 y comienzos del siglo XXI, fue encontrando eco en otros contextos y resonando con enfoques que desafían las jerarquías heredadas del colonialismo y de la matriz patriarcal. Movimientos sociales y comunidades históricamente marginadas comenzaron a problematizar las condiciones de producción, organización, conservación y acceso de los archivos en el presente, así como también a crear sus propios archivos, que no siempre se trata de documentos escritos.

De esta manera, como plantea la historiadora Regina Kunzel (2015):

(los archivos) no son meros repositorios de documentos sino agentes históricos, organizados en torno a lógicas tácitas de inclusión y exclusión, con el poder de visibilizar ciertas historias, experiencias y eventos, y de clausurar otros. (p. 214, la traducción es mía)²

Entonces, el giro archivístico, señala Kunzel, propone que preguntamos primero cómo los documentos llegaron a ser archivados, con qué intereses fueron preservados, y cómo la documentación de eventos y procesos particulares (y no otros) delinearon lo que podemos saber del pasado. Así, los regímenes de lo archivable expresan relaciones de poder de una sociedad o comunidad. En este proceso, el Estado tiene un rol central. Achille Mbembe (2002) apunta que existe una paradoja entre el Estado y el archivo, porque el primero no puede existir sin el segundo, pero al mismo tiempo el archivo es una amenaza para el Estado.

El poder del Estado descansa en su capacidad para consumir tiempo, esto es, abolir el archivo y anestesiar el pasado. El acto que crea el Estado es un acto de “cronofagia”. Es un acto radical porque consumir el pasado hace posible que este libre de toda deuda. La violencia constitutiva del Estado descansa, al final, en la posibilidad, que nunca puede ser descartada, de rechazar el reconocimiento de una u otra deuda

² En el original: “they were less depositories of documents than themselves historical agents, organized around unwritten logics of inclusion and exclusion, with the power to exalt certain stories, experiences, and events, and to bury others”.

(o de saldarla). Esta violencia es definida en contraste con la misma esencia del archivo, ya que la negación del archivo es equivalente, *stricto sensu*, a la negación de la deuda (MBEMBE, 2020, p. 04).

De ahí, la importancia para el Estado de silenciar o destruir archivos. No obstante, como señala este mismo autor, el archivo destruido acosa al Estado en forma de fantasma.

Estas nuevas sensibilidades con respecto a las nociones de archivo, sus usos y sus prácticas implica releer la historia a contrapelo, tal como han propuesto historiadores sociales y culturales que precedieron a este giro archivístico. En esta dirección, las contribuciones de la microhistoria italiana resultan sumamente valiosas para poder releer las series de los acervos. Carlo Ginzburg plantea que la producción de testimonios históricos refleja las relaciones de producción y de fuerza de una sociedad, por lo tanto, leer la historia a contrapelo significa buscar en esos testimonios los trazos de la opresión y leer en entrelíneas las “revelaciones involuntarias” (GINZBURG, 2016). Por su parte, Giovanni Levi remarca la importancia de una lectura microscópica de los documentos que permita descubrir los secretos, afectos y emociones que éstos contienen (LEVI, 2021). El paradigma indiciario de la microhistoria incita a la lectura atenta de elementos que en apariencia son insignificantes y permite enfrentar las dificultades que presentan los materiales, muchas veces escasos, fragmentarios, incompletos o inexistentes.

Este giro archivístico también tuvo, y continúa teniendo, una importante repercusión en propuestas estéticas y políticas del documental contemporáneo. Andréa França y Patrícia Machado (2014), para el caso de las representaciones audiovisuales de la dictadura brasileña, subrayan que, durante los años de 1980, el cine comienza a recuperar la memoria visual y audiovisual, donde el uso de las imágenes de archivos y testimonios está ligada a la noción de prueba de que un hecho existió, es decir como una ventana abierta a la historia. Mientras que el documental contemporáneo propone diversas posibilidades performativas de la memoria histórica, de asumir la falta de documentos y presentar lecturas no unívocas, sino con una función de expandir los sentidos.

En este marco, este trabajo propone indagar sobre los gestos de montaje en las reactivaciones, relecturas y creación de archivos del período colonial portugués en África en los filmes *Visões do Império* (2020), dirigido por Joana Pontes, *Fantasma do Império* (2020) de Ariel de Bigault, la película angolana *Independência* (2015) de Fradique (Mário

Bastos) y el cortometraje angolano *Mulheres de Armas* (2012) de Kamy Lara con participación de Fradique en el guion. Los cuatro filmes se enmarcan en esta nueva sensibilidad sobre los archivos y buscan detenerse en las marcas de las ausencias, en la violencia colonial que expresan las huellas apagadas de los documentos y las imágenes. Reactivan una función zombi del archivo que vuelve para enunciar la falta y forjar y dar lugar a memorias alternativas y contrahegemónicas. Siguiendo las propuestas de França y Machado (2014) y Poivert (2007) que entienden al montaje como un modo de performar la historia que despierta las diferentes capas de temporalidades y estratos de la imagen, se analizan los gestos de archivo y montaje en estas películas y su rol en las disputas por la memoria.

Estos filmes, asimismo, abordan la problemática de las materialidades de los archivos y sus diferentes usos a través del tiempo. Lxs cineastas exploran las múltiples cronologías de las imágenes fotográficas y audiovisuales, poniendo el acento en los fuera de campo para concederles su posibilidad de disputar sentidos a lo largo de la historia.

Reimaginar las imágenes

La realizadora Joana Pontes nació en Luanda, capital de Angola, donde vivió hasta los 13 años de edad. Su filme *Visões do Império*, estrenado en el Festival DocLisboa en 2020, toma como punto de partida la apertura de su álbum de fotos familiar de los tiempos en que vivía en Angola para comenzar a interrogar al pasado colonial. Junto a lxs historiadorxs Miguel Bandeira Jerónimo y Filipa Lowndes Vicente, coguionistas de la película, abordan las formas en las que el imperio portugués y su historia fueron imaginados, documentados y publicitados desde el XIX hasta 1974, año de la Revolución de los Claveles en Portugal, que puso fin al régimen político dictatorial, así como también al *status* colonial de varios territorios africanos que ya estaban en guerra. Este proyecto fue acompañado por una publicación que cuenta con textos de lxs guionistas, lxs investigadorxs que prestan testimonio en el filme y de otras voces de la literatura, como Mia Couto, el escritor mozambicano. En la introducción de este libro, intitulado también *Visões do Império*, el objetivo es indagar sobre el rol que tuvo la fotografía en las formas

de imaginación geopolítica, económica y sociocultural de los territorios coloniales, sus recursos y poblaciones, y reflexionar sobre el impacto de estos estereotipos y prejuicios aún en el presente. Tal como apuntan los testimonios del documental, la fotografía fue un elemento fundamental en la historia del colonialismo portugués moderno, ya que, sin ella, la idealización y el conocimiento de los territorios coloniales, sus recursos y sus poblaciones, habrían sido diferentes.

El filme traza una curva que va de los archivos privados en el seno familiar, a los mercados de pulgas y anticuarios donde acuden coleccionistas para la compra y la venta, hasta por último cartografiar las instituciones encargadas de la guarda y preservación de estas fotografías en Portugal. De ese modo, se establece un diálogo entre los archivos privados y la memoria familiar con los mecanismos de la memoria oficial y de los archivos institucionales. Puede decirse que la problematización de lo archivable que provocó el giro archivístico tuvo eco en las narrativas del yo del cine documental de las últimas décadas.

Asimismo, muchas de las fotografías preservadas en los archivos estatales corresponden a álbumes de familia y fotografías no institucionales que fueron producto del trabajo de *amateurs* que retrataron desde su punto de vista la vida en las colonias. Es decir que, se produce una migración de archivos que pertenecían al mundo de lo privado a la esfera de lo público, donde fue el Estado el que otorgó el carácter de *status* (Mbembe, 2002) sobre qué vidas son archivables, aquellas que tuvieron los recursos para generar su propia documentación. El último testimonio de la archivista Carmen Rosa en el Archivo de Documentação Fotográfica en el Forte Sacavém da cuenta de esta batalla de las imágenes. Rosa termina de restaurar el álbum de una familia de colonos en Mozambique y remarca que de un universo de mil fotos debe haber solamente retratadas entre veinte y treinta personas negras. Éstas siempre aparecen en contexto etnográfico o bien, por accidente apareció en el encuadre.

Sobre estas articulaciones entre los archivos privados que migran a otras esferas, la coguionista Filipa Lowndes Vicente confiesa su primera impresión al sentir que había traspasado un límite de lo privado al comprar un álbum de fotos familiar, pero que justamente ese hecho la hizo más consciente de las experiencias individuales ligadas al

espacio colonial. A su vez, la historiadora coloca una pregunta de gran relevancia y preocupación sobre los archivos en la actualidad, aquella que tiene que ver con la guarda de los materiales, cuáles son los criterios de preservación, qué materiales sí y cuáles no, y a qué relaciones de poder responden estas decisiones.

Tras este primer encuentro en la casa de Filipa, el filme se organiza en diferentes visitas a instituciones de archivo donde aparecen los testimonios de investigadores y trabajadores de los mismos. El mapa que se delinea es sumamente amplio, dando cuenta de las diferentes dimensiones de la extracción colonial. Las instituciones son retratadas en primer plano en su materialidad, siendo también personajes del documental. La primera visita es al Archivo Histórico Ultramarino, donde se encuentra con la investigadora Catarina Mateus y conversan sobre el acervo de aproximadamente 90 álbumes fotográficos, provenientes de varios fondos y algunos comprados en los mercados de pulgas.

Luego se dirige al Jardín Botánico de Coimbra, donde se encuentra el Archivo de Botánica de la Universidad, que conserva los trazos de las plantas que fueron traídas de Angola a inicio de siglo XX por las expediciones de Luís Carisso, pero que ya no existen. En el Museo de Ciencia, en las reservas de Antropología, además de las fotografías, revisa cintas de grabaciones del folclore angolano, máscaras, muñecas y demás objetos. Si bien no se aborda la temática directamente, la descripción y el número de la extracción colonial de estos objetos materiales e inmateriales pone de relieve los debates existentes sobre la restitución.

El recorrido continúa por el Archivo del Santuario de Fátima, conocida como la virgen peregrina que llegó a todos los confines del imperio, y el Archivo Nacional da Torre do Tombo que cuenta con alrededor de dos millones y medio de documentos en diferentes formatos y soportes. El énfasis del filme sobre las cifras de documentos en los archivos y los planos generales de sus depósitos y sus anaqueles llenos de carpetas con documentación, se contrapone con los planos detalle de las fotografías revisitadas. En algunos casos, estos detalles humanizan las imágenes que plasman, siendo acompañadas por la lectura de la realizadora de documentos escritos que denuncian la crueldad colonial. En otros casos, el foco está puesto en analizar las estrategias imagéticas del imperio para consolidar su discurso de soberanía y legitimar la violencia. Estas fotografías, que

tuvieron distintos fines y pasaron de mano en mano oficial y clandestinamente, colaboraron con los imaginarios de dominación y de la construcción de una otredad que legitimaba la discriminación y la opresión racial. Las imágenes van desde los estereotipos de lo salvaje a la falsa armonía del proyecto de modernización colonial. Asimismo, tal como resalta el filme, la fotografía también fue central para la imaginación del territorio del imperio y de su control.

En el Archivo Histórico Ultramarino, Pontes y Lowndes Vicente analizan las fotografías de Cunho de Morais, uno de los primeros fotógrafos en el mundo en fotografiar África occidental. En 1885, publicó 4 álbumes fotográficos con un prólogo que enfatiza una idea muy típica del período que entiende a la cámara como un instrumento de poder, ligada al poder militar y a las expediciones de los Estados. Filipa Lowndes Vicente explica que, en la década de 1930, producto de los avances tecnológicos de las cámaras, aparecen los fotógrafos *amateurs*, y el Estado pierde control de las imágenes que se producen y comienzan a circular en ámbitos privados o para comercializarse. Esto tiene como consecuencia que las fotos comiencen a ser utilizadas en múltiples contextos y múltiples cronologías, a las que se suma como otra camada más los usos en el filme.

Las siguientes instituciones visitadas problematizan más explícitamente la desigualdad de las relaciones de poder a la hora de construir la memoria histórica. La narrativa se va radicalizando en este aspecto, mostrando el silenciamiento de fuentes. En el archivo de la Fundação Mário Soares están las fotografías de la campaña de pacificación de Cuamato en 1907, que se trató de la conquista militar del sur de Angola. En este archivo, Miguel Bandeira explica que se hallan las Actas sobre las acusaciones de las atrocidades cometidas por el ejército portugués en ese territorio, y que éstas hablan de la existencia de fotografías que comprueban los testimonios, pero estas fotos no están. Los testimonios escritos -o transcritos- de las sesiones secretas de diputados datan de 1917 y se refieren a los crímenes de la expedición de 1915. Uno de los militares que fue parte confiesa que recibieron de más arriba la orden de colgar hombres y mujeres negrxs de los árboles. Uno de ellos fue denominado “el baobab fatal” por la gran cantidad de personas que murieron. La lectura del testimonio comenzada por Miguel es finalizada por la realizadora. La voz en *off* vuelve al presente y Pontes presenta una fotografía que

encontró en la Liga dos Combatentes, sobre la Primera Guerra Mundial en las colonias. En primer plano, se descubre una foto de un árbol enorme, sin hojas, al cual el efecto de la sombra de sus propias ramas desordenadas le da un aspecto terrorífico y en el cual, en el medio de una de ellas, cuelga un hombre negro. “Tal vez sea éste el baobab fatal” dice la realizadora.

De esta manera, el gesto de montaje del filme posibilita la vuelta en forma de fantasma para acusar al Estado en tiempo pasado y presente, sobre su responsabilidad sobre los discursos de memoria, sobre el cual se vuelve al final del filme con el testimonio de Carmen Rosa. Su voz es una demanda al Estado y la sociedad por la memoria y la dignidad póstuma de todas estas personas. “Los archivos tienen la misión de ir a buscar en esas catacumbas donde están enterradas las sombras de esas miles de imágenes que no hablan, que están mudas y tratar de disponibilizarlas” (Rosa, *Visões do Império*, 01:25:41). Es una responsabilidad y tarea del Estado rescatar esas memorias.

El lugar de la sociedad civil de colonos portugueses también es resaltado desde el propio cuestionamiento de su historia familiar. Sobre el libro *Angola 1961, O horror das imagens* de Afonso Ramos, Pontes coloca por encima los negativos de fotos de ella y su hermano en aquel año y los observa con una lupa. Ella tenía apenas cinco meses y su hermano dos años cuando se produjo el denominado ataque a las prisiones que fue una revuelta de los angolanos contra las autoridades en la que murieron siete oficiales de policía y quince de los atacantes. En voz en *off* se escucha el relato familiar, lo que su padre le contó. Todas las personas del barrio abandonaron sus casas por miedo, pero más tarde regresaron y la vida continuó como si nada hubiera sucedido, remarcando la indiferencia ante la opresión colonial.

Poco después se producen los ataques de los miembros de la UPA (Unión de los Pueblos de Angola) en el norte del país contra *fazendeiros* blancos y trabajadores negros. Tanto los acontecimientos del 4 de febrero como los del 15 de marzo se corresponden con los hechos inaugurales del MPLA y la UPA/FNLA en la guerra por la independencia y justificaban el envío de tropas de Portugal.

El documental aquí recurre a otro tipo de fotografías que son las de la prensa de ese entonces para demostrar que las fotos publicadas por los diarios en realidad ya habían sido publicadas diez años antes en un libro sobre antropofagia.

La voz en *off* continúa narrando que las fotografías de la masacre son exhibidas en la ONU por el embajador portugués y también se expusieron en la Sociedad de Geografía, que batió record de visitantes. Ese mismo año se editó un libro lleno de fotos que mostraban la convivencia pacífica entre negros y blancos. La realizadora muestra la última página donde se encuentra una de las fotos más famosas de la masacre y lee el texto que la encuadra que dice “hasta ahora nada pasaba, vivíamos como hermanos y hoy, súbitamente, la lucha en nuestra casa”. Pontes agrega que no hay rastros de la violenta represión a los trabajadores de algodón ese mismo año, subrayando la desigualdad en la circulación de las imágenes y la descontextualización de la violencia del imperio.

En el Archivo Histórico Militar, Pontes se encuentra con Afonso Ramos donde indagan sobre las fotografías de la masacre de 1961 en Angola. El investigador insiste en la importancia de la campaña mediática sobre esas fotos para la movilización para la guerra. La falta de contextualización de la circulación de estas imágenes conlleva un problema de memoria histórica. Ramos plantea que la despolitización de las imágenes muestra a los portugueses como una fuerza civilizadora y dejan solo una reacción moral, donde enfocamos solo en lo visible y no en lo que no tiene imagen. Las únicas fotografías que tuvieron como objetivo la denuncia de la colonización, que se conservan y aparecen en el filme, son las de los misioneros y misioneras como Alice Harris.

Con respecto a la materialidad de los archivos, es interesante remarcar el trabajo con las postales. Filipa explica que la colección de postales es un gran mercado en el mundo y se pregunta por las imágenes que hay en ellas. Mujeres sin identidad, sin nombre, sin subjetividad, clasificadas como bellezas según los parámetros de los hombres blancos. Sin embargo, la cámara retrata la materialidad y la particularidad de la misma al volverse sobre ella y prestar atención a lo que lleva escrito. Filipa señala que en ocasiones el texto otorga otros sentidos que la imagen no porta. En la postal que tiene en sus manos dice que el lenguaje racista no aparece en la imagen.

De esta manera, el documental realiza una búsqueda sumamente exhaustiva para relevar lo que hay para poner el énfasis sobre lo que no hay. Como se ha señalado anteriormente, la cantidad de un tipo de imágenes tiene como efecto el pavor, el pudor y el horror ante la inexistencia de las otras. Las jerarquías de los cuerpos en las imágenes también proponen desandar los idearios de armonía y ponerlas en cuestión. La idea de

visiones, podría decirse que mira más hacia el futuro que al pasado; pone el acento en la potencia latente de los archivos, en los trazos, en sus rasgos fantasmáticos para volverse políticas efectivas de memoria histórica y de reivindicación de una agenda de derechos humanos.

La noción de fantasma aparece también en el filme *Fantasma do Império* (2020) de la realizadora francesa Ariel de Bigault, quien trabaja desde hace muchos años con cuestiones de identidades culturales lusófonas. Se trata de un documental que revisita filmes que se encuentran en el patrimonio de la Cinemateca Portuguesa y otras películas del período post colonial, comentados por 7 cineastas portugueses, entrevistados por los actores de Santo Tomé, Angelo Torres, y el angolano Orlando Sérgio.

La película indaga sobre el imaginario colonial en el cine de Portugal desde las primeras décadas del siglo XX y va trazando un juego de temporalidades entre las imágenes históricas y miradas contemporáneas cinematográficas. Estas imágenes van desde los mitos del descubrimiento a las ficciones imperiales, que respondían a los intereses de la metrópoli.

La idea de fantasma aquí responde a las imágenes de la colonización y a su impacto en la segregación racial actual, tanto en el cine y audiovisual, como en la cultura y la sociedad.

La institución de la Cinemateca como espacio repositario de memoria histórica también tiene un rol fundamental en el filme. Otro de los entrevistados es su director, José Manuel Costa que enfatiza sobre la idea de que el cine colonial, o sea las películas producidas durante este período con o sin objetivos de propaganda estatal explícitos, como los filmes de Antonio Lopes Ribeiro, documentalista del régimen de Salazar, es una confrontación entre dos miradas. El *off* de esta entrevista se da sobre las imágenes de una película de 1931, *Guiné. Aldeia indígena em Lisbôa* que se proyecta con la pantalla dividida, enfatizando el enfrentamiento de miradas, a un lado de la pantalla imágenes de colonos, del otro, imágenes folclóricas de los habitantes de la colonia. Luego, se suceden primeros planos de mujeres con el torso desnudo, algunas de ellas ríen con vergüenza frente a la cámara y retiran la mirada, mientras Costa continúa diciendo que aun cuando una de las miradas esté completamente subyugada, está ahí y mira a cámara. Otra de las

escenas sobre este testimonio son dos mujeres bañándose sin percibir a la cámara que las filma. Las puestas en escena remarcan el exotismo y la mirada patriarcal sobre estos cuerpos. No obstante, Costa insiste en que ningún colonialista por más propaganda que quiera hacer consigue esconder toda la realidad. De este modo, las imágenes coloniales son reactivadas desde sus intersticios transgresores, desde sus posibilidades de resistencia, aunque éstas no sean efectivas. La reflexión sobre la idea de patrimonio común de estas imágenes con los pueblos africanos, no obstante, no problematiza la cuestión de su accesibilidad.

Asimismo, el documental aborda la problemática de la censura en cuanto a cuestiones raciales por parte de la Agencia de Ultramar. Manuel Faria de Almeida, director de *Catembe* (1965) cuenta que tenía la intención de mostrar cómo se divertían las personas blancas y las negras, cómo ambos grupos eran felices. No se trataba de una película de propaganda para “agradar a la metrópoli”, entonces él “era libre de hacer un filme sin ese tipo de problemas, sobre las personas, cómo las personas vivían, se movían, trabajaban, pensaban” (Faria de Almeida, *Fantasma do Imperio*, 01:01:28). Continúa diciendo que otras personas las cuales hacían cine en Lourenço Marques (hoy Maputo), envidiosos y celosos de él, levantaron quejas a la PIDE (Polícia Internacional e de Defesa do Estado) y esto tuvo como resultado la intervención de la Agencia de Ultramar para ver si Faria de Almeida no estaba haciendo algo “revolucionario”. El cineasta ríe irónicamente en *over* sobre un plano de *Catembe* de un niño negro que también ríe a cámara. La Agencia ordenó alrededor de 133 cortes, entre los cuales están todas las escenas donde había mezcla racial, porque ese multiracialismo no era conveniente en lugares como un bar, aunque podía hacerlo en la escuela, según las propias palabras del director. El documental recupera y pone en pantalla estas escenas. Se trata de personas negras, blancas, con rasgos asiáticos, en una *boîte*, bailando y conversando, mezcladas entre sí, de manera amena. El gesto de montaje propone resaltar el carácter total, y hasta ridículo por momentos, que podía adquirir la censura; cómo ésta abarcaba todas las dimensiones de la vida social, como el ocio y la recreación. A su vez, remarca el interés estatal colonial por mantener la segregación racial en todos los planos y controlar el ilusorio ideal de armonía socio-racial.

Nuestra memoria. Crear archivos decoloniales

En el año 2010, el cineasta Fradique (Mário Bastos) fundó la productora Geração 80 junto a Tchiloia Lara y Jorge Cohen, con el objetivo de desarrollar el cine en Angola. Se enfoca en películas independientes y de autor de los más diversos géneros, siendo importante la producción de documentales. Por otro lado, la Associação Tchiweka de Documentação (ATD), una organización colectiva de carácter voluntario y sin fines de lucro, comenzó una tarea importante para la promoción y divulgación de actividades culturales, científicas y educativas que contribuyan con a preservación de la memoria y profundizar el conocimiento de la lucha del pueblo angolano por su independencia y soberanía nacional.

En colaboración con Geração 80, la ATD llevó adelante el proyecto “Angola – Nos Trilhos da Independência” con el fin de estimular la producción de memorias. Se realizaron cerca de 600 entrevistas a antiguos participantes de la lucha por la liberación nacional y de diversas personalidades nacionales y extranjeras relacionadas a la misma. Este proyecto fue la base esencial para el filme para *Independência* (2015), el mediodmetraje *Angola – Nos Trilhos da Independência* (2012) y los cortos *Mulheres de Armas* (2012), *A Persistente Fragilidade da Memória* (2015) y *São Nicolau – Eles Não Esqueceram* (2012).

“Angola – Nos Trilhos da Independência” permitió trazar una imagen más amplia de la lucha, no solo en Luanda, sino en el interior y zonas rurales. El espíritu de consciencia política era transmitido por las noticias de radio en las lenguas nacionales; las canciones de guerrilla -entonadas principalmente por mujeres-, sobre todo en los medios rurales, utilizadas tanto para llamar a la lucha como en los lamentos de las pérdidas, fueron fundamentales para la expansión de la revolución por todo el territorio.

Independência (2015), dirigida por Fradique, fue realizada en seis años y jugó un rol muy importante para las jóvenes generaciones por la falta de conocimiento sobre esta época de la historia, y sobre todo de sus protagonistas. Se presentó en el marco de las conmemoraciones por el 40° aniversario de la independencia del país y obtuvo el premio Nacional de Cultura y Artes en 2016. A su vez, tuvo reconocimiento internacional,

participando en el African Film Festival (Estados Unidos), Durban International Film Festival (Sudáfrica) y Luxor Film Festival (Egipto).

Tras la Revolución de los Claveles en 1974, la independencia de Angola fue un asunto problemático. Se trataba de la colonia con mayor comunidad de colonos blancos y fuerza militar portuguesa y donde los movimientos independentistas se encontraban separados entre sí y dependían de apoyos extranjeros. Por un lado, estaba el Frente Nacional de Libertação de Angola (FNLA) dependiente de los Estados Unidos y la República do Zaire. Por el otro, el Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA) en la órbita de la URSS y apoyado por Zambia, y por último la União Nacional para a Independência Total de Angola (UNITA) ligada a China y formalmente aliada al gobierno portugués de Marcelo Caetano. El investigador Ricardo Soares de Oliveira (2015) señala que:

Durante a Guerra Fria, o país foi considerado um terreno de combate no qual as superpotências se faziam representar pelos seus «estados - satélites», Cuba e África do Sul. Na década de 1990, Angola constituiu a epítome da «nova guerra» impulsionada pela ganância, em que os protagonistas se enchiam de petróleo e diamantes, acenando pontualmente com o espectro dos «conflitos tribais». Incorretos quando apresentados como explicações únicas para o conflito, estes fatores não são totalmente falsos. A Guerra Fria agravou o drama de Angola, os recursos naturais ajudaram a sustentar as facções beligerantes e o conflito encerrava, de facto, uma dimensão étnica (p. 25).

Los 3 declararon unilateralmente la independencia, pero el MPLA ganó la batalla por Luanda y fue reconocido internacionalmente. El 11 de noviembre de 1975 se declara la independencia de Angola, que Portugal reconoce en febrero de 1976. No obstante, Angola siguió en guerra hasta el año 2002 con la derrota militar de la UNITA y muerte en combate de su líder Jonas Savimbi.

El MPLA era un movimiento sobre todo urbano y multirracial, con base entre los mestizos y los Mbundo, agrupamiento de Luanda y de las provincias noroeste do país. Mientras que el FLNA era esencialmente rural y formado exclusivamente por los Bakongo, representando una aristocracia rural del viejo Reino de Congo. Por último, la UNITA surge de una separación del FLNA, de los Ovimbundu, grupo mayoritario en la parte Central, Oeste y Sur de Angola, de origen campesina en su totalidad, y educados por misiones protestantes. *Independência* a través de una amplia cantidad de entrevistas

aborda las contradicciones al interior de la lucha y las rivalidades entre los grupos, que tendrá consecuencias graves en el período post independencia.

El subtítulo del filme dice “esta é a nossa memoria”. Es la memoria de los y las protagonistas de la lucha. Si los filmes analizados anteriormente cuestionan la jerarquización social, económica y política de la producción de documentos, este documental y el proyecto en general avanzan más allá, creando y poniendo en valor un archivo de historia oral de quienes sufrieron la violencia colonial y de sujetos que, hasta ese entonces, se encontraban por fuera de los regímenes de lo archivable. Así, se confronta a los archivos coloniales y el filme colabora con las políticas de memoria nacionales y la creación de sus panteones en la configuración de las identidades angoleñas. No obstante, tanto el proyecto de ATD como la película de Fradique expresan también las contradicciones y las luchas por las memorias del pueblo sin dejar de lado las complejidades de estos procesos.

El filme se vale de una gran variedad de materiales de archivo como fotografías, fuentes de prensa, diarios, cartas, documentos escritos, piezas audiovisuales de noticias y documentales, y por supuesto de las entrevistas a los y las protagonistas sobrevivientes. La voz en *off* del documental se hilvana con los testimonios orales de lxs guerrillerxs, y a través de técnicas de animación digital se recrean situaciones y personajes, así como también son utilizadas para dar a entender de modo didáctico los movimientos durante los primeros trece años que duró la guerra en el territorio. Las situaciones recreadas a través de la animación son principalmente acontecimiento de violencia y crueldad, recuerdos traumáticos de los y las sobrevivientes. El dibujo permite abordar y poner a circular el pathos de la guerra y las masacres de una manera asimilable para la audiencia, así como también evita las imágenes del colonizador para la muerte y el dolor.

Otro de los rasgos a destacar es la perspectiva de género con la cual se ha abordado la creación de este archivo oral activado en el documental. Las entrevistas a las mujeres guerrilleras, así como también la recuperación de su accionar a través de otros compañeros, dan cuenta del lugar central de la figura femenina en estas sociedades y del rol fundamental de las canciones que entonaban en la constitución de la memoria de ese período.

Una de ellas es Deolinda Rodrigues, figura preeminente del nacionalismo angolano y presidente de la Organização da Mulher Angolana del MPLA. Junto a otras militantes capturadas, fue fusilada por el FNLA en el campo de Kinkouzu. Ella junto a otras cuatro guerrilleras angolanas, en 1966, recibieron entrenamiento militar y manejaron armas de fuego. Deolinda, en la actualidad, se halla en el imaginario de los angolanos junto a otros intelectuales y poetas revolucionarios. En Luanda, en la plaza Largo das Heroínas, es una de las principales de la ciudad, hay un homenaje a las guerrilleras angolanas del MPLA. Se trata de una escultura donde las guerrilleras cargan un libro, una azada y un arma; símbolos construidos por el MPLA y una de las banderas de la lucha anticolonial. Dayane Santos da Silva (2021) señala que éstos son los rostros de la memoria oficial y del ejemplo revolucionario, ellas constituyen el imaginario de “mãe guerrilheira” e “mulher povo”.

La película recupera los diarios y cartas de Deolinda y, se la retrata por medio de recursos de animación. A través de esta tecnología, ella se convierte en una protagonista más del filme y su voz aparece junto a la de los demás militantes. Una vez en prisión, Deolinda consiguió enviar cartas hasta poco antes de su ejecución. Por medio de la animación, se recrea el momento de la escritura de la carta del 21 de diciembre de 1967, en la que relata las precarias condiciones de los prisioneros y se retoman los momentos más emotivos. “Se um dia sairmos daqui, ótimo, se não que o povo angolano saiba vencer, apesar da dor de nos perder” (*Independência*, 01:13:04). La carta termina con los mejores deseos para el avance de la lucha en 1968 y con la firma de victoria o muerte. La banda sonora acompaña la emotividad del pasaje y luego se sucede el testimonio de Benigno Lopes, comandante Ingo, que intentó convencerlas de que volvieran, pero ellas estaban decididas a arriesgar la vida. Ingo se lamenta, no sabe si obró bien o mal, quizás hubiera podido evitar su muerte o por lo menos esa muerte deshonrosa.

En comparación con el cortometraje *Mulheres de Armas* (2012), de la misma productora, el documental *Independência* construye un relato principalmente de las voces más relevantes del panteón revolucionario. No obstante, tal como lo demuestra la tesis doctoral de Santos da Silva (2021), la participación de las mujeres angolanas, algunas campesinas, en el marco de la lucha armada por la independencia (1961-1974) fue muy amplia. Las actividades de estas mujeres anónimas fueron fundamentales para la

legitimación y conservación de la autoridad de los poderes locales y de los movimientos de liberación. Estas campesinas, entendidas como guerrilleras, hacían tareas militares en las bases de los movimientos como la cobertura y el trabajo logístico de la retaguardia, así como también eran las encargadas del trabajo agrícola y, así, llevaban adelante una economía anticolonial de pequeña escala. Se ocupaban de la educación de niños y niñas, y de mantener la sustentabilidad de las zonas liberadas.

Mulheres de Armas (2012) a partir del testimonio de nueve mujeres remarca el papel primordial que tuvieron en las matas. Con intertítulos que identifican las actividades principales, ellas cuentan su historia en diálogo con material de archivo fotográfico. Kamy Lara, la realizadora, hace una propuesta de montaje del sonido por la cual la autopresentación y el inicio de algunas entrevistas está en *off* sobre la imagen de los rostros de las entrevistadas. Esta desincronización del sonido permite focalizar en los semblantes de las protagonistas en los primerísimos primeros planos (PPP) que cortan los planos medios de las entrevistas. En los PPP, Lara también realiza juegos con el foco y el zoom de la cámara produciendo un efecto de atención sobre estos rostros, sobre estas miradas a cámara que nos interpelan, así como sobre sus voces. Lara crea un archivo audiovisual a partir de archivos intangibles como la historia oral y el canto para poner en valor estas memorias y autorrepresentaciones.

Tras la apertura de Ana Maria da Conceição Fernandes, el primer testimonio del filme es el de Domingas Albano Kissanga, cuyo nombre de guerrilla era Ivonne, hija del activista Albano Kissanga. En la mayoría de los relatos el nombre de la guerrilla tiene un lugar muy importante. Estas mujeres se presentan con su nombre completo, en algunos casos también invocan su nombre de casada o su filiación, y seguidamente presentan su nombre de guerra. Ese otro nombre es el que las inscribe en la Historia, es el que porta el reconocimiento de su lucha y el que hace de sus recuerdos personales parte fundamental de la memoria colectiva y la construcción de una memoria nacional con todas las complejidades que ésta implica.

Domingas cuenta y muestra cómo realizaban elementos y utensilios fundamentales para sobrevivir en las matas. Explica a cámara cómo realizar una antorcha, *archote* en portugués, y cómo debían escapar si los blancos se aproximaban. Relata que cuando murieron su padre y su madre, se quedó sola con su abuelo y tuvo que “convertirse

en hombre”. A partir de ese momento, ella se encargó de hacer las antorchas y los *andulos*. Domingas explica que el *andulo* proviene de un árbol que, golpeando su tronco, éste luego se transforma en un paño. La entrevista se corta con una escena donde un grupo de mujeres en la mata muestran de qué manera se realiza. Su testimonio pone en valor esta actividad y revela cómo en tiempos de guerra las mujeres adoptaron tareas consideradas masculinas hasta entonces. La Organização da Mulher Angolana (OMA) del MPLA consideraba crucial la emancipación de la mujer para la Revolución y la “nueva Angola” y colaboró con una construcción política e ideológica de la mujer (ROCHA, 2020). El documento número 1 de la OMA en 1973 planteaba:

Consciente do seu papel na revolução e da superação dos muitos complexos nela inculcados durante séculos, a mulher angolana avança, criando a força e a responsabilidade necessárias às realidades da guerra, de forma a trabalhar com sucesso em todas as tarefas da revolução. Assim, a mulher angolana, uma presença passiva em anos passados, surge agora como alguém que coopera ativamente na formação, saúde, produção e combate, e nas várias campanhas lançadas na revolução. E só o tempo permitirá que ela se prove cada vez mais (citado en ROCHA, 2020, p. 118).

La siguiente entrevista tiene lugar en la mata, en vez de en un espacio cerrado. Deolinda Kangamafuka, conocida por su nombre de guerrilla Ariet, aborda el problema de la alimentación. Cuenta que llegó un momento en el que ya no conocían qué era la “comida de campo” porque el pueblo ya no tenía tiempo para cultivar y trabajar la tierra; vivían como nómades, trasladándose de un lado a otro para evitar el peligro. Entonces, se alimentaban con los tubérculos que iban encontrando en el territorio como el *kissadi*. Deolinda resalta el sufrimiento que implicaba la alimentación, porque a veces pasaban días en lugares donde no tenían agua o era muy difícil encontrar el *kissadi*. La entrevista en la mata se intercala con fotos de archivo de la época en las que se muestran numerosas mujeres y niños. En comparación con los archivos fotográficos de los filmes de Pontes y Bigault, en estas fotos se observa la realización de tareas conjuntas y la vida en comunidad. Varios de los rostros de estas mujeres y niños aparecen en primer plano, algunos de ellos mirando directamente a cámara y sonriendo.

Luego se suceden los testimonios de Domingas Augusto Panzo, Rainha N'ginga³ y Catarina Augusto (Baio de casamiento) pero “más conocida por Vália que es el nombre de guerra”. Ellas cuentan sobre el entrenamiento militar para el uso de armas de fuego. Domingas fue elegida entre otras mujeres de 18 y 19 años para formar parte de un grupo de guerrilleras con la llegada del Destacamento Cienfuegos. En su sección había sesenta y ocho guerrilleras. El material fotográfico de archivo muestra a estas mujeres en posición firme con el fusil en mano en un gesto de empoderamiento, aun cuando Catarina confiese el miedo que le tenía a las armas al inicio.

Las siguientes entrevistas abordan el tema de la educación en tiempos de la guerra. Francisca Adão Zombo y Ana Maria da Conceição Fernandes relatan las estrategias de los y las profesoras para dar clases con el peligro de un inminente bombardeo. Ana Maria da Conceição fue profesora en las matas y viajaba de un lugar a otro para poder tomar los exámenes.

La película también destaca el rol de las creencias y la fe en la lucha. La mamá Domingas António Kizembe acompañaba a su padre que trabajaba con las tropas haciendo magia. Relata el rito que realizaba su padre para que los guerrilleros no sean interceptados por una bala. En su testimonio aparece el canto ritual que será el último de los ejes de la película. El cortometraje se cierra con un segmento llamado “O canto como arma de combate”. Una de las entrevistadas cuenta que comenzaron a cantar para dar a conocer la cultura angolana al pueblo. Empezaron en la universidad, pero luego se acercaron a las fábricas. Su testimonio da cuenta también de las relaciones geopolíticas de la guerrilla, ya que relata presentaciones en la Unión Soviética, como en el Teatro Bolshói en Moscú.

El filme termina con un testimonio donde solo hay canto que se continua con una escena contemporánea de mujeres cantando que aparece brevemente al inicio de la película. Se trata de una escena que conlleva una fuerza política y resalta el empoderamiento femenino. Un grupo grande de mujeres cantan y bailan una de estas canciones tradicionales. Una vez más hay una preferencia por los planos cerrados y los primeros planos que colocan el acento sobre las individualidades que construyen el

³ Este nombre de guerra hace referencia a la reina guerrera Njinga Mbandi. Líder del pueblo mbundu y reina de Ndongo y Matamba resistió durante décadas la ocupación colonial.

colectivo para que estas figuras salgan del anonimato y la imagen de “masa” que de ellas hicieron las imágenes y los archivos coloniales. De esta manera, *Mulheres de armas* busca hacer hincapié en la importancia actual de este archivo inmaterial y de una mirada no patriarcal en la configuración de los archivos y las memorias. Y, así, abre caminos para futuras relecturas de “revelaciones involuntarias” en los testimonios (GINZBURG, 2016) a la luz de estos nuevos archivos.

Archivos y usos por venir

Este trabajo se propuso analizar las estrategias y gestos de montaje en las reactivaciones, relecturas y creación de archivos del período colonial portugués en África en filmes documentales de la última década. Dos de ellos, realizados por cineastas europeas que a través de una perspectiva que cuestiona la herencia colonial, se preguntan por la violencia de las omisiones, los fuera de campo y las representaciones estereotipadas para volver a leer los archivos. Joana Pontes y Ariel de Bigault ponen el acento en la configuración de los acervos y las instituciones tienen un lugar central. Exponer los mecanismos de poder y sus lógicas de exclusión se traduce en una denuncia política sobre las formas de hacer archivo y en una demanda a futuro para estos acervos.

Por otro lado, los filmes de la productora Geração 80, desde un enfoque decolonial, buscan construir nuevos archivos que confronten a los archivos coloniales a partir de la historia oral. Sin dejar de lado las contradicciones internas, estos documentales se erigen como proyectos que disputan las memorias del período de la lucha por la independencia de Angola. Sujetos que hasta hace poco tiempo se encontraban por fuera de los regímenes de lo archivable, o eran anónimos o tipificados, alzan su voz y su canto para afirmar sus identidades políticas y su memoria. Estos archivos por venir representan un desafío político para las jóvenes generaciones que asumen la honrosa tarea de defender el recuerdo y el coraje de quienes lucharon por la liberación de sus pueblos.

Filmografía

Visões do Imperio (Jonan Pontes, 2020).
Fantomas do Imperio (Ariel de Bigault, 2020)
Independência (Fradique (Mário Bastos), 2015)

Mulheres de Armas (Kamy Lara, 2012)

Bibliografía

DIDI-HUBERMAN, Georges. El archivo arde, trad. Juan Ennis. Das Archiv brennt, editado por Didi-Huberman, Georges y Ebeling, Knut. Berlín: Kulturverlag Kadmos, 2007, 7-32. Disponible en:

<https://filologiaunlp.files.wordpress.com/2012/05/el-archivo-arde1.pdf>. Acceso en 25 de agosto de 2022).

DERRIDA, Jacques. **Mal de archivo**. Una impresión freudiana, trad. Paco Vidarte. Madrid: Editorial Trotta, 1997.

FOUCAULT, Michel. **La arqueología del saber**. México D.F.: Siglo XXI, 1977.

FRANÇA, Andréa y MACHADO, Patrícia. Imagem-performada e imagem-atestação: o documentário brasileiro e a reemergência dos espectros da ditadura. **Galaxia** (São Paulo, Online), n. 28, p. 70-82, diciembre, 2014.

GINZBURG, Carlo. Revelaciones involuntarias. Leer la historia a contrapelo. En Ginzburg, Carlo, **Cinco reflexiones sobre Marc Bloch**. Ediciones Desde abajo, 2016.

KUNZEL, Regina. Queering the Archives. A Roundtable Discussion. David Marshall, Kevin P. Murphy y Zeb Tortorici (Comps.), **Radical History Review**, Issue 122, mayo de 2015.

LEVI, Giovanni. *In: Conversación con Giovanni Levi sobre Microhistorias*, Facultad de Ciencias Sociales – Uniandes. Emitido en directo el 6 de mayo de 2021.

Disponible en:

<https://www.youtube.com/watch?v=pokxpXc5FIE>. Acceso en 19 de enero de 2023.

MBEMBE, Achille. The Power of the Archive and its Limits. Carolyn Hamilton, Verne Harris, Jane Taylor, Michele Pickover, Graeme Reid & Razia Saleh (eds.), **Refiguring the Archive**, 2002. Traducción al español en *Orbius Tertius*, vol. 25, N°31. Universidad Nacional de La Plata, 2020.

OLIVEIRA, Ricardo Soares de. **Magnífica e miserável**. Angola desde a Guerra Civil. Lisboa: Tinta da China, 2015.

POIVERT, Michel. **L'Événement comme expérience: les images comme acteurs de l'histoire**. Paris: Hazan, Jeu de Paume, 2007.

ROCHA, Júlia Tainá Monticeli. “A libertação da mulher é uma necessidade da revolução”: da organização da mulher angolana à organização da mulher moçambicana (1961-1975). **Cadernos de África Contemporânea**, vol. 03, n. 5, año 2020.

Disponible en:

<https://itacarezinho.uneb.br/index.php/cac/article/view/14332/9795>. Acceso en 19 de enero de 2023.

SILVA, Dayane Augusta Santos da. **Na cobertura da retaguarda: mulheres angolanas na luta anticolonial (1961-1974)**. 2021. Tesis de Doctorado. Brasília: Universidade de Brasília.

Disponible en:

https://repositorio.unb.br/bitstream/10482/43515/1/2021_DayaneAugustaSantosdaSilva.pdf. Acceso en 19 de enero de 2023.



Os direitos de licenciamento utilizados pela Revista Histórias Públicas é a licença *Creative Commons Attribution-Non Commercial 4.0 International (CC BY-NC-SA 4.0)*

Recebido em: 30/01/2023
Aprovado em: 28/02/2023

Hegemonia comunicacional: disputas discursivas na imprensa chilena durante o governo Allende até o golpe militar de 1973

Felipe BASSO¹

Resumo: O presente artigo objetiva apresentar aspectos do embate discursivo entre forças políticas dentro da imprensa chilena durante o governo de Salvador Allende. Os “mil dias” de governo Allende foram marcados por um forte certame entre favoráveis ao governo e seus ferrenhos críticos, observa-se no período uma verdadeira guerra comunicacional, na qual os veículos de imprensa de ambos os lados desta antítese empenharam-se em construir sua narrativa em múltiplas frentes, desde política e ideológica até a cultural. Nesse sentido, o artigo expõe um panorama geral dos principais meios de comunicação envolvidos no processo socialista chileno a partir de um amplo levantamento bibliográfico, tentando delinear quais as características dos discursos utilizados em periódicos que participaram desta disputa por hegemonia que teve seu fim com o golpe militar de 1973.

Palavras-chave: Imprensa; Ditadura; Chile.

¹ Licenciatura e bacharelado pela Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” - Campus Franca. Mestrando pela mesma universidade. Rio Claro. São Paulo. Brasil. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-0498-3994>. E-mail: ffelipebassof@gmail.com.

Communicational Hegemony: Discourse disputes in the Chilean press during the Allende government until the 1973 military coup.

Abstract: *This article aims to present aspects of the discursive clash between political forces within the Chilean press during Salvador Allende's government. The "thousand days" of Allende's government were marked by a strong contest between those in favor of the government and its staunch critics, a true communicational war was observed in the period, in which the press vehicles on both sides of this antithesis endeavored to build its narrative on multiple fronts, from political and ideological to cultural. In this sense, the article exposes an overview of the main media involved in the Chilean socialist process based on a broad bibliographical survey, trying to outline the characteristics of the discourses used in periodicals that participated in this dispute for hegemony that ended with the military coup of 1973.*

Keywords: *Press; Dictatorship; Chile*

Introdução

Já é bem difundida a noção de que os veículos de imprensa, sejam impressos como jornais e revistas, ou de outro formato midiático como na televisão ou rádio, não são neutros de forma alguma, sendo a imparcialidade pregada pelo jornalismo sério servindo mais como mantra ou princípio norteador. Não há escapatória dessa lógica, o jornal é um “ator do político”, como coloca Héctor Borrat (1989, p. 69), e entendê-lo como tal é considerar que a imprensa está permeada de inúmeros jogos de poder onde atuam forças divergentes, atores sociais, e visões políticas conflitantes.

Tratando da imprensa chilena, e de modo mais ou menos geral, da imprensa na América Latina, é importante a reflexão sobre seu contexto de origem – diferente dos primeiros periódicos que circularam pelos países europeus durante o absolutismo, a gênese dos jornais latinos está ligada à organização colonial Bourbon na América Latina no século XVIII e início do século XIX, embora no Chile esse início seja tardio pois a revolução da independência já estaria em curso. A evolução e consolidação subsequentes estão vinculadas aos processos de independência dos países latinos e à revolução modernizadora burguesa (VERAGUA, 2009, p. 47) intrinsecamente ligada, desde o último quartel do século XIX, aos interesses capitalistas. Aliás, quando se pensa o jornal atualmente, a crítica de Antonio Gramsci vem muito bem a calhar: “Os jornais são organismos político-financeiros e não se propõem divulgar as belas-letas ‘em suas colunas’, a não ser que estas belas-letas aumentem a receita” (GRAMSCI, 2014, p. 38).

Sendo assim, a questão central a respeito da imprensa contemporânea se baseia, em grande parte em

enfrentar a reflexão sobre a historicidade da Imprensa, problematizando suas articulações ao movimento geral, mas também a cada uma das conjunturas específicas do longo processo de constituição, de construção, consolidação e reinvenção do poder burguês nas sociedades modernas, e das lutas por hegemonia nos muitos e diferentes momentos históricos do capitalismo. Pensar a imprensa com esta perspectiva implica, em primeiro lugar, tomá-la como uma força ativa da história do capitalismo e não como mero depositário de acontecimentos nos diversos processos e conjunturas. (CRUZ; PEIXOTO; p. 257)

A afirmação de Cruz e Peixoto clarifica a noção de dupla-ação do jornal no funcionamento do político, quer dizer, o jornal não é apenas um receptáculo de interesses que ditam sua conduta, mas também um agente influente capaz de “afetar o

comportamento de certos atores de maneira favorável aos seus próprios interesses”(BORRAT, 1989, p. 67).

Nesse sentido, um conceito que é caro para o presente trabalho e que está relacionado a multiplicidade de discursos e interesses dentro da imprensa moderna é o de *hegemonia* – o conceito é formulado por Gramsci e implica na supremacia (seja ela cultural, política, ideológica) de um povo, país, partido, sistema político, ou no caso que nos interessa aqui, de um discurso, sobre terceiros. A luta por hegemonia, como já delimitado pela afirmação acima de Cruz e Peixoto, é parte crucial do capitalismo, na qual forças políticas privadas e estatais entram em, muitas vezes longuíssimas, “guerras” no âmbito da sociedade civil para conseguir o controle dos aparelhos e mecanismos que solidificam e realizam a manutenção do sistema político.

Dênis Moraes em seu trabalho *Comunicação, Hegemonia e Contra-Hegemonia: A Contribuição Teórica de Gramsci* já sumariza muito bem essa relação de contrastes formulada por Gramsci – de forma resumida, Gramsci separa o embate por hegemonia em duas esferas, a da sociedade civil, que compreende o sistema escolar, Igreja, partidos, meios de comunicação, etc., ou seja, o que se entende como vetores de reprodução de culturas políticas (MOTTA, 2009, p. 11) “responsáveis pela elaboração e propagação de ideologias enquanto concepções de mundo” (MORAES, 2010, p. 58); e o da sociedade política, que consiste nos aparelhos de dominação, através deles a “classe dominante detém o monopólio legal da repressão e da violência que se identifica com os aparelhos de coerção sob controle dos grupos burocráticos unidos às forças armadas e policiais e à aplicação das leis” (MORAES, 2010, p. 58).

Sendo assim, dentro das guerras ideológicas observamos disputas entre esses diversos vetores de reprodução, que constroem redes discursivas em volta dos interesses político-econômicos de determinadas classes sociais. Necessariamente, dentro da lógica de uma guerra ideológica teremos grandes atores que tentarão defender a hegemonia da classe dominante, e do outro lado a organização de atores aliados ao poder popular que tentaram construir as bases para a contestação dessa hegemonia.

Além disso, na formulação de Gramsci sobre as lutas por hegemonia, a cultura desempenha função preponderante. Gramsci subverte o papel submisso à estrutura econômica atrelado à cultura pelas leituras marxistas da história, o autor entende essa

visão do processo histórico e político, com a economia sendo o motor, como uma “perspectiva imprecisa” e limitada, como colocam Mendonça e Fontes (2012). Para conseguir ir além da idealização e determinismo do processo histórico, Gramsci utiliza do conceito de *Estado ampliado*: rejeitando a simples dualidade entre economia e superestrutura, o autor identifica a correlação entre “formas de organização das vontades (singulares e coletivas), a ação (imediate ou mediata), e a própria consciência (sociedade civil)” e os limites do Estado (sociedade política), sem descartar o quesito socioeconômico (MENDONÇA; FONTES; 2012, p. 62).

Logo, se a política é o embate pela hegemonia dentro dos aparelhos da sociedade civil e manutenção pelas forças coercitivas do Estado (sociedade política), e dessa dualidade fazem parte todas as pulsões e vontades que cercam o indivíduo e sua coletividade, o processo histórico é indissociável da cultura. Por essa premissa, a seguinte análise ressalta não somente os aspectos políticos presentes nas páginas dos periódicos do período, mas também suas formas de projeção discursiva para outros setores da indústria cultural. Em suma, a ideia das lutas por hegemonia nos é cara para realizar o trabalho pois a análise que se pretende fazer nas linhas que seguem exemplifica muito bem essa relação entre aparelhos privados e estatais em busca de hegemonia.

O recorte dessa produção lida com um momento em que o Chile se viu imerso em batalhas ideológicas que contrapunham tentativas de deslegitimar o governo vigente por meios legais e extralegais, ou apoiá-lo ao construir uma narrativa sólida de legalidade democrática. Tendo esse recorte em conta, o que tentou-se fazer foi um comedido levantamento bibliográfico de textos que analisaram os discursos presentes em alguns dos principais meios de comunicação do período, sejam eles suplementos informativos diários ou revistas direcionadas a um determinado nicho. Através dessa bibliografia-fonte, o objetivo é entender quais estratégias discursivas foram utilizadas para conseguir construir uma narrativa que enfraquecesse o governo e legitimasse o golpe militar de 11 de setembro de 1973, e quais os esforços de resistência aos avanços dessa oposição.

Grandes atores do conflito: *La Nación*, *Clarín* e *El Mercurio*

Ainda em 1970, com a indicação de Salvador Allende para candidato à presidência pela coalizão política da *Unidad Popular*, inicia-se um processo de polarização política

que daria início a fervorosa disputa discursiva – durante as eleições jornais como *El Mercurio*, *La Nación* e *Clarín* não mediram esforços para construir uma argumentação favorável ao seu candidato apoiado – Jorge Alessandri, Radomiro Tomic e Salvador Allende, respectivamente. Após a vitória da coalizão popular, com o passar dos anos de governo Allende, a imprensa se polarizou, acirrando ainda mais as alterações: de um lado temos aqueles veículos de imprensa que se aliaram ao governo, discutindo ideias e caminhos possíveis para a “via chilena”; de outro lado temos os veículos críticos ao governo, que no ano de 1973 fizeram claras movimentações no sentido de organizar o golpe de estado, de formas diretas e indiretas, permitindo a ascensão de uma ditadura militar.

Vale a pena fazer uma pequena digressão explicativa neste ponto. Grande parte das discussões no campo político que abordaremos neste trabalho são a respeito da chamada “Via Chilena ao Socialismo” pela qual se pautava o plano de governo de Allende. Em meio a Guerra Fria, sentindo-se o impacto da Revolução Cubana sobre o mundo, circulava um enorme desejo por mudanças significativas e debatia-se as possibilidades de caminhos revolucionários por toda a América Latina. Essas discussões até mesmo saíram da esfera política e infiltraram-se na cultura e principalmente nas artes, no Chile, por exemplo, observamos o aparecimento de movimentos culturais que se colocam radicalmente contra o imperialismo dos EUA e buscam pelo que é tradicionalmente latino-americano (SCHMIEDECKE, 2013, p. 41).

Nesse período de efervescência política e cultural nas Américas, encontramos o processo democrático chileno passando por diversas “alternâncias políticas”. Após o governo populista de Carlos Ibáñez, entre 1952 e 1958, e da experiência desastrosa de modernização em “consonância com a lógica transnacional do capitalismo” empreendida por Jorge Alessandri (AGGIO, 2021, p. 97), o Chile passava por uma guinada à esquerda com o governo da DC (*Democracia Cristiana*) de Eduardo Frei, que pretendia empreender uma série de reformas estruturais, como reforma agrária, bancária e outros projetos de integração social. Entretanto, as reformas do governo de centro-esquerda, que por um lado foram caracterizadas como excessivas pela direita chilena, por outro mostraram-se insuficientes para grande parte dos setores populares que ansiava por

mudanças mais profundas, desencadeando uma tripla polarização político-ideológica (AGGIO, 2021, p. 105).

É nesse contexto de forte ebulição e polarização na política interna, que o projeto da via pacífica para o socialismo ganha as eleições de 1970 no Chile por uma estreita maioria. Como aponta Alberto Aggio (2021, p. 17 - 26), o discurso gradualista do projeto da UP (*Unidad Popular*) “contrastava com os modelos anteriores de construção do socialismo”, a ideia seria de fazer a passagem ao socialismo de forma gradual e dentro das legalidades dos sistemas eleitorais e democráticos, um projeto que carecia de certa forma de homogeneidade dentro da UP, onde havia uma infinidade de posicionamentos rupturistas, ou seja, com o entendimento de que a luta armada seria parte inevitável da revolução socialista.

Retomando, o jornal *El Mercurio* é hoje o maior jornal chileno em circulação, e desde o começo do século passado já era um dos maiores gigantes da economia chilena. Apesar de não ser o único jornal chileno que se posicionou vigorosamente contra o governo popular da UP, a escolha por priorizar a análise do mercurial em detrimento de outros da oposição se dá por dois fatores – o primeiro pelo fato da bibliografia sobre o jornal ser muito vasta, o segundo é sua posição não somente como principal veículo de imprensa da oposição, mas como aponta Mónica González (2012, p. 151-168), pelo seu papel ao tramar diretamente o golpe militar de 1973 ao criar espaços de congregação entre civis, militares golpistas e interesses de Washington, sendo também um grande beneficiado pelo general Pinochet.

El Mercurio de Valparaíso foi originalmente fundado em 1827, sendo o jornal mais antigo dos que hoje circulam no Chile, por Pedro Félix Vicuña, Thomas Wells e Ignacio Silva, a história do jornal seria marcada definitivamente com sua aquisição pela família Edwards. O grupo Edwards funda o jornal de Santiago em 1900, como uma iniciativa industrial capitalista que incorpora todos os avanços da imprensa industrializada do momento observável no mundo anglo-saxão, esse jornal é que fica com o nome *El Mercurio*. Agustín Edwards Ossadón foi quem primeiro conquistou alguma fortuna para a família através de um procedimento especulativo que antecede o próprio sistema bancário no Chile, que funcionava por meio de empréstimos monetários e

financiamento de equipamentos propiciados aos mineiros, pagos com parte dos metais extraídos (NAZER AHUMADA, 2000, n.p).

Foi Edwards Ross, filho de Edwards Ossadón, quem adquiriu *El Mercurio de Valparaíso* na década de 1870, nove anos mais tarde, o jornal teve notável participação na Guerra do Pacífico ao legitimar o conflito em razão de um nacionalismo chileno cujo o jornal tentava construir (GOMES, 2016, p. 89), denotando desde aí seu potencial como ator político. Por sua vez, seu filho Augustín Edwards Eastman, nasceu em Paris, tendo completado os estudos em Princeton. Eastman se aproximou dos interesses estadunidenses no pós-guerra chegando a presidir a SIP (Sociedade Interamericana de Imprensa), uma entidade que nasceu por uma iniciativa norte-americana.

Graças a Eastman e o crescimento do setor empresarial chileno do período pós-guerra, seria selada a aliança entre o empresário e o bloco capitalista no final da década de 1940, introduzindo efetivamente o *El Mercurio* no sistema ideológico internacional liderado pelos EUA. A partir daí o jornal iria apresentar o forte anticomunismo que o acompanharia por décadas, representando sua “subordinação e servidão econômica” (GRAMSCI, 2017) a nação hegemônica capitalista.

Nas eleições de 1970, dividida em três polos, encontramos na direita chilena um tom um tanto quanto mais vexatório pós-governo da *Democracia Cristiana*². Em uma reação radicalmente conservadora, as direitas chilenas passaram a pensar de forma radical a necessidade de uma “contrarreforma burguesa” e de um “governo forte”, permeado por um rijo nacionalismo, que trouxesse medidas econômicas de cunho liberal e mudanças na própria Constituição (AGGIO, 2021, p. 108).

Aproximando-se das eleições, frente a chance de êxito do candidato socialista, Augustín Edwards cede o jornal completamente aos interesses da CIA (como já havia feito em 1964 com intuito de derrotar a terceira candidatura de Allende). Em uma campanha com discurso marcadamente anticomunista, a CIA organizou diversos veículos

² “O seu programa de governo voltava-se para a realização de um conjunto de reformas estruturais, tais como as reformas agrária, bancária e urbana, a “chilenização” do cobre, o estímulo à industrialização, a redistribuição da renda e a integração social por meio da organização dos setores populares. [...] o novo presidente da República, Eduardo Frei, afirmava que a possibilidade de êxito da democracia de inspiração cristã residia na consciência de que o continente sul-americano vivia uma “revolução revolucionária” porque, segundo o presidente, a ordem atual configurava-se numa organização social, econômica e política de opressão a 75% da população.” AGGIO, 2021, p. 104.

midiáticos além de distribuir um elevado número de cartazes e panfletos que utilizavam de “desinformação” e “dados falsos” com fontes originárias forjadas ligadas à esquerda, uma campanha que não incomodou nem um pouco a linha editorial de *El Mercurio*, afinal, como destaca Emmanuel dos Santos “em geral eram indivíduos com passado de militância de direita ou mesmo de extrema-direita, como era o caso do diretor de *El Mercurio*, René Silva Espejo” (SANTOS, 2018, p. 39-46).

Com a vitória de Allende, o primeiro ano de governo da UP recebeu críticas um pouco mais brandas por parte de *El Mercurio*, que de início não queria sacrificar o prestígio e confiança que gozava em prol de uma perseguição política ferrenha que iria desacreditar o ideal de jornal sério neutro. A transmissão do cargo presidencial, por exemplo, foi tratada de forma muito complacente, e assim seriam alguns editoriais subsequentes. O jornal preferiu pressionar a UP para que o projeto gradualista de “passagem democrática ao socialismo” respeitasse a legalidade do sistema político ao passo que rechaçavam-se os grupos, ideias, projetos e posições ligados à extrema-esquerda rupturista. Essa linha editorial com menor agressividade duraria até o fim de 1971, demonstrando como *El Mercurio* era obrigado a lidar com o momento de maior respaldo político e civil do governo (SANTOS, 2018, p. 102).

A transição discursiva do jornal aconteceu de fato em 1972. Apesar do ano anterior ter sido excelente no sentido econômico e político para UP (AGGIO, 2021, p. 125-184), começaram a aparecer enfrentamentos campais em sucessão no Chile³, esses incidentes, violentos muitas das vezes, foram organizados por grêmios empresariais e organizações da direita articuladas pela CIA⁴. *El Mercurio* pintava o presidente não mais como um governante legítimo e centrado apesar dos inúmeros “extremistas” que o orbitavam, agora Allende era o presidente que havia sido submetido a um cárcere político

³ O primeiro desses enfrentamentos aconteceu ao final da manifestação das “panelas vazias” em dezembro de 1971, organizada pelo Partido Nacional durante a visita de Fidel Castro ao Chile (AGGIO, 2021, p. 187). O incidente que terminou com o decreto de Estado de Emergência foi o ponto de virada para o governo, de 1972 até o golpe militar o Chile passaria por variadas investidas da oposição, principalmente por meio de greves no setores de abastecimento (AGGIO, 2021, p. 143), chegando a acontecer em 29 de junho de 1973 uma tentativa frustrada de golpe de Estado por parte dos militares que ficou conhecida como *Tancazo* (AGGIO, 2021, p. 154).

⁴ Emmanuel Santos (SANTOS, 2018) assim como Alberto Aggio (AGGIO, 2021), destacam a atuação de diversas forças internas e externas do país nas articulações oposicionistas ao governo UP – além da atuação de enfrentamento beligerante perene do Partido Nacional, grupos como a Frente Nacionalista Patria y Libertad e a Frente Republicana Independente (FRI) e o próprio presidente Nixon, estavam por trás de inúmeras manifestações e greves no Chile a partir de 1972.

por extremistas da esquerda como o MIR (*Movimiento de Izquierda Revolucionaria*)⁵, uma construção imagética que se beneficiou da falta de convergência ideológica dentro da UP.

No quesito discursivo, *El Mercurio* passou a ser o disseminador principal das ideias da oposição, soube articular muito bem todas as forças descontentes com o governo da UP, e para além de um “veículo oficial” da oposição, o jornal conseguiu construir uma narrativa de terror e medo em volta da já conturbada política no Chile. Quer dizer, além das recusas aos projetos econômicos e sociais, fruto da crescente resistência da burguesia industrial e agrária, o jornal colocou a culpa nas esquerdas chilenas por todos os atos violentos e de terrorismo, que se intensificaram a partir de novembro de 1972, através de notícias quase que sensacionalistas aliadas à verdadeiras distorções da realidade (SANTOS, 2018, p. 124).

O sucesso desta articulação política pelo jornal se dá por sua múltipla-posição como sujeito do discurso – além de força que propaga o discurso, é capaz de utilizar de instrumentos que modificam a informação que chega ao receptor do discurso, estando também “situado a uma distância perceptiva ótica cujos limites demarcam a parcela de informação pertinente” (FOUCAULT, 2008, p. 58).

Por sua vez, *La Nación* apesar de ser o jornal “oficial” do governo por ser de controle estatal, foi um ótimo espelho do projeto político da Unidade Popular, no sentido de apresentar em suas páginas uma grande multiplicidade de posições políticas, desde as que concordavam sem restrições com a intenção gradualista e democrática de Allende, até as de cunho rupturistas⁶.

Foi em fevereiro de 1971, quando Oscar Waiss, antigo chefe de redação do *Clarín*, assumiu a direção do jornal, que *La Nación* se converteu em um espaço plural de ideias e pensamentos políticos (WAISS, 1992), sendo que o próprio Waiss não tinha exatamente as mesmas concepções de Allende quanto a passagem para o socialismo – como destaca Marcelo Casals Araya (2009, p. 47), Waiss exprimia em alguns de seus escritos a

⁵ A organização política MIR foi fundada em 1965, atuando na vanguarda dos setores operários e camponeses, bastante influenciado pelo modelo cubano e pela luta armada latinoamericana, MIR se mostrava como um dos principais expoentes da visão rupturista no Chile.

⁶ Termo utilizado para se referir à parte da esquerda que entendia a luta armada como parte inevitável da passagem ao socialismo, sendo este grupo o maior crítico “interno” dentro da UP ao projeto da “via Chilena ao Socialismo”.

necessidade de uma recusa radical à ideologia burguesa e inevitabilidade da luta armada, um princípio básico dos socialistas chilenos, que os diferenciavam de seus companheiros do Partido Comunista.

Apesar da independência concedida ao editorial de *La Nación*, o apoio ao presidente era nítido, principalmente nos momentos que se fazia necessário firmar uma linha de resistência contra a oposição⁷. A lealdade ao governo e sua defesa como legitimamente eleito nas páginas do periódico vão se estender até o último segundo de governo democrático no Chile. O jornal como força de manutenção da soberania do Estado, como diria Gramsci, irá operar durante o conturbado período de 1972 e 1973 como se relatasse em suas notícias um país distinto daquele mostrado por *El Mercurio*, tentando manter uma imagem positiva do governo a qualquer custo (SANTOS, 2018, p. 135).

Por outro lado, o que poderia se esperar de *La Nación*, no sentido de ser um veículo de pura concordância para com o governo, se encontrava verdadeiramente no *Clarín* – o jornal era direcionado ao grande público e apostava em uma linguagem simplista ao máximo, em suas páginas não se encontrou algo diferente de apoio à legalidade e legitimação do presidente Allende:

O então presidente chileno mantinha uma proximidade muito maior com o *Clarín*, o qual acabou virando uma espécie de jornal oficial do governo, do que com o *La Nación*, que pertencia ao Estado onde ele mesmo, Allende, nomeava os diretores. *Clarín* foi responsável por tornar popular algumas expressões em suas capas, como, por exemplo, “momia” - múmia. A expressão era utilizada para designar pessoas simpatizantes ou ligadas a partidos de direita. (PACHECO; MENEZES; 2015, p. 5)

Nota-se aí o quanto essa abordagem menos “séria” se comparada com *El Mercurio* ou *La Nación* não deixava a desejar. Através da linguagem coloquial, em um editorial que se permitia cunhar termos satíricos para designar a oposição, o jornal conseguia

⁷ Um exemplo é o caso do assassinato de Edmundo Pérez Zujovic, empresário e político ligado à DC, foi morto por guerrilheiros da Vanguarda Organizada do Povo (VOP) em resposta ao massacre de Puerto Montt. O assassinato de Zujovic, como destaca Aggio, foi o começo para uma cisão entre UP e DC e um rearranjo das esquerdas cristãs dentro do Chile. Enquanto as direitas aproveitaram o incidente para tentar a aproximação do partido centrista e *El Mercurio* associava a VOP aos perigos marxistas que tanto alertava, *La Nación* “rapidamente ligou o assassinato aos interesses da direita. Em nota oficial, a UP condenou o crime de maneira enérgica, sugerindo que a VOP estaria infiltrada pela CIA e que esse assassinato só interessava a quem buscava atacar a UP, permitindo que a imagem do governo fosse associada ao terrorismo e ao extremismo”. AGGIO, 2021, p. 127.

mobilizar as massas através da aproximação ao leitor “médio”. Uma abordagem que é sobretudo muito efetiva, pois a apropriação do gosto e ideologia das classes baixas proporciona, de certo modo, a capacidade de influenciá-las, uma relação de dualidade presente na indústria cultural explicitada por Adorno e Horkheimer (1985, p. 99-139).

Entretanto, nem mesmo a efetiva ferramenta de aparelhamento ideológico que se mostrava o *Clarín* foi suficiente, a organização do operariado pelo jornal não bastaria frente ao crescente descontentamento de grande parte da sociedade. É nítido o quanto a articulação das direitas no campo da imprensa mostrou melhores resultados, *El Mercurio* e as forças privadas ligadas a direita conseguiam minar progressivamente o apoio ao governo a medida que agregava novos elementos a composição de sua intriga, enquanto as esquerdas, desde o princípio desarticuladas, não conseguiam fazer frente à gigantesca constrição por qual passavam, no campo comunicacional isso se mostra pela estratégia discursiva cujo *La Nación* adotou – o jornal ficou limitado ao tratar todas as forças contrárias como intencionas fascistas, em um momento no qual na oposição já se acumulavam posicionamentos muito distantes da extrema direita.

Em 23 de agosto, o jornal mercurial, grande campeão deste embate comunicacional e político, noticiava como o governo era agora firmado como inconstitucional pelo parlamento de forma legal, enquanto *La Nación* ainda se agarrava em denunciar a oposição como golpistas que organizaram de forma antidemocrática o levante para deslegitimar o governo (SANTOS, 2018, p. 164). Poucas semanas depois o palácio *La Moneda* queimava sinalizando o fim da experiência socialista chilena.

Dos embates culturais: Música e juventude na Imprensa

Anteriormente, observamos como a luta por hegemonia foi travada em volta de aspectos muito bem delimitados no campo político, discussões eram levantadas tanto pela oposição quanto pelas esquerdas a respeito da viabilidade dessa inovadora visão sobre o processo da revolução socialista, nessas discussões temas como reformas sociais e econômicas, a teoria marxista e os meios para conseguir a legitimidade democrática ao passo que se tentava caminhar em direção ao socialismo eram recorrentes nos veículos de comunicação. A seguir, ressaltando novamente a dualidade entre cultura e política, nos aprofundaremos nos aspectos socioculturais do embate discursivo, para além de

observarmos o comportamento dos jornais, setor significativo da indústria cultural, veremos como manifestações culturais tiveram papel de importância na luta por hegemonia.

Ademais, convém esmiuçar um pouco mais o recorte aqui proposto: a análise discursiva dos periódicos a seguir se aplica, em grande parte, ao campo cultural da música. Como apontam Bueno e Spencer Espinosa o uso da arte como instrumento político no Chile tem seus relatos datados desde o século XIX, tanto no amplo uso da lira popular⁸ como na imprensa alternativa que relatava apresentações de *cancioneiros políticos* (BUENO; SPENCER ESPINOSA; 2020, p. 10), essas manifestações artísticas denunciavam e satirizavam o “toma lá, dá cá” político de presidentes e parlamentares, como também exaltavam a história do povo em suas alegrias e tristezas.

Como coloca Walter Benjamin, a música e o filme, após a era da reprodução em larga escala, conseguem oferecer objetos de “recepção simultânea” de forma homogênea para um grande público (BENJAMIM, 2020, p. 58). Esse caráter “massivo” das expressões musicais faz com que a indústria fonográfica atinja um novo patamar de importância na sociabilidade a partir do século XX, tornando a cobertura midiática sobre o universo musical algo incontornável no meio da comunicação, prova disso está no fato de que mesmo *La Nación* e *El Mercurio* muitas vezes invadiam o universo musical com sua luta política declarada, como é exemplificado pelas alterações sobre o *XII Festival Internacional da Canção de Viña del Mar* (SANTOS, 2018, p. 108) – jornais criticaram, no caso mercurial, ou apoiaram, no caso de *La Nación*, a presença de muitas canções com tema político.

É importante frisar que mesmo antes dos anos de UP, durante a década anterior, inúmeros veículos ocuparam-se em discutir a cultura chilena. Estas discussões aconteciam dentro de um cenário de forte efervescência cultural não somente no Chile, mas em um âmbito mundial – no Chile dos anos 1960 apareciam novos movimentos que buscavam renovar a música típica, seja pela modernização jovem do folclore, no caso do

⁸ Como consta no acervo da *Biblioteca Nacional de Chile*, a Lira Popular é uma série de pequenos impressos que circularam em massa nos principais centros urbanos do Chile no final do século XIX e início do XX, continham poesias em versos que tratavam sobre a vivência social, bem calcadas no folclore, literatura e tradições orais, foram um dos principais meios de expressão da cultura campesina no Chile.

*Neofolklore*⁹, ou pelo apelo ao tradicional em um discurso pan-americanista no caso da Nova Canção¹⁰, ou até mesmo pela aproximação de arranjos e estética norte-americanos, no caso da Nova Onda¹¹.

Nesse cenário efervescente, um ponto importante que deve ser destacado é a atenção dada ao jovem nas discussões culturais. Inúmeras revistas e veículos de imprensa começaram a produzir um conteúdo que era destinado justamente à essa nova faixa etária que agora tinha opiniões e vontades próprias. A preocupação em cativar o público jovem era reflexo da “relação dos jovens com a progressiva emergência de uma cultura de consumo transnacional” (ARANTES, 2009, p. 91), ou seja, o jovem demonstra nos anos 1960 um poder de compra de bens de consumo e de cultura próprios que mereciam atenção dos sistemas privados da sociedade civil, e para além disso, uma das características da juventude era sua capacidade de universalização, denotando ainda mais sua conexão com a cultura consumista mundial.

Em consonância com a ideia do aparecimento da juventude atrelada ao consumismo encontramos a obra *A Criação da Juventude* de Jon Savage (2009). O autor afirma que o pós-guerra deu a possibilidade de surgir a categoria de jovem que já se desenhava desde o século XIX:

⁹ O *neofolklore* surge logo no início da década de sessenta, buscando a renovação da música típica, que era “desenvolvida desde os anos 1930 como símbolo musical da nacionalidade chilena”, os artistas neofolclóricos apresentavam releituras modernas de músicas tradicionais, tentando aproximar o folclore chileno da cultura jovem. GOMES, Caio de Souza. “Quando um muro separa, uma ponte une”: conexões transnacionais na canção engajada na América Latina (anos 1960/70). Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo – USP São Paulo, 2013, p. 57 – 63.

¹⁰ Os artistas da Nova Canção, apesar da pluralidade dos discursos adotados nos álbuns lançados no período, apresentavam temas destacados não somente na ideologia da *canción de protesta* chilena, mas na música engajada de outras partes do globo. Como resultado do *I Encuentro de la Canción Protesta* de 1967, onde aconteceu um intercâmbio de influências entre os artistas da música engajada de diversos países (incluindo fora da América), as canções lançadas pelo movimento da Nova Canção Chilena passaram a abordar temas como a luta anti-imperialista, o pacifismo contra a Guerra do Vietnã, Cuba e seu ideal revolucionário, a mobilização popular, o movimento estudantil, entre outros. GOMES, op. cit., p. 131, 132.

¹¹ “Correlato ao Neofolclore e à Nova Canção também se desenvolveu a Nova Onda Chilena, que se contrapunha às tendências próximas de elementos do repertório folclórico nacional, uma vez que seus intérpretes realizavam covers de intérpretes e bandas estrangeiras, principalmente estadunidenses, e, posteriormente, começaram a compor canções em sua língua nativa, criando versões de canções estrangeiras”. ARANTES, Mariana Oliveira. Representação Sonora da Cultura Jovem no Chile (1964-1970). Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Ciências Humanas e Sociais – UNESP Franca, 2009. p. 29.

Em 1944, os americanos começaram a usar a palavra *teenager* para descrever a categoria de jovens com idade entre 14 e 18 anos. Desde o início, foi um termo de marketing usado por publicitários e fabricantes que refletia o poder de consumo recentemente visível dos adolescentes. O fato de que, pela primeira vez, os jovens se tornaram um público-alvo também significava que eles tinham se transformado num grupo etário específico com rituais, direitos e exigências próprios. (SAVAGE, 2009, p. 11)

Para além da euforia causada nos produtores de bens de consumo que agora tinham todo um novo espectro de consumidores, o jovem conquistou rapidamente atenção e preocupação da sociedade tecnocrata construída por seus pais e avós, que os entendia como indivíduos fora da lógica social (SAVAGE, 2009, p. 486), e ademais de gerar o desassossego em seus progenitores, a juventude causou a vigilância de líderes governamentais e veículos de imprensa, que entendiam os jovens como uma potente força política. No caso do Chile, podemos exemplificar essa noção do poderio de transformação juvenil com o caso da Universidade Católica de Santiago, ocorrido em 1967 em pleno “verão do amor”¹² em um contexto de inúmeras manifestações do movimentos estudantil, onde jovens fixaram a faixa com os dizeres “*El Mercurio miente*” que marcaram o jornal definitivamente (ARAYA, 2008, p. 159).

A conexão entre o público jovem, política e música é outra relação de extrema importância nesse contexto. O movimento jovem, alinhado ao movimento artístico, conseguiu criar ambientes interessantes de reunião e de trocas culturais – as *peñas*. Nelas se apresentavam artistas que podiam experimentar fora da lógica da indústria fonográfica, além de serem um ambiente onde haviam debates políticos e formulações culturais e sociais, desempenhando mais tarde um papel de *bunker* de resistência na ditadura de Pinochet¹³.

¹² Expressão utilizada para referir-se ao ápice do fenômeno das exigências juvenis, começado nos EUA, o ano de 1967 é um marco na Contracultura, que se espalhou pelo globo gerando inúmeras intervenções político-sociais e expressões artísticas.

¹³ Toda a temática da Nova Canção Chilena é reprimida após o golpe militar de 1973. O projeto cultural da ditadura censurava toda música engajada, o que restava da música típica chilena havia passado por um processo de incorporação ideológica, só se aceitava apresentar, na televisão por exemplo, o que não abarcava sentido político ou crítico, só se permitia as canções com um sentido mais “universal”. O que restava de genuíno da NCCh havia encontrado refúgio nas *peñas*, inicialmente os artistas que se apresentavam incorporaram partes do repertório com teor mais “brando” da Nova Canção em suas composições autorais, deixando viva a memória do movimento nos anos de maior repressão da ditadura, mesmo que de forma incógnita. Mais tarde, consolidando-se como um movimento de música alternativa ao final da primeira década da ditadura, conseguindo alguns espaços de comunicação “marginal”, o Canto Novo foi formado por artistas (muitos que atuavam na Nova Canção) que tentaram ao máximo vincular o movimento como a continuação da NCCh. Para entender melhor o papel das *peñas* na ditadura ler

***Ritmo de la Juventud* e o jovem “normal”.**

Ritmo de la Juventude foi lançada pela editora Lord Cochrane, editora que pertencia ao grupo Edwards, ou seja, teria uma posição de, no mínimo, consonância com a opinião das direitas chilenas que tinham seu discurso exprimido nas páginas de *El Mercurio*. A revista servia como um dos complementos do jornal mercurial, que durante o século XX lançou alguns veículos destinados a públicos específicos de forma semelhante ao caso de *Ritmo*, entre eles temos: a revista infantil *El Peneca*; a revista de arte *Selecta*; e a revista destinada ao público feminino, *Familia*.

Ritmo entendia sim o jovem como um sujeito histórico com suas próprias demandas e cultura, sujeito que atuava como agente transformador da sociedade, entretanto, a revista não colocava o jovem como o indivíduo rebelde, que pretendia romper com os valores morais da sociedade. Na verdade, como analisa Mariana Oliveira Arantes, *Ritmo* pretendia pintar seu jovem leitor como indivíduo que apresenta uma “limpeza de pensamentos”, é “responsável” e “normal”, que não se submete ao “sensacionalismo e as atitudes duvidosas e negativas”, mesmo que desejoso por mudanças (ARANTES, 2009, p. 93). Sendo assim, havia inegavelmente um conservadorismo latente em *Ritmo de la Juventud*, mas seu conservadorismo não apostava em pintar a juventude e todas suas representações e demandas como “subversão comunista” ou “pura rebeldia sem causa”. A tentativa era acolher o jovem, não-transgressor e “responsável”, para que este se visse representado na mídia.

A direção da revista tendia na direção de temas não muito polêmicos, de simples assimilação, e aparentemente “ralos” do ponto de vista político se levarmos em conta o tipo de publicação que se apresentava em *El Mercurio*. Uma linha marcada por seu “apaziguamento” (ARANTES, 2009, p. 93), que pode ser exemplificada pela posição de sua diretora Maria Pilar, que esteve à frente da revista de 1965 até 1975:

Com uma ignorância aterradora e demonstrando um total desrespeito à situação real, aqueles que, sem dúvida, “não pensam mais jovem”, dividiram os jovens em dois grupos: os coléricos e os tradicionais. Ao grupo de primeiro, de acordo com o que emerge de alguns setores informativos, pertencem todos aqueles meninos que andam

CHIAPPE, Gabriela; FARFÁN, Cristian. *Ecos del tiempo subterráneo. Las peñas em Santiago durante el regimen militar* – 1ª Edição – Santiago: LOM Ediciones, 2009.

com o cabelo um pouco maior do que o habitual, que nos dias de folga usam camisas de bolinhas ou novas cores, admiradores dos Beatles!, The Monkees e pertencem todas aquelas meninhas de cabelo liso, comprimento até a cintura, saia muito curtas, meias coloridas e dançam go-go. nenhum desses “pecados tremendos” os tornam imediatamente coléricos, “cabeludos”. [...] Não é culpa desse jovem que a seu grupo tenha se juntado a uma pequena minoria de “criminosos”, que também deixam seus cabelos compridos e usam camisas floridas. (ARANTES, 2009, p. 92, tradução nossa)¹⁴.

Arantes (2009, p. 93) destaca que em outra edição da revista, Pilar ainda nega muitos problemas contextuais na indústria fonográfica e na própria indústria cultural por extensão, no caso trazido por Arantes:

No exemplar número 262 de 1970, foi publicada uma carta de um cantor anônimo que dizia possuir discos gravados por uma grande gravadora, mas não conseguia reconhecimento de seu trabalho no Chile, tampouco um retorno econômico. Na resposta Maria Pilar responsabiliza o próprio cantor sobre a falta de sucesso, excluindo os fatores contextuais. Em suas palavras: “É muito confortável culpar o mundo em geral pelos fracassos que se tem. Mostra que não há apenas amargura, mas ressentimento em você e um artista cheio de ressentimentos nunca terá sucesso porque arte é: amor...” (ARANTES, 2009, p. 93, tradução nossa)¹⁵.

Outro exemplo seria durante o final do governo de Eduardo Frei, quando a polarização política aumenta à medida que se aproximam as eleições de 1970. A linha de apaziguamento e brandura seria novamente nítida no artigo publicado na edição 179 de autoria de uma leitora – no artigo a autora e leitora do *Ritmo* criticava as posições de oposição, tanto da esquerda quanto da direita, em relação ao governo vigente. Para a autora do artigo, o Chile se beneficiaria se os jovens adotassem uma posição pacífica e focassem em seus estudos ao invés de aderirem a grupos políticos ou realizarem manifestações (ARANTES, 2009, p. 96).

¹⁴ Con una ignorancia aterradora y demostrando un total desconocimiento de la situación real, los que sin duda ya “no piensan joven”, han dividido a los jóvenes en dos grupos: los coléricos y los tradicionales. Al grupo de los primeros, según lo que se desprende de algunos sectores informativos, pertenecen todos aquellos muchachos que andan con el pelo un poco más largo que lo habitual, que en los días de descanso usan camisas de lunares o colores novedosos, admiradores de Los Beatles!, de Los Monkees, y pertenecen todas aquellas chiquillas de pelo liso, largo hasta la cintura, falda muy corta, medias de colores y que bailan go-go. Cualquiera de estos “tremendos pecados” los convierten de inmediato en coléricos, “melenudos”. [...] No es culpa de esta juventud, que a su grupo se haya adherido una pequeña minoría de “delincuentes”, que también se dejan el pelo largo y usan camisas de floritas. (ARANTES, 2009, p. 92).

¹⁵ “Es muy cómodo echarle la culpa al mundo en general de los fracasos que uno tiene. Se nota que no sólo hay amargura, sino rencor en ti y un artista lleno de rencores jamás llegará a triunfar porque el arte es: amor...” ARANTES, 2009, p. 93.

A postura defendida pela revista, de jovem não-transgressor, era alicerçada por uma abordagem que contava com a escolha de certos “ídolos” jovens. *Ritmo* utilizaria figuras “responsáveis” e “centradas” do cenário musical, entrevistando-as, reproduzindo seus discursos, publicando notícias a seu respeito, de novo, para dar *quorum* ao discurso de apaziguamento banalizante. Essas figuras eram normalmente artistas, nacionais e internacionais, que produziam música *pop* e baladas românticas, claro, sem nenhuma conotação política.

Em suma, em concordância com a análise de Arantes sobre *Ritmo*: privilegiando os assuntos “banais” que não levantavam grandes altercações, selecionando determinadas regras morais que deveriam ser seguidas pelos jovens, através de um discurso que a primeira vista poderia se passar como inocente e bem-intencionado, a revista dirigida por Maria Pilar tinha uma posição política muito bem delimitada. A revista não negava seu conservadorismo, talvez não o mesmo extremista e até mesmo golpista de *El Mercurio*, entretanto, seu posicionamento não defendia nada senão a manutenção das regras sociais de ação vigentes e do *status quo* através de uma apresentação contida e equânime.

Onda & Ramana e o jovem “alternativo”.

Onda e Ramona nascem da necessidade por revistas que fossem destinadas ao jovem que não aquele mencionado por Maria Pilar, um jovem que não estivesse em concordância com o tipo de cultura fomentada nas páginas de *Ritmo de la Juventud*. Como apresentamos ao longo do texto, haviam veículos da imprensa em completa oposição aos jornais e revistas mercuriais e das direitas, tendo a noção de que o jovem era uma peça crucial a ser considerada dentro dos embates ideológicos e culturais feito com que se criasse essa necessidade por revistas voltadas à esse público em específico, que fizessem frente ao conteúdo apresentado pelos jornais e revistas da direita chilena.

Onda foi publicada de forma semanal de setembro de 1971 até setembro de 1973, produzida pela Editora Nacional Quimantú, antiga *Zig-Zag*, adquirida no mesmo ano de 1971 pelo governo da UP. A produção da revista era amparada por uma série de outros órgãos estatais e sua coordenação contava com uma gama de jornalistas, dramaturgos, sociólogos e acadêmicos em geral, fato que denota quão séria a questão de uma produção de conteúdo “jovem” era levada pelo governo de Allende. Como consta no portal

*Memoria Chilena*¹⁶, entre esses dois anos de existência, *Onda* apresentou uma variabilidade significativa tanto em sua linha editorial, quanto no grupo por trás da revista, com temas que abrangeram desde notícias nacionais e internacionais até moda feminina e dica de beleza, passando por seções de crítica cinematográfica e música.

Como destaca Natália Ayo Schmiedecke, se inicialmente a produção da revista tinha total intuito de se afastar do conteúdo apresentado pela *Ritmo*, com o passar do tempo observamos uma crescente incorporação de elementos de cultura *pop* – se no começo seriam apresentados artigos com conteúdo crítico, engajado, que denunciasses a indústria cultural e o culto à personalidade promovido pelas revistas juvenis que idolatram artistas, dois anos depois a revista fechada pelos militares em 11 de setembro não se diferenciava muito das que seguiram em circulação, contando com uma grande quantidade de páginas dedicadas às “focofocas” e celebridades (SCHMIEDECKE, 2017, p. 61).

No segmento destinado ao campo de música valem algumas observações, já que este era o carro-chefe da revista. Seus dois principais comentaristas, Pedro Aguilera e Ricardo Garcia, dois *disc-jokeys*¹⁷, defendiam a música menos comercial e não escondiam sua preferência pelo *rock* progressivo latino-americano, enquanto caracterizavam como “música ruim” as populares baladas românticas da época. Contudo, Aguilera compreendia que seu tipo de música ideal poderia ser um tanto exclusivista, logo, achou a solução para seu dilema na Nova Canção Chilena, uma música popular e abrangente mas que não se apresentava de forma simplista como tantos grupos famosos no Chile (SCHMIEDECKE, 2017, p. 64).

A Nova Canção recebera apenas elogios nas seções de Aguilera, e mesmo em textos de Ricardo Garcia, o *disc-jockey* mostrava-se insatisfeito com a falta de uma maior atenção das programações radialistas e televisivas à música típica e original como da NCCCh, e mais, “acusava os dirigentes políticos de meramente utilizarem os artistas comprometidos com o processo de transformações”, cobrando uma organização e fomento governamental deste tipo de movimento cultural. Ademais, os artistas da Nova

¹⁶ Disponível em <<http://www.memoriachilena.cl/602/w3-article-97228.html>>

¹⁷ Apresentadores de programas de rádio que apresentavam canções da moda, construíam *rankings* e influenciavam em grande parte o gosto juvenil, depois foram assimilados pela televisão em programas musicais, o que fez com que fossem mal-vistos pelas esquerdas.

Canção apareciam ao lado de outros ídolos juvenis apresentados na revista, que além de comentarem suas trajetórias musicais, elogiavam seu repertório e seu apoio ao governo (SCHMIEDECKE, 2017, p. 65).

Onda seria outro ótimo exemplo do discurso pluralista do governo eleito em 1970, e sua linha editorial abrangente encontrava grande respaldo no público jovem à medida que não se mostrava excludente quanto ao amplo espectro de influências, nacionais e internacionais, recebido pela juventude chilena. De novo, como no caso de *La Nación*, um veículo oficial do governo mostrava-se menos maniqueísta e restritivo se comparado a outros de alinhamento de esquerda. Mas o fato de que *Onda* não representava o ideal crítico da "ideologia burguesa", levado à ferro e fogo por grande parte das esquerdas chilenas, fez com que o Partido Comunista criasse *Ramona*, justamente para que de fato existisse uma revista com produção de conteúdo juvenil aliado à "luta ideológica" cultural defendida pelo partido, que até então era realizada na imprensa através de *El Siglo*, jornal oficial do partido

Ramona, lançada também 1971, apesar de guardar semelhanças com outras publicações destinadas aos jovens como na sua apresentação colorida e na organização de suas seções, a revista tinha enfoque no que era nacional e não fugiu de polêmicas. Se *Ritmo* apresentava as imagens de atores e cantores da moda, *Ramona* trazia imagens de Lenin e Marx, além de pôsteres de Pablo Neruda e Che Guevara (FERNÁNDEZ-NIÑO, 2014, p. 130). O objetivo da revista era bem demarcado – o alvo da revista era a "juventude popular", uma juventude que se pretendia conduzir politicamente em direção à ideologia operária contra as "classes altas". Mas a abordagem não era nenhuma cartilha política, tampouco um texto teórico massante, a revista utilizou de linguagem coloquial, temas atuais, e uma política um pouco menos incisiva, dessa forma cativaram não somente as juventudes comunistas, mas também os jovens apenas inclinados a algumas medidas de esquerda (FERNÁNDEZ-NIÑO, 2014, p. 133).

Um dos maiores focos da revista foi, obviamente, a arte e cultura engajada, principalmente a arte brigadista¹⁸ e os artistas da Nova Canção, isso se exemplifica com

¹⁸ Com início nos anos 1960, as Brigadas Ramona Parra foram grupos organizados de jovens muralistas, com uma estreita ligação com o trabalho da Juventude Comunista do Chile, que pintaram muros, pontes e outros espaços públicos com imagens relacionadas à ideologia política da esquerda chilena.

o amplo número de entrevistas e análises musicais dos lançamentos da época que portavam elogios aos artistas politizados, trazendo por vezes músicos sem muita atenção dentro da própria esquerda (SCHMIEDECKE, 2017, p 75-77). Ademais, sua simpatia para com a arte engajada era fruto não somente de seu posicionamento político, mas de seu comprometimento com o governo da Unidade Popular e todos seus colaboradores. *Ramona* auxiliou na campanha de candidatos comunistas e da UP, expressou sua conexão com governos aliados como Cuba e URSS, e já em 1972 com o aumento dos atos de violência e da recusa ao governo, a revista passou a denunciar os grupos políticos e terroristas da extrema-direita e firmou ainda mais seu apoio ao projeto de governo de Allende (FERNÁNDEZ-NIÑO, 2014, p. 142).

Considerações Finais

Como foi visto, o período de 1970 a 1973 apresenta uma disputa por hegemonia que adentra inúmeras esferas da sociedade civil no Chile, onde dois discursos conseguiram abarcar não apenas as principais discussões políticas do momento, mas também se expandiram até abranger fatores culturais. Nela observamos uma configuração discursiva de agentes da esfera privada, verdadeiros gigantes econômicos do país, que conseguiram articular seu poder comunicacional para que seus interesses fossem contemplados pela vontade de grande parte da população, convencida de que a narrativa de oposição ao governo eleito era efetivamente verdadeira.

Por outro lado, conseguimos entender como, apesar de ascender ao poder por um feito histórico, a Unidade Popular careceu de uma organização ideológica que afetou não somente o plano de governo proposto, mas verteu sobre outros aspectos importantes, como o da comunicação. Apesar de demonstrar o comprometimento do governo para com a inovadora “via chilena”, sua legitimidade e integridade democrática, e sua estrutura pluralista, a imprensa “oficial” e a favor de Allende não conseguiu cativar e expandir o apoio sólido ao governo para além do operariado e classes baixas, o que fez com que as direitas chilenas conseguissem pavimentar a via para o golpe militar.

Finalmente, este artigo buscou apresentar algumas das linhas de discurso utilizados pelos dois espectros deste embate, entretanto, apesar de parecer uma batalha com vencedores anunciados, vale lembrar que mesmo durante os anos de ditadura houve

uma imprensa de resistência que buscou quebrar a mesma hegemonia discursiva conquistada pelas direitas chilenas¹⁹, mas este é um assunto para outro texto. O objetivo principal aqui foi demonstrar como as lutas por hegemonia podem ser travadas de diversas formas e através de diversas abordagens, exemplificando através de um processo com diversas nuances e que tem a ver com os usos políticos da imprensa e com o poder da cultura, um reflexo de como um discurso e narrativas bem configurados podem derrubar governos e legitimar ditaduras.

Referências

- ADORNO, Theodor W.; HORKHEIMER, Max. *Dialética do Esclarecimento: fragmentos filosóficos*. 1ª Edição, Rio de Janeiro: Zahar, 1985.
- AGGIO, Alberto. *Democracia e socialismo: a experiência chilena*. 3ª Edição – Curitiba: Appris, 2021.
- ARANTES, Mariana Oliveira. *Representação Sonora da Cultura Jovem no Chile (1964-1970)*. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Ciências Humanas e Sociais – UNESP Franca, 2009.
- ARAYA, Pedro. *El Mercurio Miente (1967): Siete notas sobre escrituras expuestas*. Revista Austral de Ciencias Sociales, núm. 14, 2008, pp. 157-171. Disponível em <<https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=45901408>> Acesso em 04 de jun. de /2022.
- BENJAMIN, Walter. *A obra de arte na era de sua reprodutibilidade técnica* – Coleção L&PM Pocket, vol. 1216, Porto Alegre: L&PM, 2020.
- BORRAT, Héctor. *El Periódico, Actor del Sistema Político*. Anàlisi, Barcelona, nº 12, p. 67 - 80, 1989.
- BUENO, Natalia B.; SPENCER ESPINOSA, Christian. *Volver a creer. Crisis social, música, sonido y escucha en la revuelta chilena (2019-2020)*. Boletín Música nº 54, 2020.
- CASALS ARAYA, Marcelo. *El alba de una revolución: la izquierda y la experiencia de construcción estratégica de la “via chilena al socialismo” 1956-1970*. Santiago: LOM, 2009.
- CHIAPPE, Gabriela; FARFÁN, Cristian. *Ecos del tiempo subterráneo. Las peñas em Santiago durante el regimen militar* – 1ª Edição – Santiago: LOM Ediciones, 2009.
- CRUZ, Heloisa de Faria; PEIXOTO, Maria do Rosário da Cunha. *Na Oficina do Historiador: Conversa Sobre História e Imprensa*. Projeto História, São Paulo, n.35, p. 253-270, dez. 2007.
- FERNÁNDEZ-NIÑO, Carolina. *Revista Ramona (1971-1973): “...Una revista lola que tomará los temas políticos tangencialmente”*. In: TAPIA, M. L.; VALLEJOS, R. A. *Un Trébol de Cuatro Hojas: Las Juventudes Comunistas de Chile en el siglo XX*. Santiago, 2014, p. 126-143. Disponível em <<https://books.openedition.org/ariadnaediciones/348#text>>.

¹⁹ O portal *Memoria Chilena* apresenta de forma breve o contexto da imprensa de oposição ao governo militar. Disponível em: <<http://www.memoriachilena.gob.cl/602/w3-article-773.html>>.

- FOUCAULT, Michel. *A Arqueologia do Saber*. 7ª edição / 3ª reimpressão - Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008.
- GOMES, Caio de Souza. “*Quando um muro separa, uma ponte une*”: conexões transnacionais na canção engajada na América Latina (anos 1960/70). Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo – USP São Paulo, 2013.
- GOMES, Flávia Schettino Marques. *A Guerra do Pacífico, o Combate Naval de Iquique e a construção do nacionalismo chileno nas páginas do jornal El Mercurio de Valparaíso (1879-1884)*. Dissertação (Mestrado em História) — Belo Horizonte: Universidade Federal de Minas Gerais, 2016.
- GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do Cárcere Volume. 6: Literatura. Folclore. Gramática*. 3ª Edição, Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, 2014. E-book.
- GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do Cárcere Volume. 3: Maquiavel. Notas sobre o Estado e a política*. 1ª Edição, Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, 2017. E-book.
- GONZÁLEZ, Mónica. *La conjura. Los mil y un días de un golpe*. Santiago: Catalonia, 2012.
- MENDONÇA, Sonia Regina de; FONTES, Virginia. *História e teoria política*. In: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo (org.). *Novos domínios da história*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012.
- MORAES, Dênis de. *Comunicação, Hegemonia e Contra-Hegemonia: A Contribuição Teórica de Gramsci*. REVISTA DEBATES, Porto Alegre, v.4, n.1, p. 54-77, jan.-jun. 2010.
- MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *Desafios e possibilidades na apropriação de cultura política pela historiografia*. In: *Culturas Políticas na História: novos estudos*. Editora Argumentum, 2009.
- NAZER AHUMADA, Ricardo. *La fortuna de Agustín Edwards Ossandon: 1815-1878*. Historia, Santiago, v. 33, p. 369-415, 2000. Disponível em <http://www.scielo.cl/scielo.php?pid=S0717-71942000003300008&script=sci_arttext>
- PACHECO, Vitória Trescastro; MENEZES, Eduardo Silveira de. *A influência da mídia na ditadura chilena: Clarín e El Mercurio sob a perspectiva dos aparelhos ideológicos de estado*. Intercom Jr. – Jornalismo do XVI Congresso de Ciências da Comunicação na Região Sul, realizado de 4 a 6 de junho de 2015.
- SANTOS, Emmanuel dos. *Imprensa e poder político no Chile: o governo da Unidade Popular e os jornais El Mercurio e La Nación (1970-1973)*. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Minas Gerais – Belo Horizonte, 2018.
- SAVAGE, Jon. *A Criação da Juventude: Como o conceito de teenage revolucionou o século XX*. Rocco, 2009.
- SCHMIEDECKE, Natália Ayo. “*Tomemos la historia en nuestras manos*”: utopia revolucionária e música popular no Chile (1966-1973). Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Ciências Humanas e Sociais – UNESP Franca, 2013.
- SCHMIEDECKE, Natália Ayo. “*Nuestra Mejor Contribución la Hacemos Cantando*”: A Nova Canção Chilena e a “Questão Cultural” no Chile da Unidade Popular. Dissertação (Doutorado em História) – Faculdade de Ciências Humanas e Sociais – UNESP Franca, 2017.
- VERAGUA, Jorge Soto. *Historia de la Imprenta en Chile: Desde el Siglo XVIII al XXI*. Vol. 1. Editorial Árbol Azul, Santiago, 2009.

WAISS, Oscar. Chile Vivo. *Memorias de un socialista: 1928-1970*. Santiago: Centro de Estudios Salvador Allende, 1986.

WAISS, Oscar. *Tiempos de pluma en ristre*. La Nación, Santiago, 18 jan. 1992.



Os direitos de licenciamento utilizados pela Revista Histórias Públicas é a licença *Creative Commons Attribution-Non Commercial 4.0 International (CC BY-NC-SA 4.0)*

Recebido em: 27/07/2022
Aprovado em: 22/11/2022

Na mira do SNI: o Serviço Nacional de Informações e seu sistema de vigilância e repressão aos parlamentares paraibanos

Josenildo Marques da SILVA¹

Resumo: O presente trabalho problematiza a trajetória de três parlamentares arenistas que estiveram sob vigilância do SNI durante os anos do regime (Wilson Leite Braga, Antônio Marques da Silva Mariz e Ernâni Aires Sátiro) e que conseguiram permanecer e crescer no campo, mesmo em meio a instauração de inquéritos e aberturas de processos de cassação. Para tanto, a pesquisa pretende contribuir com os trabalhos recentes que aborda o período inicial do Regime Militar Brasileiro, dialogando com autores como Motta (2014), Reis Filho (2014) e Veras (2018) acerca dos aspectos de acomodação e conciliação ocorridos entre integrantes da elite política e os governos militares. Do ponto de vista metodológico, o trabalho segue o pensamento de autores como Schmidt (2012), Schwarcz (2013) e Bourdieu (1996), sobre a escrita biográfica, e o método prosopográfico, conforme propõe Charle (2006) e Noronha (2011). Assim, por meio de pesquisa online nos documentos do SNI presentes no Arquivo Nacional (Dossiês e juízos sintéticos), o trabalho analisou a estrutura de organização desse órgão, problematizando como os seus setores mais superiores interferiam diretamente na anulação de processos de cassação, quando estes referiam-se a parlamentares que cooperavam de algum modo com a manutenção do próprio regime.

Palavras-chave: Regime Militar; SNI; Parlamentares.

¹Doutorando em História pela Universidade Federal do Pernambuco (UFPE). Professor efetivo de História da Prefeitura Municipal de Assunção, Paraíba, Brasil. E-mail: jjossenildo@gmail.com

In the sights of the SNI: The National Information Service and its system of surveillance and repression of parliamentarians in Paraíba

Abstract: This paper aims to problematize the trajectory of the three arenist parliamentarians that were under surveillance of SNI during the years of regime (Wilson Leite Braga, Antônio Marques da Silva Mariz and Ernâni Aires Sátiro) who managed to remain and grow up in the countryside, even though in the middle of investigations and the opening of removal from office. Therefore, this research intends to contribute with the recent works that approaches the initial period of the Brazilian Military Regime, also dialoguing with authors such as Motta (2014), Reis Filho (2014), and Veras (2018) about the aspects of accommodation of and conciliation that occurred between the members of the political elite and the military governments. From a methodological point of view, this paper was based on works from theorists such as Schmidt (2012), Schwarcz (2013) and Bourdieu (1996), whereas the biographical writing and the prosopographic method proposed by Charle (2006) and Noronha (2011). Thus, through online research in the SNI documents present in the National Archives (Dossiers and synthetic judgments), this work analyzed the organizational structure of this legal body, questioning how its higher sectors directly interfered in the annulment of removal from office, when these referred to parliamentarians who cooperated in some way with the maintained of the Brazilian Regime Military itself.

Keywords: Brazilian Military Regime; SNI; Parliamentarians.

Introdução

Em meados de março de 1964 setores contrários as reformas de base do presidente João Goulart saíram as ruas e expressaram seus descontentamentos com o governo, nas chamadas Marchas da Família com Deus Pela Liberdade. Tinha-se aí o início de uma onda de articulações e protestos que culminaram, em 31 desse mesmo mês, com a movimentação das tropas do General Olímpio Mourão Filho, de Minas Gerais para o Rio de Janeiro, visando a deposição do presidente, o que ocorreu em primeiro de abril com o apoio dos governadores de Minas Gerais, Guanabara e São Paulo.

Instalou-se, assim, no comando do executivo federal, por meio do golpe de primeiro de abril, uma junta militar liderada por três oficiais representantes da armada (Exército, Marinha e Aeronáutica), dando início a uma série de perseguições e violências contra pessoas e instituições. Utilizando como pretexto a ideia de proteção do regime democrático, ante a suposta ameaça de intervenção comunista, esses militares, à medida que faziam uso da violência, buscavam também uma aparência de legalidade, agindo por meio da promulgação de Atos Institucionais, dispositivos que asseguravam legitimidade e mutilavam o texto constitucional.

A presença dos militares comandando praticamente todos os poderes institucionais, o que ocorria por meio da violência e alterações na legislação, promoveu forte impacto no cenário político-partidário. O Ato Institucional nº 1 (AI-1), de 9 de abril de 1964, modificou a escolha presidencial, estabeleceu eleições indiretas e concedeu ao chefe do executivo plenos poderes para cassação de direitos políticos e decretação do “estado de sítio”. Não obstante a implantação desse ato, o governo militar respondeu com represálias aos resultados eleitorais desfavoráveis em 1965, promulgando os atos institucionais 2 e 3 (AI-2 e AI-3), que extinguíram os partidos políticos e decretaram eleições indiretas também para governadores dos estados, além de nomeações para os prefeitos das capitais.

Somado às práticas repressivas presentes nos atos institucionais, outro impacto significativo no cenário da política nacional foi promovido com a Lei nº 4.341 de 13 de

junho de 1964, que criou o Serviço Nacional de Informações (SNI)². Esse complexo órgão foi responsável pelo levantamento de centenas de perfis de integrantes da política do país, atuando na constante vigilância sobre eles e na abertura de inquéritos que poderiam culminar na cassação dos direitos políticos, dos mandatos, no banimento e em outras práticas previstas nas legislações dessa ditadura.

Todo esse cenário de mudanças ocorridas na política durante o Regime Militar, no entanto, não impediu a sobrevivência de determinados políticos e de suas práticas de atuação presentes já em períodos históricos anteriores a 1964. Essa conjuntura de domínio dos militares no Brasil carece ainda de leituras historiográficas atentas a essas permanências, a exemplo da participação ativa da sociedade civil no golpe e, posteriormente, na legitimação dos sucessivos governos militares.

Seguir um olhar que problematiza os atos de conciliação, tanto por parte dos militares quanto da sociedade civil, não significa negar a existência do autoritarismo e de diversas práticas de repressão efetuadas pelos agentes do governo militar. É, na verdade, defender outros aspectos sobre esse período, como os pontuados a seguir: o Regime Militar foi também um momento oportuno de acomodação, manutenção e ascensão de figuras políticas representantes das elites locais; mesmo em meio às práticas de intimidação, perseguição e cassação dos mandatos de parlamentares, a cúpula militar foi responsável por assegurar figuras e grupos políticos que se mostravam dispostos a cooperar e dar legitimidade ao regime, ainda que estas apresentassem um histórico político contrário às ideologias propagadas por esse governo.

Nessa perspectiva, o presente estudo acompanha a trajetória de três parlamentares paraibanos em suas conexões com o Regime Militar, apontando como esse momento não foi apenas de repressão e resistência, mas também de cooptação de integrantes da sociedade civil. Estes, se mostravam dispostos a colaborar com os interesses dos militares, buscando manter suas posições privilegiadas e obter outros dividendos possíveis. A cúpula militar, de outro modo, acumulando poderes que lhe conferia status decisório sobre os rumos da política no país, atuava arbitrariamente dando andamento ou

² Ver: Portal da Câmara dos Deputados: Lei nº 4.341 de 13 de junho de 1964. In: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1960-1969/lei-4341-13-junho-1964-376645-publicacaooriginal-1-pl.html>. Acesso em 10/03/2022 as 08:30 horas.

não aos processos de cassação, perda de direitos políticos, entre outros, seguindo o critério do apoio político.

Assim, a presente pesquisa pretende contribuir com os trabalhos recentes que abordam o período inicial do Regime Militar Brasileiro, dialogando com autores como Motta (2014), Reis Filho (2014) e Veras (2018) acerca dos aspectos de acomodação e conciliação ocorridos entre integrantes da elite política e os governos militares. Trata-se de um debate que se faz necessário ante a multiplicidade de pesquisas que priorizam temáticas como a cassação de mandatos políticos durante o regime, mas não refletem diretamente sobre a trajetória de parlamentares e famílias políticas que conseguiram conviver bem com esses governos autoritários.

Do ponto de vista metodológico, a pesquisa visa contribuir com o debate acerca das possibilidades de trabalhar com esses indivíduos, objetivando problematizar questões pertinentes a uma coletividade, no cenário sócio-histórico compreendido entre os anos de 1964 a 1970. Para o trabalho com a trajetória desses políticos, buscamos mesclar as orientações metodológicas pensadas por Schmidt (2012), Schwarcz (2013) e Bourdieu (1996), sobre a escrita biográfica, com o método prosopográfico, conforme propõe Charle (2006) e Noronha (2011).

Nesse sentido, a pesquisa volta-se para o extenso corpo documental disponível no sítio online do Arquivo Nacional, especialmente os processos movimentados pelo Serviço Nacional de Informações relacionados a investigação e cassação dos mandatos de parlamentares paraibanos. Entre esses, enfatizamos documentos como os juízos sintéticos e dossiês militares dos parlamentares Wilson Leite Braga, Antônio Marques da Silva Mariz e Ernâni Aires Sátiro, onde constata-se investigações sobre esses políticos e as indicações dos seus nomes para aplicação de algumas medidas contidas no Ato Institucional nº 5 (AI-5).³

Seguindo esse caminho, buscamos refletir sobre a complexa organização dos militares na montagem de um sistema de vigilância e investigação sobre a vida dos parlamentares, analisando as relações de poder político que atuavam na paralização de

³ Boa parte da documentação utilizada na presente pesquisa, como dossiê e juízos sintéticos, aparecem no seguinte link do Sistema de Informações do Arquivo Nacional (SIAN): https://sian.an.gov.br/sianex/consulta/resultado_pesquisa_new.asp?v_pesquisa=Wilson%20Leite%20Braga&v_fundo_colecao=. Acesso em 06/10/2022.

possíveis processos de cassação. Defendemos, desse modo, que a cultura política presente nos governos militares se assemelha a da elite política já em evidência em anos anteriores a 1964, onde a principal lógica era a de assegurar a sua permanência no poder, ainda que para isso fosse necessário contrariar os próprios dispositivos legais decretados durante os anos do regime.

SNI: estrutura de organização e documentos da repressão

O Serviço Nacional de Informações foi criado por meio do interesse do presidente Castelo Branco, que pretendia a criação de um órgão capaz de manter o governo informado sobre atividades em seus ministérios, estatais e paraestatais. Enquanto um órgão de inteligência a partir da coleta ou forja de informações, sua criação tem relação direta também com a Central Intelligence Agency (CIA), sobretudo por meio do contato estabelecido pelo General Golbery do Couto e Silva com integrantes dessa agência.⁴

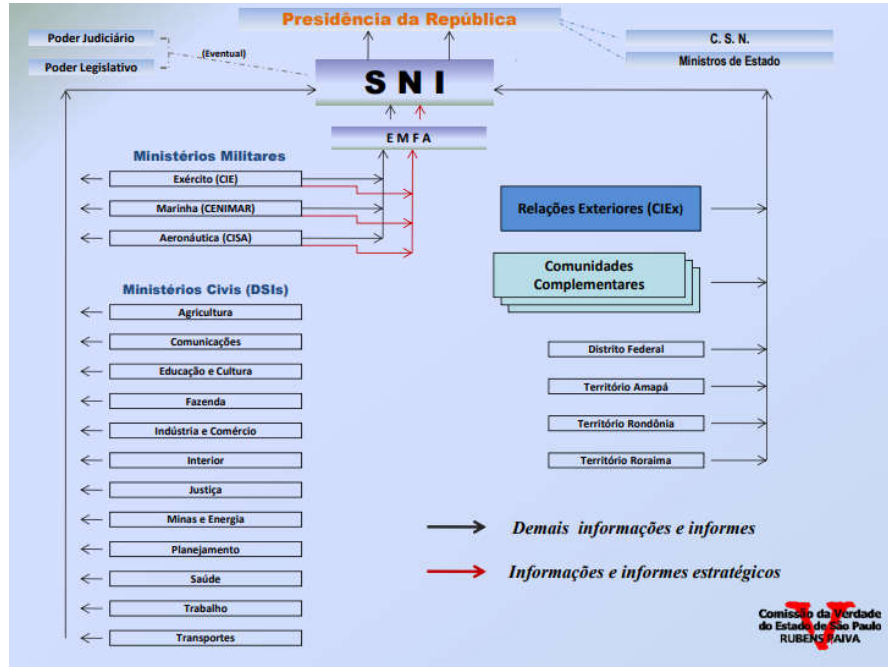
Em âmbito nacional, além de orientar e dar segurança ao Conselho de Segurança Nacional e ao presidente em suas decisões, o SNI surgiu como substituto do Serviço Federal de Informações e Contrainformações (SFICI), e previa em sua estrutura inicial de funcionamento a presença de uma chefia geral, uma agência central no Distrito Federal e agências regionais⁵.

No entanto, no decorrer dos primeiros anos esse órgão já apresentava inúmeras ramificações em suas agências regionais, como as Divisões de Segurança e Informações (DSI), que atuavam em cada ministério, e as Assessorias de Segurança e Informação (ASI), presentes nos órgãos públicos e autarquias federais. Tratava-se, desse modo, de um órgão que permitiu a sustentação do regime em face de sua estrutura complexa de organização e de seu papel central dentro do Sistema Nacional de Informações (SISNI), como podemos visualizar no organograma apresentado a seguir elaborado durante os trabalhos da Comissão da Verdade do Estado de São Paulo.

Imagem 1: Organograma do Sistema Nacional de Informações

⁴ Sobre essa visão do SNI enquanto órgão de inteligência, ver: Prashad (2020).

⁵ Sobre essas ramificações do SNI, ver: Antunes (2002), Fico (2001) e Soares (2020).



Fonte: Comissão da Verdade do Estado de São Paulo. Disponível em: <http://comissaoдавerdade.al.sp.gov.br/relatorio/tomo-i/downloads/SISNI3.pdf>. Acesso em 20/06/2022, as 10:00.

Para o bom funcionamento desse órgão dentro de um sistema nacional que interligava todos os ministérios, além do Conselho de Segurança Nacional e a Presidência da República, era essencial o papel desempenhado pelas agências regionais do SNI (ARE) e pelos seus informantes mais locais, a exemplo das Comissões de Apuração e Investigação (CAI) que atuavam nos estados. Tais órgãos locais, também denominados em alguns documentos apenas de Comissões de Investigação (CI), eram os responsáveis diretos pelo levantamento de informações em seus respectivos estados, atuando na formulação de importantes documentos utilizados para a repressão, como os juízos sintéticos e dossiês militares.

Nesse aspecto, verifica-se o trabalho desenvolvido pela Agência Regional do Recife (ARE/SNI) e pela Comissão de Apuração e Investigação do Exército no Estado da Paraíba (CAI/PB). A primeira, presidida pelo General do IV Exército Alfredo Souto Malan, foi responsável pelo encaminhamento de inúmeros prontuários e dossiês de políticos dos estados da Paraíba e Pernambuco nas décadas de 1960/70. A segunda, chefiada pelo Major Presidente Hermano Costa Araújo, era os próprios olhos repressivos da ARE na Paraíba e principal responsável pela produção desses documentos de

repressão, sendo a primeira instância, que agia não só no levantamento das informações, como também na formulação de parecer sobre os investigados.

Com base nos documentos do SNI, então em posse no *sítio* do Arquivo Nacional, podemos evidenciar como agiam esses órgãos regionais e locais, a exemplo das citadas ARE e CAI, e como elas sofriam interferências diretas de suas instâncias superiores, como a Agência Central e o Conselho de Segurança Nacional (CSN). Estas nem sempre confirmavam as decisões tomadas nos setores inferiores do SNI, chegando a manter no campo político parlamentares denunciados pelo próprio regime através de inúmeras acusações, como “oportunismo, corrupção e esquerdismo”.

Tais questões vão ao encontro do que ficou estabelecido nos relatórios de algumas comissões estaduais da verdade e, mais especificamente, nos documentos da Comissão Nacional da Verdade, sobretudo quanto ao caráter parcial e político dos diferentes agentes que atuavam nos mais diversos setores do SNI. Evidencia-se, claramente, no relatório dessa Comissão, como determinados atos repressivos dos governos militares, a exemplo da abertura de inquéritos e investigações, ocorreram com objetivo exclusivo de interromper algumas carreiras políticas, repressão direcionada também para outros cargos, como os de funcionários públicos (professores, pesquisadores), líderes sindicais e militares.⁶

Dessa forma, se os projetores do Regime Militar espalharam durante esses anos uma onda de perseguição, violência e repressão contra inúmeros políticos, foram também responsáveis pela manutenção de figuras políticas descritas por eles próprios como contrárias aos seus “ideais revolucionários”. Analisando o dossiê militar que pretendia a cassação do parlamentar Wilson Leite Braga (ARENA/PB) e o juízo sintético dele e dos políticos Antônio Marques da Silva Mariz (ARENA/PB) e Ernâni Sátiro (ARENA/PB), verificamos como os holofotes repressores do regime apresentavam pesos e medidas diferenciadas que variavam a depender das conexões políticas do momento, das possibilidades que esses parlamentares tinham ou não de dar apoio e sustentação ao

⁶ Quanto a essas repressões, ver o capítulo terceiro dos relatórios finais da Comissão Nacional da Verdade, em: <http://cnv.memoriasreveladas.gov.br/images/documentos/Capitulo3/Capitulo%203.pdf>. Acesso em 07/10/2022.

regime, bem como do próprio caráter heterogêneo dos militares em suas percepções político-ideológicas.⁷

Parlamentares paraibanos: entre práticas de repressão e táticas de acomodação

A data era 5 de fevereiro de 1969. O General Alfredo Souto Malan, comandante do IV Exército em Recife, enviava uma extensa documentação para a Comissão de Investigação Sumário do Exército (CISEX), órgão vinculado ao SNI, localizado no Rio de Janeiro, então Estado da Guanabara. O material, conforme presente no assunto do ofício, tratava-se de um processo de investigação aberto por essa agência contra o deputado federal Wilson Leite Braga, onde constava-se o parecer dessa agência, através do seguinte julgamento:

Tendo em vista a gravidade dos fatos apurados, este comando julga que ao deputado WILSON LEITE BRAGA devem ser aplicadas as sanções previstas no Ato Institucional nº 5, de 13 de dezembro de 1968: cassação do mandato eletivo federal (art. 4º); suspensão dos direitos políticos pelo prazo de 10 anos (art. 4º). (SNI/CISEX. Fundo – Agência Recife. Dossiê Wilson Braga. fevereiro de 1969).

Acompanhado dessa decisão relatada no ofício, o general anexava, assim, um conjunto de documentos de caráter confidencial produzidos e/ou reunidos pela Guarnição Militar da Paraíba no mês de janeiro de 1969, através da sua Comissão de Investigação (CI/PB). Com formato do que geralmente denomina-se de dossiê, o material trazia uma ficha de qualificação pessoal e profissional do deputado Wilson Leite Braga, uma ficha individual produzida pela CI/PB, onde continha diversas acusações sobre esse político, além de uma série de ofícios, relatórios e pareceres do TRE-PB utilizados para comprovar o teor das denúncias. Em seu conjunto, constava-se ainda um parecer final da Comissão de Investigação que defendia a aplicação das medidas previstas no mesmo artigo 4º do Ato Institucional nº 5.

De acordo com essa Comissão, então presidida pelo Major Hermano Costa Araújo e pelos membros José Guilherme da Silva (Major) e Expedito Bandeira de Araújo

⁷ Neves Junior (2021, p. 35) explica como historicamente os militares formavam um “setor heterogêneo de pensamento político-ideológico”, ressaltando a presença nos seus quadros internos de perspectivas nacionalistas, liberais e positivistas.

(Capitão), pesava sobre esse parlamentar posicionamentos políticos e crimes que estavam em total desacordo com os interesses da “revolução”. Dentre eles, os militares citavam a sua integração, enquanto estudante de Direito, nos eventos organizados pelo comunismo internacional, lembrando a participação dele como delegado da UNE no Festival da Juventude sediado em Viena. Nesse ponto, mencionam que o político foi alvo de investigações militares (IPMs) sob suspeita de exercer, “dissimuladamente”, a pregação marxista, deixando entrever a possibilidade de aproximação do seu nome com o comunismo soviético⁸.

Além das possíveis aproximações desse político com o que denominavam de “esquerdismo”, os pontos centrais das acusações levantadas pela Comissão de Investigação na Paraíba pairavam sobre a vida pública de Wilson Braga. Para esses militares, as vitórias eleitorais alcançadas por esse político ao longo de toda a sua vida pública foram conquistadas sob o “manto da corrupção”, sendo operadas através de fraudes e tráfico de influências com a participação direta e indireta de integrantes do TRE-PB.

Citando eleições como as de 1962, quando Wilson Braga retomou o cargo de deputado estadual, a Comissão menciona denúncias, sindicâncias e inquéritos instaurados no TRE-PB sobre fraudes praticadas na zona eleitoral de influência desse político (41ª zona/ municípios de Conceição e Ibiara). Desse modo, apontam uma série de crimes que teriam sido praticados por ele e sua família, descrevendo especificamente as práticas ilegais que davam sustentação a carreira política do então deputado:

Domínio do Cartório pela família Braga, nomeação de Juizes eleitorais corruptos que se colocam a seu serviço, eleitores de outros estados votando, mortos e ausentes que votam naquele município, mapas falsos, queimas de cédulas e chapas de votação logo após a apuração, desaparecimento de documentação eleitoral, tudo isso já foi exaustivamente apurado pelo TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL em vários processos em trânsito nesse Tribunal, nos quais o Sr. Wilson Leite Braga aparece como autor intelectual e principal beneficiado (SNI/ CI/PB. Fundo – Agência Recife. Dossiê Wilson Braga. Janeiro de 1969).

⁸ No processo de cassação de Wilson Braga e nos juízos sintéticos de outros parlamentares evidencia-se que um dos pontos centrais das denúncias apresentadas pelos agentes do SNI recaía sobre o envolvimento desses políticos com o comunismo soviético. Samways (2014, p. 91), analisa como nesse contexto de Guerra Fria desencadeou-se na América (Norte e Latina) uma espécie de “paranoia anticomunista”, fortalecida, sobretudo, através da atuação de órgãos como o SNI, então responsável pela produção massificada de documentos (sumários, boletins, juízos sintéticos) sobre pessoas e instituições suspeitas de exercerem a “pregação marxista”.

Não obstante a gravidade dos crimes denunciados pelos militares, ocorridos em eleições como essa de 1962, o argumento deles em 1969 era fortalecido pela defesa de que essas mesmas práticas perduravam ainda durante o Regime Militar. É o caso das eleições de 1966, quando Wilson Braga deixou a cadeira de deputado estadual na Paraíba (PSB) e conquistou uma vaga de deputado federal pelo partido situacionista (ARENA). Sobre essa segunda eleição, a comissão cita uma Representação apresentada pelo presidente do MDB que pedia o andamento do processo sobre as fraudes de 1962 e fazia nova denúncia de fraudes eleitorais ocorridas na 41ª zona envolvendo a família Braga e o então parlamentar.

Eleito deputado federal pela ARENA, em 1965, mais uma vez beneficiado por escândalo que fora objeto de Representação do Movimento Democrático Brasileiro (Doc. FI 31) à qual aponta inúmeras irregularidades devidamente comprovadas (títulos falsos, eleitores de outros estados, indevidamente alistados, eleitores falecidos que compareceram às urnas e muitos ausentes que votaram). A Representação constitui o processo 1004/66 e acha-se inexplicavelmente parado desde o dia 3 de março de 1967. (SNI/ CI/PB. Fundo – Agência Recife. Dossiê Wilson Braga. Janeiro de 1969).

Como é possível evidenciar no dossiê elaborado pelos militares da Comissão de Investigação da Paraíba, as acusações contra esse parlamentar eram inúmeras, sendo sustentadas também por farta documentação anexada nos autos. Assim, havia condições legais, segundo as normas estabelecidas pelos Atos Institucionais da ditadura, para que fosse oficializada a cassação do mandato de Wilson Braga e a suspensão dos seus direitos políticos pelo prazo de dez anos, conforme defendia a Comissão de Investigação do SNI na Paraíba (CI/PB).

Tal era a contundência dessa denúncia contra esse parlamentar que o processo de cassação e suspensão dos seus direitos políticos recebia idêntico parecer ao ser movimentado entre os meses de fevereiro a abril de 1969 por diferentes órgãos do SNI dentro do Ministério do Exército. Como podemos visualizar na figura a seguir, essa documentação recebeu o status de processo ao chegar na Comissão de Investigação Sumária do Exército (CISEX) ficando depois paralisado na Secretaria Geral do Conselho de Segurança Nacional (SG-CSN), em mãos do então presidente Jaime Portela de Mello.

Imagem 2: Fluxograma sobre o percurso do processo de cassação dos direitos políticos de Wilson Braga em 1969



Fonte: SIAN/Arquivo Nacional: Dossiê Wilson Braga. in: https://sian.an.gov.br/sianex/Consulta/resultado_pesquisa. Acesso em 26/05/2021 as 16:00 horas. Organizado pelo autor.

Desse andamento do processo e posição favorável desses órgãos pela aplicação das medidas previstas no Ato Institucional nº 5, uma questão ficava aparentemente sem resposta com a sua paralisação no Conselho de Segurança Nacional e seu posterior arquivamento em 1970 na Agência central do SNI: diante de tantas acusações e de uma documentação farta, bem como da defesa feita pelos setores do SNI no Ministério do Exército, que defendiam a aplicação das medidas prevista no AI-5, o que explica a continuidade da carreira política de Wilson Braga ao longo de todo o Regime Militar?

A ficha individual e parecer final de Wilson Braga produzida pelos militares da Comissão de Investigação da Paraíba (documento que compõe o dossiê) e o juízo sintético organizado pela Agência do SNI em Recife (ARE), oferecem alguns indícios para essa resposta. Tais documentos deixam entrever a posição privilegiada que tinha esse parlamentar por entre os altos escalões do governo militar, apontando que esse processo ocorrera em virtude de desincompatibilização dele com os interesses do governo no Congresso e não em face de “esquerdismo” ou “corrupção eleitoral” presentes na vida do político.

Tanto na ficha individual quanto no parecer final, os militares da CI/PB mencionam Wilson Braga como um político que gozava de grande prestígio por entre os setores jurídicos e no Governo Federal, prática que para eles perdurava mesmo diante de desobediências do parlamentar, a exemplo do pedido de licença para cassação do mandato do deputado Márcio Moreira Alves (MDB) em 1968. Seu prestígio seria para esses militares objeto de sua composição como “pertencente a facção dominante do Estado” e

como político que conseguia benefícios diretos do governo, como a nomeação de pessoas para o serviço público, conforme cita o relato a seguir:

De posse atual de um mandato de Deputado Federal, pela ARENA, através do qual tem conseguido a nomeação de amigos e correligionários, não tem sabido honrar seus compromissos para com a Revolução, traindo-a covardemente, votando contra os ideais revolucionários, inclusive quando do pedido de licença para processar um parlamentar que havia ofendido os brios das Forças Armadas (SNI/ CI-PB. Fundo - Agência Recife. Dossiê Wilson Braga. Janeiro de 1969).

Esse tipo de denúncia contra Wilson Braga era registrado de igual modo em seu juízo sintético, documento que reunia informações pessoais e públicas sobre a vida dos parlamentares, além de fazer caracterizações dos seus perfis ideológicos. Conforme o encaminhamento de nº 0976/80, remetido pela Agência Recife em 06 de maio de 1980 para a Agência Central do SNI, verifica-se menções nos registros sobre a vida pública de Wilson Braga como sua caracterização como político “oportunista”, corrupto” e prestigiado em sua região:

Goza de grandes prestígios políticos na região do Vale do Piancó, tendo como principal reduto o município de Conceição, onde já se elegeu por várias vezes à custa de corrupção eleitoral. Por isso a CAI/PB [...] organizou um processo de investigação sumária contra o mesmo, propondo ao Escalão Superior a Cassação do seu mandato e suspensão dos seus direitos políticos (ARE_ ACE_0976/80. Fundo SNI – Agência Recife).

Porém, é justamente por entre o “escalão superior” do exército, como cita o juízo sintético, onde podemos acompanhar os fios que explicam o porquê da paralisação do processo de cassação de Wilson Braga. Todas essas documentações elaboradas nos setores inferiores do SNI e enviadas para o Conselho de Segurança Nacional acabaram por serem desconsideradas, pelo menos em sua proposição de cassação do mandato desse parlamentar. O próprio dossiê militar desse político, ao alcançar o setor máximo das decisões, passou a sofrer acréscimos significativos, como a anexação de um ofício enviado pelo assessor de gabinete do presidente, o coronel José Tancredo Ramos Jubé, endereçado ao Gabinete do Conselho de Segurança Nacional.

O ofício de encaminhamento, documentado com o nº 163, e em data de 10 de abril de 1969, tinha como finalidade remeter uma série de documentos do deputado federal Wilson Braga, como uma carta do parlamentar endereçada ao presidente da Secretaria

Geral do Conselho de Segurança Nacional, Jaime Portela de Melo, e uma série de declarações e certidões do TRE-PB. O conjunto dessa documentação anexada ao processo passou a atuar, assim, como uma espécie de defesa do parlamentar quanto as acusações de corrupção eleitoral que pesavam sobre ele. No entanto, elas apontam o conhecimento que Wilson Braga tinha em relação ao processo e ao prestígio que desfrutava com os militares diretamente ligados ao gabinete do presidente Costa e Silva. Em um pequeno trecho da carta verifica-se que ele conhecia não apenas o coronel Jubé, como também o presidente da CG/CSN:

Acredito, Senhor General Jaime Portela, que esses esclarecimentos sirvam para desfazer as dúvidas e equívocos que porventura tenham surgido em torno do meu nome, através de denúncias de adversários políticos. E conhecendo, como conheço, o elevado espírito de justiça de V.Exa. e a sua atuação a frente da Secretária do Conselho de Segurança Nacional, é que me animei em lhe escrever na certeza de que não permitirá que se faça injustiça (SNI/CSN. Fundo - Agência Recife. Dossiê Wilson Braga. 5 fevereiro de 1969).

Havia, portanto, relações políticas próximas entre o político Wilson Leite Braga e a alta cúpula do Regime Militar que atuaram decisivamente para o arquivamento do seu processo de cassação. Mesmo ante os interesses mais locais e regionais que indicavam no dossiê as possibilidades de cassação de mandatos, acusando os parlamentares, processos como o de Wilson Braga eram estagnados, diante das conexões entre os parlamentares e esses coronéis e em face da própria importância que tais políticos tinham para sustentação do Regime Militar.

Como verifica-se nos juízos sintéticos dos parlamentares paraibanos elaborados pela Agência Recife e encaminhados em 06 de maio de 1980 para a Agência Central do SNI, o caso do político Wilson Leite Braga não era único dentre o universo de políticos que estiveram na mira dos militares nas décadas de 1960/70. Outros parlamentares paraibanos desse período também podem ser mencionados dentro do leque de políticos que acumulavam registros negativos por entre as divisões do SNI, sobretudo em suas instâncias estaduais e regionais.

Dentre esses nomes, pode ser mencionado o de Antônio Marques da Silva Mariz (ARENA), primo do líder da ARENA nas décadas de 1960/70 no Estado, e o governador João Agripino. Mariz foi preso pelos militares já no primeiro ano do regime, ocasião em

que exercia o cargo de prefeito de Sousa-PB pelo partido trabalhista. Porém, dado o prestígio que João Agripino tinha com a presidência, ele foi logo solto e voltou às atividades públicas, exercendo o cargo de secretário de Educação e Cultura, nomeado nesse mesmo governo de João Agripino (1965-1971). Posteriormente, foi ainda eleito em três pleitos sucessivos para deputado federal (1970-1980) e candidato a governador do seu Estado em 1982.

No juízo sintético de Antônio Mariz constata-se graves denúncias e indiciamentos contra ele registradas no decorrer dos vinte e um anos de regime. Para os militares, esse político era ideologicamente um “esquerdista convicto”, seguidor da corrente “marxista-leninista” e um contestador do regime, sobretudo por haver afirmado que tinha posição irreconciliável com o atual sistema em vigor no país. Acrescido a isso, o seu juízo sintético registra inúmeras atividades suspeitas de subversão, destacando entre elas sua ligação com organizações camponesas, seu ativismo em organizações estudantis (UNE e CACO) e sua participação no recolhimento de assinaturas para legalização do Partido Comunista em 1961.

Tal documento enumera ainda vários momentos de atuação desse político em que ele esteve sob observação do SNI, mencionando um comício onde fora tachado de comunista pelo então governador Ernâni Sátiro e outra ocasião em que os companheiros do seu partido haviam lhe adjetivado pelo termo “venal”. Essas descrições sobre a vida de Antônio Mariz chegavam ao ponto de citar eventos bizarros relacionados a comemorações ou protestos do deputado em João Pessoa, quando ele encontrava-se sob efeito de bebidas alcoólicas, a exemplo da nota b registrada em seu juízo sintético:

b) Numa de suas chegadas no Aeroporto de Joao Pessoa/PB, após ingerir grande quantidade de bebida alcoólica, promoveu uma passeata até o centro da cidade, onde pronunciou inflamado discurso de contestação ao Regime, em maio de 1978. (ARE_ACE_0976/80. Fundo SNI – Agência Recife).

Com essa acirrada atividade de vigilância e investigações sobre a vida desse político, onde eram registrados até mesmo momentos de embriaguez, o acúmulo de informações deu origem a abertura de inquéritos, visando a possibilidade de interrupção de suas atividades públicas. Sua ficha criminal, processada pela polícia da Guanabara antes de 1964 sob a alegação de ser ele um comunista, foi utilizada novamente pelo SNI

para abertura de IPM, conforme verifica-se no histórico do seu juízo sintético em data de 22 de maio de 1969. Nesse mesmo ano, também seguindo-se o ritmo dos processos de cassações de mandatos abertos após o caso do deputado Márcio Moreira Alves, Mariz teve sua ficha mais uma vez processada, o que ocorreu, nesse segundo caso, com vistas a aplicação das medidas previstas no AI-5.

Ainda assim, todas essas atividades de investigações, aberturas de inquéritos e menções sobre o seu posicionamento ideológico não foram capazes de interromper a efervescente carreira política que teve Antônio Mariz durante os anos de Regime Militar. Como evidente em seu juízo sintético, os processos movimentados contra ele encerravam-se sob alegações de não terem sido encontrados “elementos de culpa” ou, de outro modo, eram arquivados quando enviados pela Agência Recife (ARE) para a Agência Central do SNI (AC/SNI).

O juízo sintético de Antônio Mariz, elaborado pela Agência Recife, indica a política de apadrinhamento como um elemento que explica a sua sobrevivência nesse campo, mesmo diante de tantas denúncias formuladas pelo SNI. A partir de uma breve leitura das divisões que compõe o documento citado, observa-se a permanência no uso dessa prática política, além da participação dos integrantes do regime que atuavam para manutenção das mesmas ações no cenário político. Evidencia-se, dessa forma, a importância de tal prática para a continuidade das relações de poder então existentes entre o governo militar e os políticos de grande liderança em suas oligarquias locais.

Esse juízo sintético acentua a força política e familiar que tinha Antônio Mariz no Estado da Paraíba. Logo, no início de registro dos dados de qualificação pessoal, a ARE toma nota do seu parentesco como filho de José Marques da Silva Mariz, político de renome no cenário da política desse Estado. Na segunda divisão do documento, que guarda o mesmo nome de juízo sintético, ele expõe as ligações políticas de Mariz com o “ex-ministro João Agripino”, enfatizando, com o uso de colchetes, o parentesco de primos entre eles.

No entanto, é na terceira divisão desse juízo sintético, denominada de histórico, onde essa relação é repetidamente citada, indo além da questão do parentesco. No registro do dia 15 de fevereiro de 1971 o NAJP/SNI informa a posição de Antônio Mariz como secretário de Educação nomeado pelo governador João Agripino. Essa nomeação é

novamente mencionada em seu histórico, sendo acrescentado a ela uma ênfase ao seu lugar de pertencimento: o “esquema do ex-governador João Agripino” (SNI/ARE, 2 de julho de 1975).

Por fim, em 1977 é feita pela Agência de Recife outra menção sobre a relação entre Antônio Mariz e João Agripino, nesse caso por ocasião da possível indicação de Mariz para concorrer ao cargo de governador da Paraíba. Tal informe menciona o nome de Agripino como principal apoiador da candidatura do seu primo, destacando outros importantes apoios ao então deputado em setores da imprensa e meios universitários, conforme apresenta o seguinte texto:

Esta AR, em atenção ao PB nº 052/15/AC/77, de 02 de maio, informa que o nominado, atual deputado federal ARENA/PB, à que recebe apoio irrestrito do ex-governador João Agripino, bastante credenciado diante da opinião pública, especialmente na área universitária, vem se destacara como um dos prováveis candidatos a Governador do Estado da Paraíba. (ARE_ ACE_0976/80. Fundo SNI – Agência Recife).

Como deixa claro essa citação, os fortes vínculos familiares e políticos existentes entre Antônio Mariz e João Agripino eram conhecidos e registrado pelo SNI, sendo fundamentais para a permanência de Mariz no cenário da política. Isso porque, o ex-governador João Agripino era nas décadas de 1960/1970 a maior liderança da ARENA nesse Estado, tendo sido inclusive um político próximo a presidentes militares como o Marechal Humberto de Alencar Castelo Branco.

O prestígio de Agripino na alta cúpula do Regime Militar foi utilizado para impedir a cassação do mandato de familiares como Antônio Mariz, indicar cassações de juízes e, possivelmente, dos próprios políticos de sua base⁹. Essa proximidade com os generais do governo lhe permitiu até mesmo oficializar candidaturas de aliados envolvidos em IPMs e com processos de cassação em andamento, a exemplo do seu vice-governador Severino Cabral, na Campanha eleitoral de 1965¹⁰.

⁹ Cittadino (2006, p. 338) menciona o depoimento de João Agripino concedido a Fundação Getúlio Vargas em 1978, quando ele afirmou sua participação na cassação de 11 Juízes de Direito ao encaminhar o processo deles ao Ministério da Justiça. Quanto as cassações de políticos, Cittadino (2006, p.336) comenta as versões dos políticos José Joffily e Vital do Rego e do jornalista Hélio Zenaide sobre a participação de Agripino. Estes último, tendo acusado o ex-governador de “cumplicidade pela omissão”

¹⁰ Cittadino (2006, p. 133) discorre também sobre essa atuação de João Agripino para conseguir junto aos Marechais Castelo Branco, Ernesto Geisel e Golbery do Couto a oficialização de um candidato que está na mira das investigações do regime em 1965.

Tais interferências diretas contra cassações como a citada, sugerem que era esse líder arenista o principal articulador para a manutenção de candidaturas alvos do SNI nas décadas de 1960/1970. Conhecendo de perto outros generais como Golbery do Couto e Ernesto Geisel e, obtendo nomeações ministeriais nos governos militares, ele se constituía, nesses anos, como um típico padrinho político, não apenas de familiares, mas de correligionários que se encontravam com os seus dias contados na política do regime.

Essa lógica do governo militar em manter no campo político lideranças bem situadas entre as oligarquias locais é visível na trajetória dos políticos aqui apresentados, mas pode ser ainda mais evidente ao consultarmos o juízo sintético de um dos principais nomes da ARENA no país: o político Ernâni Aires Sátiro e Sousa.

No juízo sintético de Ernâni Sátiro, outro documento também produzido pela Agência do SNI em Recife, observa-se inúmeras descrições negativas dos militares sobre a trajetória de atuação desse político no Estado da Paraíba. Ao registrar informações principalmente da sua carreira como deputado federal, o SNI define esse parlamentar como corrupto e comprador de votos, mencionando em seu histórico uma lista de testemunhas arroladas pelo TRE-PB que confirmavam o uso dessas práticas em benefício de sua projeção eleitoral:

Eleições de 15-XI-1966. O Juiz Eleitoral da 1ª zona-A do estado da Paraíba tornou por termo as declarações das testemunhas abaixo referentes aos seguintes fatos: Marluce BATISTA dos SANTOS, declarou que Jaime Lisboa, Diretor da Caixa Econômica Federal da Paraíba, em companhia de outras pessoas, instruiu eleitores para votarem em ERNANI SÁTYRO, dando a uns 5 eleitores a quantia de CR. 1.000 a cada um. JOSÉ BATISTA DA SILVA, declarou que acertou com alguns eleitores para encontros com JAIRO LISBOA e que este em companhia de outras pessoas deu CR\$ 1.000 aos eleitores presentes, os quais deveriam votar em ERNANI SÁTYRO. (ARE_ ACE_0976/80. Fundo SNI – Agência Recife).

Para os integrantes da Agência Recife, Ernani Sátiro enquadrava-se nesses dois perfis (corrupto e comprador de votos) ao ser o beneficiário de um esquema de corrupção eleitoral que se concentrava na compra de votos através da participação de agentes e fundos do próprio governo. Tal corrupção atestada pelos militares na carreira pública do parlamentar era ainda mencionada quando de sua ocupação no cargo de governador, onde o histórico de seu juízo sintético cita, em 31 de maio de 1972, ter ocorrido aumentos nas

despesas públicas e a utilização dos recursos do governo em eventos pessoais desse político:

No período de novembro de 1971 a janeiro de 1972 as despesas do Governo do Estado da Paraíba, efetuadas no ‘Hotel Tambaú’, elevaram-se a importância de Cr\$ 27.625,00 (vinte e sete mil / seiscentos e vinte e cinco cruzeiros), representadas pela emissão de 47 (quarenta e sete) notas, sendo as aludidas despesas, em valor superior à Cr\$ 7.000,00 cruzeiros (sete mil cruzeiros), refere-se a gastos no interior do ‘Bar Nobre’, / daquele hotel, com consumo de whisky. Quando do lançamento do livro “Mariana”, de autoria do referido Governador, com coquetel oferecido aos presentes, registra-se gastos no montante de Cr\$ 4.500,00 (quatro mil e quinhentos cruzeiros), não incluídos no total acima. (ARE_ ACE_ 0976/80. Fundo SNI – Agência Recife)

Somando-se a essas denúncias formuladas na Agência Recife, registra-se ainda em seu juízo sintético algumas citações que descrevem a insatisfação dos militares com casos de interferências desse político em processos contra pessoas consideradas suspeitas de “esquerdismos” (subversivos). Interferências estas relacionadas também ao trabalho de integrantes da segurança pública no Regime Militar, que estariam sendo alvos de críticas e intimidação do então governador, em face de suas constantes práticas de apadrinhamento, como cita o NAJP/SNI em registro de 07 de julho de 1971:

Na presença de alguns de seus secretários, inclusive o da Segurança Ten. Cel. Wlamyr Nóbrega, tentou / o Gov. Ernani Sátio, de não prosseguir em suas investigações em torno do caso que envolve um juiz e também diminuir a intensidade / de fiscalização nas estradas, pois acha isso ingerência indevida, de autoridade federal em sua área. Assim sendo, mais uma vez o Governador citado volta a apadrinhar pessoas que se envolvem na corrupção e subversão, como o caso do Juiz Onaldo Montenegro, passador de cheque sem provisão de fundos e de vida totalmente irregular. (ARE_ ACE_ 0976/80. Fundo SNI – Agência Recife).

Ernani Sátio era, portanto, mencionado por entre os setores de investigação do SNI a partir de diferentes imagens negativas, sendo acusado de corrupção administrativa e eleitoral e de interferir nas ações dos agentes militares contra pessoas acusadas de subversão. Essas denúncias, embora conhecidas pela Agência Central do SNI (AC), foram efetuadas em sua maioria pela Agência Recife (ARE) e pelos seus setores de investigação no Estado da Paraíba (CI/PB) divergindo e muito do prestígio que tinha esse político por entre os escalões superiores do Regime Militar.

Como ficou registrado em sua biografia oficial, Ernani Sátio foi o último presidente Nacional da UDN, tendo sido designado pelo Marechal Castelo Branco para

comandar a formação do “bloco revolucionário”, criado para integrar no Congresso os apoiadores do chamado movimento de 1964. Sua proximidade com o governo Costa e Silva lhe rendeu a posição de líder da ARENA na Câmara e a nomeação para o cargo de ministro togado do Superior Tribunal Militar (STM) em 1969. Durante o governo de Emílio Garrastazu Médici recebeu ainda a indicação do seu nome como o candidato da ARENA nas eleições indiretas ao governo da Paraíba em 1970, alcançando a função de governador eleito por esse Estado (1971-1975).

Havia aparentemente uma visão dúbia sobre esse político entre os integrantes do regime que formavam o Sistema Nacional de Informações (SISNI). Isso porque, paralelamente as suas indicações para cargos e funções de alto prestígio, efetuadas diretamente pelos presidentes militares, era ele também acusado de praticar crimes eleitorais e administrativos, e agir na contramão dos interesses do governo ao proteger pessoas que estavam na mira das investigações do SNI.

Todavia, muito além da dubiedade, essa era a lógica de manutenção do regime em seu cenário de relações de forças, interesses e jogos de poder político. Todos esses setores locais do SNI executavam uma função que se restringia a investigação, apuração e identificação dos perfis ideológicos dos investigados, mas não decidiam diretamente sobre as sanções a serem aplicadas contra eles. Essa função cabia ao presidente, sob a orientação do secretário geral do CSN e do ministro da Justiça, conforme previa o AI-5 e a própria estrutura de funcionamento do SISNI, que tinha a sua instância máxima de decisão em relação as cassações de mandatos, entre outras determinações.

Nesse sentido, era algo normal dentro dessa estrutura de funcionamento do SISNI essas divergências, onde setores inferiores de investigação indicavam referências negativas sobre determinados políticos e até a possibilidade de cassação dos mandatos, e as demais instâncias julgavam improcedentes ou fazia vista grossa quanto a essas denúncias.

Em suma, as acusações levantadas por órgãos estaduais como a CI/PB surgiam, em geral, por meio de disputas políticas locais ou desagrado dos militares com algumas atitudes assumidas pelos políticos no exercício dos seus mandatos no Estado. Ações estas interpretadas pelos agentes de vigilância como estando em desacordo com suas crenças no movimento revolucionário ou como atos de insubordinação aos seus trabalhos de

investigação, a exemplo do que foi relatado sobre o político Ernani Sátiro na elaboração do seu juízo sintético. Porém, tais denúncias locais eram tomadas como irrelevantes ao alcançarem setores como a Agência central do SNI ou o Conselho de Segurança Nacional, em face da significativa importância que tinham políticos como Antônio Mariz, Ernani Sátiro e Wilson Braga para a manutenção do Regime Militar.

Considerações finais

Não se pode negar, de fato, a onda de perseguição instaurada a partir de 1964 no país contra políticos, estudantes, operários e outros seguimentos da sociedade civil. Logo no início do regime, grandes lideranças políticas estaduais e nacionais tiveram seus mandatos cassados, suspensos os seus direitos políticos, foram presos e/ou obrigados a se exilarem em outros países visando a própria sobrevivência. Porém, o debate levantado através dos documentos citados deixa em evidência que não foi apenas por meio da repressão contra esses grupos que esse regime se manteve por mais de duas décadas.

A trajetória do político Wilson Braga e dos demais deputados apresentados aqui (Ernani Sátiro, João Agripino, Antônio Mariz) são evidências das divergências existentes dentro do SNI e do interesse majoritário da cúpula do regime em manter pessoas no campo político definidas por eles como corruptas, oportunistas e esquerdistas. Estas, ao se ajustarem ao interesse do governo militar de permanecer no comando do país, permitiam não só a sobrevivência dos seus nomes na política, como também aumentavam as suas possibilidades de ascensão nesse campo, uma vez que mantinham com o governo relações de natureza clientelista.

Tem-se, desse modo, um cenário político nos anos 1960/1970 ainda marcado pela manutenção de antigas práticas políticas, que, muito embora assumiam novos modos de atuação, tinham em si a mesma finalidade: garantir a manutenção das elites políticas no comando dos principais cargos representativos. Estas, para escaparem dos tentáculos repressivos dos governos militares, negociaram e cooperaram com esse governo em seu sistema de dominação instalado no país, ao longo desses vinte e um anos de Regime Militar.

Referências Bibliográficas

ANTUNES, P. C. B. **SNI e ABIN: Uma Leitura da Atuação dos Serviços Secretos**

Brasileiros ao longo do Século XX. 1.Ed. Rio de Janeiro: FGV, 2002. 220 p.

ARQUIVO NACIONAL. Serviço Nacional de Informações (SNI). **Dossiê Wilson Braga.** In:

https://sian.an.gov.br/sianex/consulta/resultado_pesquisa_new.asp?v_pesquisa=Wilson%20Leite%20Braga&v_fundo_colecao=. Acesso em 26, jun. 2022.

ARQUIVO NACIONAL. Serviço Nacional de Informações (SNI). **Juízo Sintético dos Parlamentares Paraibanos.** In:

https://sian.an.gov.br/sianex/consulta/resultado_pesquisa_new.asp?v_pesquisa=Wilson%20Leite%20Braga&v_fundo_colecao= . Acesso em 12, set. 2022.

BERSTEIN, S. Culturas Políticas e Historiografia. In: AZEVEDO, C. et. al. (org.). **Cultura Política, Memória e Historiografia.** Rio de Janeiro: Editora FGV, 2009. Cap. 1, p. 29 - 46 p.

BOURDIEU, P. A Ilusão Biográfica. In: AMADO, J. et. al. (org.). **Usos & abusos da história oral.** Rio de Janeiro: Editora FGV, 1996. Cap. 13, p. 183 - 191.

BRASIL. Lei nº 4.341 de 13 de junho de 1964. Dispõe sobre a criação do Serviço Nacional das Informações (SNI). **Diário Oficial da União:** seção 1, Brasília, DF, p. 5073, 15 jun. 1964. Disponível In: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1960-1969/lei-4341-13-junho-1964-376645-publicacaooriginal-1-pl.html>. Acesso em: 10 mar. 2022.

CHARLE, C. A prosopografia ou biografia coletiva: balanço e perspectivas. In: HEINZ, M. F. (org.). **Por outra história das elites.** Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006. Cap. 2, p. 41-53.

CITTADINO, M. **Poder local e Ditadura Militar:** o governo João Agripino na Paraíba (1965-1971). 1 Ed. Bauru - SP: Editora Edusc, 2006. 424 p.

COMISSÃO NACIONAL DA VERDADE. Relatório Final. Capítulo 3 (Contexto Histórico das Graves Violações entre 1946 e 1988). In: <http://cnv.memoriasreveladas.gov.br/images/documentos/Capitulo3/Capitulo%203.pdf>. Acesso em: 07 out. 2022.

FICO, C. **Como eles agiam:** Os subterrâneos da Ditadura Militar: espionagem e polícia política. 1. Ed. Rio de Janeiro: Editora Record, 2001, 269 p.

MOTTA, R. P. S. **As Universidades e o Regime Militar:** cultura política brasileira e modernização autoritária. 1. Ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2014. 448 p.

NEVES JUNIOR, José Wilson Assis. **A Ideologia de Segurança Nacional no Arquivo de Documentos do Serviço Nacional de Informações do Estado do Paraná (1964-1985).** 2021. 209 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Centro de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista (Unesp), Marília, 2021. Disponível em: file:///C:/Users/Josenildo%20Marques/Desktop/Textos%20orienta%C3%A7%C3%B5es%20com%20Cristiano/nevesjunior_jwa_dr_mar.pdf. Acesso em: 07 out. 2022.

NORONHA, A. E. O uso da prosopografia para o estudo de elites locais: um esboço metodológico (o caso dos empresários de Santa Cruz do Sul). In: HEINZ, F. M (org.). **História social de elites**. São Leopoldo: Oikos, 2011. Cap. 5, p. 97 a 113.

PRASHAD, Vijay. **Balas de Washington**: uma história da CIA, golpes e assassinatos. 1ª Ed. - São Paulo: Expressão Popular, 2020.

SAMWAYS, Daniel Trevisan. **Inimigos imaginários, sentimentos reais**: medo e paranoia no discurso anticomunista do Serviço Nacional de Informações (1970-1973). 2014 f. Tese (Doutorado em História) – Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes da Universidade Federal do Paraná (UFPR), Curitiba, 2014. Disponível em: <https://acervodigital.ufpr.br/bitstream/handle/1884/36464/R%20-%20T%20-%20DANIEL%20TREVISAN%20SAMWAYS.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 10 out. 2022.

SCHMIDT, B. B. Biografia e História. In: CARDOSO, C, F. et. al (org.). **Novos Domínios da História**. 1. Ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012. Cap. 10, p. 187 a 206.

SCHWARCZ, L. M. Biografia como gênero e problema. **História Social**, Campinas, v. 1, n. 24, p. 51 – 63, jan/jul. 2013.

SOARES, M. T. D. B. **A Política Paraibana Vigida**: políticos e militantes sob os olhos do SNI (1964 a 1985). 2020. 229 p. Dissertação (Mestrado em História) – Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa (PB), 2020. Disponível em: <https://repositorio.ufpb.br/jspui/handle/123456789/18201>. Acesso em: 07 abr. 2022.

VERAS, D. B. **Palácios Cariados**: a elite universitária e a ditadura militar – o caso da Universidade Federal de Pernambuco (1964 – 1975). 2018. 413 f. Tese (Doutorado em História) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2018. Disponível em: <https://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/32872>. Acesso em: 05 abr. 2022.



Os direitos de licenciamento utilizados pela Revista Histórias Públicas é a licença *Creative Commons Attribution-Non Commercial 4.0 International (CC BY-NC-SA 4.0)*

Recebido em: 29/07/2022
Aprovado em: 11/11/2022

“A História em vigília”: A Revolução dos Cravos em *Os Memoráveis*, de Lídia Jorge

Karina Frez CURSINO¹

Resumo: O presente artigo tem como principal objetivo apresentar o romance *Os Memoráveis* (2014), de Lídia Jorge, por um viés que busca construir um diálogo entre Literatura e História. A obra escolhida sugere tal reflexão, pois apresenta como um de seus principais planos a recriação literária do dia da Revolução dos Cravos, que permitiu, no ano de 1974, um olhar esperançoso sobre o futuro português. O episódio é revisitado ficcionalmente através de entrevistas, cartas e da elaboração de um documentário. Esses gêneros se mesclam na narrativa, promovendo um resgate da memória da Revolução. A metodologia utilizada é baseada na recolha e leitura de bibliografia que verse sobre o romance e os demais gêneros envolvidos na obra, visando analisar e exemplificar aspectos literários e características desses gêneros que contribuem para o esquema histórico-ficcional, proposto pela autora.

Palavras-chave: Lídia Jorge; Memória; Revolução dos cravos.

¹ Doutoranda em Literatura Comparada pelo Programa de Pós-Graduação em Estudos de Literatura da Universidade Federal Fluminense (CAPES/UFF). Niterói. Rio de Janeiro. Brasil. ORCID: 0000-0001-8571-1706. Email: karina.friburgo@gmail.com

“The watching History”: The Carnation Revolution in *Os Memoráveis* by Lídia Jorge

Abstract: *The main objective of this article is to present the novel *Os Memoráveis* (2014) by Lídia Jorge trying to build a dialogue between Literature and History. The chosen work suggests such a reflection, as one of its main plans is the literary recreation of the day of the Carnation Revolution, which allowed, in 1974, a hopeful look at the Portuguese future. The episode is fictionally revisited through interviews, letters and the creation of a documentary. These genres are mixed in the narrative, promoting a rescue of the memory of the Revolution. The methodology used is based on the collection and reading of bibliography that deals with the novel and other genres involved in the work, aiming to analyze and exemplify literary aspects and characteristics of these genres that contribute to the historical-fictional scheme proposed by the author.*

Keywords: *Lídia Jorge; Memory; Carnation Revolution.*

Introdução

O presente artigo permeia os estudos literários, históricos e de outros campos do saber ao propor a análise dos diferentes instrumentos de memória envolvidos na composição do romance *Os Memoráveis*, de Lídia Jorge: a carta, o documentário e a entrevista. Ao buscar teorias a respeito dessas esferas e construir interlocuções entre as mesmas e suas manifestações na narrativa, evidencia pontos de encontro de outras áreas com a Literatura.

Os gêneros indicados (a carta, o documentário e a entrevista) são mecanismos de resgate da memória, funcionando na obra como dispositivos que permitem recriar literariamente os ideais da Revolução dos Cravos, que devem ser relembrados para as novas gerações, agindo como veículos de perpetuação das memórias.

Contexto de publicação de *Os Memoráveis*: uma necessidade de rever a Revolução dos Cravos

Em *Os Memoráveis*, publicado no ano em que a Revolução dos Cravos completou 40 anos, Lídia Jorge recria de maneira fictícia a emoção de personagens protagonistas daquela noite e madrugada tão significativas para o povo português. O romance apresenta as partes bem demarcadas e em sintonia com o conteúdo que será apresentado, interagindo com o todo narrativo de forma muito produtiva. Sua divisão consiste em: 1) “A fábula” (introdução); 2) “Viagem ao coração da fábula” (desenvolvimento) e 3) “Argumento” (conclusão).

Considerando o contexto de publicação do livro, o ano de 2014, não é possível descartarmos relações da crítica presente na obra com a situação de intensificação da crise enfrentada em Portugal, após a posse do Primeiro-Ministro Pedro Passos Coelho, liderando um Governo de coligação PSD/CDS-PP, que tomou posse a 21 de junho de 2011. Nos anos que se seguiram à tomada de poder, Portugal vivenciou um período com desemprego galopante, supressão de vários serviços públicos, tais como hospitais, correios, maternidades, postos de polícia, tribunais e escolas.

Em outubro de 2014, Lídia Jorge veio ao Brasil para participar do Fórum das Letras de Ouro Preto. Naquela ocasião, a autora havia publicado recentemente o romance *Os Memoráveis*. Em entrevista cedida para o Jornal *on-line O Globo*, a escritora falou

sobre o livro recém-publicado e a necessidade de refletir sobre o passado português de maneira a repensar a democracia em Portugal naquele momento, considerando que os direitos básicos estavam ameaçados:

O tema da inauguração de um novo tempo é muito importante para mim. Regressei a ele porque há fatores sociais muito fortes que voltam a abalar o sentido da História de meu país, sobretudo a perda de soberania que estamos a sofrer” diz Lídia, que escreveu *Os memoráveis* para “celebrar uma revolução extraordinária”, mas também “com um sentimento melancólico, diria mesmo elegíaco, que acompanha o enfraquecimento de nosso destino democrático”. (*O GLOBO* on-line, 25/10/2014).

Em outra entrevista, cedida para o Jornal português *Público* (2014), na qual também falou a respeito da publicação do livro, a autora demonstra o mesmo tom de indignação sobre o presente político em seu país, permitindo que a jornalista, Andréia Azevedo Soares, responsável por conduzir a matéria, escrevesse a respeito das impressões sobre as respostas da escritora: “É um romance empurrado pela tristeza que Lídia Jorge sente ao ver o país tombar. Mas também sobre a esperança de que brote “uma nova canção no mundo”. *Os Memoráveis* quer falar aos jovens que têm nas mãos a renovação.” (*PÚBLICO* on-line, 28/03/2014).

Tendo em vista esse cenário de publicação conturbado, e inferindo uma possível tentativa de resgate dos ideais revolucionários de Abril, a autora cria como personagem principal e narradora uma jornalista portuguesa. Chama-se Ana Maria Machado e, no momento inicial do livro, está nos Estados Unidos, onde trabalha para a grande emissora americana CBS. Ana recebe, a pedido do antigo embaixador americano em Portugal, atuante no país na época da Revolução de 74, a tarefa de construir o primeiro episódio da série *A história acordada*, uma espécie de documentário no qual ela deverá reconstituir e levar ao público esse episódio tão marcante da História portuguesa.

No início do romance, através de uma fala do embaixador, podemos notar que ocorre um esquecimento parcial dos ideais de revolução, que permanecem adormecidos naquela sociedade:

Sabe, Miss Machado, se regressar a Lisboa e procurar entre as pedras da calçada miudinha que lá existe por toda a parte, vai ver que ainda encontra os restos dessas flores, a única metralha de que se socorreu o seu povo para derrubar os velhos tipos, e também para se entenderem entre si. (JORGE, 2014, p. 19).

Essa citação anuncia na narrativa a importância desse evento na derrubada do antigo regime ditatorial e a esperança de um novo tempo para Portugal. Ainda que o período pós 25 de abril tenha sido atribulado, foi extremamente necessário para o estabelecimento dos ideais de liberdade, tão caros àquela população naquele momento.

Desde a publicação de seu primeiro romance, *O dia dos prodígios*, em 1980, Lúcia Jorge foi ganhando cada vez mais espaço e reconhecimento na literatura portuguesa e adquirindo destaque também no campo da literatura contemporânea internacional. Seu livro de estreia refletia sobre o legado da Revolução dos Cravos, tema que retoma no romance *Os Memoráveis*, trinta e quatro anos mais tarde.

Em sua produção literária o cruzamento entre histórias pessoais e destinos coletivos aparece de maneira frequente, como é o caso de *A costa dos murmúrios* (1988), um de seus livros com maior repercussão. Essa narrativa ocorre nas colônias portuguesas em África, no contexto das guerras de libertação, entre os anos 1960 e 1970. Coincide-se com esse cenário, a estadia de Lúcia em Angola e Moçambique.

Assim como é possível observarmos em outras obras da autora, há a constante ligação com a História, fazendo com que a memória dos acontecimentos, recriada nas narrativas, possa abrir possibilidades de reflexão, entre as quais presenciamos uma propensão em levar o leitor a tencionar o discurso histórico oficial. Nesse sentido, encaramos o romance estudado não com um caráter de tratado histórico, mas como uma obra capaz de chamar o leitor ao pensamento: “Lúcia Jorge não se limita a apresentar a memória, mesmo que pessoal e múltipla, como simples termo de oposição ao discurso da História. Aliás, a memória tanto pode ser usada para contestar a ideologia dominante como para reafirmar” (MEDEIROS, 1999, p. 64).

Os Memoráveis, jogando de maneira ficcional com a memória individual e coletiva, mostra a forte intenção de levar adiante a imagem da Revolução dos Cravos, seja narrando a verdade ou não, o que se torna irrelevante, pois mais importante do que acessar o discurso oficial da História é despertar a fagulha da Revolução nos tempos atuais, movendo os indivíduos de suas zonas de conforto e promovendo mudanças na maneira de pensar a democracia em Portugal.

Com a tarefa de elaborar um documentário que propõe resgatar grandes acontecimentos mundiais, Ana é responsável por recriar a memória daqueles que

marcaram a História de Portugal, trinta anos atrás. Para tanto, ela volta para seu país com a tarefa de pesquisar matéria-prima para essa produção. Porém, o que de início parece uma investigação objetiva por fatos históricos se expande em uma busca pela beleza e pela potencialidade daquele evento, indicada através da fala do embaixador:

Vá lá e traga alguma coisa boa, alguma coisa limpa, uma narrativa luminosa na qual uma pessoa se reveja. Eles andam por aí a dizer o contrário, mas olhe que mais importante que a verdade é a beleza. A beleza é o grau mais elevado da verdade. Não se esqueça.» (JORGE, 2014, p. 43).

A partir da recolha de entrevistas para a criação do documentário, os personagens que vão entrando em cena são colocados para refletir sobre suas participações na Revolução. Esses indivíduos aparecem como figuras vulneráveis às mudanças ocorridas na sociedade no período de transição entre regimes, fazendo com que o romance acompanhe as transformações que se seguiram após o dia do levante. Não podemos deixar de ressaltar que a democracia não foi instaurada de um dia para o outro. Após a derrubada da ditadura, houve uma série de disputas internas entre grupos políticos, que mesmo lutando juntos por ideais democráticos, possuíam divergências, o que foi ficando nítido nos meses posteriores ao evento.

Após a adesão em massa da população ao Movimento das Forças Armadas (MFA) e a derrubada do regime autoritário salazarista, o povo confiou à direção do país à Junta de Salvação Nacional e, em 15 de maio de 1974, o general António de Spínola foi nomeado Presidente da República. Seguiu-se assim, um conturbado momento de agitação social, política e militar que ficou conhecido como o PREC (Processo Revolucionário em Curso), marcado por ocupações, brigas entre partidos e nacionalizações que só foram de certa maneira amenizadas com o Golpe de 25 de novembro de 1975. Esse período foi nitidamente marcado pela oposição partidária entre o Partido Socialista (PS) e o Partido Comunista Português (PCP), tendo como líderes, respectivamente, Mário Soares e Álvaro Cunhal.

No livro *Portugal: que revolução?* é apresentada uma entrevista, conduzida por Dominique Pouchin do *Le Monde*, na qual Mário Soares fala a respeito da Revolução e de seus bastidores, principalmente no que tange à oposição partidária entre PS e PCP. Soares destaca que, após aquele extenso período de repressão da ditadura, era necessário alguns recuos e ressalvas para que a população conseguisse viver a tão esperada liberdade.

Para ele, o radicalismo dos comunistas só faria com que a direita pudesse novamente tomar o poder e usa tal fato para defender algumas concessões que precisaram ser feitas e que foram duramente criticadas por Álvaro Cunhal e por todo o Partido Comunista:

Não havia escolha possível. Ou se seguia Cunhal, cortando as pontes com a Europa, e ser-se-ia forçado a massacrar as classes médias, e mesmo certas camadas operárias ligadas à uma indústria demasiado dependente dos serviços e da Europa: a economia desmoronava-se e o poder, para se manter, tinha de exercer uma repressão brutal sobre o povo. Era a Albânia antes do Chile... Ou, então, construir-se-ia, conosco e com a maioria dos portugueses, um socialismo do possível... (SOARES, 1976, p. 37).

Segundo Mário Soares, algumas medidas eram necessárias para o novo regime democrático que se pretendia instaurar com a Revolução, entre elas, ações que eram totalmente contrárias ao PCP, fazendo com que os comunistas formassem constante oposição. O Golpe de 25 de novembro, para Mário Soares, foi capaz de conter o radicalismo comunista, através do fracasso desse movimento, que acabou resultando no fim do Processo Revolucionário em Curso e instalando em Portugal uma democracia pluralista, política e constitucionalmente baseada em um regime semipresidencialista, economicamente baseada na economia de mercado:

O 25 de novembro salvou a Revolução. Se a louca aventura dos comunistas e dos esquerdistas tivesse triunfado, a História de Portugal ficaria enriquecida como uma “comuna de Lisboa” e com uma guerra civil: os insurrectos ter-se-iam aguentado um mês, talvez mesmo mais, antes de serem massacrados. E o país viria a ser esmagado pela bosta de novas ditaduras, ávidos de vingança e de poder. Felizmente, o drama pode ser evitado: de uma só vez, o 25 de novembro sufocou as veleidades suicidas da extrema esquerda e cortou as varas à extrema direita. A democracia saiu da prova vitoriosa e reforçada. (SOARES, 1976, p. 35).

Por outro lado, é necessário refletirmos também a respeito dos ideais revolucionários de Álvaro Cunhal e do PCP, que interpretavam aquele momento de virada de regime como uma ponte para uma sociedade pautada na força do povo e nos direitos iguais, que para eles eram a única opção, após tantos anos de violência e repressão. Para Soares, a visão dos comunistas era um tanto utópica, mas o PCP tentou defendê-la, mostrando o quanto a sociedade que propunham era pautada no bem-estar para o povo, e por isso, lutavam tanto para que os ideais revolucionários que impulsionaram o 25 de abril não se perdessem. Cunhal defende que as principais conquistas democráticas vieram da mobilização das massas, tais como a extinção da PIDE e a libertação dos presos

políticos, ressaltando sempre que “A liberdade não foi concedida, foi conquistada” (CUNHAL, 1976, p. 24):

É também de lembrar que tanto a extinção da PIDE (então crismada de DGS), como a libertação dos presos políticos, não resultaram de decisão da Junta de Salvação Nacional, mas da vigorosa intervenção das massas populares secundadas por militares do MFA. O General Spínola pretendia manter a PIDE em funções. Derrubado o governo fascista no dia 25, logo no dia 26, Spínola veio declarar que tinha “chamado a atenção da DGS e que acreditava que a DGS passará a agir de forma a que não mereça mais quaisquer reparos pelo povo português”! Pretendia também adiar e possivelmente não concretizar em relação a muitos a libertação dos presos políticos. Foi o povo que cercou as sedes da PIDE e as prisões, pôs fim à PIDE e deu a liberdade aos presos. (CUNHAL, 1976, p. 24).

Segundo Cunhal (1976), o General Spínola, logo após o dia da Revolução, seria o principal líder que visava uma inspiração contrarrevolucionária, levando o povo a acreditar, através das propagandas anticomunistas, que foi o PCP que atentou contra as instituições democráticas:

A propaganda anticomunista, essa época como agora, procurou criar na opinião pública a ideia de que foi o PCP e não qualquer outra força que depois do 25 de Abril recorreu a golpes contra as instituições democráticas provisórias. Insistem mesmo até hoje em falar de tentativas do PCP para conquistar o poder e instaurar uma ditadura. Essas histórias inteiramente inventadas apresentam a verdade de pés para o ar. (CUNHAL, 1976, p. 25).

Tendo em vista esse contexto pós-revolucionário confuso, o romance mostra-se capaz de apresentar ao leitor, do início ao fim, a recriação da temática que aqui propomos analisar: a Revolução dos Cravos e seus desdobramentos, fazendo de tal tópico norteador tanto do conteúdo quanto da estrutura da narrativa, que se mostra tecida de acordo com esse cenário múltiplo e ainda fragmentado por anos de ditadura.

O hibridismo narrativo como instrumento de resgate e perpetuação da memória

No estudo intitulado *Práticas inespecíficas*, trabalho que compõe o *(In)dicionário contemporâneo* (2018), organizado pelos professores Antonio Andrade (et al.) e Célia Pedrosa (et al.) é apresentada a reflexão sobre a tendência da literatura contemporânea em misturar-se com outras práticas, gerando novos formatos. Ao usarem o recorte levando em conta as produções da América Latina, os autores levantam a questão da instabilidade que se encontra crescente nessas práticas estéticas contemporâneas,

demonstrando o quanto estão abertas para combinações híbridas, que permitem na Literatura uma interferência de outros discursos e registros, gerando uma expansão do campo literário, através do diálogo do mesmo com outros meios de expressão, tal como a mistura da ficção com a fotografia, a pintura, os textos poéticos, os documentais etc.

Essa tendência híbrida, presente na Literatura atual, permite uma troca e comunicação entre diversos campos da estética, criando, a partir desses cruzamentos, conexões originais que colocam em questionamento a noção de uma forma definida, anteriormente observada, não negando a autonomia e as características de cada discurso presente nas composições, mas sempre evidenciando os pontos de contato entre as áreas envolvidas.

É nessa paisagem do pensamento contemporâneo, indecisa e em transição (só não se sabe para onde), que Jacques Rancière (2017, p. 24) tem considerado que:

Todas as competências artísticas específicas tendem a sair do seu próprio domínio e trocar seus lugares e seus poderes. Hoje temos teatro mudo e dança falada; instalações e performances como a guisa de obras plásticas; projeções de vídeo transformadas em ciclos de afrescos; fotografias tratadas como quadros vivos ou cenas históricas pintadas, escultura metamorfoseada em show multimídia, além de outras combinações.

O pensador francês destacou três maneiras diferentes de entender e colocar em prática essa combinação de gêneros, linguagens ou suportes artísticos, sendo interessante, nesse momento, pensarmos na que diz respeito à hibridização dos meios da arte, através de performances heterogêneas, que expandem os campos artísticos, causando uma modificação nas especificidades, criando assim práticas inespecíficas.

A reflexão exposta evidencia a facilidade que as artes contemporâneas, incluindo o romance, possuem de se apropriar de outros gêneros para construir-se. Esses estudos se mostram em diálogo com a obra da autora portuguesa em questão, pois conforme já indicado, há a inserção de outras práticas em sua construção, como é o caso das cartas, das entrevistas e do documentário. Devemos enfatizar que essas inserções são inventadas pela autora com o intuito de trazer para a ficção registros documentais e jogar assim com os limiares existentes entre a realidade e a ficção, acabando por ficcionalizar o documental. Dessa maneira, nem as cartas comentadas pela narradora, nem o documentário e as entrevistas existem fora do romance, são resultado do plano da ficção e não registros reais.

Essa recriação literária da História, proposta por Lídia Jorge através da inserção desses gêneros, é evidenciada antes mesmo do início da leitura, ao percebermos a nota de edição que aparece após a capa: “NOTA DE EDIÇÃO: *Os Memoráveis* é uma obra de ficção. Embora partindo de acontecimentos e personagens reais, trata-se de uma transfiguração literária, e como tal deve ser considerada para todos os efeitos”. (JORGE, 2014, sobrecapa).

A anotação destacada nos transporta para um plano em que realidade e ficção dialogam, onde o leitor consegue estabelecer relações entre a narrativa ficcional e os fatos históricos sobre a Revolução dos Cravos, porém há sempre a necessidade de enfatizar que tal obra não tem compromisso em narrar como de fato o evento histórico ocorreu, mas mostra-se alinhada à missão de ir além dos acontecimentos e de sua suposta veracidade, pois mais do que acessar o que realmente se passou, a narrativa se propõe a trazer à luz o que não foi narrado, e até mesmo o que muitas vezes nem conseguimos descrever através de palavras. Sobre essa impossibilidade de narrar certos eventos, destacamos a fala do personagem Chefe Nunes, um dos participantes da Revolução e entrevistado no romance: “Nunca, menina, jamais vou poder contar em público uma experiência tão decisiva na minha vida. Há experiências que não têm relato possível” (JORGE, 2014, p. 78-79).

Atentando para esse caráter ficcional pelo qual Lídia Jorge cria um discurso crítico através da Literatura, percorremos um caminho que visa uma transposição de teorias a respeito dos gêneros envolvidos (carta, documentário e entrevista) para o universo literário. Dessa maneira, devemos salientar o deslocamento teórico, pois aplicaremos estudos que foram pensados para o gênero epistolar, por exemplo, e no romance não temos a materialização das correspondências, sendo as mesmas inventadas pela autora. Após essas observações, nos valeremos dessas teorias e de sua aplicabilidade, pois há pontos de diálogo desses gêneros na obra que nos permitiram tal adoção, mas tentaremos ser cuidadosos ao encararmos tal trajeto a partir de seus desvios.

Na primeira parte do romance, intitulada “A fábula”, Ana Maria relembra um encontro de trabalho que ocorreu na casa do antigo embaixador americano, no ano de 2004. Nessa ocasião, o embaixador convida-a para voltar a Portugal para fazer um documentário sobre esse acontecimento que marcou a História portuguesa. Durante essa mesma noite, a jornalista acessa uma pilha de cartas que, ao serem analisadas por ela, nos

mostram a funcionalidade comunicativa das mesmas e revelam seus indícios de informações a respeito do passado, presentes no gênero epistolar. É por meio dessas cartas, escritas por portugueses no período de transição de regimes que se seguiu à Revolução, que Ana tem no romance o primeiro contato com as memórias do povo português sobre tal episódio.

Segundo Luiz Felipe Baêta Neves (1988), a carta é uma maneira de mostrar algo invisível. Ela é capaz de materializar uma variabilidade de sentimentos e reflexões. Dessa forma, a materialidade das correspondências, caso mantida, registra, além de um diálogo interpessoal, uma memória sociocultural: “A carta não se encerra, pois, com as despedidas e a assinatura do remetente; ela pretende ter vida posterior à leitura do destinatário pelas ações (inclusive ações públicas e/ou de alcance significativo) que desencadeará”. (NEVES, 1988, p.193).

Por intermédio da narradora as cartas ganham essa tal “vida posterior”, indicada por Neves (1988), ao levar a jornalista a tecer considerações sobre seu presente, através daquelas memórias contidas nas mensagens. Aquele conteúdo motiva a jornalista, fazendo com que ela aceite criar o episódio de *A História Acordada*. Nesse caso, as cartas, escritas aproximadamente trinta anos antes, foram responsáveis por movimentar ações presentes, sendo transformadas em elementos de resistência e veículos em função da memória. É interessante assinalar que a carta é considerada objeto histórico e por isso é carregada de memória. Roger Chartier (2009, p. 218) evidencia o grau de igualdade da missiva frente aos outros materiais históricos: “Evidentemente, os autorretratos, os retratos, bem como as cartas, as autobiografias, os diários e as memórias, são objetos-relíquia tanto quanto os pentes e os anéis”.

A escolha da autora pelas cartas, pelo documentário e pela entrevista demonstra a introdução na obra de registros considerados documentais, propondo um jogo em que a ficção mexe diretamente com a ideia presente nos dados da História. Mesmo que seus conteúdos tenham apenas se baseado em eventos históricos é relevante destacar esse desejo de estabelecer relações entre a Literatura e a História, fazendo da narrativa um espaço histórico-ficcional.

Assim como o romance, o documentário se apresenta como um gênero flexível, maleável, propício a edições e inserções de outros gêneros em sua composição. Essas

etapas, permitidas em tal veículo, podem ser observadas durante a construção de *Os Memoráveis*, ao passo que filme e romance vão sendo criados ao mesmo tempo, colocando em diálogo as memórias dos entrevistados e fazendo das mesmas um ponto de encontro entre os gêneros que se cruzam para recriar o 25 de abril em Portugal.

O grupo de jornalistas, após uma longa jornada de trabalho, pôde eleger as impressões que retomariam de forma mais satisfatória o espírito revolucionário do 25 de abril, fazendo-o se prolongar no tempo, através do filme. Por meio de uma poderação da narradora Ana a respeito da filmagem, notamos a importância desse gênero cinematográfico para a manutenção da memória: “Na verdade, o que nós próprios estávamos a fazer era apenas contrariar o esquecimento, contrariar sem remédio.” (JORGE, 2014, p. 105).

Considerando o contexto português em que o livro foi publicado, já exposto anteriormente, aferimos que a crise em Portugal pede uma reflexão sobre o país. Esse cenário democrático atribulado, mais evidente a partir de 2011, provoca em Lídia Jorge uma motivação para escrever algo que retome a esperança do tempo dos Cravos para o presente, e faça renascer o poder que o povo possui, como observamos através das palavras da escritora em uma entrevista para o Jornal *Público*:

Não me importo que o meu livro vá numa espécie de enxurrada de acontecimentos. Porque esta é uma forma de fazer uma homenagem a uma coisa que eu admiro muito, uma espécie de rasgão no tempo que aconteceu um dia, no passado. E que ainda hoje continua a ser misterioso, questionável, nós ainda vamos buscar lá uma semente de grande esperança. Eu queria espetar uma bandeira de esperança ao escrever este livro. (*PÚBLICO* on-line, 28/03/2014).

Notamos que o documentário fictício que a autora vai elaborando juntamente com o romance mostra-se de encontro com esse posicionamento, indicado na citação anterior, pois tem como principal objetivo trazer à tona a euforia e os momentos positivos que levaram à derrubada do regime ditatorial de Salazar. Despertar essa fagulha revolucionária é tarefa de Lídia Jorge em *Os Memoráveis*.

Durante a montagem do filme, acessamos vários depoimentos que passam pelo viés positivo da Revolução, mas que também mostram desapontamentos frente ao período democrático que se seguiu. Porém, o que ganha destaque e o que realmente importava naquele momento para o grupo de jornalistas era levar para os portugueses a narrativa luminosa de Abril, conforme destaca a narradora: “Nós só pretendíamos reunir material

útil para construir o primeiro episódio de uma série chamada *A História Acordada* e só interessava o que fosse positivo, grandioso e desse da população portuguesa a imagem da sua bondade.” (JORGE, 2014, p. 209). Concordamos que os problemas e as decepções a respeito da Revolução não devem ser ignorados e tão pouco o são no romance, mas para responder ao recorte temporal em que a crise invade Portugal, a escolha por trazer de volta a positividade do movimento de 74 é consideravelmente justificável e admirável.

Pensando na proposta de resgate dos ideais revolucionários, a autora traz para a obra a recolha de testemunhos fictícios de personagens que representam figuras que participaram do 25 de abril. Na época da publicação do livro, Lídia Jorge falou sobre a relação que procurou estabelecer com protagonistas reais do evento, colhendo seus testemunhos de modo a criar personagens com algum embasamento na realidade dos revolucionários: “eu não falei com todos, mas falei com muitos, muitos mais do que aqueles que aparecem como figuras no livro” (JORGE, 2014b). A partir disso, percebemos a ligação entre ficção e história, porém sem perder de vista a proposta de refletir sobre o romance como uma obra literária e não como um tratado histórico.

Fernando José Salgueiro Maia foi um militar português, um dos capitães do Exército que liderou as forças revolucionárias durante o 25 de Abril. No romance, podemos identificar o personagem “Charlie 8” como uma figura inspirada em Salgueiro Maia. O mesmo ocorre com Otelo Nuno Romão Saraiva de Carvalho, principal estrategista da Revolução, responsável pelo setor operacional da Comissão Coordenadora e Executiva do Movimento dos Capitães, tendo elaborado o plano de operações militares do levante. Na obra identificamos o personagem “El Campeador” com Otelo, marcando mais uma vez a proposta da autora de misturar realidade e ficção. Ainda observamos que ao usar a alcunha de El Campeador, a autora demonstra claramente inspirar-se na figura do nobre guerreiro castelhano que viveu no século XI, e que teve sua vida e feitos conhecidos através de uma canção de gesta: a *Canción de Mio Cid* que ressalta a imagem do cavaleiro medieval idealizado: forte, valente, leal, justo e piedoso. Mesmo que não esteja diretamente entre os entrevistados, é importante destacar as ressonâncias de Frank Carlucci, ex-secretário de Defesa dos Estados Unidos que exerceu funções em Portugal na época da Revolução, com o personagem do ex-embaixador americano no romance.

Tais figuras históricas influenciam a criação de personagens que serão entrevistados por Ana e os amigos. A elaboração das entrevistas tem por objetivo recolher informações, mostrando a importância da busca de diferentes vozes e pontos de vista para repensar um fato passado e torná-lo acessível. Tal método, de acordo com Medina (1990), apesar de variar de uma área para a outra, mantém-se como um instrumento capaz de captar informações: “A entrevista, nas suas diferentes aplicações, é uma técnica de interação social, de interpenetração informativa, quebrando assim isolamentos grupais, individuais, sociais; pode também servir à pluralização de vozes e à distribuição democrática da informação” (MEDINA, 1990, p. 8).

A entrevista possui muitas faces, considerando a variedade de áreas do conhecimento em que esse método pode ser utilizado. Como no romance as questões são elaboradas de maneira a criar um documentário, a proposta é analisar esse gênero a partir de seu caráter jornalístico. Mesmo reconhecendo sua pluralidade de funções e canais de aplicação, entendemos que é um campo que carrega como característica comum a recolha de informações em geral. Para os objetivos que guiam o presente estudo foi interessante pensarmos nos testemunhos como fontes para recriar um determinado fato passado.

Considerando o período da ditadura Salazarista, o extremo controle sob a população e o totalitarismo exacerbado, observados na reflexão de historiadores como Fernando Rosas (2001), notamos a importância da retomada dos sentimentos provocados pela Revolução por meio dos relatos criados no romance. O primeiro entrevistado de maneira informal por Ana é o chefe Nunes. Sua fala já anuncia o tom geral dos testemunhos que se seguirão, sendo capaz de exemplificar como os participantes daquele episódio encararam aquela madrugada decisiva para os rumos de Portugal:

Pois bem, já agora vou contar. O chefe Nunes esfregou as mãos. Posso dizer-lhe que nesse dia eu quase tinha ido amanhecer na Baixa, à procura de umas roupas para o serviço de que estava faltado. Entrava e saía das lojas, ali na rua Augusta, quando a coluna militar, vinda de baixo, estava a subir na direção do Rossio. Foi um momento sem par. Quando vi a tropa a avançar entre lojas, soube o que se passava, esqueci-me de tudo, e gritei – Levem-me a mim, pessoal, arranquem-me a cabeça do corpo façam dela uma bala... **Eu estava eufórico**, olhei para o arco da Rua Augusta e achei que aquela coluna militar saía diretamente das horas do relógio. A hora deles era a minha hora, como escreveu no dia seguinte o poeta Pontais. Depois andei atrás deles o resto da manhã e toda à tarde até à noite, assisti à descarga sobre a frontaria do Quartel do Carmo, vi a chaimite Bula levá-los, e ainda corri atrás. Como os outros, **eu gritava de alegria**. Lisboa era uma festa pegada, dei por mim em vários locais da cidade ao mesmo tempo, e não dava por ter andado, como disse o poeta. À distância, agora, acho que o

meu corpo se multiplicava, ou então era ilusão dos meus sentidos. Assim, **aquele foi o dia mais feliz da minha vida**, juro, nem quando nasceu o meu filho (JORGE, 2014, p. 74-75, grifo nosso).

Os demais entrevistados, cada um a seu modo, vão recriando o momento crucial da Revolução, oferecendo ao leitor novas percepções sobre aquele momento ímpar, deixando transparecer emoções individuais que permitem um olhar sobre o imaginário coletivo dos portugueses que viveram e participaram daquele evento. De maneira geral, é possível notar que na fala de todos os envolvidos há um tom de extremo alívio ao retratar a noite do 25 de abril e suas consequências positivas para o fim do período ditatorial salazarista. Cada personagem vai construindo sua fala de forma a demonstrar a importância desse evento para o país e para o estabelecimento da democracia naquele momento. Mesmo considerando a peculiaridade das falas individuais dos participantes, fica evidente a euforia manifestada por todos frente às possibilidades de novos rumos para aquela sociedade, suscitadas imediatamente após o dia da Revolução. Porém, juntamente a esse tom de alívio e de esperança, há uma mistura de frustração em cada fala. Através da reflexão de Ana sobre os depoimentos, observamos que os mesmos que vibraram em 74 por transformações sentem-se à margem daquela sociedade que se estabeleceu, decepcionados frente aos rumos políticos trilhados posteriormente:

Era muito claro que todos aqueles homens que acabávamos de entrevistar tinham em comum o facto de terem participado de um momento de excepção para o qual haviam canalizado as melhores energias de sua juventude, e corrido riscos tão sérios quanto aparatosos, momento pelo qual se haviam enamorado e transformado num caso de paixão. Mas gerir esse momento romântico pela vida fora, de encontro à banalidade dos dias onde a paixão era um estorvo, e o idealismo um vício, implicara por certo o desencadear de cenas de luta previamente votadas à perda e à desilusão. (JORGE, 2014, p. 188).

Pelos seus testemunhos, percebemos que foram vítimas da distorção, originada do irremediável esquecimento pertencente à memória. Essa frustração que perpassa alguns dos depoimentos muito tem a ver com o esquecimento sobre o que de fato motivou o golpe de 74, mas também vai de encontro com os rumos que a democracia seguiu posteriormente. Sendo assim, não vemos um rancor frente aos ideais revolucionários, mas sim ao que veio depois. Esse ressentimento, observado em algumas falas, pode ser corroborado por um posicionamento da própria Lídia Jorge em uma entrevista ao *Público* a respeito da interação que teve com pessoas que realmente participaram da Revolução:

Encontrei ressentimento em relação à democracia. Todos eles tinham utopias diferentes, mas tinham fortes utopias. Eram pessoas mais de utopia do que de sabedoria histórica. Imaginavam que o país iria desenvolver-se, que a partilha iria ser muito activa. Todos achavam que o subdesenvolvimento iria ser facilmente ultrapassado. Acho que estão ressentidos não por si próprios ou pelas suas famílias — eu não falei com todos, mas falei com muitos, muitos mais do que aqueles que aparecem como figuras no livro. Estão ressentidos pelo que não foi feito pelo povo. Uma espécie de traição ao longo da democracia que permitiu criar ninhos de impedimento. Eles interpretam isso muito bem ao dizer que prepararam a revolução mas não o dia seguinte. (*PÚBLICO* on-line, 28/03/2014).

Analisando as fictícias entrevistas dos revolucionários de Abril, inferimos que para aqueles participantes a Revolução não se esgota no que diz respeito à memória coletiva de Portugal, mas vai além disso, misturando-se com suas próprias vidas. Na realidade de cada um há marcas daquele evento, não dissociando as individualidades do movimento revolucionário. Sendo assim, através de omissões, de falas com lacunas e até mesmo de grandes depoimentos, os entrevistados recriam a memória coletiva daquele passado, permitindo que o tempo presente tenha acesso aos fatos daquela madrugada. Mesmo com ressalvas sobre os caminhos pós-revolução, todos os testemunhos mostram o quanto a resistência em relação ao regime ditatorial foi determinante para o futuro português.

Partindo dos levantamentos até aqui expostos, destacamos também a direta ligação dos gêneros escolhidos para compor o romance com o ato de recordar. Tanto a carta quanto o documentário e a entrevista são gêneros que funcionam como instrumentos de resgate e preservação da memória. Além disso, a importância de tal temática já é indicada pelo título *Os Memoráveis*, demonstrando que serão narrados elementos, situações e pessoas que merecem ser perpetuados.

Considerando a variedade de personagens e pontos de vista que se debruçam sobre a Revolução, podemos defender que, mais do que tentar reproduzir uma verdade singular, o fio da memória conduz uma revisitação das impressões sobre o evento narrado. Não só os personagens entrevistados, mas todas as figuras do romance são atravessadas pela memória de alguma forma, como é o caso da protagonista, que, ao ingressar na tarefa da constituição do filme e percorrer a memória coletiva do levante, acaba por ser arrebatada pela memória íntima e por sua história familiar, evidenciando assim duas linhas pelas quais a memória se constrói: a memória individual e a memória coletiva.

A cultura da memória mostra-se como um movimento que perpassa todo o romance de Lídia Jorge, de maneira a construir com as lembranças não apenas uma crítica ao regime ditatorial salazarista, mas mostrar a preocupação de tais fatos serem esquecidos, possibilitando uma ameaça aos direitos democráticos.

Cogitando uma progressiva possibilidade atual de esquecimento de aspectos que levaram o povo a derrubar o regime ditatorial em 74, Lídia Jorge recria essas motivações ao transfigurar o evento histórico pela Literatura. Através dessa recriação literária, instigada também pelo esquecimento, conseguimos ver esses dois conceitos colocados lado a lado no romance: a memória e o esquecimento. Como não temos a capacidade de lembrar de tudo que acontece, acabamos por selecionar certas lembranças, guardando algumas e esquecendo outras. A relação existente entre esses dois conceitos aparece nos pensamentos de Ana: “Precisamos de matéria para esquecer tanto quanto precisamos de matéria para lembrar. Uma é condição da outra. As duas juntas, como duas conchas, fazem a nossa alma”. (JORGE, 2014, p. 234).

Em “Passados presentes: mídia, política e amnésia”, capítulo que compõe o livro *Seduzidos pela memória: arquitetura, monumentos, mídia* (2000), Andreas Huyssen traz a discussão sobre passado, memória e esquecimento tendo como eixo central o Holocausto, colocado como lugar comum universal do genocídio. Ao tratar do evento como um fenômeno universal, o autor demonstra o quanto tal acontecimento foi perdendo sua característica histórica específica para servir de base para a análise de outros exemplos de genocídio. Huyssen atenta para a notoriedade de ter o Holocausto como uma memória global capaz de pensar outros acontecimentos de outros tempos e espaços, mas também faz um adendo ao cuidado que se deve ter ao acabar bloqueando a percepção de histórias específicas:

Embora o holocausto, como lugar-comum universal da história traumática, tenha migrado para outros contextos não relacionados, deve-se sempre perguntar se e como ele reforça ou limita as práticas de memória e as lutas locais, ou se e como ele pode executar ambas funções ao mesmo tempo (HUYSSSEN, 2000, p. 17).

O autor salienta a indispensabilidade de criar, principalmente em espaços pós-traumáticos, como é o caso, por exemplo, de países em regimes pós-ditadura, “esferas públicas de memória “real” contra as políticas do esquecimento, promovidas pelos

regimes pós-ditatoriais, seja através de reconciliações nacionais e anistias oficiais, seja através do silêncio repressivo” (HUYSSSEN, 2000, p. 16).

O esquecimento sobre os fatos motivadores da Revolução é anunciado ainda nas primeiras páginas do romance quando o embaixador fala energicamente sobre necessidade de exaltação do movimento revolucionário. Nesse momento, ele tenta insistentemente lembrar qual a flor que deu nome ao evento português de abril. Ana e Bob também não recordam:

Nenhum de nós se lembrava. Era inacreditável que os três soubéssemos que as páginas da pétala dessas flores eram dentadas, uma unha longa em pecíolo forte, que tinham sido oferecidas pelas floristas logo pela manhã do próprio dia vinte e cinco, quando os insurrectos galgavam a Baixa, até o Bob sabia do caso, sabia que começara por ser a oferta de uma vendedeira quando a coluna sublevada fazia a volta em torno de uma praça, até ele sabia, e no entanto, nenhum de nós se lembrava do nome da flor. Como é que você não sabe? Inquieto, o anfitrião confessava estar surpreendido por que a palavra não estivesse colada na minha cabeça, mas ele conhecia o processo, sabia que a distância geográfica e a mistura dos idiomas criam por vezes buracos inimagináveis na memória linguística da pessoa que migra. Uma questão de sinapses que se alucinam no aparelho cerebral quando se muda de língua. Sendo assim, pois que nome tinha aquela flor? Nós três com os olhos no tecto do salão, enquanto Bob não se decidia. Porque de súbito Bob desconfiou, decidiu-se, deu um salto, abriu a porta de ligação, subiu ao piso de cima de onde provinham os risos, e quando desceu trazia consigo o nome da flor. O seu rosto estava corado. Era indecente. Como não nos lembrávamos que se tratava de *carnations*? *Red carnations*? Disse em inglês. (JORGE, 2014, p. 18-19).

Na fala do antigo embaixador que se segue é novamente testemunhada a preocupação com o esquecimento, sendo urgente retomar a história já vivida para que ela não seja deixada à margem. Há uma luta contra as políticas do esquecimento, tão praticadas, segundo Huyssen (2000), em contextos pós-ditadura, como ocorrido após o salazarismo:

<<Sejamos francos, Ana Maria Machado. Repare que **em breve ninguém mais se lembrará** do significado do som desses passos de que você também não se lembra. Eu sei que para si tudo aconteceu há muito tempo, antes de você ter nascido, antes do princípio do mundo, do seu mundo, mas ainda assim, vale a pena pensar no assunto. É que há em tudo isto alguma coisa que não bate certo. Não vê como a memória do horrível perdura, e **como a lembrança dos momentos de graça tão depressa se apaga?**>>E o anfitrião perguntou como se respondesse a alguém que o tivesse interpelado — <<Acha, então, que a mente humana está definitivamente formatada para se esquecer do bem? Para se esquecer dos momentos em que o anjo da alegria passa pelo mundo? Os momentos em que existe uma pausa na incessante selvageria humana?>> (JORGE, 2014, p. 24, grifo nosso).

Halbwachs (2013) evidencia que a história de um acontecimento começa a ser construída quando as lembranças sobre ele precisam ser reativadas e mostradas ao presente. O sociólogo considera ainda a memória como elemento vivo:

Enquanto subsiste uma lembrança, é inútil fixá-la por escrito ou pura e simplesmente fixá-la. A necessidade de escrever a história de um período, de uma sociedade e até mesmo de uma pessoa só desperta quando elas já estão bastante distantes no passado para que ainda se tenha por muito tempo a chance de encontrar em volta diversas testemunhas que conservam alguma lembrança. [...] (HALBWACHS, 2013, p. 101).

O que ocorre em *Os Memoráveis* passa por esses apontamentos do estudioso, uma vez que a necessidade de escrever o romance mostra-se urgente quando a autora percebe um possível esquecimento daqueles ideais tão caros à liberdade, contribuindo para pôr em risco o cenário democrático de Portugal. Essa urgência é reiterada na fala do embaixador:

Pode crer, Miss Machado, que nunca encontrei ao longo do meu percurso um povo tão sensato como aquele a que você pertence. Um povo pobre, sem álgebra, sem letras, cinquenta anos de ditadura sobre as costas, o pé amarrado à terra, e de repente acontece um golpe de Estado, todos vêm para a rua gritar, cada um com sua alucinação, seu projecto e seu interesse, uns ameaçando os outros, corpo a corpo, cara a cara, muitos têm armas na mão, e ao fim e ao cabo insultam-se, batem-se, prendem-se, e não se matam. Eu vi, eu assisti. **É esta realidade que é preciso contar antes que seja tarde.** Compreende o que estou a dizer? (JORGE, 2014, p. 17, grifo nosso).

Ainda refletindo sobre a possibilidade de esquecimento da memória destacamos um conceito que ficou conhecido através do historiador francês Pierre Nora, no século XX. De acordo com o estudioso, a construção de lugares de memória se realiza porque há esquecimento. Esses locais podem ser entendidos de maneira breve e simples, através de suas três principais características: é material, físico, como museus, arquivos, jornais etc.; é funcional, pois ao menos sugere uma cristalização da lembrança e sua transmissão; e é simbólico, já que remete a um acontecimento experienciado por um grupo de pessoas, que muitas vezes já nem se encontram mais vivas, e, ainda assim, é capaz de trazer uma representação para uma coletividade que não participou do evento.

Segundo Nora (1993), a existência desses lugares de memória, e os constantes esforços pela sua perpetuação, é uma evidência da possibilidade do esquecimento. Conforme salienta o autor, “se o que [os lugares de memória] defendem não estivesse ameaçado, não se teria a necessidade de construí-los. Se vivêssemos verdadeiramente as lembranças que envolvem, eles seriam inúteis” (NORA, 1993, p. 13).

Aleida Assmann, em *Espaços da Recordação* (2011), também apresenta considerações que contribuem para a reflexão sobre o conceito de memória na atualidade a partir de seu questionamento sobre a existência de memória no mundo contemporâneo. Na introdução do livro notamos a relação da memória com o esquecimento, suscitando que, para um evento ser memorado, ele já deve estar consolidado no passado:

Só se fala tanto de memória porque ela já não existe mais”, diz a citada frase de Pierre Nora. Essa frase atesta a tão conhecida lógica segundo a qual um fenômeno já precisa estar perdido, para só então se instalar em definitivo na consciência. A consciência se desenvolve normalmente “no signo do acabado”. Essa lógica condiz com o caráter retrospectivo da lembrança, acionado somente quando a experiência na qual a lembrança se baseia já estiver consolidada no passado. Tomemos por ora a segunda parte da frase, isto é, a tese de que não existe mais memória. É assim mesmo? Não existe mais memória? E que tipo de memória não existiria mais? (ASSMANN, 2011, p.15).

Para a autora, ao trazer os diferentes usos da memória em espaços e tempos diversos, analisando a mesma a partir da noção de esquecimento, ela demonstra a relevância de considerar tanto a memória quanto a História como mecanismos de recordação, uma vez que rememorar não é um ato neutro, pois sempre haverá interesses, sejam políticos ou de outra natureza. Sendo assim, ela atesta crer em uma conciliação das partes, expressando a possibilidade de confiar ao mesmo tempo na História e no testemunho para juntos chegarem a relações mais próximas da realidade. O diálogo entre memória e História é válido para pensar a obra em questão e sua construção, uma vez que o romance se baseia em fatos históricos e em testemunhos ficcionais para a recriação que se propõe a fazer sobre o dia da Revolução dos Cravos. Por serem esferas que se distinguem em suas características, Assmann parece propor essa conciliação de ambas na tarefa de rememoração em tempos propícios ao esquecimento.

Por mais que exista uma forte inclinação para o esquecimento nos dias de hoje, podemos defender que essa tendência, também anunciada no livro, não se concretizou no romance, pois ao embarcar no trabalho de recolha das entrevistas, Ana conclui que a metralha ainda estava lá, esperando para ser desenterrada:

Passada meia hora dizia, para o outro lado do Oceano, que o meu trabalho estava a caminho. Que sim, que de sob as pedras da calçada de Lisboa eu conseguiria desenterrar uma boa parte da metralha. Com um pouco de paciência, lá iríamos. Dizia. Sim, Bob, existe uma metralha de flores, como mencionou o teu padrinho. (JORGE, 2014, p. 170).

Atentando para o que até aqui foi exposto, percebemos alguns caminhos que Lídia Jorge percorreu em seu romance para construir a memória da Revolução, demonstrando

sua preocupação com as políticas de esquecimento de um evento tão singular e importante na História e Cultura portuguesas.

Considerações finais

Procuramos apresentar o quanto o acontecido em 1974 foi grande o bastante para ainda hoje podermos buscar nele inspiração para os momentos de crise atuais, por isso a necessidade de recriá-lo através da Literatura, local de expressão máxima da beleza através das palavras, possibilitando criar inquietações no presente.

Para colocar em destaque esse plano do romance, que tinha a proposta de despertar os ideais revolucionários em tempos de crise, percorremos caminhos que mostraram essa construção através da hibridez da obra em questão. Lídia Jorge escolheu gêneros para compor a narrativa que guardam entre si a peculiaridade de trabalharem na perpetuação de memórias. Através desse olhar para o mosaico de gêneros, que envolvem cartas, documentário e entrevistas, tentamos evidenciar que as principais características desses gêneros contribuíram para propiciar um resgate dos momentos positivos da Revolução dos Cravos, ou seja, foram veículos que permitiram filtrar desse movimento as motivações que importam para o momento atual. Essas esferas ofereceram material para uma reflexão do presente através do passado, tentando não se esgotar nessa oposição, mas permitir alargamentos e inquietações atemporais.

Discorrer sobre a História foi sim uma de nossas tarefas, pois mesmo através da transfiguração literária da Revolução, proposta no romance, existe um evento histórico motivador, caro não apenas aos portugueses, mas um episódio com repercussão mundial.

Referências

ASSMANN, Aleida. *Espaços da recordação: formas e transformações da memória cultural*. Campinas: Unicamp, 2011.

CHARTIER, Roger (org). *História da vida privada, 3: da renascença ao Século da Luzes*. Trad. Hildegard Feist. São Paulo: Cia. das Letras, 1991. p.211-219.

HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. Tradução de Beatriz Sidou. 2ª ed. São Paulo: Centauro, 2013.

- HUYSSSEN, Andreas. *Seduzidos pela memória: arquitetura, monumentos, mídia*. Rio de Janeiro: Aeroplano, 2000.
- HUYSSSEN, Andreas. Passados presentes: mídia, política, amnésia. In: *Seduzidos pela memória: arquitetura, monumentos, mídia*. Rio de Janeiro: Aeroplano, 2000.
- JORGE, Lúcia. *A Costa dos Murmúrios*. Lisboa: Dom Quixote, 1988.
- JORGE, Lúcia. *O dia dos prodígios*. Lisboa: Dom Quixote, 1995.
- JORGE, Lúcia. O romance e o tempo que passa ou a convenção do mundo imaginado. In: *Portuguese literary & cultural studies 2: Lúcia Jorge in other words*, Spring, 1999.
- JORGE, Lúcia. *Os Memoráveis*. 4ª ed. Lisboa: Dom Quixote, 2014a.
- JORGE, Lúcia. Uma canção contra o destino. *Público*. Lisboa, 28 mar. 2014b.
Disponível em: <https://www.publico.pt/2014/03/28/culturaipsilon/noticia/uma-cancao-contra-o-destino-332372>. Acesso em: 20 set. 2019.
- MEDEIROS, Paulo de. Memória infinita. In: *Portuguese literary & cultural studies 2: Lúcia Jorge in other words*, Spring, 1999.
- MEDINA, Cremilda de Araújo. *Entrevista: o diálogo possível*. 3. ed. São Paulo: Ática, 1990.
- NEVES, Luiz Felipe Baeta. “Para uma teoria da carta – Notas de pesquisa”. In: *As máscaras da totalidade totalitária – Memória e produção sociais*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1988.
- NORA, Pierre. *Entre memória e história: a problemática dos lugares*. Projeto História. São Paulo: PUC-SP. N° 10, p. 12. 1993.
- O GLOBO. <https://oglobo.globo.com/cultura/livros/escritora-portuguesa-lidia-jorge-lanca-romance-livro-de-contos-no-forum-das-letras-de-ouro-preto-14349688>. Acesso em 20. set. 2021.
- PEDROSA, Celia et. al. (Org.). *Indicionário do contemporâneo*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2018
- ROSAS, Fernando. *O salazarismo e o homem novo: ensaio sobre o Estado Novo e a questão do totalitarismo*. *Análise Social*, Lisboa, n.º 157, 2001, p. 1031-1054.



Os direitos de licenciamento utilizados pela Revista Histórias Públicas é a licença *Creative Commons Attribution-Non Commercial 4.0 International (CC BY-NC-SA 4.0)*

Recebido em: 29/07/2022
Aprovado em: 11/11/2022

Putas e comunista: O duplo caráter da tortura feminina no regime militar brasileiro

*Leonardo Luiz Pereira de PAULA¹
Livia Pizzi SILVEIRA²*

Resumo: Este artigo é um recorte do Trabalho de Conclusão de Curso em História, apresentado em 2018 na Universidade do Estado de Minas Gerais, pelo Passos. O artigo inicialmente apresenta o contexto em que surge a Ditadura Militar no Brasil, na briga pela hegemonia entre capitalistas e socialistas. Em seguida é feita uma breve revisão bibliográfica com a intenção de revelar as estruturas da tortura feitas nesse período, apontando seus padrões e sistematizações. Ao fim, busca-se a condição feminina enquanto vítima da tortura, evidenciando as relações entre gênero e tortura, e apontando a existência de um possível caráter duplo na tortura feminina, uma por serem “comunistas” subversivas e outra por irem contra o padrão heteronormativo (putas). Usando a Comissão Nacional da Verdade, são levantados relatos de mulheres, vítimas da tortura, mostrando alguns detalhes da brutalidade que sofreram. Assim, este artigo procura trazer à luz este caráter duplo, que fugia do padrão sistemático que existia, tendo como principal alvo seu corpo, sexualidade, intimidade e ligação familiar.

Palavras-chave: Mulheres; Tortura; Ditadura Militar brasileira.

¹ Graduado em História pela UEMG - unidade Passos e especialista em Ensino de Humanidades pelo IF Sul de Minas pelo Passos. Passos-MG, Brasil. E-mail: leonardodepaula95@gmail.com.

² Graduada em História pela UEMG - unidade Passos e especialista em Ensino de Humanidade pelo IF Sul de Minas pelo Passos. Passos-MG, Brasil. E-mail: livia_pizzi19@hotmail.com.

Whore and communist: The dual character of female torture in the Brazilian military regime

Abstract: *This article is an excerpt from the Completion of Course Work in History, presented in 2018 at the State University of Minas Gerais, Polo Passos. The article initially presents the context in which the Military Dictatorship emerged in Brazil, in the struggle for hegemony between capitalists and socialists. Then a brief bibliographic review is made with the intention of revealing the structures of torture made in that period, pointing out their patterns and systematizations. In the end, the female condition is sought as a victim of torture, highlighting the relationship between gender and torture, and pointing to the existence of a possible double character in female torture, one for being subversive “communists” and the other for going against the heteronormative standard (whores). Using the National Truth Commission, reports of women victims of torture are collected, showing some details of the brutality they suffered. Thus, this article seeks to bring to light this double character, which deviated from the existing systematic pattern, having as its main target the body, sexuality, intimacy and family ties.*

Keywords: *Women; Torture; Brazilian military dictatorship.*

Introdução

A história brasileira é repleta de golpes e revoltas que refletem diretamente nas relações sociais de seus cidadãos, como por exemplo o Golpe da Maioridade (1840), a Proclamação da República (1899) e o Estado Novo (1937). Em 1964, ocorreu mais um desses golpes de Estado no Brasil, porém dessa vez, assim como em outros países na América Latina, como Argentina e Chile, foi influenciado pela ideologia anticomunista de origem estadunidense. As relações políticas internacionais daquele momento eram permeadas pela bipolaridade mundial, causada pela chamada Guerra Fria (1947-1991), que consistia numa guerra não declarada entre os Estados Unidos (EUA) – defendendo os ideais capitalistas, e a União Soviética (URSS) – do lado socialista. A briga entre esses dois países pela hegemonia mundial chegou a tal ponto que foi construído um muro em Berlim, na Alemanha, para se separar o lado capitalista do socialista, além das corridas armamentista e espacial, que levou pela primeira vez a humanidade para fora do planeta. Não obstante, essa briga fez os dois países interferirem direta ou indiretamente em outros, como foi o caso do apoio da URSS à Revolução Cubana em 1959. Com medo da União Soviética apoiar outras revoltas pelo continente, os Estados Unidos decidiram agir, articulando golpes militares em países latino-americanos para que apoiassem sua doutrina capitalista e assim barrar o socialismo.

No Brasil, essa ideologia anticomunista ganhou força após João Goulart (Jango), do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), assumir a presidência da República depois de Jânio Quadros renunciar sem qualquer motivo aparente. De acordo com o relatório *Brasil: Nunca Mais* (1985), os ministros militares não aceitavam Jango na presidência pois ele tinha uma ideologia mais à esquerda. Além disso, como lembra a Comissão da Verdade brasileira (CNV), Jango, indo contra o então presidente dos EUA, John Kennedy, reatou relações com a URSS apenas 20 dias após o rompimento dos EUA com Cuba (DIAS, FILHO, KEHL, *et. al.* 2014, p. 226), fazendo os militares brasileiros se movimentarem para tentar sua impugnação, o que foi um fracasso devido à manifestação popular, que pediam as chamadas Reformas de base³, apoiadas por Jango (ARQUIDIOCESE DE SÃO PAULO, 1985). Os EUA estimulavam diretamente para que ocorresse o golpe através de

³ Reformas estruturais que incluíam os setores educacional, fiscal, político e agrário.

sua Agência Central de Inteligência, que atuava livremente pelo país. Segundo o historiador Thomas Skidmore (1988), a embaixada americana sabia do futuro golpe, inclusive havia feito contato com os golpistas a fim de vender materiais de guerra (SKIDMORE, 1988). Além disso, quase toda classe média, alguns setores de trabalhadores e alguns movimentos da Igreja eram favoráveis a ideologia anticomunista estadunidense (ARQUIDIOCESE DE SÃO PAULO, 1985).

O golpe militar brasileiro aconteceu no dia 1º de abril de 1964, quando segundo Skidmore (1988), o presidente do senado, Auro Moura Andrade, declarou vago o cargo de presidência da República. Dessa forma, os militares tomaram o poder com o golpe jurídico intitulado de Ato Institucional nº 1 (AI-1), criado por Francisco Campos e Carlos Medeiros da Silva (SKIDMORE, 1988, p. 38-39), resultado do conjunto de propostas em onze artigos que aumentava os poderes do Executivo, limitava os do Congresso e do Judiciário, e dava ao presidente sessenta dias de poder para cassar mandatos e cancelar direitos políticos por dez anos, bem como seis meses para demitir funcionários públicos civis e militares (GASPARI, 2002, p. 121). Tal Ato, vinha assinado pelos comandantes em chefe das três armas, o general do Exército Artur da Costa e Silva, o tenente-brigadeiro Francisco de Assis Correia de Mello e o vice-almirante Augusto Hamann Rademaker Grunewald. Para os militares, esta ação não era um golpe de Estado, mas sim uma Revolução, que tinha como objetivo defender o país do avanço do comunismo (DIAS, FILHO, KEHL, *et. al.* 2014, p. 94).

A tortura como método sistematizado

Para defender o país do comunismo era necessário usar todo tipo de método e estratégia para aniquilar o inimigo. Mas como saber quem eram os comunistas? Segundo a Comissão da Verdade, os comunistas podiam ser qualquer um no meio da população, ou seja um infiltrado, assim o maior trabalho era de identificar, localizar e isolar o inimigo. Quando este era localizado, deveria passar pelas mais duras penas para que revelasse quais seus planos subversivos e a localização de seus companheiros. Assim a tortura foi usada de forma sistemática, como um instrumento para reprimir a movimentação dos opositores do regime. Segundo a CNV, a tortura é

todo ato ao qual são impostos a uma pessoa penas, sofrimentos físicos ou mentais, com a finalidade de obter informações, por meio de confissões, intimidação, castigo corporal, medida preventiva etc. Ela é proibida no Direito Internacional, não sendo derogável nem mesmo em casos de guerra, ameaças à nação, instabilidade política ou estado de emergência (DIAS, FILHO, KEHL, *et. al.* 2014, *passim*).

O agente do regime aplicava a tortura pois sabia que não conseguiria a informação de outra forma, fazendo a vítima ser levada a um estado máximo de impotência e absoluta submissão. Dessa forma, o objetivo da tortura pode ser entendido como a busca da anulação da vítima enquanto ser humano, destruir sua subjetividade. Em depoimento concedido ao Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC), o ex-ditador Ernesto Geisel, procurou justificar a prática da tortura dizendo:

Acho que a tortura em certos casos torna-se necessária, para obter confissões. [...] Não justifico a tortura, mas reconheço que há circunstâncias em que o indivíduo é impelido a praticar a tortura, para obter determinadas confissões e, assim, evitar um mal maior (DIAS, FILHO, KEHL, *et. al.* 2014, p. 333-334).

Naquele momento histórico, os militares não precisavam mais justificar suas ações, para neutralizar o inimigo era necessário ser agressivo, e poupar a vida dos subversivos não era a prioridade. O regime perseguia os comunistas e todos aqueles em que não confiassem, usando da tortura para manterem-se no poder. Estima-se que cerca de 20 mil pessoas foram submetidas a tortura no Brasil neste período (DIAS, FILHO, KEHL, *et. al.* 2014, *passim*).

Como supracitado, a tortura seguia um padrão sistemático, sendo possível ser ensinada e aprendida por meio de uma metodologia científica própria. Um exemplo desta padronização foram as aulas realizadas na 1ª Companhia de Polícia do Exército da Vila Militar em 8 de outubro de 1969, com uma plateia formada por militares. O “professor” utilizava slides para mostrar as formas de tortura e suas características e efeitos. Para a demonstração prática, utilizou os presos políticos despidos, impondo algumas torturas a eles (DIAS, FILHO, KEHL, *et. al.* 2014, *passim*). Uma dessas cobaias foi a estudante Dulce Chaves Pandolfi, que no dia 20 de outubro de 1970, foi usada numa aula para mais de 20 oficiais no quartel da rua Barão de Mesquita, no Rio de Janeiro. Em seu depoimento

à Comissão Estadual da Verdade do Rio de Janeiro, em 28 de maio de 2013 ela conta como foi esta experiência:

[...] O professor, diante dos seus alunos, fazia demonstrações com o meu corpo. Era uma espécie de aula prática, com algumas dicas teóricas. Enquanto eu levava choques elétricos, pendurada no tal do pau de arara, ouvi o professor dizer: “essa é a técnica mais eficaz”. Acho que o professor tinha razão. Como comecei a passar mal, a aula foi interrompida e fui levada para a cela. Alguns minutos depois, vários oficiais entraram na cela e pediram para o médico medir minha pressão. As meninas gritavam, imploravam, tentando, em vão, impedir que a aula continuasse. A resposta do médico Amílcar Lobo, diante dos torturadores e de todas nós, foi: “ela ainda aguenta”. E, de fato, a aula continuou. A segunda parte da aula foi no pátio. [...] Ali fiquei um bom tempo amarrada num poste, com o tal do capuz preto na cabeça. Fizeram um pouco de tudo. No final, comunicaram que, como eu era irrecuperável, eles iriam me matar, que eu ia virar “presunto”, termo usado pelo Esquadrão da Morte. Ali simularam meu fuzilamento. Levantaram rapidamente o capuz, me mostraram um revólver, apenas com uma bala, e ficaram brincando de roleta-russa. [...] a “brincadeira” foi repetida várias vezes (DIAS, FILHO, KEHL, *et. al.* 2014, p. 351).

Além disso existiam apostilas que ensinavam estes métodos, como o *Manual do Interrogatório* de 1971, achado no DOPS do Paraná. Segundo este manual, “seu objetivo real é obter o máximo possível de informações. Para conseguir isso será necessário, frequentemente, recorrer a métodos de interrogatório que, legalmente, constituem violência” (DIAS, FILHO, KEHL, *et. al.* 2014, p. 357-358). A padronização também pode ser notada pela existência de locais específicos para serem realizadas, como os DOPS (Departamento de Ordem Política e Social), os DOI-CODI’s (Destacamento de Operações de Informações - Centro de Operações de Defesa Interna), DEIC (Departamento Estadual de Investigações Criminais), Casa da Morte (Petrópolis), Cenimar (Centro de Informações da Marinha), CISA (Centro de Informações da Aeronáutica), Oban (Operação Bandeirantes), hospitais militares, presídios e quartéis etc. (DIAS, FILHO, KEHL, *et. al.* 2014, p. 418-421). Segundo a CNV, a tortura atingiu pessoas que não tinham acesso aos canais de denúncia ou que ficaram aterrorizadas a ponto de até hoje não conseguirem se manifestar sobre o assunto.

Os militares negavam a prática da tortura. Segundo um documento intitulado de “Informações do governo brasileiro para esclarecer supostas violações de direitos humanos relatadas em comunicações transmitidas pela ‘Comissão Interamericana de Direitos Humanos’, da Organização dos Estados Americanos”, não datado, afirma-se que:

Jamais foi presa ou processada no Brasil qualquer pessoa que tenha manifestado ideias políticas contrárias ao governo ou que, no exercício da liberdade de profissão ou de associação para fins lícitos, tenha tomado posição oposta à sustentada por qualquer órgão ou repartição oficial (DIAS, FILHO, KEHL, *et. al.* 2014, p. 133).

Skidmore levanta uma ótima indagação sobre este tema, apontando que se a prática de tortura era negada pelo regime militar, por que os presidentes ou os ministros militares não acabaram com ela? Segundo o historiador, havia várias barreiras institucionais e os torturadores da “linha dura” não queriam que ela acabasse, pois para eles os “subversivos” haviam se infiltrado em todas as instituições (SKIDMORE, 1988, p. 216-217).

“Dupla tortura” feminina

Como já mostramos, a tortura seguia um padrão sistêmico, porém, não podemos afirmar que este padrão era o mesmo para homens e mulheres. Antes de entrarmos neste debate é importante entender o que é ser uma mulher e um homem e quais seus papéis na sociedade segundo a “tradição”. De acordo com a historiadora Mariana Joffily, na sociedade tradicional a mulher é vista como um “sexo frágil”, incapaz de ações violentas, sendo ela, feita apenas para suprir as necessidades pessoais masculinas e familiar (JOFFILY, 2009, p.79). Além disso, são consideradas características femininas de acordo com o padrão heteronormativo⁴ fatores como a submissão, fraqueza, dependência, emoção, castidade, pudor, honra, manutenção de valores, tradições familiares etc. Em contrapartida, o homem tem como suas características a agressividade, força/potência sexual, capacidade de prover, racionalidade, honra etc. Com isso, percebe-se que é o homem que impõe o que é certo ou errado, até para as mulheres, envolvendo diversas formas de coerção nas relações de dominação de gênero (DIAS, FILHO, KEHL, *et. al.* 2014, p. 401-402). Sobre a heteronormatividade, Meyer e Petry (2011) evidenciam que isso está enraizado na cultura, e desde o século XIX, o discurso médico tenta padronizar a heteronormatividade e o binarismo “normalizando as condutas sexuais e as expressões da masculinidade e da feminilidade em parâmetros de saúde/normalidade ou

⁴ Isto é, toma a heterossexualidade como norma compulsória dentro da qual as pessoas devem se constituir e se relacionar.

doença/anormalidade” (LIONÇO, 2009, p. 48 *apud*). Dessa forma, o sexo e o gênero seguem normas regulatórias que são repetidas e ratificadas e que assumem o caráter de substância e de normalidade (BUTLER, 1993 *apud*).

Para a sociedade machista, a mulher é intelectualmente inferior ao homem, que à definia assim, pelo “gosto” em ser dominada, apresentado por elas. Assim, para o escritor inglês, Desmond MacCarthy, a alta intelectualidade era uma característica do homem, por um determinismo biológico, ao qual a mulher seria induzida a ser dominada por ele. Na contramão dessas ideias, a filósofa Simone de Beauvoir afirmava que a fisiologia não tinha importância para a análise das diferenças intelectuais entre homens e mulheres. Para ela, para uma discussão pertinente referente a este assunto, é necessário considerar a individualidade de cada ser, assim como fatores culturais e o contexto econômico, social e psicológico (PASSOS, 2011 *apud* PIRES JR, 2017, p. 50).

Sabendo disso, voltamos nossa atenção para o escopo deste trabalho. Durante a ditadura militar, na maioria das vezes em que uma mulher era torturada, seu corpo era o principal alvo dos algozes, sendo tratado como um objeto de posse deles, que “evocava a ânsia sádica e neurótica do agente repressivo”. Seguindo este raciocínio, isso apenas evidenciava a tradição sexista da formação militar, que associava a violência como uma característica da virilidade masculina. Nos relatos dessas vítimas fica evidente este fato, pois sempre falam da humilhação e dos maus-tratos, porque se afastavam do ideal pintado pela sociedade – de sexo frágil, esposa, mãe – e se aliam na luta armada. Um exemplo é o relato de Maria Aparecida Costa, que conta sobre as torturas que sofreu na Oban, entre dezembro de 1969 e janeiro de 1970:

O simples fato, eu acho, de você estar no meio de homens, só homens [...] Pelo fato de você ser mulher, também você percebe que há talvez, às vezes, uma raiva muito maior, eu não sei se é pela questão de achar “por que uma mulher está fazendo isso? Por que uma moça está fazendo isso?” E é uma forma, talvez, muito de querer te desqualificar de todas as maneiras. Inclusive, o mínimo que você ouve é que você é uma “vaca”. São as boas-vindas. [...] os homens também foram [torturados], mas talvez, por ser uma mulher, eu acho que isso tem um peso terrível (DIAS, FILHO, KEHL, *et. al.* 2014, p. 404).

Outro depoimento que corrobora com o de Maria, foi o de Izabel Fávero, em 27 de abril de 2013 para a CNV:

Eu fui muito ofendida, como mulher, porque ser mulher e militante é um karma, a gente além de ser torturada física e psicologicamente, a mulher é vadia, a palavra mesmo era “puta”, “menina decente, olha para a sua cara, com essa idade, olha o que tu está fazendo aqui, que educação os teus pais te deram, tu é uma vadia, tu não presta”, enfim, eu não me lembro bem se no terceiro, no quarto dia, eu entrei em processo de aborto, eu estava grávida de dois meses, então, eu sangrava muito, eu não tinha como me proteger, eu usava papel higiênico, e já tinha mal cheiro, eu estava suja, e eu acho que, eu acho não eu tenho quase certeza que eu não fui estuprada, porque era constantemente ameaçada, porque eles tinham nojo de mim. E eu lembro que no dia em que nós fomos presos [...] meu marido dizia, “por favor não façam nada com ela, pode me torturar, mas ela está grávida”, e eles riam, debochavam, “isso é história, ela é suja, mas não tem nada a ver”, [...]. Eu certamente abortei por conta dos choques que eu tive nos primeiros dias, nos órgãos genitais, nos seios, ponta dos dedos, atrás das orelhas, aquilo provocou, obviamente, um desequilíbrio, eu lembro que eu tinha muita, muita, muita dor no pescoço, quando a gente sofreu choque, a gente joga a cabeça pra trás, aí tinha um momento que eu não sabia mais onde doía, o que doía em todo lado, mas enfim. Certamente foi isso. E eles ficavam muito irritados de me ver suja e sangrando e cheirando mal, enfim. Eu acho que ficavam até com mais raiva, e me machucavam mais ainda (grifo nosso).

O depoimento de Ana Maria Gomes, detida em julho de 1968, no Sindicato dos Metalúrgicos de Osasco e levada ao DOPS/SP, revela o que o delegado que a interrogou a “aconselhou” a não se desviar do caminho a ser percorrido por “moças de família”, segundo ela:

[...] Ele [delegado] disse: “você são moças, jovens, que provavelmente pretendem casar, constituir uma família, e fica muito mal, moças como vocês estarem frequentando sindicato, estarem metidas nesse tipo de coisa, então vocês vão para casa, tenham juízo e nunca mais se metam nessa” [...] é interessante ver como ele também nos ameaçava com o perigo de não casar, com o perigo de não cumprir com aquilo que toda mulher sonha (DIAS, FILHO, KEHL, *et. al.* 2014, p. 124).

Como os relatos acima revelam, as mulheres sofriam torturas apenas pelo fato de serem mulheres e não se encaixarem no padrão imposto pela sociedade. Segundo o professor Hugo Pires Jr., a subjetividade da mulher desaparecia durante a tortura, restando apenas seu corpo, restando apenas a repetição da tortura, “um corpo nu, desamparado e fragilizado e que evoca todas as formas de desrazões e de ações primitivas. O macho-alfa predomina e preda” (PIRES JR, 2017, p. 75-76). Apenas o fato de quase todos os

torturadores serem homens, significava que as mulheres já estavam em uma situação desfavorável, pois só de estarem nuas diante deles constituía uma humilhação enorme.

Como citado anteriormente, quando a mulher era torturada, passava na maioria das vezes, se não todas, pela violência sexual. Segundo a CNV, a violação sexual é a penetração de natureza sexual, não consentida, onde o torturador utiliza de membros ou objetos para violar a vítima, com o uso da força ou sobre ameaça. “O estupro é, portanto, apenas uma das formas possíveis de violação sexual”. Somado a isso, também constituem violência sexual várias outras técnicas, como por exemplo golpe nos seios, golpes com intenção de provocar aborto ou afetar a capacidade reprodutiva, introdução de objetos e/ou animais em genitais, maus-tratos verbais e xingamentos de cunho sexual, obrigar as vítimas a permanecerem nuas e expô-las a amigos, familiares e/ou estranhos, ausência de intimidade, negar higiene para mulheres, especialmente durante o período menstrual e ameaças de violação sexual (DIAS, FILHO, KEHL, *et. al.* 2014, p. 418-419). Um exemplo dessa prática é o caso de Karen Keilt, que conta sobre sua passagem pelas mãos do regime militar. Segundo ela, os torturadores não a viam como uma militante política, mas sim como uma “**puta merecedora de tal violação sexual**”. Ela fala que foi levada à força, junto ao marido, para o Departamento Estadual de Investigações Criminais de São Paulo, no dia 19 de maio de 1976 (grifo nosso). Em seu relato disponível na CNV, ela diz:

Começaram a me bater. Eles me colocaram no pau de arara. Eles me amarraram. Eles me deram batidas. Deram choque. Eles começaram dando choque no peito. No mamilo. [...] Eu desmaiei. [...] Eu comecei a sangrar. Da boca. Sangrava de tudo quanto era... da vagina, sangrava. [...] E eu estava muito, muito mal. [...] Veio um dos guardas e me levou para o fundo das celas e me violou. [...] Ele falou que eu era rica, mas eu tinha a buceta igual a de qualquer outra mulher. Ele era horrível [choro] (DIAS, FILHO, KEHL, *et. al.* 2014, p. 405).

A violência sexual não era exclusiva nas mulheres, porém nos homens o objetivo principal dessa prática era “feminilizá-los”, atacando-os em sua virilidade, sua masculinidade e sua honra. O relatório do *Brasil: Nunca Mais* mostra que, apesar de os homens também terem sofrido dessa violência, o número de relatos era maior entre as mulheres, sendo 0,39% de 4918 denúncias por parte deles e 1% de 1098 por parte delas (ARQUIDIOCESE DE SÃO PAULO, 1985, p. 46). Vale ressaltar que estes números são

referentes aos relatos até o ano de 1985, que foi quando foi publicado este relatório, no mesmo ano em que a Ditadura chegava ao seu fim, ou seja, pode estar subestimado.

A tortura na mulher se diferenciava tanto do padrão existente que chegou até a passar por um “aprimoramento” cujo foco era sua intimidade, a chamada “tortura científica”. Segundo a socióloga argentina Elizabeth Jelin, esta técnica consistia na manipulação de genitais que, dependendo do movimento do corpo da mulher, aumentaria a intensidade da dor provocada ou até levar à sua morte. Ainda segundo ela:

[...] a mulher era amarrada de forma que a corda traçada por suas costas envolvia seus braços circulava ao redor do pescoço descia até suas mãos que eram amarradas atrás da sua cintura. Todas as amarras eram feitas de forma a tencionar a corda a partir do movimento feito pelo braço da mulher, que deveria ficar fixo, caso contrário acionaria o nó em volta do pescoço enforcando-a. Então, o movimento dos braços procurando proteger-se das investidas do torturador em direção aos seus genitais, a própria mulher produziria o fechamento do laço que envolvia seu pescoço sendo asfixiada lentamente (JELIN, 2001 *apud* PIRES JR, 2017, p. 158).

Pires Jr. traz o relato da mulher militante Lúcia Murat, que foi uma das vítimas desta técnica. Ela conta que:

[...]o próprio Nagib [Fred Perdigão], fez o que ele chamava de tortura sexual científica [...] ou seja, eles inventaram um método tão perverso em que aparentemente nós não reagíamos como se fôssemos cúmplices de nossa dor. Isso durava horas ou noites, não sei bem (MURAT, 2016, p. 51 *apud* PIRES JR, 2017, p. 158).

Com toda certeza, ser torturado é uma violência traumatizante para a vítima, independentemente de seu gênero. Porém, como evidenciado acima, no caso feminino havia mais brutalidade. Para se ter noção do quão sádicos eram os torturadores com as mulheres, achamos necessário trazer alguns relatos chocantes de algumas dessas vítimas. Os torturadores não poupavam ninguém que desconfiavam ser subversivo, nem mesmo as grávidas. O primeiro caso mostra levantado é o de Criméia Schmidt de Almeida, que foi torturada ainda quando estava grávida:

[...] se meu filho nascesse vivo seria sequestrado por eles ou confinado na Febem. Eu e minha irmã fomos torturadas várias vezes para que assinássemos um papel em que consentíamos que eles me fizessem o aborto [...] Eu estava grávida, quando fui presa. Estava no sexto mês de gravidez. Mesmo assim, eu fui torturada. Era feito com acompanhamento médico, ou, pelo menos, que se dizia médico. Disse o tipo de tortura

que eles poderiam fazer, recomendava que não espancassem a barriga e não dessem choques elétricos na vagina, na boca, nos órgãos mais internos, né? (DIAS, FILHO, KEHL, *et. al.* 2014, p. 411)

Em convergência, Flora Strozenberg, também grávida, em agosto de 1974 no Rio de Janeiro foi torturada e forçada a um aborto pelos militares:

Um dia o Calandra me chama para interrogatório e diz: “Senta aí”. E era a cadeira do ginecologista. [...] Já estava recuperada, já tinha parado de sangrar. Mas tinha perdido mais de 20kg nesse tempo [...] A hemorragia era em todos os buracos possíveis. Foi muito sangue, não sei como não tive um choque, entendeu? [...] “Aí, senta na cadeira do ginecologista.” [...] É uma cadeira de ginecologista que eles pegam choque elétrico e botam [na vagina] com as seguintes palavras: “Isto é para você nunca mais botar comunista no mundo”. Num primeiro momento, me senti muito ameaçada. Senti como uma ameaça não a mim, aos meus filhos havidos e futuros. [...] Aí eu fiquei bem deprimida, né? Mas voltei para a cela [...] e pensei: bom, também pode ser uma boa notícia porque se eu não vou mais botar comunista no mundo ele não tem mais condição de me matar, nem de me torturar de forma externa (DIAS, FILHO, KEHL, *et. al.* 2014, p. 412-413).

Nem mesmo os religiosos escaparam das sessões de tortura. Outro exemplo que podemos citar sobre a violência extrema do regime, foi o da Irmã Maurina, freira, diretora do orfanato Lar Santana em Ribeirão Preto, São Paulo. Segundo os militares, o motivo para sua prisão, era de que ela teria cedido uma sala no lar para o grupo Forças Armadas de Libertação Nacional (FALN) usar de depósito – mas, de acordo com a CNV, a sala tinha sido utilizada sem o seu conhecimento. Segundo a declaração de Áurea Moretti Pires, companheira de cela da irmã Maurina, em depoimento:

Eu penso na irmã Maurina. [...] A maioria deles [torturadores] ia ao Lar Santana nas missas e conhecia a irmã Maurina. Então eles ficavam assim. Ele agarrava ela, mas à tardezinha, à noite, quando todo mundo tinha ido embora, entendeu? Ele ia na cela e tirava ela. E aí, uns meninos que estavam de plantão, um olhava pro outro, é agora mesmo. Eles entravam na cela, abriam a porta. Até comigo e a Nanci Marieto, uma vez, atrapalhando tudo. [...] Assim, um cara agarrando a irmã Maurina, beijando ela, passando a mão no seio, no que ele queria, e eu a Nanci armando confusão. Eu falando: “[...] Ô cara você tá louco, quem mais que você vai prender, pô?! A menina não tem nada a ver com isso”, assim, eu tentando então proteger a irmã. [...] só que teve um momento que levaram a Nanci e me levaram de volta pra sala da banda. E foi a noite que a irmã Maurina demorou muito pra chegar. Muito machucada. Com a roupa dela não dava pra ver, sabe, mas este machucado é uma coisa muito triste, sabe, naquilo que mais dói numa mulher, que é ser violentada. Não é só a penetração do pênis na vagina. A violência sexual, ela envolve um monte de coisa. Veio de madrugada, chorando,

chorando. Estavam a Lázara, a Leila e eu. Nós não perguntamos em respeito a ela. Se teve realmente foi aquela noite [...] (DIAS, FILHO, KEHL, *et. al.* 2014, p. 406-407)

Mais um exemplo da brutalidade do regime é o caso de Anatólia de Souza Melo Alves, que em janeiro de 1973, no local em que funcionava a Seção de Comissariado da Delegacia de Segurança Social da Secretaria de Estado dos Negócios de Segurança Pública, em Pernambuco, teve seus órgãos genitais queimados antes de sua morte (DIAS, FILHO, KEHL, *et. al.* 2014, p. 420-421).

São vários os casos de torturas físicas extremas contra mulheres, porém não era o único modo que os militares utilizavam para violentá-las. O psicológico das vítimas era um dos alvos dos algozes, pois elevava ainda mais o sofrimento delas. Segundo a professora Olívia Rangel Joffily, os militares chantageavam as vítimas envolvendo seus familiares próximos, como filhos, maridos, irmãos, pais etc. (JOFFILY, 2005, p. 146 *apud* JOFFILY, 2009, p. 79). Além disso, segundo a CNV, os militares diziam para as vítimas que iriam sequestrar, torturar ou até mesmo matar seus parentes. Um exemplo de como eram afetadas psicologicamente por este círculo familiar, é o relato de Elzira Vilela. Ela conta que foi presa com sua filha, Carmem de Souza Nakasu com cerca de 1 ano de idade, em 1973, e que foram levadas para o DOI-CODI/SP:

Foi tortura o dia inteiro, bateram muito. E eu só pensava na Carminha. Eu estava absolutamente desesperada. [...] Olha, para falar a verdade, eu nem sentia muita dor. Porque o meu foco inteiro era assim, a loucura [...] Ela estava nas mãos dele [...] e essa para mim foi a maior tortura da vida. Eu creio que nunca mais, na vida, eu vou sofrer tanto como naqueles dias eu sofri. Porque você fica o tempo todo se questionando: pô, eu escolhi, é uma opção de vida minha. [...] se tiver que morrer, morro. Agora, e minha filha? E a menina? Ela tinha um ano e um mês, estava começando a andar. Era uma criança linda, linda, japonesinha. [...] Nas mãos deles (DIAS, FILHO, KEHL, *et. al.* 2014, p. 409).

Os torturadores cometeram diversos abusos, que segundo Pires Jr., invadia a privacidade das vítimas, “desconsiderando a condição de mulher, de cidadã livre, de ser humano, indistintamente da sua condição de gênero” (PIRES JR., 2017, p. 145). Usando o psicológico das vítimas, os algozes tinham a intenção de fazê-las perder sua singularidade, sua particularidade, sua subjetividade. De acordo com a historiadora Ana Carolina Monay, durante a tortura o agente do sistema mostra que é ele quem está no controle, um sentimento de onipotência, que dava a ele total decisão sobre os corpos de

suas vítimas, “podendo decidir entre a vida e a morte” (MONAY, 2016, p. 10-11). Rosalinda Santa Cruz, outra vítima do sistema repressivo brasileiro, disse que o que estava em jogo durante as sessões de tortura, não era apenas a informação, mas também a desestruturação da vítima. Segundo Monay, os agentes torturadores queriam eliminar suas personalidades, ou seja, a “despersonalização, da dessubjetivação”. Em seu artigo, Monay nos mostra que:

Um corpo torturado é um corpo roubado ao seu próprio controle; corpo dissociado de um sujeito [...]. A tortura refaz o dualismo corpo/mente, ou corpo/espírito, porque a condição do corpo entregue ao arbítrio e à crueldade do outro separa o corpo e o sujeito. Sob tortura, o corpo fica tão assujeitado ao gozo do outro que é como se a “alma” - isso que no corpo pensa, simboliza, ultrapassa os limites da carne pela via das representações – ficasse à deriva (KEHL, p. 2010, p. 130-131 *apud* MONAY, 2016, p.11-12).

Essa dessubjetivação quando ocorrida nas mulheres, somado ao fato de já serem consideradas inferiores pela sociedade patriarcal, faz com que sua autonomia seja atacada sem nem mesmo serem reconhecidas socialmente como “sujeitas”.

Dessa forma, podemos compreender que as informações levantadas até aqui apontam para um caráter duplo na tortura quando realizada nas mulheres. O primeiro está relacionado ao contexto da Guerra Fria, na caça aos comunistas ocorrida por grande parte do território latino-americano. Já o segundo caráter relaciona-se ao fato da estrutura machista e patriarcal da sociedade e da formação militar, que criaram a expectativa de que as mulheres devem ser submissas, frágeis e delicadas, ou seja, não deveriam estar na luta armada, serem comunistas, senão seriam consideradas “vadias”, “putas”. Quando a mulher era torturada, era invocado o ódio sádico dos torturadores, que violentavam as mulheres de forma brutal. A violência era em sua maioria, violência sexual, visando o corpo feminino como alvo da tortura, além de seu psicológico, em suas relações familiares. Sendo assim, a maior parte delas eram torturadas por serem comunistas e principalmente por serem mulheres, que lutavam contra a visão da sociedade patriarcal vigente, que as consideravam inferiores. Portanto estes fatores caracterizam o que chamamos de caráter duplo da tortura feminina na Ditadura Militar brasileira.

Considerações Finais

Neste trabalho buscamos estudar as mulheres enquanto vítimas de tortura. Notamos que elas sofriam uma espécie de “dupla punição”, primeiro pela ideia do agente militar de que elas eram militantes comunistas e escondiam segredos sobre planos subversivos. Segundo pela estrutura patriarcal e machista da sociedade e da formação militar, que as enxergavam apenas como donas de casa submissas a seus companheiros, frágeis e delicadas, e estar na luta era coisa de “vadias”, “putas”. A tortura física pela qual passavam visava especialmente sua sexualidade, seu corpo, sua intimidade. Somado a isso, passavam por uma tortura psicológica que as atingiam em sua singularidade, principalmente no quesito familiar, pois para os militares, elas tinham um contato emocional maior com seus entes, então os levavam para as verem sendo torturadas, desfiguradas, urinadas, fazendo a tortura atingir o mais profundo do seu Ser, sua subjetividade.

Portanto, presume-se que a tortura feminina, seja psicológica ou física, na maioria dos casos levantados por esta pesquisa, acabavam por estar relacionadas diretamente com seu corpo e sua sexualidade. Estupros, introdução de objetos ou animais, nudez forçada, abusos e violências sexuais em geral, eram apenas algumas das formas de repressão mais utilizadas nas mulheres durante a Ditadura Militar brasileira. Conseqüentemente, todos que passavam pelo processo de tortura – principalmente as mulheres – acabavam por perder sua subjetividade, ou seja, seu entendimento como um ser social, como pessoa, sua “alma”. Portanto, a tortura nas mulheres ultrapassava o limite do padrão utilizado em presos políticos do sexo masculino, pois visava principalmente sua identidade enquanto mulher.

Referências

ARQUIDIOCESE DE SÃO PAULO. **Brasil: Nunca Mais**. São Paulo, 1985.

CALDEIRA, João Paulo. **A Tortura e os Mortos na Ditadura Militar**. Disponível em: <<https://jornalggn.com.br/noticia/a-tortura-e-os-mortos-na-ditadura-militar>>.

Postado em: 05/12/2013. Acessado em: 25/07/2018.

COLLING, Ana Maria. **A Resistência da Mulher à Ditadura Militar no Brasil**. Rio de Janeiro: Record/Rosa dos Tempos, 1997.

- CORREIA, Susana. **Confessar a Morte**: a poesia política de Anne Sexton e Sylvia Plath. Via Panoramica: Revista de Estudos Anglo-Americanos, série 3, vol. 7, n.º 1, 2018.
- D'ARAUJO, Maria Celina; SOARES, Glauco Ary Dillon; CASTRO, Celso. **Os Anos de Chumbo**: A memória militar sobre a repressão. Relume-Dumará, Rio de Janeiro, 1994.
- DIAS, José Carlos; FILHO, José Paulo Cavalcanti; KEHL, Maria Rita; PINHEIRO, Paulo Sérgio; DALLARI, Pedro Bohomoletz de Abreu; CUNHA, Rosa Maria Cardoso da. **Comissão Nacional da Verdade - Relatório**. Volume 1, dezembro de 2014.
- GASPARI, Elio. **A Ditadura Escancarada**. Companhia das Letras, 2002.
- IMPRESA SMETAL. **Mulheres na Ditadura: violentadas, assediadas e mortas pelo militarismo**. Imprensa SMetal, 2021. Disponível em: <<https://www.smetal.org.br/imprensa/mulheres-na-ditadura-violentadas-assediadas-e-mortas-pelo-militarismo/20210331-103033-s830>>.
- JOFFILY, Mariana. **A Diferença na Igualdade**: gênero e repressão política nas ditaduras militares do Brasil e da Argentina. Espaço Plural [online] 2009. Disponível em: <<http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=445944363009>>. Acesso em: 16/08/2018.
- MARTINS, Larissa Pinto. **A Atuação Política de Mulheres na Ditadura Civil-Militar Brasileira**. Revista Latinoamericana de Estudios en Cultura y Sociedad. V. 04, ed. especial, fev. 2018, artigo nº 699.
- MEYER, Dagmar E.; PETRY, Analidia R. **Transexualidade e heteronormatividade: algumas questões para a pesquisa**. Textos & Contextos, Porto Alegre, vol. 10, nº. 1, p. 193 - 198, jan./jul. 2011.
- MONAY, Ana Carolina. **A Dupla Dessubjetivação da Prática da Tortura em Mulheres na Ditadura Militar Brasileira**. Revista Hominum, vol. 5, nº 19, set/2016.
- OSMO, Carla. **O Caráter Sistemático da Tortura na Ditadura Brasileira Segundo o Relatório Final da Comissão Nacional da Verdade**. UFES - Proex, Vitória, 2018.
- PALMAR, Aluizio. **Tipos de Torturas Usadas Durante a Ditadura Militar**. Disponível em: <<https://www.documentosrevelados.com.br/nome-dos-torturadores-e-dos-militares-queaprenderam-a-torturar-na-escola-das-americas/tpos-de-tortura-usados-durante-a-ditaduracivil-militar/>>. Postado em: 29/01/2012. Acessado em: 25/07/2018.

PIRES JR., Hugo. **Memória e Subjetividade**: Mulheres militantes no “reino do arbítrio e da tortura”. UESB, Vitória da Conquista – BA, 2017.

SADER, Emir. **A Revolução Cubana**. Revoluções.org [online], 1992. Disponível em: <<http://revolucoes.org.br/v1/sites/default/files/revolucaocubana0.pdf>>. Acesso em: 01/11/2018.

SALES, Jean Rodrigues. **O Impacto da Revolução Cubana Sobre as Organizações Comunistas Brasileiras** (1959-1974). UNICAMP, Campinas, SP, 2005.

SKIDMORE, Thomas E. **Brasil: De Castelo à Tancredo** 1964-1985. Paz e Terra, 1988.

SOTANA, Edvaldo Correa. **O Início da Guerra Fria nas Páginas da Imprensa Escrita Brasileira** (1946-1949). Diálogos - Revista do Departamento de História e do Programa de Pós-Graduação em História [online], 2014. Disponível em: <<http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=305531755014>>. Acesso em: 21/07/2018.



Os direitos de licenciamento utilizados pela Revista Histórias Públicas é a licença *Creative Commons Attribution-Non Commercial 4.0 International* (CC BY-NC-SA 4.0)

Recebido em: 16/09/2022
Aprovado em: 27/01/2023

Distensão em rédeas curtas: as páginas censuradas do jornal *O Estado de S. Paulo* no início do governo Geisel

Gabriel NASCIMENTO¹

Resumo: este estudo é uma investigação na qual são interpretadas, a partir das páginas censuradas no jornal *O Estado de S. Paulo*, algumas das relações dúbias entre imprensa e poder na ascensão e manutenção da ditadura civil-militar no Brasil durante o início do governo de Ernesto Geisel. Pretende-se evidenciar, neste artigo, a partir da aproximação de textos e eventos correlatos, quais temas continuaram sendo silenciados por Geisel que é tido, por grande parte da memória liberal, como aquele que levou mais longe o processo de liberalização do regime. Intenta-se, enfim, demonstrar as ligações do periódico com o regime e as estratégias do jornal para ultrapassar as barreiras dos censores.

Palavras-chave: Censura; Distensão; Imprensa; Ditadura civil-militar.

¹ Mestrando em História Ibérica. Universidade Federal de Alfenas. Alfenas. Minas Gerais. Brasil ORCID: 0009-0005-5840-8791. E-mail: gpnascimento47@gmail.com.

Controlled distention: the censored pages of the newspaper *O Estado de S. Paulo* at the beginning of the Geisel government

Abstract: *this study is an investigation from the censored pages of the newspaper **O Estado de S. Paulo**, about some of the controversial relationship between the government and the press in the emergence and maintenance of a civil-military dictatorship in Brazil in the 1970s. The president,, General Ernesto Geisel, is considered the president who made the democratic opening, even though he used censorship to silence the opposition. Finally, it is intended to demonstrate the links between the periodical and the regime and the newspaper's strategy to overcome the barriers of the censors..*

Keywords: *Censorship, Distention, Press; Civil-military Dictatorship.*

O presente artigo tem como objeto de estudo a censura à imprensa na ditadura civil-militar brasileira, utilizando fontes oriundas do jornal **O Estado de S. Paulo** no ano de 1974. A instauração da censura prévia ao periódico se iniciou efetivamente em 1972 e encerrou-se em 1976, ainda que o editorial “Instituições em frangalhos”² marque o início da repressão à imprensa e ao referido jornal. Assim, este artigo procura demonstrar qual discurso foi vetado pela censura, entendendo, além disso, a relação por vezes dúbia entre imprensa e poder.

A justificativa da escolha específica do ano de 1974 se dá por alguns motivos. Primeiro, porque junto de 1973, é o ano com mais páginas censuradas do período no referido periódico. Em segundo lugar, porque Ernesto Geisel é eleito presidente nesse ano e isso é fundamental para entender as expectativas e realidades de seu governo. Thomas Skidmore (1998, p. 277), por exemplo, afirma que o governo Geisel tinha, dentre suas metas, “o retorno à democracia, embora de uma variedade indefinida”. Ou seja, ainda que fosse impossível mapear completamente os rumos desse processo naquele momento, o governo Geisel é lembrado como um governo que mais se aproximou do que em suas próprias palavras se chamou de: “aperfeiçoamento democrático”. Entretanto, ao mesmo tempo, seu governo foi marcado por utilização massiva de instrumentos autoritários, como a censura.

A ditadura, finalmente, instaurou-se sob o signo do Medo. Medo de que as desigualdades fossem questionadas por um processo de redistribuição de renda e de poder. Ora, através dos anos, mantiveram-se e se consolidaram essas desigualdades. Não terá sido essa a maior obra da ditadura? (REIS, 2000, p. 73).

A censura prévia se caracterizava pela presença de censores dentro das redações e pela leitura da edição por censores antes mesmo do periódico ser publicado, visando

² Último editorial escrito por Júlio de Mesquita Filho que viria a ser publicado no dia 13 de dezembro de 1968, não fosse a apreensão dos militares do periódico que continha o editorial que criticava os rumos que os militares tomavam para o regime. Além disso, havia uma crítica antecipada ao Ato Institucional nº 5 e ao então presidente, Costa e Silva, clamando que o movimento de 1964 não tinha sido obras apenas das Forças Armadas, “mas ao próprio esforço da coletividade”. Esse editorial apresenta muitas particularidades interessantes. Primeiro, a relação complexa e intrincada entre Júlio de Mesquita Filho, então proprietário de **OESP** e os militares ao longo do período. Segundo, pelo título e texto contundente, o autor aponta os problemas de direção que as Forças Armadas tomavam para o país naquele momento. Por último, a apreensão do **OESP**, junto com outra publicação do grupo, o **Jornal da Tarde**, demarca o início da censura interna aos órgãos da chamada Grande Imprensa, que em sua maioria, havia apoiado o Golpe em 1964, como era o caso de **O Estado de S. Paulo**. ;

assim encontrar possíveis assuntos ou informações nocivas à imagem do regime. Durante os anos de 1968 a 1972, **O Estado de S. Paulo** recebeu telefonemas e bilhetes diários indicando quais assuntos não era permitido se publicar. No entanto, diante da insistência em veicular algumas informações relevantes e pela posição de enfrentamento que o jornal assumiu diante da censura velada, em agosto de 1972, diante do vazamento de informações quanto ao sucessor de Médici, **o Estado de S. Paulo** teria em sua redação a presença de censores até janeiro de 1975. Há outras duas formas de censura que vigorou durante todo o período da ditadura civil-militar: A censura interna e a autocensura. De acordo com Victor Gentili (2004, p. 93) A censura interna tem relação com a posição dos diretores de um determinado veículo midiático, onde o periódico procurar cercar a produção de seus jornalistas, afim de não criar entraves com o governo. Esse foi o caso **da Folha de S. Paulo**, pelo menos até 1975, quando o periódico inicia uma renovação em seu projeto jornalístico e editorial. Por último, mas não menos nociva, a autoncensura se promoveu através do medo, onde os jornalistas dividiam sua preocupação com os censores do governo e com os detentores de periódicos e daí se abria dois caminhos: Resistir em publicar algumas informações sob pena de demissão e prisão ou atuar na construção de periódicos alternativos, que reunia muitos jornalistas em projetos de imprensa com liberdade editorial de explicitar críticas ao regime.

Um conceito fundamental neste artigo é o de distensão. Segundo Suzeley Mathias que estuda especificamente os discursos de Ernesto Geisel:

Distensão corresponde, então, à substituição ou afrouxamento de algumas regras com vistas a diminuir a repressão e restabelecer alguns direitos individuais ou coletivos e, fundamentalmente, subordinar e restabelecer a unidade interna às Forças Armadas. [...]. Assim, como o pronunciamento mostra, distensão, segundo Geisel, não pode ser confundida como ruptura ou transição para a democracia. Ao contrário, o significado de distensão, seguindo a própria etimologia, é tão somente abrandamento das tensões. (MATHIAS, 1995, p. 152).

De acordo com Marcos Napolitano (2014, p. 206), Geisel é reconhecido como o mandatário que deu início ao processo de abertura do regime ditatorial e a construção dessa memória em torno do presidente tem como grande responsável a própria imprensa liberal, com manchetes que realçam que a “mão de ferro” do presidente foi que inviabilizou a própria ditadura.

Seguindo essa perspectiva, há uma representação de viés democrático a partir do governo de Ernesto Geisel, de forma semelhante com o que acontece com Castelo Branco, em cujo governo ainda não havia o Ato Institucional nº 5³; ou seja, com Geisel, o processo democrático parecia cada vez mais presente, enquanto com Castelo Branco não havia se constituído os contornos ditatoriais. Todavia, esse argumento coloca o regime militar sob a dependência do AI-5, como se antes ou depois não existisse ditadura no país. O regime a ser caracterizado de democracia liberal exige imprensa livre. Pela maior parte do governo de Geisel, a imprensa era restringida em parte pela autocensura, mas ainda em outros casos exercendo o poder da censura prévia, como ocorreu especificamente no jornal **O Estado de S. Paulo**. Por isso, há de se questionar o grau de afrouxamento do projeto de distensão, sendo que jornais e revistas eram filtrados de diversas notícias entendidas como prejudiciais à imagem que o regime buscava representar naquele momento.

Segundo Tânia Regina de Luca (2008, p. 118), a escolha de um jornal como objeto de estudo justifica-se por entender-se a imprensa, fundamentalmente, como instrumento de manipulação de interesses e de intervenção na vida social. Nega-se, aqui, aquelas perspectivas que a tomam como meros “veículos de informações”, transmissores imparciais e neutros dos acontecimentos, em nível isolado da realidade político-social na qual se insere. Desse modo, a imprensa é entendida como construtora de um discurso que é diretamente ligado aos interesses comerciais, políticos e sociais e não se constitui como reprodutora da realidade concreta.

As páginas censuradas no jornal **O Estado de S. Paulo** no ano de 1974 correspondem ao intervalo entre os meses de maio e dezembro, contabilizando ao todo 280 páginas censuradas, mas que estão disponíveis no acervo do próprio jornal⁴. No entanto, nos meses de setembro e outubro não há registro disponível das páginas censuradas, ainda que possuam indicação de censura nesses meses pelo fato do acervo do jornal contabilizá-los, diferente de quando não houve páginas censuradas como nos meses anteriores a maio. A pesquisa realizada nessas 280 páginas foram divididas em cinco

³ O AI-5 foi assinado pelo presidente Artur da Costa e Silva em 13 de dezembro de 1968. Por meio desse decreto, diversos direitos políticos foram retirados, permitindo perseguições e prisões dos opositores do regime.

⁴ Disponível em https://acervo.estadao.com.br/paginas-da-historia/decada_1970.shtm - acesso em 24 de janeiro de 2023.

seções: questões políticas e sociais, censura, questões econômicas, questões educacionais e culturais e política internacional, organizadas em ordem decrescente do número de matérias censuradas, seguindo o esquema apresentado por Maria Aparecida de Aquino no livro *Censura, Imprensa, Estado Autoritário (1968-1978)* (1999), que, além do jornal **O Movimento**, traz um panorama geral de análise de páginas do próprio **O Estado de S. Paulo**.

Das 280 páginas censuradas nesse período, 98 são em torno de questões políticas, ou seja, mais de um terço do total. Por isso, o critério se baseou nas páginas de maior expressividade política e que mais dialoga com a imagem do governo e do presidente e que representasse a produção do jornal.

Em 1981, o presidente Ernesto Geisel declarou: “o que houve em 1964 não foi uma revolução. As revoluções se fazem por uma ideia, em favor de uma doutrina” (GASPARI, 2004, p. 138). Caio Navarro de Toledo (2004, p. 15) também afirma que o movimento de 1964 foi golpista e tanto os militares quanto as classes dominantes eram contrárias: “ao alargamento da democracia política e a realização de reformas do capitalismo brasileiro”. Nesse sentido, a postura defendida no presente artigo é de que a destituição do poder do presidente João Goulart em 1964 foi de matriz golpista e que este se formou pelo binômio civil-militar, a partir da tomada direta do poder pelos militares e pelo forte apoio dado pelos civis, principalmente pelas classes dominantes.

A elite orgânica que ajudou a derrubar o governo de João Goulart atuou em diversas frentes, mas uma das mais importantes foi organizada através do complexo formado pelo Instituto de Pesquisa em Estudos Sociais (IPES) e o Instituto Brasileiro de Ação Democrática (IBAD). Esses grupos eram organizações conservadoras e/ou de extrema direita formados, sobretudo, pela elite empresarial do Rio de Janeiro e de São Paulo e ainda por oficiais da Escola Superior de Guerra (ESG). Segundo René Dreifuss, “A ação do complexo IPES/IBAD dentro das Forças Armadas visava a neutralização do dispositivo popular de João Goulart e a minimização do apoio militar e diretrizes políticas socialistas ou populistas” (1981, p. 362). Além disso, militares como o General Golbery de Couto e Silva, foram contratados por esse complexo empresarial para atuar diretamente na queda de João Goulart. Dez anos depois do golpe, General Golbery tornar-se-ia braço direito de Ernesto Geisel quando este assume a presidência em 1974.

Esses grupos empresariais atuaram principalmente em duas frentes para minar o governo de João Goulart. Primeiro, associando as chamadas reformas de base propostas por Goulart a práticas comunistas e buscando atrair financiamento e apoio político estrangeiro. Um dos mais agressivos membros do IPES/SP tendo influência direta na queda de João Goulart foi Júlio de Mesquita Filho, o proprietário do jornal **O Estado de S. Paulo** (DREIFUSS, 1981, p. 364). Quatro anos depois, o jornal passou a ser reprimido pelo regime que Júlio de Mesquita Filho atuou diretamente para fortalecer.

O complexo IPES/IBAD estava no centro dos acontecimentos como homens de ligação e como organizadores do movimento civil-militar. E este é o último ponto que se tentou enfatizar, isto é, que o ocorrido em 31 de março de 1964 não foi um mero golpe militar. Foi, conforme mencionado anteriormente, um movimento civil-militar (DREIFUSS, 1981, p. 397).

Tratar de golpe civil-militar não é responsabilizar toda a população pela tomada do governo e utilização dos instrumentos ditatoriais de manutenção de poder, mas compreender o movimento dos militares num contexto muito mais amplo do que simplesmente a ação de um grupo restrito. A chamada Grande Imprensa atuou, comumente, como apoiadora do Golpe e contra as reformas promovidas pelo governo de João Goulart, na tentativa de minar a influência de grupos sociais que naquele momento se fortaleciam como o *Comando Geral dos Trabalhadores* (CGT), a “imprensa conservadora designava o CGT como o ‘quarto poder’, reforçando o fantasma, forjado na época de Vargas, de que Goulart visava instituir no país uma ‘República sindicalista’” (TOLEDO, 2004, p. 20). A imprensa fez parte do complexo empresarial que se sentia ameaçada pela democratização dos direitos e sustentou massivamente o Golpe, apoio que só ia se inverter quando o regime fortalecido socialmente, começou a ameaçar os direitos dos proprietários desses periódicos.

Para Marcelo Hornos Steffens (2017, p. 21), a “imprensa, diante da ditadura que se instalou, calou-se via de regra. Não apenas por força da censura, mas por opção, convicção e apoio ao novo regime”. O autor aponta ainda em sua pesquisa, que a postura da **Folha de S. Paulo** foi em considerar os militares como “guardiões da democracia”, que no entendimento das classes empresariais significava, direitos e a composição da classe política restritos a poucos, questão ameaçada pelas reformas de

base propostas por João Goulart. O governo implantado em 1964 tinha princípios básicos: primeiro, destruir uma elite política e intelectual reformista muito presente no Estado até então e eliminar as relações dessas elites intelectuais com os movimentos sociais de base popular e o movimento operário e camponês. Um dos pontos de maior tensão para a crítica desse bloco civil que apoiou a tomada de poder pelos militares, estava relacionado às chamadas reformas de base propostas pelo então presidente João Goulart, que criou grandes percalços desde o início do seu governo em 1961, em especial a questão da Reforma Agrária, que incomodava os setores mais conservadores na política e na sociedade civil (NAPOLITANO, 2014). Portanto, desde os anos iniciais da ditadura, houve políticas autoritárias e isso pode ser vislumbrado a partir da criação de Atos Institucionais. Em 1968, o Ato Institucional nº 5 é sancionado no dia 13 de dezembro, mesma data da publicação do editorial “Instituições em frangalhos” e da primeira ocupação da redação do jornal **O Estado de S. Paulo**, o que evidencia a indisposição dos militares de receber críticas públicas.

A grande imprensa, mesmo sendo apoiadora do Golpe que derrubara João Goulart da presidência em 1964, também sofreu das mazelas impostas pela censura. “Na lógica do regime, a grande imprensa deveria ser uma interlocutora confiável do governo, o elo com a ‘opinião pública’ (NAPOLITANO, 2014 p. 119). Assim, o regime procurou na censura, o filtro necessário para conter qualquer discurso que soasse nocivo à legitimidade do regime.

A forma mais utilizada da censura foi através da autocensura, de modo onde os próprios jornais fizessem uma varredura de informações que pudessem ameaçar a honra do regime. A censura interna atuou em alguns periódicos específicos, como a revista **Veja** e o jornal **O Estado de S. Paulo**, só para ficar em dois exemplos. Em sua tese, Beatriz Kushnir analisa a dualidade de profissionais que foram jornalistas e censores dentro das redações de alguns desses jornais, conhecidos como os *Cães de Guarda* (2001, p. 24). A ideia da existência de jornalistas colaboracionistas do regime indica, mais uma vez, as relações heterogêneas entre ditadura civil-militar e imprensa no período pós-64. A dicotomia entre imprensa alternativa como oposicionista e grande imprensa como colaboracionista é simplista, do mesmo modo que é equivocado separar em polos

distintos jornalistas e censores, já que em alguns casos um mesmo indivíduo atuava nas duas frentes.

Mesmo em vigor, a censura prévia era assunto que o governo queria evitar em tornar explícito, já que os militares se viam “como a antítese do getulismo, que durante o Estado Novo abusara do controle dos jornais” (NAPOLITANO, 2014, p. 119). Além disso, a política de censura prévia no Brasil, diferente de Portugal e Espanha, na ditadura de Salazar e Franco, não evidenciaram que determinado periódico estava sob a censura interna; tudo ocorreu de um modo mais “maquiado” (KUSHNIR, 2001, p. 39).

Ernesto Geisel esteve intimamente ligado com práticas autoritárias, como a censura à imprensa, mesmo antes de assumir a presidência da república. Quando Médici ainda era presidente, um dos motivos da censura prévia d’**O Estado de S. Paulo** ocorrida no ano de 1972 foi a veiculação da informação de que Geisel seria o próximo presidente. Mesmo sem ter participação direta em censurar o jornal, é sintomático que a informação da indicação do novo presidente para o cargo tenha sido alvo de censura e motivo para que censores ocupassem a redação do referido jornal. A própria sucessão presidencial parece ter sido uma obra de união mais do que de diferença entre uma suposta divisão militar, tendo de um lado os chamados “linha-dura” no qual estava Médici ante o setor mais intelectualizado onde Geisel integrava, denominado grupo da *Sorbonne*.

A posse de Ernesto Geisel ao cargo de Presidente da República ocorreu em 15 de março de 1974. Em 29 de agosto daquele ano, em um discurso feito aos dirigentes da *Aliança Renovadora Nacional* (ARENA) no Palácio da Alvorada, o presidente indicou sobre a possibilidade da construção de um futuro democrático que aspiraria à “representatividade legítima da vontade popular e da rotatividade periódica dos executivos, através de uma estrutura partidária, de natureza plural, dentro dos moldes constitucionais (BRASIL, p. 114). No entanto, esse discurso que pretendia visar mudanças no regime não foi exclusividade de Geisel e mesmo presidentes que inauguraram fases de maior repressão política e de restrição de direitos, como Costa e Silva (1967-1969) e Médici (1970-1974), insistiram em tratar sobre liberalização em seus discursos de posse. Além disso, Geisel foi mais contido que seus antecessores e prometeu que o governo não permitiria quaisquer pressões exteriores para o adiantamento do processo *distensionista*.

Segundo Suzeley Mathias (1995, p. 149), uma parcela das Forças Armadas jamais pretendeu permanecer no poder. De acordo com a autora, um dos objetivos primordiais do processo de *distensão* visava o afrouxamento de regras, no sentido de diminuir a repressão e restabelecer alguns direitos individuais e coletivos, mas principalmente restabelecer a unidade das Forças Armadas que, nesse momento, se desgastava com a manutenção dos militares no poder, o que colocava desejos individuais acima dos da corporação. Sendo as Forças Armadas uma corporação com base na autoridade verticalizada, essa questão era fundamental para a própria manutenção das Forças Armadas enquanto unidade.

Essa tese também é discutida por Rejane Hoeveler (2012, p. 3) retomando os trabalhos de Alfred Stepan: “Para o autor, existe um conflito entre os militares enquanto governo, os militares enquanto comunidade de segurança e os militares enquanto instituição.” E é precisamente nesse sentido que Geisel discursou e projetou nos anos de seu governo o projeto de *distensão*, que visou a manutenção da ordem e hierarquia dentro das Forças Armadas e o “abrandamento de tensões” com relação aos setores da sociedade civil, sem pleitear movimentos bruscos em direção a uma transição política democrática.

De acordo com Carvalho (2005, p. 125) a *distensão* política foi uma estratégia articulada ainda no governo Médici, que pretendia amenizar a coerção do Estado, mas garantir o continuísmo do regime. Assim, ainda que por parte da historiografia e memória liberal, Médici e Geisel constituíssem personagens com ideias e origens distintas – o primeiro associado a linha dura e o segundo mais ligado aos moderados oriundos da *Escola Superior de Guerra* (ESG) – a escolha de Médici por Geisel não foi um sintoma de que o regime se tornava mais democrático. Pelo contrário, a indicação se deu pelo fato de que o novo presidente se dispôs mais a continuar do que a romper com as ideias anteriores, mas com a imagem pública mais contida.

Segundo Thomas Skidmore (1998, p. 330), “Não havia dúvida de que o presidente [Geisel] e o general Golbery levaram o projeto de liberalização mais longe do que muitos observadores consideraram possível em 1974. Habeas Corpus restaurado, AI-5 revogado, a maioria dos refugiados políticos novamente no Brasil, censura suspensa – eram realizações expressivas para um governo militar”. No entanto, permaneciam ainda instrumentos autoritários, como a nova Lei de Segurança Nacional. De acordo com

Samuel Huntington (apud Hoeweler, 2012, p.9), o Brasil teria sido o “exemplo mais exitoso de democratização introduzida a partir de cima por uma elite militar que realizou-se da necessidade de mover-se em direção a democracia, por isso seria impossível localizar o ponto exato onde o Brasil deixou de ser uma ditadura e passou a ser uma democracia”.

Entretanto, o “milagre econômico” deixado por Médici à Geisel e que havia se tornado a sustentação autoritária do regime por meio do progresso econômico, colocou novamente em alta a inflação e em dúvida a imagem de “Brasil Grande” e do progresso, após a “crise do petróleo” em 1973 e o crescimento vertiginoso da dívida externa. Assim, a amenização de políticas autoritárias do regime que, a partir de 1974, não consegue manter as taxas de crescimento econômico, serviu para ainda legitimar o regime, que procurou manter a base de apoio civil por meio de aumento de direitos sociais e civis, ainda que os direitos políticos fossem conquistados a passos lentos e a economia adentrava em uma severa crise.

Outro ponto que não deve ser negligenciado é a questão da anistia, que teve influência direta e, ao longo do governo de Ernesto Geisel e, continuada por João Baptista Figueiredo, proporcionou disputas e reivindicações de civis e militares. De um lado, membros da Ordem dos advogados do Brasil (OAB), o movimento estudantil e a Igreja Católica iniciam seus protestos em defesa dos presos e dos “desaparecidos” políticos. De acordo com Fernando Lemos (2018, p. 172) o ano de 1974 também marca a volta do debate no congresso dos deputados sobre o tema, precisamente por em 9 de abril, poucos dias após a posse de Geisel, extingue-se a validade de cassação dos direitos políticos de centenas de indivíduos determinada pelo Ato institucional nº que suspendia por dez anos todos os direitos políticos de cidadãos considerados opositores ao regime. Por outro lado, há dentro do setor das Forças Armadas o início de um discurso sobre uma remissão ampla, que incluía os militares no processo de anistia. O general Peri Constant Bevilaqua defende em um artigo enviado à **Tribuna da Imprensa**, a anistia ampla em um viés contrarrevolucionário de prevenção, para que a ditadura não sucumbisse a um processo revolucionário que certamente destruiria por completo as ações do pós-64.

Lemos (2018, p. 174) entende que essa visão estava relacionada com os acontecimentos gerados a partir da Revolução dos Cravos em Portugal, que dentre outras

coisas, desmantelou o aparato colonial de Portugal na África, o que poderia ser evitado caso houvesse uma solução conservadora. Nesse sentido, a defesa da anistia recíproca se relaciona sobretudo com a ideia de que, sabendo da inevitabilidade da superação da ditadura, era necessário se encaminhar para esse processo de maneira cordial, para que assim durante o novo governo democrático que viria, os militares ainda pudessem manter sua posição de destaque mesmo em um governo civil como em quase toda a totalidade da república no Brasil. Essa concepção de anistia recíproca acabaria por se sobressair na promulgação da Lei da Anistia por João Baptista Figueiredo em 1979.

As marcas do processo *distensionista* proposta por Geisel à sociedade civil e, principalmente às Forças Armadas, é permeada de marchas e contramarchas, de momentos de abertura e de retesamento, conforme se verá na análise de páginas de **O Estado de S. Paulo** apresentadas a seguir. No entanto, as relações entre os distintos projetos que orbitavam a mesma esfera do campo político brasileiro eram complexas da mesma forma que a relação entre as corporações de mídia e os militares durante os momentos que antecederam ao Golpe de 1964 até a volta de um civil ao cargo da presidência, em 1985. Esse foi o caso de um dos mais importantes periódicos do país, **O Estado de S. Paulo**.

De acordo com Aquino (1999) **O Estado de S. Paulo** toma a atitude de apoiar o golpe para depois criticar a ditadura não por uma posição contraditória, mas baseado em uma filosofia clara e uma política definida nos moldes do liberalismo *lockeano*. Esse é o pensamento do grupo de seus proprietários e o sentido político do periódico. Por exemplo, a questão da rebelião armada frente a um governo democraticamente eleito encontra sustentação na tese de John Locke (1998), já que se um governo, ainda que eleito democraticamente, estiver abusando o poder, é direito de certos indivíduos de destituir o governante do poder. Assim, para o jornal os militares seriam a força capaz de fisicamente fazer essa mudança, derrubando o presidente João Goulart, em 1964, para depois restituir o poder para as mãos de outro governante democraticamente eleito. No entanto, nem todos teriam o direito de destituir um governo, mas somente os detentores de propriedade e formadores da opinião pública, particularmente o caso dos detentores do **d'O Estado de S. Paulo**.

Um dos pilares do liberalismo é a liberdade de expressão, então quando o AI-5 foi emitido, o jornal se voltou contra o governo para clamar seus direitos de expressão e contra alguns aspectos políticos do movimento militar. O tema da sucessão presidencial foi proibido e todos os periódicos que ousaram desafiar a proibição foram perseguidos e censurados, como no caso do **O Estado de S. Paulo**. Essa discussão interna entre a ala militar de quem seria o próximo presidente, promoveu uma divisão entre dois grupos de militares: os chamados “linha-dura” sendo representados por Costa e Silva e o então presidente Médici, que acreditavam no recrudescimento do regime a fim de extirpar o comunismo que era o principal inimigo externo, e os militares da *Sorbonne* formados principalmente pela ESG, um setor tido com mais intelectualizado e que tinha lançado Castelo Branco e o próximo presidente que assumiria a partir de 1974, Ernesto Geisel. Ainda que a discussão sobre dois grupos dentro da ala militar existisse, de acordo com Steffens (2017, p. 37), “mais recentemente, leituras diversas têm considerado a ditadura muito mais como um movimento de continuidade do que de ruptura”. A partir da entrada de Geisel, teve-se na prática um maior estreitamento da censura, o que mostra as complexidades e o poder que a ala militar da linha-dura ainda tinha no regime e o jogo de forças travados sobre a continuidade ou não da ditadura no Brasil. Vale ressaltar ainda que Geisel enquanto membro da ESG e durante o golpe civil-militar em 1964, tinha como um dos seus aliados Júlio de Mesquita Filho, proprietário do jornal que o presidente manteria a censura.

De acordo com Aquino (1999, p. 63), “a grande imprensa trabalha com o conceito elitizante de história que concebe o acontecimento como um desvio de um curso previamente traçado e que deve ser retomado na direção da manutenção da ordem pública”. E é nesse sentido que as matérias sobre questões políticas se constituem o principal foco da censura prévia, já que jornal que possui publicação e destaque em âmbito nacional atende aos interesses de grupos empresariais que o sustentam e, nesse caso, a cobertura da grande imprensa privilegia os centros de poder como os palácios do governo e o congresso em detrimento de eventos da vida cotidiana.

A questão de os assuntos políticos serem o foco dos censores desde o início da censura se dá pelo fato que para o regime, as questões políticas constituiriam uma problemática desde sua implantação até os processos de retomada democrática. Esse

ponto era onde o regime mais mantinha a liberdade de expressão em ação em rédeas curtas, pois os direitos políticos, atemorizavam os governantes pela capacidade de perda de legitimidade através do voto, fato que começa a ser evidenciado ainda no governo Geisel, com a inserção da oposição no congresso a partir das eleições legislativas de 1974.

A primeira matéria censurada no ano de 1974 ocorreu no dia 1º de maio e já nos apresenta uma estratégia também utilizada pelo jornal, que foi o de inserir notícias espinhosas dentro de artigos com outro assunto para tentar burlar os censores. No texto que trata sobre o dia do trabalho e questões de sindicatos, novas políticas trabalhistas e o futuro do trabalho no país, aparece uma denúncia sobre um ex-sindicalista e um ex-deputado que haviam sido presos sem que a família pudesse visitar ou fazer qualquer contato com os mesmos. Porém, o censor esteve atento e vetou o trecho para a publicação.

[...] O líder do MDB na Camara (sic), deputado Laerte Vieira, leu ontem em plenário uma denúncia que recebeu da Guanabara, informando que o ex-dirigente sindical e ex-deputado da Assembléia (sic) daquele Estado, João Massena, foi preso no último dia 3, e até o momento sua família não pôde visitá-lo. A autora da denúncia é a própria filha do ex-dirigente sindical, que dirigiu “amargurado e veemente apelo” às autoridades, para que possa ser informada da situação de seu pai (O Estado de S. Paulo, *Levy exalta trabalho livre*, 01 de maio de 1974, p. 16).

O texto começa com uma discussão do deputado Herbert Levy da ARENA de São Paulo. O jornal expõe uma crítica feita pelo deputado ao regime, quando diz que: “a revolução ficou indiferente à melhoria das condições dos que trabalham”. Mas no restante, aparecem trechos otimistas em relação ao trabalhador e ao futuro do trabalho e a união entre trabalhadores e governo que “manifestam seu propósito de trabalhar juntos para o engrandecimento da Pátria”. Na sequência, no tópico *Custo de vida* há o discurso de outro deputado, Fernando Cunha do MDB, afirmando que o aumento do salário apresentado pelo governo naquele período de 20,49 % não seria o suficiente. O texto segue apresentando dados sobre os reajustes do salário mínimo. No último parágrafo, sem indicação de mudança de assunto, a denúncia da prisão e falta de notícias sobre os presos é estampada.

Nesse trecho, vê-se uma das estratégias de resistência que passava pela tentativa de publicação de assuntos de interesse do jornal em meio há outras notícias que não chamariam tanto a atenção. No entanto, o trecho em questão foi percebido e censurado.

A postura do jornal era de enfrentamento, pois ao contrário de outros jornais que preferiram não estar sob a presença direta da censura, **O Estado de S. Paulo** procurou, de modos diversos, veicular suas notícias.

No dia 28 de maio há uma notícia intitulada *Fontoura criticado* que relatava protestos em Lisboa com a designação de um novo embaixador brasileiro em Portugal.

LISBOA – A designação do general Carlos Alberto Fontoura como novo embaixador do Brasil em Portugal provocou domingo violentas manifestações de protesto. Centenas de pessoas, em sua maioria estudantes brasileiros que frequentam universidades portuguesas, reuniram-se diante do edifício da embaixada do Brasil, para protestar contra a chegada do general, que foi chefe do Serviço Nacional de Informação. O GAPS – Grupo Autônomo do Partido Socialista de Portugal – divulgou um comunicado no qual classifica o general Fontoura de **“ex-agente da Pide brasileira, aliado da CIA e fiel colaborador do regime fascista português”**. Diz ainda que “sua indiscutível aliança com a CIA pode criar em Portugal as condições de um novo desastre chileno”. Portugal designou como seu novo embaixador no Brasil o diplomata Vasco Futscher Pereira, que servia em Bonn (O Estado de S. Paulo, *Fontoura criticado*, 28 de maio de 1974, p. 10, grifos meus).

A preocupação do jornal em mostrar a insatisfação de estudantes brasileiros e de portugueses com a indicação de Fontoura para o cargo de embaixador Brasil em Portugal é sobretudo política. Quanto à notícia em si, a indicação de Fontoura, ex-chefe do *Serviço Nacional de Informações* (SNI), para a embaixada do Brasil em Portugal também acentua o fato de que o regime passava por mais continuação do que rompimento com o governo de Geisel.

Poucos meses após a Revolução dos Cravos e destituindo uma das ditaduras mais longevas do século XX, os portugueses não podiam aceitar que o general Carlos Alberto Fontoura, chefe do SNI durante momentos de maior repressão a oposição e denúncias de tortura. Mesmos após os protestos de portugueses e sob pena de perder relações diplomáticas com Portugal, Geisel manteve Fontoura até 1978, quando este pediu demissão do cargo de embaixador e retornou ao Brasil.

Casos de abuso de violência por parte do regime também apareciam nas páginas do periódico que, censuradas, nunca puderam chegar a conhecimento do público. Esse foi o caso de uma reportagem que viria a ser publicado no dia 29 de maio sob o título *OAB denunciará a Geisel a violência*, que relatava a denúncia sobre um advogado pertencente à Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) que teria sido preso numa das unidades

policiais de São Paulo. Segundo a vítima, este seria sido estado na prisão durante vinte dias sofrendo “choques elétricos e pancadas, principalmente na cabeça”. No mesmo dia, outra publicação foi impedida de circular, que tratava do fato de que o Supremo Tribunal Federal (STF) apreciaria uma denúncia da Procuradoria Geral da República contra o então deputado Francisco Pinto, enquadrado na Lei de Segurança Nacional por supostamente ter feito um discurso ofensivo ao chefe da Junta Militar do Governo do Chile, o general Augusto Pinochet.

A ideia de colocar a denúncia para além da justiça comum enquadrando o caso no STF, tinha o intuito de impedir Francisco Pinto de disputar as novas eleições que ocorreriam em 15 de novembro, ou seja, dali a alguns meses. Essa ação promovida pelo governo e apoiada pela base eleitoral no congresso da ARENA, tinha o objetivo de minar a popularidade de candidatos da oposição, nesse caso do MDB, e com isso, impedir politicamente que alguns indivíduos da oposição fossem eleitos. O texto apresenta um pronunciamento de Célio Borja, líder da ARENA na Câmara dos deputados, referente ao julgamento no STF do deputado Francisco Pinto e ao silêncio dos congressistas da ARENA sobre o assunto.

Trata-se – disse o líder arenista – de um sobretudo de respeito a que procura não agravar, pela análise política, o pronunciamento de Francisco Pinto. Estabeleci uma regra de conduta para mim e para minha bancada e a tenho observado em homenagem a esses dois princípios: cala-se a tribuna, quando já de falar a Suprema Corte; **não se deve levantar a voz da tribuna quando disso pode resultar prejuízo para um colega nosso que deve responder perante aquela corte** (O Estado de S. Paulo, *STF julga hoje denúncia contra Francisco Pinto*, 29 de maio de 1974, p. 5, grifos meus).

Nessas reportagens, o periódico mostrava que o regime continuava a não só combater os movimentos armados, mas calar e ameaçar entidades como a Ordem dos Advogados do Brasil e congressistas da Câmara dos Deputados. Os congressistas civis da situação, como era o caso do deputado Célio Borja, da ARENA, também não estavam livres para expressar suas posições, ou seja, a ditadura mantinha rígida seu instrumento de controle sobre os demais, inclusive os simpatizantes, onde qualquer desvio era rapidamente silenciado.

Apesar dos temas políticos ocuparem a maior atenção dos censores, um tema de saúde pública aparecia na lista de proibição a partir de 1974, a epidemia de meningite

que começara a apresentar casos em São Paulo desde 1971. **O Estado de S. Paulo** de junho a dezembro daquele ano teve dezessete páginas censuradas relacionadas ao tema. A data 26 de julho é sintomática pela produção de dois textos. Um deles, o artigo “A epidemia do silêncio” de Clóvis Rossi que viria ser censurado por completo.

O surto de meningite que matou mais de 200 pessoas em São Paulo só neste mês de julho não é lamentável apenas por suas consequências (sic) ou por revelar dramaticamente a precariedade do sistema de Saúde Pública do Estado que se orgulha de ser o mais rico da Federação. Talvez ainda pior do que tudo isso seja o fato de que, com ele, **atingiu o seu ponto mais alto também a epidemia de desinformação e ocultamento de fatos que as administrações públicas, a todos os níveis, resolveram desencadear faz já algum tempo [...]** (O Estado de S. Paulo, *A epidemia do silêncio*, 26 de julho de 1974, p. 16, grifos meus).

O segundo texto foi uma nota publicada no mesmo dia pela Divisão de Censura da Polícia Federal e distribuída a todos veículos midiáticos. Eis a nota na íntegra:

De ordem superior, atendendo solicitação em virtude de fato superveniente, fica proibida a divulgação, através dos meios de comunicação social, de entrevista concedida pelo Ministro da Saúde sobre meningite e qualquer divulgação de dados e gráficos sobre frequência de meningite, notícias sobre quantidade e datas de chegada de vacinas importadas, bem como referências a necessidade de prevenção. Divulgação de matéria sensacionalista ou exploração tendenciosa através da imprensa de qualquer assunto relativo a meningite, (sic) fica igualmente proibido.

Percebe-se a gravidade da situação de um governo autoritário e principalmente dos instrumentos da censura em todas suas formas, quando um tema de saúde pública muito relevante e que se divulgado poderia evitar centenas de mortes, é obscurecido pelo poder público. Ao censurar a questão da epidemia da meningite, o regime deliberadamente preferiu manter a imagem ilusória de um país próspero e cordial, enquanto centenas de famílias perdia entes queridos pela desinformação causada pela censura. Clóvis Rossi apontava o silêncio por parte do governo, como uma ainda mais prejudicial, pior ao silenciar, além de muitos sofrerem pela desinformação, posteriormente abre-se precedentes para criação de boatos fantasiosos que dificultaria ações futuras, como a vacinação, que só viria a ser distribuída partir de 1975.

A seção editorial de **O Estado de S. Paulo** era intitulada de *Notas e Informações* e estava localizada sempre na página 3 do periódico. No dia 10 de dezembro de 1974,

poucos dias antes das eleições para o Congresso que viria a renovar um terço do Senado e todas as cadeiras da Câmara dos Deputados, o jornal lançou um editorial com uma profunda descrença em renovações e críticas duras ao Golpe de 1964.

[...] Com os acontecimentos de 65, porém, a drástica solução que lhes deu o AI-2, espécie de sub-revolução, saída de dentro da primeira, a verdade é que a vida política esmoreceu. [...] Perderam todo o interesse as eleições subsistentes. Se não diminuiu assustadoramente o índice de comparecimento às urnas, foi simplesmente pelo temor de sanções. Mas o voto é indiferente e inexpressivo. Pelo menos, assim vinha sendo até agora. Assim se pronunciavam igualmente as eleições do próximo dia 15, quando subitamente, uma centelha riscou o ar e eis que os programas gratuitos ganham ouvintes e o cidadão pensa gravemente em votar. Que teria acontecido, no País, para explicar a mudança? Acontecer, propriamente, não aconteceu nada. Talvez pelo contrário, esteja desalentando alguma coisa: a euforia do “milagre” que há um ano tender a entrar em recessos (O Estado de S. Paulo, *E agora?*, 10 de novembro de 1974, p. 3).

Este editorial é um dos mais agressivos e pessimistas contra o regime. O papel da censura nesse contexto foi de minar e dificultar o acesso de informações e reflexões ao grande público para explorar ainda a imagem de sucesso que, naquele ano de 1974, começava a ruir e sem demonstrações de que o caminho de *distensão-transição-abertura* seria de forma linear e segura. (NAPOLITANO, 2014).

Em outro editorial, publicado em 19 de novembro daquele ano, cinco dias após as eleições e da expressiva vitória da oposição do Movimento Democrático Brasileiro (MDB) no Congresso, o texto esboçou um receio em comemorar o resultado das eleições e ainda alertou para que a oposição se contivesse para evitar represálias.

BRASILIA – Como a Revolução reagirá à derrota fragorosa de seus candidatos nas eleições de sexta-feira? – [...] **O poder revolucionário, situado acima e além das leis, dispõe de condições para interferir em tudo, até mesmo nas consequências de uma eleição.** [...] De qualquer forma, torna-se evidente que, não vivendo o País um Estado de Direito, não apenas ao presidente da República é dado estabelecer a realidade. Revolucionariamente, ela também se faz pela ação de outros setores – e a história recente tem sido pródiga de exemplos nesse sentido. [...] Sem abrir mão de seus princípios ou objetivos – o maior dos quais é o mesmo aprimoramento do regime - **a revigorada oposição precisará estar atenta para não fornecer nem motivos e nem pretextos para os inconformados com o seu crescimento, pois ainda custará muito chegar o dia em que, mesmo sendo majoritária, ela poderá assumir o governo** (O Estado de S. Paulo, *Reação do governo é a maior preocupação*, 19 de novembro de 1974, p. 3, grifos meus).

A vitória da oposição nas eleições não era garantia de guinada do regime para a democracia: “As primeiras análises do governo desprezavam a possibilidade de que o eleitorado tivesse votado contra a ditadura” (GASPARI, 2003, p. 456). Nesse sentido, a decisão de propor eleições diretas em novembro de 1974 só se concretizaria pois Geisel acreditou nas eleições de aliados do partido governista, a ARENA, que daria ao presidente a possibilidade de reestruturar a Constituição e assim aprovar medidas de intervenção alinhadas ao seu projeto de *distensão* controlada e gradual. Com a derrota eleitoral, o ditador foi obrigado a enquadrar seu projeto *distensionista* a partir de algumas decisões que também passariam a ser do crivo de deputados e senadores oposicionistas.

Todavia, o editorial d’ **O Estado de S. Paulo** apresentado aqui é claro no que diz respeito às práticas recomendáveis aos congressistas eleitos da oposição e também sobre o medo de represálias do governo, já que como afirma o texto, naquele momento estar “não vivendo o País um Estado de Direito”. Ainda que a notícia tenha sido censurada e o jornal mostrado resistência ao tentar publicar o texto, as palavras expressam uma recomendação à oposição que ficasse atenta e não desse motivos que contrariassem o governo ditatorial. É nessa linha, entre o que queria e o que poderia ser dito, que operou a autocensura no restante da imprensa. Por isso, o mesmo jornal que ousou editar reportagens e textos que afrontassem a imagem do regime, sugeriu nesse caso que os congressistas da oposição estivessem mais atentos e evitassem instigar reações dos militares. A censura não operou apenas nos periódicos censurados, nem só nos jornais, nem só nos congressistas, mas o clima de medo, o maior símbolo da censura, esteve presente em todas as esferas da sociedade.

No dia 04 de dezembro, o editorial foi vetado por completo e visava produzir uma crítica direta à própria censura. Devido à larga extensão do texto, apenas alguns trechos serão expostos aqui, a fim de demonstrar as críticas e a opinião do jornal referente ao tema.

Evidentemente que a primeira responsabilidade, no caso, pertence àqueles que, além de brindarem o País com um demorado hiato na prática da democracia, se esmeraram na imposição de lideranças políticas cuja vacuidade intelectual e cívica só tinha equivalente no seu alheamento em relação aos anseios mais profundos da coletividade. [...] Nunca se deve perder a fé na liberdade, mesmo em situações de transição. Como dizíamos no início deste comentário, os antecedentes da experiência democrática não estão esgotados. Uma teoria não é um dogma. Quem julga dominar

o tumulto impondo o silêncio à expressão de opiniões legítimas a si mesmo se condena (O Estado de S. Paulo, *os novos eleitos*, 04 de dezembro de 1974, p. 3, grifos meus).

A ditadura no pós-64 no Brasil, ainda que possuísse todos os instrumentos legais para aprovar leis e criar decretos para diversas áreas, preferiu escamotear em muitos casos os instrumentos de cerceamento de liberdade. O governo brasileiro praticava a censura, mas não admitia nem que se questionasse o instrumento, nem que se discutisse ou que isso se tornasse público, ainda mais tema num jornal de grande expressão, como era o caso do **O Estado de S. Paulo**.

Uma possível resposta é que nesse momento reina, além do arbítrio, um jogo de farsas. O arcabouço legislativo montado também é uma tentativa de dar um rosto ao regime, um véu suspenso no ar. Negava-se a violência e os desmandos que cometiam. Não havia para eles nem tortura, nem censura. Não havia violação de direitos humanos. (KUSHNIR, 2001, p. 115).

No último dia do ano de 1974, uma reportagem fez um balanço do que foi aquele ano e foi publicada com o título: “Geisel: A esperança de democratização” Nesse caso, a censura usou um de suas estratégias quando aprovava trechos e censurava outros de um mesmo texto; ou seja, o artigo foi publicado parcialmente com a maior parte do trecho publicado, mas com alguns pontos importantes censurados. Como o objetivo desse artigo é analisar o papel da censura, os trechos escolhidos foram os vetados pelos censores.

Logo no início de seu governo, Geisel deu a primeira demonstração concreta de que, se era partidário da normalização democrática, nem por isto estava disposto a deixar de agir com energia e até com dureza. O então deputado Francisco Pinto, do MDB, que fizera críticas e ataques considerados ofensivos ao general Augusto Pinochet, presidente do Chile, que viera para a posse de Geisel, foi processado e enquadrado na lei de segurança nacional. [...] **Muito dos mais responsáveis e experientes políticos – e não apenas da Arena – viram no episódio de Francisco Pinto uma amostra do que seria o governo Geisel, no setor político: intenção democratizadora, por meio de um processo gradual, durante o qual os excessos seriam contidos com dureza e, sempre que possível, sem apelo aos atos de exceção** (O Estado de S. Paulo, *Geisel: A esperança da democratização*, 31 de dezembro de 1974, p. 2, grifos meus).

Os exemplos citados acima, demonstram o balanço do que foi o início do governo de Ernesto Geisel, como uma continuação dos governos anteriores por meio da aplicação dos Atos Institucionais e prisões e perseguições arbitrárias, encobridos pelo espectro da censura. De acordo com Thomas Skidmore (1998, p. 306), “Geisel estava ajudando a

sociedade civil a despertar novamente, mas não estava preparado para ouvir o que a voz da sociedade tinha para dizer”. Desse modo, o exemplo da censura prévia no jornal **O Estado de S. Paulo** permite observar que em 1974 houve um vislumbre bem menos otimista para práticas democráticas do que o regime quis imprimir na época e do que parte da memória liberal guardou sobre período.

Em todo o período da ditadura civil-militar os periódicos apresentaram-se, ora como apoiadores dos militares, ora como contestadores do regime autoritário. Mais especificamente, no contexto de início do governo do presidente Ernesto Geisel em 1974, a censura prévia ainda estava em voga em alguns periódicos da chamada Grande Imprensa. Aos jornais e revistas que não estavam submetidos à presença dos censores em suas redações, vigorava a prática da autocensura, já que a censura prévia servia para disciplinar outras vozes da imprensa que ousassem contestar o governo.

No ano de 1974, com a censura em vigor n’**O Estado de S. Paulo**, vê-se que muitos temas eram vetados pela censura. Quaisquer questões que contrariassem o discurso e ameaçassem a imagem que o governo procurou construir em torno de si mesmo, eram excluídos e outros periódicos também não mencionavam esses temas sob o risco de serem censurados. Convém salientar que o jornal **O Estado de S. Paulo** evidenciava ao público que estava sob a censura, já que as páginas e notícias vetadas não eram substituídas por outras informações e nem eram deixadas em branco, mas majoritariamente preenchida por trechos de poemas e mais especificamente de *Os Lusíadas*, causando estranhamento no público-leitor e chamando a atenção para o lugar incomum da epopeia de Camões onde deveriam aparecer notícias do país.

Como se procurou mostrar, as páginas censuradas no jornal **O Estado de S. Paulo** demonstram aquilo que o governo de Geisel não permitia que se falasse e que por isso, o periódico sofreu diversos vetos. Entre esses, desavenças do regime com bispos e a Igreja, denúncias de prisões e torturas, críticas oposicionistas do Brasil e do exterior, além de desaprovação a respeito da própria censura. Pelas perseguições políticas, violência do Estado e procura absoluta de cerceamento de discursos críticos ao regime e seus integrantes, esse projeto *distensionista*, se limitou ao discurso que tratou sobre “afrouxamento” enquanto o regime endurecia e refreava as liberdades individuais e sociais.

Nesse sentido, a importância de se estudar a censura às páginas do jornal **O Estado de S. Paulo** está na possibilidade de perceber como o governo de Ernesto Geisel, que se inicia em 1974 e cria para si uma imagem de abrandamento de tensões, na prática recrudescer sobre a liberdade de expressão da população e da oposição no Congresso e violou o direito à informação, censurando os jornais que, inclusive, apoiaram o Golpe em 1964. Além disso, com a derrota eleitoral nas eleições legislativas em 1974, o governo se sustentou sob a égide de um projeto de *distensão* sob as rédeas curtas do regime, que continuou a perseguir a oposição e a utilizar dos instrumentos autoritários do AI-5. Os últimos editoriais analisados mostram que havia um clima pouco otimista em relação ao projeto de “transição democrática”. Assim, se posteriormente o governo de Ernesto Geisel é considerado como “o governo que levou o projeto de liberalização mais longe” (SKIDMORE, 1988, p. 277) essa ideia se choca em grande medida com as ações promovidas pelo governo e o clima pouco otimista visualizado nas páginas do jornal **O Estado de S. Paulo**, o que desconstrói o mito de “postura mais democrática” em torno do presidente Ernesto Geisel.

Fontes

Acervo Estadão. 1974. Acesso em 24 de janeiro de 2023.

Referências

- AQUINO, Maria Aparecida de. *Censura, Imprensa, Estado Autoritário (1968-1978): o exercício cotidiano da dominação e da resistência*. O Estado de São Paulo e Movimento. Bauru: Edusc, 1999.
- BRASIL. Presidente (1974-1979: Ernesto Beckmann Geisel). Discurso feito aos dirigentes da ARENA, Palácio da Alvorada. 29 de agosto de 1974.
- CARVALHO, Aloysio. Geisel, Figueiredo e liberalização do regime autoritário (1974-1985). *Revista de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, v. 48, n. 1, p.115-147, 2005.
- DE LUCA, Tania Regina. História dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, Carla Bassanezi (Org.). *Fontes históricas*. São Paulo: Contexto, 2008. p. 111-154.
- DREIFUSS, René Armand. *1964: A conquista do Estado: Ação Política, Poder e Golpe de Classe*. Petrópolis: Vozes, 1981. 814 p.
- GASPARI, Elio. *A ditadura derrotada*. São Paulo: Companhia das Letras, 2003. 573 p.
- GASPARI, Elio. *A ditadura encurralada*. São Paulo: Companhia das Letras, 2004. 544p.

- GENTILLI, Victor. O jornalismo brasileiro do AI-5 à distensão: “milagre econômico”, repressão e censura. *Estudos em Jornalismo e Mídia*, Florianópolis, v. 1, n. 2, p.87-99, jul-dez. 2004.
- HOEVELER, Rejane Carolina. A distensão gradualista: elaboração civil e militar no projeto estratégico de Golbery e Geisel (1972/1973). In: OFÍCIO DO HISTORIADOR: ENSINO E PESQUISA, 15., 2012, Rio de Janeiro. *Anais do XV encontro regional de História da ANPUH-RIO*. Rio de Janeiro: 2012. p. 1 - 9.
- KUSHNIR, Beatriz. *Cães de Guarda: jornalistas e censores, do AI-5 à Constituição de 1988*. 2001. 428 f. Tese (Doutorado) - Curso de História, Unicamp, Campinas, 2001.
- LEMONS, Renato Luis do Couto Neto e. *Ditadura, anistia e transição política no Brasil (1964-1979)*. Rio de Janeiro: Consequência, 2018.
- MATHIAS, Suzeley Kalil. O projeto militar de distensão: Notas sobre a ação política do presidente Geisel. *Revista de Sociologia e Política*, Curitiba, n.4/5, p. 149-159, 1995.
- NAPOLITANO, Marcos. *1964: História do Regime Militar Brasileiro*. São Paulo: Editora Contexto, 2014. 368 p.
- NETO, Mário Danieli. Entre a democracia e o autoritarismo: Os planos econômicos de Jango a Geisel (décadas de 1960/70). In: DANIELI NETO, Mário; STEFFENS, Marcelo Hornos; ROVAI, Marta Gouveia de Oliveira (Org.). *Narrativas sobre tempos sombrios: Ditadura civil-militar no Brasil*. São Paulo: Letra e Voz, 2017. p. 47-72.
- NOGUEIRA, Jefferson Gomes. A censura engajada: análise do discurso e formas de resistência do jornal o Estado de São Paulo durante o regime militar no Brasil. *História e Diversidade*, Campo Grande, v. 6, n. 1, p.210-226, jan. 2015.
- REIS, Daniel Aarão. *Ditadura militar, esquerdas e sociedade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000. 85 p.
- SKIDMORE, Thomas. *Brasil: de Castelo a Tancredo*. São Paulo: Paz e Terra, 1988.
- STEFFENS, Marcelo Hornos. A linha dura nas páginas da Folha de São Paulo: Análise dos editoriais publicados entre os anos de 1964 e 1972. *Revista Poder e Cultura*, Rio de Janeiro, v. 4, n. 7, p.34-55, jan-jun. 2017.
- STEFFENS, Marcelo Hornos. A Folha de São Paulo fala sobre o março de 1964: Os editoriais do jornal à “espera” do golpe civil-militar. In: DANIELI NETO, Mário; STEFFENS, Marcelo Hornos; ROVAI, Marta Gouveia de Oliveira (Org.). *Narrativas sobre tempos sombrios: Ditadura civil-militar no Brasil*. São Paulo: Letra e Voz, 2017. p. 19-46.
- THOMPSON, John B. *Mídia e Modernidade: uma teoria social da mídia*. Petrópolis, Vozes, 1998.
- TOLEDO, Caio Navarro de. 1964: O golpe contra as reformas e a democracia. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 24, n. 47, p.13-28, jul. 2004.



Os direitos de licenciamento utilizados pela Revista Histórias Públicas é a licença Creative Commons Attribution-Non Commercial 4.0 International (CC BY-NC-SA 4.0)

Recebido em: 25/07/2022
Aprovado em: 27/01/2023

Dez anos da Comissão Nacional da Verdade e as comissões da verdade locais no Brasil: parcerias e ações para o acesso aos arquivos

*Georgete Medleg RODRIGUES⁵
Mônica TENAGLIA⁶*

Resumo: Nos dez anos da vigência da Comissão Nacional da Verdade (CNV), este trabalho oferece um panorama das experiências das comissões da verdade brasileiras com os arquivos. A partir da análise de vinte relatórios finais, apresenta as ações e estratégias das comissões para localizar e acessar documentos e as suas parcerias com os cursos de Arquivologia e de História para viabilizar a utilização dos arquivos. Essas experiências apontam para possibilidades de sua utilização em atividades de pesquisa, ensino e extensão voltadas aos direitos humanos e confirmam a centralidade dos documentos para as investigações sobre violações de direitos humanos e a efetivação do direito à reparação, à verdade e à memória. O trabalho defende a importância de uma ampla promoção dos resultados das investigações das comissões da verdade para fomentar o debate sobre violações de direitos humanos no período ditatorial e a persistência dessas violações na atualidade.

Palavras-chave: Comissões da verdade, Arquivos, Direitos humanos, Ditadura militar.

⁵ Doutora em História pela Université Paris-Sorbonne. Professora Associada de Ciências da Informação da Universidade de Brasília. Brasília, Distrito Federal, Brasil. ORCID: 0000-0002-6446-6171. E-mail: medleg.georgete@gmail.com

⁶ Doutora em Ciência da Informação pela Universidade de Brasília. Professora Adjunta de Ciências da Informação da Universidade Federal do Pará. Belém, Pará, Brasil. ORCID: 0000-0002-5537-0143. E-mail: monicatenaglia@ufpa.br

Ten years of the National Truth Commission and the local truth commissions in Brazil: partnerships and actions for access to archives

Abstract: In the ten years since the National Truth Commission (*Comissão Nacional da Verdade* - CNV) has been in force, this work offers an overview of the experiences of Brazilian truth commissions with archives. Based on the analysis of twenty final reports, it presents the actions and strategies of the commissions to locate and access documents and their partnerships with the Archival and History courses to enable the use of archives. These experiences point to the possibilities of their use in research, teaching and outreach activities focused on human rights, and confirm the centrality of documents for investigations into human rights violations and the defense of the right to reparation, truth, and memory. The work defends the importance of a broad promotion of the results of the investigations of the truth commissions to foment the debate on human rights violations in the dictatorial period and the persistence of these violations today.

Keywords: Truth commissions, archives, human rights, military dictatorship.

Introdução

Numa audiência pública sobre mulheres catarinenses presas e torturadas, o então coordenador da Comissão Estadual da Verdade de Pernambuco, Manuel Moraes, falou o seguinte: “A primeira coisa que a gente precisa romper é a ideia de que não tem documento, existem documentos sim. Eu posso até dizer que sobre todos esses casos que vocês relataram hoje à tarde, deve [sic] existir acervos importantes, fichas, levantamento, todo estudo sobre cada uma de vocês” (COMISSÃO ESTADUAL DA VERDADE DE SANTA CATARINA, 2014, p. 154).

Naquela ocasião, comissões da verdade eram criadas em diversas partes do território nacional para investigar as violações de direitos humanos ocorridas, principalmente, durante a ditadura militar (1964-1985) e registrar as suas investigações em relatórios finais.

A disseminação das comissões da verdade beneficiou-se de uma agenda nacional voltada aos direitos humanos e à justiça de transição⁷ que, gradativamente, foi evoluindo após a redemocratização do País, em 1985. E a criação da Comissão Nacional da Verdade (CNV), em 2011, impulsionou esse movimento em prol das comissões locais.

Simultaneamente à criação da CNV, foi aprovada a Lei nº 12.527/2011, conhecida como Lei de acesso à informação (LAI) que regulamenta o direito à informação, estabelecido na Constituição Federal (CF) de 1988. A LAI, por meio do Art. 21⁸, também determina que informações ou documentos sobre violações de direitos humanos não podem ser objeto de restrição de acesso ou destruição.

O direito à informação é fundamental aos trabalhos das comissões da verdade pois elas utilizam e produzem grandes quantidades de informação. Os arquivos, neste sentido, têm um papel central nas investigações sobre violações de direitos humanos e o seu protagonismo tem sido debatido há algumas décadas. Conforme observam Adami e Hunt

⁷ Compreende dimensões que perpassam medidas de reparação, restauração da verdade histórica e construção da memória, reestabelecimento da igualdade perante a lei e reforma das instituições.

⁸ Art. 21: Não poderá ser negado acesso à informação necessária à tutela judicial ou administrativa de direitos fundamentais. Parágrafo único: As informações ou documentos que versem sobre condutas que impliquem violação dos direitos humanos praticada por agentes públicos ou a mando de autoridades públicas não poderão ser objeto de restrição de acesso.

(2012, p. 211, tradução nossa), “é um pouco irônico que os regimes repressivos tenham o hábito de manter vastas quantidades de documentos que [posteriormente] são usados para processar os perpetradores”. Ou, nas palavras de Rodrigues e Silva, “o paradoxal nas ações dos Estados, mesmo as mais secretas, ou realizadas em períodos de exceção, é que elas são registradas” (RODRIGUES; SILVA, 2001, p. 180).

Este trabalho utiliza parte dos dados de uma pesquisa de doutorado em Ciência da Informação cujo objetivo, dentre outros, foi analisar as ações e estratégias das comissões da verdade brasileiras para acessar e utilizar os arquivos em suas investigações tendo como corpus de análise 20 relatórios finais, incluindo o da CNV.

Uma das conclusões da pesquisa é que as comissões da verdade localizaram diversos acervos que ainda não haviam sido identificados e recolhidos às instituições arquivísticas, embora fossem relevantes às investigações sobre violações de direitos humanos. Sem condições de acessá-los devidamente, em função da falta de organização dos documentos, identificamos que algumas comissões da verdade estabeleceram parcerias com universidades, principalmente, cursos de Arquivologia e de História, para colaborar nas atividades de tratamento e pesquisa documental. Essas iniciativas apontam para possibilidades de utilização dos arquivos em atividades de pesquisa, ensino e extensão voltadas aos direitos humanos, indo ao encontro de debates, por exemplo, da Arquivologia, sobre a importância de inserir os arquivistas nas questões éticas e de direitos humanos para serem capazes de compreender as implicações das práticas profissionais em um contexto de justiça social (GILLILAND, 2011).

A partir da análise dessas experiências é possível igualmente confirmar a centralidade dos documentos para as investigações sobre violações de direitos humanos e à efetivação do direito à reparação, à verdade e à memória, e cuja importância para a defesa dos direitos humanos tem sido debatida há algumas décadas.

Os relatórios finais das comissões da verdade ao mesmo tempo registram diferentes interpretações e narrativas sobre a ditadura militar, adequando-as às várias experiências históricas e sofrimentos (HOLLANDA, 2018). A promoção dos resultados dessas investigações pode contribuir para fomentar o conhecimento sobre o passado ditatorial e os abusos cometidos pelo Estado, a fim de reconhecer a permanência desses abusos na sociedade atual.

De natureza qualitativa, histórico-documental, a pesquisa foi desenvolvida a partir de um levantamento realizado na internet para localizar relatórios finais de comissões da verdade publicados entre 2012 e 2018. Dentre as 88 comissões da verdade identificadas durante a pesquisa de doutorado, foram selecionados 20 relatórios finais para compor o *corpus* da análise deste artigo, conforme o Quadro 1:

Quadro 1: Comissões da verdade selecionadas.

Nº	Nome	Categoria
1	Comissão Nacional da Verdade	Nacional
2	Comissão Estadual da Verdade do Amapá	Estadual
3	Comissão Estadual da Verdade da Bahia	Estadual
4	Comissão Estadual da Verdade da Paraíba	Estadual
5	Comissão Estadual da Verdade de Pernambuco	Estadual
6	Comissão Estadual da Verdade do Paraná	Estadual
7	Comissão Estadual da Verdade de Santa Catarina	Estadual
8	Comissão Estadual da Verdade de Minas Gerais	Estadual
9	Comissão Estadual da Verdade do Rio de Janeiro	Estadual
10	Comissão Estadual da Verdade de São Paulo	Estadual
11	Comissão Municipal da Verdade de Guarulhos	Municipal
12	Comissão Municipal da Verdade de Juiz de Fora	Municipal
13	Comissão da Verdade da Prefeitura de São Paulo	Municipal
14	Comissão Municipal da Verdade de Volta Redonda	Municipal
15	Comissão da Verdade da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN)	Universitária
16	Comissão da Verdade da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES)	Universitária
17	Comissão da Verdade da Universidade de Brasília (UnB)	Universitária
18	Comissão da Verdade da Universidade de São Paulo (USP)	Universitária
19	Comissão Camponesa da Verdade (CCV)	Setorial
20	Comissão da Verdade da Central Única dos Trabalhadores (CUT)	Setorial

Fonte: Elaboração das autoras.

O artigo está dividido em três seções. A primeira, trata das experiências das comissões da verdade em identificar e localizar os acervos sobre a ditadura militar. A segunda seção apresenta as parcerias estabelecidas entre as comissões e as universidades,

apontando para formas de utilização dos documentos nas atividades de pesquisa, ensino e extensão voltadas aos direitos humanos e destacando a centralidade dos arquivos para a efetivação do direito à reparação, à memória e à verdade. Por fim, as considerações finais.

2 Arquivos e comissões da verdade

No informativo do mês de setembro de 2018⁹, do Grupo de Trabalho sobre Direitos Humanos do Conselho Internacional de Arquivos [*Human Rights Working Group/International Council on Archives (HRWG/ICA)*]¹⁰, a conceituada arquivista Trudy Huskamp Peterson, escreveu:

Passamos muito das últimas duas décadas falando sobre o uso de arquivos em situações de justiça de transição, concentrando-nos nos quatro pilares de responsabilizar, assegurar a não repetição, conhecer a verdade sobre o que aconteceu e fornecer reparações. Nós olhamos para o passado traumático e antidemocrático de um país, mas exibimos uma confiança frequentemente ingênua de que seu futuro seria mais democrático do que seu regime passado permitiu. Agora, porém, precisamos enfrentar a triste realidade de que alguns países vão na direção oposta, que uma breve experiência de um regime menos repressivo pode ser sucedida pela imposição - abruptamente ou por etapas graduais - de uma nova forma repressiva de governo ou novos repressores com um ressurgimento de uma velha forma de governo (PETERSON, 2018, Não paginado, tradução nossa).

Os arquivos são importantes fontes de investigação sobre violações de direitos humanos e sua centralidade para estas investigações ganhou destaque, nas últimas décadas, pela necessidade de países examinarem abusos cometidos durante regimes repressivos e, também, pela compreensão cada vez mais ampla da sociedade sobre a importância do acesso aos arquivos e à informação para a transparência pública e participação popular.

As investigações sobre violações dos direitos humanos requerem a utilização de grandes quantidades de evidências que podem estar registradas em documentos. Dentre os órgãos que investigam essas violações, estão as comissões da verdade. Inicialmente um dos instrumentos da justiça transicional, as primeiras comissões foram criadas na

⁹ Disponível em: https://www.ica.org/sites/default/files/hrwg_newsletter_september_2018.pdf. Acesso em: 23 ago. 2022.

¹⁰ O HRWG foi criado para implementar a resolução sobre a preservação dos documentos de arquivo referentes a violações de direitos humanos, aprovada na Conferência Internacional da Mesa Redonda de Arquivos [*Conférence Internationale de la Table Ronde des Archives (CITRA)*], na Cidade do Cabo, África do Sul, em 2003. O ICA foi fundado em 1948, em Paris, com o apoio da Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura (UNESCO), com o objetivo de promover a preservação, gestão e uso dos arquivos.

América Latina a partir da década de 1980, após o fim de ditaduras militares e guerras civis e se disseminaram pelos países da antiga União Soviética, continente africano e em outros países que estiveram sob regimes repressivos.

Embora seja difícil quantificar o número exato, é possível afirmar que nos últimos 30 anos, mais de 40 comissões da verdade foram estabelecidas em todos os continentes (CHAPMAN; BALL, 2001; HAYNER, 2006, 2011; JONES; OLIVEIRA, 2016; SRIRAM, 2004; WIEBELHAUS-BRAHM, 2009, 2010).

2.1 Comissões da verdade no Brasil

No Brasil, a CNV foi criada por meio da Lei nº 12.528/2011 e entrou oficialmente em vigência em 16 de maio de 2012. A Comissão teve o objetivo de “examinar e esclarecer as graves violações de direitos humanos praticadas no Brasil entre 1946 e 1988, a fim de efetivar o direito à memória e à verdade e promover a reconciliação nacional” (BRASIL, 2011, Não paginado).

Simultaneamente ao funcionamento da CNV, ocorreu a inauguração de um fenômeno – que nos parece único, internacionalmente – a instalação, no Brasil, de dezenas de comissões da verdade em estados, municípios, universidades e de representações profissionais e entidades, incentivada pela própria Comissão nacional, cujo texto de criação previu o estabelecimento de “parcerias com órgãos e entidades, públicos ou privados, nacionais ou internacionais, para o intercâmbio de informações, dados e documentos” (BRASIL, 2011, Não Paginado). Alguns estudiosos consideram que a propagação de comissões da verdade em diversas partes do território nacional também foi resultado da demora do governo federal na instalação da CNV (WEICHERT, 2016).

O direito constitucional de acesso à informação foi regulamentado por meio da LAI que, como observado anteriormente, foi promulgada no mesmo ano da lei que criou a CNV e de algumas comissões da verdade locais. Durante a sanção das leis que criaram a CNV e a LAI, a então presidenta Dilma Rousseff declarou que “uma não existe sem a outra, uma é pré-requisito para a outra, e isso lançará luzes sobre períodos da nossa história que a sociedade precisa e deve conhecer” (ROUSSEFF, 2011, Não Paginado).

Além da regulamentação do direito de acesso à informação, desde a década de 1990, por meio de decretos de alguns governos estaduais, os acervos de antigos órgãos

de segurança e informação da ditadura militar foram recolhidos, de forma independente e desarticulada, às instituições arquivísticas, com destaque aos arquivos dos Departamentos de Ordem Política e Social (DOPS). Com o título “Arquivos da repressão: do recolhimento ao acesso”, o dossiê publicado pela revista Quadrilátero do Arquivo Público do Distrito Federal (ArPDF), em 1998, buscou dar visibilidade às ações de recolhimento, tratamento e acesso aos acervos realizados pelas instituições arquivísticas ou afins. (QUADRILÁTERO, 1998)

Decorrente de sucessivas demandas de setores da sociedade e atos paliativos dos poderes executivo e legislativo federal - que permitissem identificar e dar acesso aos arquivos do período da ditadura militar - e em decorrência da divulgação, pela imprensa, de fotos supostamente do jornalista Vladimir Herzog, preso e assassinado pela ditadura militar,¹¹ em 2005, por meio de um decreto federal¹², os acervos do Sistema Nacional de Informações e Contrainformações (Sisni), que tinha como órgão central o Serviço Nacional de Informações (SNI), foram recolhidos à Coordenação Regional do Arquivo Nacional (COREG), em Brasília. Quatro anos depois, em 2009, foi criado o Centro de Referência das Lutas Políticas no Brasil (1964-1985): Memórias Reveladas¹³, sob a coordenação do Arquivo Nacional, no Rio Janeiro, com o objetivo de facilitar o acesso aos arquivos sobre a ditadura militar e promover a articulação em rede, entre as entidades detentoras de acervos sobre o período ditatorial.

2.2 As fontes documentais das comissões da verdade

Em 2012, com o apoio do Ministério da Justiça, o Arquivo Nacional digitalizou cerca de 10 milhões de páginas de documentos para auxiliar nas pesquisas da CNV e comissões da verdade locais (COMISSÃO NACIONAL DA VERDADE, 2014).

É inegável que um vasto aparato documental sobre a ditadura militar já estava disponível quando do início dos trabalhos da CNV e das comissões da verdade locais, cenário este descrito pelo arquivista espanhol Antonio González Quintana (2009, p. 92),

¹¹ Uma análise detalhada das ações e reações do poder executivo federal e do poder legislativo em relação a esse tema encontra-se em Rodrigues (2012).

¹² Decreto nº 5.584, de 18 de novembro de 2005.

¹³ Mais informações em: <https://www.gov.br/memoriasreveladas/pt-br>. Acesso em: 15 ago. 2022.

anos antes, como “a experiência mais importante da América Latina no âmbito da restituição dos arquivos da repressão”.

A despeito da disponibilidade destes acervos, as comissões da verdade promoveram a identificação e recolhimento de novos conjuntos documentais, por meio do estabelecimento de acordos de cooperação entre elas, eventos e parcerias com os órgãos responsáveis pelos acervos. Essas iniciativas contribuíram para fomentar a troca de experiências e o debate sobre as atividades das comissões, além de possibilitar a identificação e preservação de novas fontes de informação sobre o período investigado.

No que diz respeito às iniciativas da CNV, esta organizou encontros e reuniões com as comissões da verdade locais para integrá-las às suas atividades. De acordo com o Relatório Final, em setembro de 2013, a CNV realizou reuniões com as comissões estaduais e municipais. Em abril de 2014, com as comissões universitárias; e, em maio do mesmo ano, a CNV reuniu-se com as comissões com as quais havia firmado acordos de cooperação. Estas iniciativas serviram para apresentar a estrutura do relatório final da CNV e a metodologia para a elaboração dos perfis sobre mortos e desaparecidos políticos (COMISSÃO NACIONAL DA VERDADE, 2014).

Por sua vez, as comissões da verdade locais também firmaram parcerias entre elas para promover o intercâmbio de informações e facilitar a realização de eventos e pesquisas. A Comissão Estadual da Verdade do Rio de Janeiro promoveu, ainda, a criação de comissões da verdade em nove municípios e no seu relatório final afirmou que as comissões da verdade municipais “tiveram papel fundamental na identificação de indivíduos e grupos sociais atingidos pela ditadura militar, desenvolvendo pesquisas, colhendo testemunhos e mapeando espaços de memória e locais de prisão e tortura em seus respectivos municípios” (COMISSÃO ESTADUAL DA VERDADE DO RIO DE JANEIRO, 2015, p. 45). A Comissão Municipal da Verdade de Volta Redonda, RJ, firmou parceria com a Comissão Estadual da Verdade do Rio de Janeiro para investigar a atuação da Companhia Siderúrgica Nacional (CSN) durante a ditadura militar (COMISSÃO MUNICIPAL DA VERDADE DE VOLTA REDONDA, 2015).

As comissões da verdade, ainda no início de suas atividades, realizaram acordos de cooperação e parcerias com órgãos da administração pública. A CNV, por exemplo, explica que, no primeiro ano de funcionamento, realizou as primeiras reuniões com o

Ministério da Defesa, Ministério da Justiça, Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, Advocacia-Geral da União, Comissão de Anistia, Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos e o Arquivo Nacional, e com os grupos de familiares de mortos e desaparecidos políticos.

A Comissão Municipal da Verdade de Juiz de Fora detalhou as visitas realizadas a diversas instituições, como Polícia Federal, Auditoria da 4ª Circunscrição Judiciária Militar (4ª CJM), Penitenciária José Edson Cavaliéri (PJEC) e 2º Batalhão da Polícia Militar (2º BPM). A comissão esteve, ainda, com o vice-reitor da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF) para obter autorização de acesso aos arquivos daquela universidade relacionados aos professores e alunos perseguidos durante a ditadura militar. Dessa reunião, a Comissão obteve autorização para acessar todos os locais e arquivos relacionados à pesquisa (COMISSÃO MUNICIPAL DA VERDADE DE JUIZ DE FORA, 2016).

A Comissão Estadual da Verdade de Minas Gerais, ao apresentar os trabalhos desenvolvidos sobre a repressão ao movimento estudantil, afirma que após ser levantada a bibliografia, procurou as instituições universitárias e assinou termos de cooperação com os seus dirigentes. A Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), assinou um “protocolo de intenções” com a Comissão, possibilitando que ela realizasse pesquisas em diferentes acervos da instituição.

A Comissão Estadual da Verdade da Paraíba relata ter encaminhado “170 ofícios às mais diversas autoridades estaduais e federais, buscando informações, cópias de documentos dos arquivos da ditadura [...]” (COMISSÃO ESTADUAL DA VERDADE DA PARAÍBA, 2017, p. 109).

Após estabelecerem parcerias com órgãos públicos, as comissões da verdade entraram em contato com as instituições arquivísticas detentoras dos documentos necessários às suas investigações e firmaram acordos de cooperação técnica. Por exemplo, a Comissão Estadual da Verdade do Rio de Janeiro realizou parceria com o Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro (APERJ), resultando no “acesso à vasta documentação utilizada nas investigações abordadas no relatório” (COMISSÃO ESTADUAL DA VERDADE DO RIO DE JANEIRO, 2015, p. 47). A comissão da verdade fluminense afirma que, além da estrutura necessária ao desenvolvimento de suas

pesquisas, o APERJ permitiu o acesso direto aos fichários do DOPS, dinamizando as investigações, além de auxiliar os pesquisadores da comissão da verdade.

Algumas comissões funcionaram nas próprias dependências das instituições arquivísticas. Por exemplo, para a CNV, o Arquivo Nacional disponibilizou salas em sua Coordenação regional em Brasília e no prédio principal de sua rede, no Rio de Janeiro, além de oferecer suporte aos pesquisadores, “de modo a assegurar amplo acesso a documentos e a célere obtenção de cópias” (COMISSÃO NACIONAL DA VERDADE, 2014, vol. 1, p. 58-59). O Arquivo Nacional, com o apoio do Ministério da Justiça, reforçou a sua infraestrutura de tecnologia de informação, digitalizando cerca de 10 milhões de páginas de documentos relevantes às investigações da CNV.

A Comissão da Verdade da Prefeitura de São Paulo foi instalada nas dependências do Arquivo Histórico de São Paulo (AHSP), conforme termo de cooperação assinado pela Secretaria de Direitos Humanos e Cidadania, a Secretaria Municipal de Cultura e o Arquivo Histórico de São Paulo. No relatório final, a comissão da verdade afirmou que “foi de fundamental relevância para os trabalhos desenvolvidos pela CMV a colaboração do Arquivo Histórico de São Paulo, não apenas na oferta das salas, mas também na oportuna assessoria para localização de documentos [...]” (COMISSÃO DA VERDADE DA PREFEITURA DE SÃO PAULO, 2016, p. 43).

É importante destacar que, como resultado dos acordos firmados entre as comissões da verdade e órgãos públicos, com o objetivo de facilitar o acesso aos documentos, foram produzidas importantes iniciativas que beneficiaram a preservação dos arquivos acessados. Por exemplo, o termo de cooperação firmado entre a Comissão Municipal da Verdade de Juiz de Fora e a Auditoria da 4ª Circunscrição Judiciária Militar (4ª CJM), possibilitou o acesso a toda documentação ali existente da ditadura militar e, em contrapartida, a digitalização dos 250 livros da Auditoria pela comissão da verdade, “contribuindo com o acervo da 4ª CJM, que ainda não dispunha de versão digital” (COMISSÃO MUNICIPAL DA VERDADE DE JUIZ DE FORA, 2016, p. 24).

A Comissão da Verdade da Prefeitura de São Paulo, ao tomar conhecimento de que havia uma proposta de eliminação do acervo de processos do Arquivo Geral do Município, publicou uma resolução, em 2015, recomendando que não houvesse eliminação imediata de qualquer processo datado a partir de 1960.

Desta forma, é possível afirmar que a utilização dos arquivos nas investigações das comissões da verdade contribuiu para promover a organização e acesso de diversos conjuntos documentais, além de favorecer a identificação de acervos que ainda não haviam sido tratados ou recolhidos às instituições arquivísticas, promovendo, especialmente, a preservação de fontes de prova e informação sobre o período da ditadura militar.

Na próxima seção, apresentaremos as parcerias estabelecidas entre as comissões da verdade e as universidades, principalmente com os cursos de História e de Arquivologia, para viabilizar a utilização dos acervos nas investigações das comissões.

3 As parcerias das comissões da verdade com as universidades

Em 2012, o Centro Internacional para a Justiça de Transição (ICTJ), por meio do consultor Eduardo González, analisou o mandato legal da CNV e observou que a comissão poderia firmar parcerias com o Ministério da Educação, universidades e escolas a fim de elaborar ‘instrumentos educativos que permitissem o conhecimento objetivo dos fatos pela juventude brasileira’ (GONZÁLEZ, 2012, p. 14). Todavia, como constatado em nossa pesquisa, em três anos de funcionamento a CNV não desenvolveu nenhum projeto educacional.

Em relação às comissões da verdade locais, a pesquisa identificou que, entre as 20 comissões da verdade analisadas, 11 desenvolveram parcerias com universidades, auxiliadas por agências de fomento à pesquisa.

Dada a importância do trabalho resultante da parceria com os alunos de graduação e pós-graduação, a Comissão da Verdade da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES) destacou que:

[...] é importante registrar que a elaboração do presente Relatório Final foi possível, na primeira fase do trabalho – coleta, organização e digitalização – graças à colaboração de diversos estudantes, principalmente do curso de Arquivologia da UFES, que se revezaram nessas atividades [...]. Tendo como base os documentos recuperados, os acervos pesquisados e os depoimentos coletados, foi elaborado o presente Relatório Final [...]. Tal tarefa somente foi possível a partir de diversas contribuições, sobretudo de discentes do Programa de Pós-Graduação em História que adaptaram a temática de suas dissertações e teses em pesquisas sobre a história da UFES durante a ditadura militar (COMISSÃO DA VERDADE DA UFES, 2016, p. 20-21).

Da mesma maneira, a Comissão da Verdade de Juiz de Fora ressaltou a relevância do apoio da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF), em particular de discentes e docentes à comissão da verdade:

[...] A Universidade Federal de Juiz de Fora se tornou aliada da Comissão Municipal da Verdade desde o primeiro momento dada a grande importância histórica, política e social deste trabalho. O envolvimento dos pesquisadores da UFJF, entre docentes e alunos, colaborando no desenvolvimento das atividades da Comissão [...] (COMISSÃO DA VERDADE DE JUIZ DE FORA, 2016, Não paginado).

A importância dos trabalhos das universidades com as comissões da verdade é decorrente do fato de que essas parcerias, na maior parte dos casos, foram firmadas para viabilizar as atividades das comissões. Por exemplo, a Comissão da Verdade da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN) relata que “no decorrer dos trabalhos, a comissão sentiu a necessidade de recrutar alunos bolsistas [...]. Nesse instante, foi dado início às atividades de pesquisa documental e bibliográfica da Comissão da UFRN” (COMISSÃO DA VERDADE DA UFRN, 2012, p. 40). Da mesma maneira, a Comissão Estadual da Verdade da Bahia, após oito meses de funcionamento e dificuldades, conseguiu firmar um convênio com a agência de fomento à pesquisa Fundação Luiz Eduardo Magalhães (FLEM), viabilizando a contratação de uma equipe de sete pessoas e possibilitando a conclusão dos trabalhos de pesquisa documental (COMISSÃO ESTADUAL DA VERDADE DA BAHIA, 2016).

Constatamos que a Comissão da Verdade da Universidade de São Paulo (USP) solicitou apoio financeiro à Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP) apenas em 2015, dois anos após a sua instalação, ao constatar “a dimensão da pesquisa a ser realizada nos Arquivos do Departamento de Ordem Política e Social (DEOPS), e nos acervos do Sistema Nacional de Informações (SNI)” (COMISSÃO DA VERDADE DA USP, 2018, vol. 0, p. 7). Os recursos disponibilizados pela FAPESP foram utilizados na contratação de seis pesquisadores que trabalharam com aqueles dois acervos.

No caminho inverso das experiências citadas acima, a Comissão Estadual da Verdade da Paraíba firmou parceria com a Universidade Federal da Paraíba (UFPB) desde a sua constituição: “compuseram a comissão da verdade professores universitários e do ensino médio, estudantes universitários e profissionais liberais, todos de forma voluntária e colaborativa [...]” (COMISSÃO ESTADUAL DA VERDADE DA PARAÍBA, 2017,

p. 26). Esses grupos de trabalho desenvolveram os textos temáticos para o relatório final, digitalizaram o acervo do DOPS/PB e realizaram pesquisa documental.

Quanto à UFES, ainda no ano anterior à criação da comissão da verdade universitária, o Departamento de Arquivologia ofereceu uma disciplina na qual parte das atividades consistiu em localizar os conjuntos documentais solicitados à universidade pela CNV (FAGUNDES, 2013). Esses trabalhos recuperaram 1.400 páginas de documentos nos diferentes centros de ensino da universidade e envolveram atividades de higienização, organização, descrição e digitalização que foram realizadas pelos alunos dos cursos de Arquivologia e de História (COMISSÃO DA VERDADE DA UFES, 2016).

No caso da Comissão Estadual da Verdade do Amapá, a parceria com a Universidade Federal do Amapá (UNIFAP) possibilitou o recrutamento de 14 estagiários do curso de História para a realização de atividades de transcrição de depoimentos, organização do acervo documental e de pesquisa (COMISSÃO ESTADUAL DA VERDADE DO AMAPÁ, 2017).

A Comissão Municipal da Verdade de Juiz de Fora, em parceria com a UFJF, realizou pesquisas no acervo do DOPS/MG, transcreveu depoimentos e digitalizou 250 livros da Auditoria Militar do Estado. O convênio também possibilitou a realização do projeto de extensão transdisciplinar intitulado “Memórias possíveis: os depoimentos da Comissão Municipal da Verdade”, que reuniu professores de quatro unidades acadêmicas e 30 alunos. No projeto, os alunos de Artes e Design atuaram na concepção de design gráfico e produtos para as redes sociais. Já os alunos do curso de Jornalismo, História, entre outros, trabalharam na transcrição dos depoimentos coletados (COMISSÃO MUNICIPAL DA VERDADE DE JUIZ DE FORA, 2016).

Nesse sentido, percebemos que as experiências das comissões da verdade brasileiras com as universidades foram desenvolvidas, majoritariamente, com os arquivos e realizadas pelos alunos dos cursos de Arquivologia e de História, envolvendo atividades de higienização, descrição, pesquisa e digitalização dos documentos. Experiências como essas propiciam um complemento da formação de arquivistas e historiadores no sentido de aproximá-los e sensibilizá-los com a temática da ditadura militar e com os arquivos que versam sobre violações de direitos humanos.

Em relação às atividades educacionais desenvolvidas fora dos círculos acadêmicos e estendidas a uma parcela mais ampla da população, identificamos, até a conclusão da pesquisa, apenas uma experiência: a parceria firmada entre a Comissão Estadual da Verdade do Amapá, a Secretaria Estadual de Educação e a UNIFAP que resultou no projeto “A Memória vai à Escola”. Segundo a comissão, o projeto, realizado com escolas públicas e privadas, teve a seguinte finalidade:

[...] levar ao espaço escolar e acadêmico do Estado, por meio de palestras, exibição de vídeos/depoimentos, exposição de imagens e manifestações artísticas e culturais, a temática da ditadura militar, dos direitos humanos e dos temas afins, para que esse período da história brasileira possa ser melhor [sic] conhecido e debatido em sala de aula (COMISSÃO ESTADUAL DA VERDADE DO AMAPÁ, 2017, p. 68).

Ainda segundo a comissão da verdade do Amapá, o projeto decorreu da constatação do “enorme desconhecimento e desinteresse dos alunos acerca desse passado autoritário” (COMISSÃO ESTADUAL DA VERDADE DO AMAPÁ, 2017, p. 68). No relatório final, a Comissão amapaense também constata:

Nos últimos anos, os professores, sobretudo, os das áreas de humanas do ensino fundamental e médio, vêm-se se deparando a cada dia com a crescente demanda social e a necessidade cada vez maior de se debater temas considerados de natureza “sensíveis” e de difícil abordagem, como o da ditadura civil-militar brasileira, marcado pelo autoritarismo e pela violência do Estado (COMISSÃO ESTADUAL DA VERDADE DO AMAPÁ, 2017, p. 68).

O projeto, que vigorou entre maio e outubro de 2014, realizou 46 ações, entre palestras, exposições e atividades didáticas, nas quais foram atendidas 31 instituições e 2.342 alunos (COMISSÃO ESTADUAL DA VERDADE DO AMAPÁ, 2017).

Dessas experiências, é interessante notar, em seu sentido mais estrito, que a possibilidade de “engajamento educacional” das comissões da verdade, como mencionam Paulson e Bellino (2017), foi conduzida, no Brasil, não pela CNV, mas por uma comissão da verdade local, de um dos estados da Federação que mais enfrenta dificuldades.

Ainda a partir da constatação da ausência de iniciativas voltadas à população em geral, principalmente pela CNV, lembramos das afirmações da historiadora Samantha Quadrat (2015), a respeito do ensino sobre as ditaduras militares na América do Sul. Quadrat observa que várias cidades brasileiras aprovaram a obrigatoriedade do ensino do Holocausto, e que a temática da História Afro-Brasileira e Indígena é obrigatória nos currículos escolares nacionais há muitos anos. Todavia, diferentemente da Argentina, Chile e Uruguai, o Brasil não promoveu a obrigatoriedade de reflexões para a educação sobre o passado traumático da ditadura militar no país, muito menos determinou a

obrigatoriedade do ensino sobre os abusos cometidos na ditadura e as consequências que impactam ainda hoje na sociedade brasileira. Essa situação nos leva a refletir sobre “como as sociedades democráticas escolheram lembrar o período autoritário” (QUADRAT, 2015, p. 279).

A importância das comissões da verdade para se compreender um período histórico marcado por arbitrariedades é destacado por Hayner (2011). Ela afirma que o que há de especial sobre as comissões da verdade “é a sua intenção de tocar na compreensão e aceitação social do passado de um país, e não somente de solucionar fatos específicos” (HAYNER, 2011, p. 11). As parcerias entre as comissões da verdade e as universidades produziram experiências que levaram o debate sobre a ditadura militar às universidades e colocaram os alunos que se envolveram nas parcerias em contato com a temática dos direitos humanos.

Essas experiências são especialmente importantes quando lembramos do que afirma Ketelaar (2002): “arquivar não é sobre a história olhando para atrás, mas sobre o armazenamento e proteção para o futuro” (KETELAAR, 2002, p. 233). Nesse sentido, defendemos que a formação do arquivista e daqueles que lidam com os arquivos e a informação inclua a temática dos direitos humanos e da ditadura militar brasileira para uma melhor compreensão do passado ditatorial e do papel destes profissionais na defesa dos direitos humanos e justiça social.

Considerações finais

O pressuposto norteador da nossa pesquisa foi que os arquivos são centrais para as atividades das comissões da verdade, para que estas cumpram seus objetivos de esclarecimento de fatos relacionados a períodos de exceção política. Tal pressuposto é amparado em três outros: o direito de acesso à informação, à memória e à verdade. Vários países que passaram por ditaduras militares ou regimes ditatoriais criaram comissões da verdade ainda no final dos anos 1980 e 1990. No Brasil, isso ocorreu somente em 2012, com a vigência da CNV. Portanto, o Brasil foi o último país latino-americano a implementar uma comissão da verdade nacional. Para viabilizar as suas atividades, a CNV incentivou a criação de comissões da verdade locais, resultando em um fenômeno,

aparentemente singular, de proliferação de comissões em estados, municípios, universidades e entidades e setores profissionais.

Este artigo buscou oferecer um panorama das experiências das comissões da verdade brasileiras com os arquivos, mediante seleção e análise de 20 relatórios finais das comissões, com o objetivo de compreender suas ações e estratégias para localizar e acessar os arquivos.

As experiências de utilização dos documentos pelas comissões demonstram sua importância para a localização e preservação de acervos que ainda não haviam sido recolhidos às instituições arquivísticas, embora relevantes às investigações sobre violações de direitos humanos.

Também apresentamos algumas parcerias estabelecidas entre as comissões da verdade e as universidades, principalmente os cursos de Arquivologia e de História, a fim de viabilizar as atividades de organização dos acervos e de pesquisa. Nesse sentido, entendemos que essas experiências apresentam possibilidades de utilização de acervos arquivísticos em atividades de pesquisa, ensino e extensão voltadas aos direitos humanos. E, ainda, vão ao encontro de debates atuais sobre a importância da inserção da temática dos direitos humanos e da ditadura militar na formação de arquivistas e de outros profissionais que tratam da informação.

As ações e estratégias para localizar e acessar os documentos pelas comissões da verdade confirmam a centralidade dos arquivos para as investigações sobre violações de direitos humanos e à efetivação do direito à reparação, à memória e à verdade.

Por fim, diante das conclusões do estudo, defendemos a necessidade de uma contínua promoção dos resultados das investigações das comissões da verdade para fomentar o debate sobre violações de direitos humanos no período ditatorial e que, sob determinados aspectos, ainda persistem na sociedade. Os trabalhos das comissões da verdade reuniram e produziram farto material arquivístico que poderá servir para sensibilizar a sociedade sobre os vínculos entre as violações dos direitos humanos no passado e que continuam no presente.

Referências

ADAMI, Tom; HUNT, Martha. Reconciliation in regions affected by armed conflict: the role of archives. In: Avery, C.; Holmlund, M. (org.). Better off forgetting? Essays on

- archives, public policy, and collective memory. Toronto: University of Toronto Press, 2010, p. 195-214.
- BRASIL. Lei n.º. 12.528, de 18 de novembro de 2011. Cria a Comissão Nacional da Verdade no âmbito da Casa Civil da Presidência da República.
- CHAPMAN, Audrey; BALL, Patrick. The truth of truth commissions: comparative lessons from Haiti, South Africa, and Guatemala. *Human Rights Quarterly*, v. 23, n. 1, 2001, p. 1-43.
- COMISSÃO Camponesa da Verdade. Relatório Final. Brasília, 2014. 451p.
- COMISSÃO Estadual da Verdade do Amapá “Francisco das Chagas Bezerra Chaguinha”. Relatório Final. Macapá, 2017. 84p.
- COMISSÃO Estadual da Verdade da Bahia. Relatório de Atividades: agosto 2013/ abril 2016. Vol. I. Salvador, 2016. 828p.
- COMISSÃO Estadual da Verdade de Minas Gerais. Relatório Final. Belo Horizonte, 2017. 337p. (Relatório da Comissão Estadual da Verdade de Minas Gerais.; v. 5).
- COMISSÃO Estadual da Verdade e da Preservação da Memória do Estado da Paraíba. Relatório Final. João Pessoa, 2017, 748p.
- COMISSÃO Estadual da Verdade do Paraná “Teresa Urban”. Relatório Final. Curitiba, 2014. 637p.
- COMISSÃO Estadual da Memória e Verdade de Pernambuco “Dom Hélder Camara”. Relatório Final. Recife, 2017, v. 2, 446p.
- COMISSÃO Estadual da Verdade do Rio de Janeiro. Relatório Final. Rio de Janeiro, 2015. 456p.
- COMISSÃO Estadual da Verdade de Santa Catarina. Relatório Final. Florianópolis, 2014. 2002p.
- COMISSÃO da Verdade da Universidade de Brasília (UnB) “Anísio Teixeira”. Relatório Final. Brasília, 2016. 363p.
- COMISSÃO Estadual da Verdade de São Paulo “Rubens Paiva”. Relatório Final. São Paulo, 2015. 1912p. (Relatório da Comissão Estadual da Verdade de São Paulo “Rubens Paiva”; Tomo I: Recomendações Gerais e Recomendações Temáticas).
- COMISSÃO da Verdade da Universidade de São Paulo (USP). Relatório Final. São Paulo, 2018. 51p. (Relatório da Comissão Verdade da Universidade de São Paulo (USP); V. 10).
- COMISSÃO da Verdade da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES). Relatório Final. Vitória, 2016. 190p.
- COMISSÃO da Verdade da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN). Relatório Final. Natal, 2015. 490p.
- COMISSÃO Municipal da Verdade de Juiz de Fora. Memórias da repressão: relatório da Comissão Municipal da Verdade de Juiz de Fora / Comissão Municipal da Verdade. Juiz de Fora: MAMM, 2016. 274 p.
- COMISSÃO Municipal da Verdade “Dom Waldyr Calheiros” de Volta Redonda. Relatório Final. Volta Redonda, 2015. 589p.
- COMISSÃO Nacional da Memória, Verdade e Justiça da Central Única dos Trabalhadores (CUT). Relatório Final. São Paulo, 2015. 130p.
- COMISSÃO da Memória e Verdade da Prefeitura de São Paulo. Relatório Final. São Paulo, 2016. 396p.
- COMISSÃO NACIONAL DA VERDADE. Relatório/Comissão Nacional da Verdade. Brasília: CNV, 2014. 976p. (Relatório da Comissão Nacional da Verdade; v. 1).

- COMISSÃO da Verdade do Município de Guarulhos. Relatório Final. Guarulhos, 2015. 15p.
- GILLILAND, Anne. Neutrality, social justice and the obligations of archival education and educators in the twenty-first century. *Archival Science*, v. 11, 2011, p. 193-209.
- GONZÁLEZ, Eduardo. Observações sobre o Mandato Legal da Comissão Nacional da Verdade do Brasil. Nova York: Centro Internacional para a Justiça de Transição, 2012.
- HAYNER, Priscilla. Truth Commissions: a schematic overview. *International Review of the Red Cross*, v. 88, n. 862, June 2006.
- HAYNER, Priscilla. *Unspeakable Truths: transitional justice and the challenge of truth commissions*. New York, Routledge, 2011.
- HOLLANDA, Cristina. Direitos humanos e democracia: a experiência das comissões da verdade no Brasil. *Revista Brasileira de Ciências Sociais* (online), v. 33, p. 1-18, 2018.
- JONES, Briony; OLIVEIRA, Ingrid. Truth Commission Archives as 'New Democratic Spaces'. *Journal of Human Rights Practice*, v. 8, 2016, p. 6-24.
- KETELAAR, Eric. Archival temples, archival prisons: modes of power and protection. *Archival Science*, v. 2, 2002, p. 221-238.
- PAULSON, Julia; BELLINO, Michelle. Truth commissions, education, and positive peace: an analysis of truth commission final reports (1980-2015). *Comparative Education*, v. 53, n. 3, 2017, p. 351-378.
- QUADRILÁTERO. *Revista do Arquivo Público do Distrito Federal*, v. 1, n. 1, mar./ago. 1998.
- QUADRAT, Samantha. Páginas da ditadura: o ensino das ditaduras do Cone Sul. In: Motta, R. P. S (org.). *Ditaduras militares: Brasil, Argentina, Chile e Uruguai*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2015, p. 277-293.
- QUINTANA, Antonio. Archival Policies in the Protection of Human Rights: an updated and fuller version of the report prepared by UNESCO and the International Council on Archives (1995), concerning the management of the archives of the state security services of former repressive regimes. Paris: UNESCO, 2009.
- RODRIGUES, Georgete Medleg; SILVA, Lúcia M. A. Os arquivos da repressão: o papel da revista Quadrilátero na divulgação desses acervos. *Dimensões, Revista de História da Ufes, Universidade do Espírito Santo, Centro de Ciências Humanas e Naturais*, n. 12, 2001, p. 179-193.
- RODRIGUES, Georgete Medleg. Legislação de Acesso aos Arquivos no Brasil. Um terreno de disputas políticas pela memória e pela história. *Acervo*, Rio de Janeiro, v. 24, n. 1, p. 257-286, jan./jun. 2011. Disponível em: <https://revista.an.gov.br/index.php/revistaacervo/article/view/383>. Acesso em: 24 de ago. 2022.
- ROUSSEFF, Dilma. Discurso da Presidenta da República, Dilma Rousseff, durante cerimônia de sanção do projeto de Lei que garante o acesso a informações públicas e do projeto de Lei que cria a Comissão Nacional da Verdade. 2011. Disponível em: <http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/discursos/discursos-da-presidenta/discurso-da-presidenta-da-republica-dilma-rousseff-durante-cerimonia-de-sancao-do-projeto-de-lei-que-garante-o-acesso-a-informacoes-publicas-e-do-projeto-de-lei-que-cria-a-comissao-nacional-da-verdade>. Acesso em: 12 ago. 2022.
- SRIRAM, Chandra Lekha. *Confronting past human rights violations: justice vs. peace in times of transition*. New York, Frank Cass, 2004 (The Cass Series on Peacekeeping).

WEICHERT, Marlon. Prefácio em: WESTHROP, A. et al. (org.). As recomendações da Comissão Nacional da Verdade: balanços sobre a implementação dois anos depois. Rio de Janeiro, ISER, 2016, p. 6-14.

WIEBELHAUS-BRAHM, Eric. What is a Truth Commission and Why Does it Matter? *Peace & Conflict Review*, v. 3, n. 2, p. 1-14, 2009.



Os direitos de licenciamento utilizados pela Revista Histórias Públicas é a licença *Creative Commons Attribution-Non Commercial 4.0 International (CC BY-NC-SA 4.0)*

Recebido em: 25/08/2022
Aprovado em: 15/12/2022

Panoramas globais sob o espectro das desigualdades

Obra resenhada: FERRERAS, Norberto (org).
Desigualdades globais e sociais em perspectiva
temporal e espacial. São Paulo: Hucitec, 2020.

Daniel Magno Peixoto SOUZA¹

Com o início de um novo milênio, as desigualdades não eram um tema que pudesse atrair a captação de pesquisas, especialmente dos espectros culturais e sociais, visto que o ponto principal analítico perpassou nos conceitos de igualdades preconizados pela Revolução Francesa e pelos governos ocidentais de viés democrático. Entretanto, o tema ganhou novos ares e se destacando em diversos saberes. No princípio da análise sobre as desigualdades, a antropologia e a economia foram as primeiras ciências que se aventuraram no campo das desigualdades, com o objetivo de englobar a organização das riquezas, o advento do neoliberalismo e suas consequências, a partir dos termos *management*², *downsizing*³ e *outsourcing*⁴ no sentido de aumento de lucros, em consonância com as análises macroeconômicas de diversos campos do conhecimento, aliado a observação de tais comportamentos nos países subdesenvolvidos ou em desenvolvimento, especialmente em locais como as indústrias *maquiladoras* e as *EPZones*⁵. Nesses termos, é importante apontar que as práticas neoliberalistas que iniciaram-se na década de 1990 revelaram um problema a partir da crise econômica global de 2008, evidenciando um padrão desigual entre países ricos e pobres. Assim, o termo “desigualdades” foi incorporado ao debate como uma maneira de compreender e apontar soluções no que tange à distribuição de renda sob o ponto de vista global. Nesse contexto,

¹Mestrando em História pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP). Guarulhos, São Paulo, Brasil. ORCID: 0000-0001-6031-3277. E-mail: peixotodm@gmail.com

²Gestão, gerenciamento.

³Diminuição de processos burocráticos, com vistas à redução de custos.

⁴Terceirização.

⁵Export Processing Zones, isto é, áreas de livre comércio.

a obra organizada pelo historiador Norberto Osvaldo Ferreras⁶ traz investigações acerca do termo “desigualdades” sob um ponto de vista de críticos literários, geógrafos e historiadores, revelando assim diversas matizes de possibilidades de compreensão, com vistas à apropriação analítica e conceitual.

Como resultado de dez artigos, *Desigualdades Globais e Sociais em perspectiva temporal e espacial* é um resultado de um compilado de ideias reunidas em torno de abordagens críticas acerca de documentos, saberes, sujeitos, conexões e espaços que permeiam vários espectros temporais em torno da compreensão das desigualdades ao longo dos tempos, especialmente na subalternidade dicotômica entre norte e sul. Como exemplo, podemos descrever a partir das reflexões de Rogério Haesbert (capítulo 1) acerca dos deslocamentos em face da pandemia de Covid-19, sob um prisma geográfico. No *boom* neoliberal, as palavras de ordem eram a expansão, a extração, o consumo, a privatização, o movimento e a aceleração. Com o advento da pandemia de coronavírus, ocorre uma inversão de termos, isto é, a desaceleração, a estatização de empresas em crise, o apelo para um consumo menor, além de investimentos em políticas públicas. Entretanto, as relações trabalhistas continuam flexibilizando-se, de maneira vertiginosa, ao passo em que a pandemia perdura em persistir. Os deslocamentos de pobres em salvar a própria sobrevivência é um ponto antagônico no ato dos ricos em resguardar-se. Logo, tais contradições e dualidades são, portanto, paradoxos globais dos tempos atuais. Ademais, a esfera virtual denotou outro tipo de subalternidade, no que tange a desigualdade a partir do acesso e a qualidade deste. Portanto, o objetivo de Haesbert é analisar a dimensão da Geografia no que tange às desigualdades, além da relevância e da pertinência conceitual de território enquanto ferramenta de análise. Por sua vez, Daniel Sanfelici e Juliana Nunes (capítulo 10) buscam distinguir as questões relacionadas às injustiças territoriais, socioespaciais, diferenças e desigualdades, a partir do fato de que o conceito de diferença demarca inquietações e que geram, portanto, desigualdades de ordem individual e coletiva, política e econômica, perpassando pelo gênero. A partir do arbítrio teórico, existe um debate importante com relação à compreensão do termo “desigualdade” e sua configuração (ou não) como injustiça, no sentido de que tal termo reproduz a privação de direitos fundamentais. No texto de

⁶ Norberto Osvaldo Ferreras é professor da Universidade Federal Fluminense (UFF)

Sanfelici e Nunes é perceptível que as desigualdades territoriais são as que produzem e reproduzem as injustiças sociais, privando grupos e indivíduos no que diz respeito aos acessos aos bens fundamentais nos espaços e territórios com o conceito de *governança territorial*, destacando assim a participação territorial na governança como um requisito para a evolução socioeconômica regional. Assim, compreender as desigualdades e a governança territorial como solução, é entender que existem relações materiais que configuram modos, padrões e rotinas de ser e fazer. Leandro Marques e Tâmis Parron, no nono capítulo, analisam sob um ponto de vista historiográfico os *sete pecados capitais da literatura sobre desigualdades*, esforçando-se na compreensão da literatura da economia e das ciências sociais acerca do termo “desigualdade”, constituindo assim formas de entendimento das desigualdades como maneira de explicação absoluta. As análises das nações como “experimentos *in vitro*” é um pecado original, visto que o espaço e o tempo globais são expulsos. Os “pecados” decorrentes, são subsequentes a análise supra, como é o caso dos males que somam os cinco séculos do capitalismo (p. 243), a confluência de eventos denominados como “circunstâncias críticas” (*critical junctures*), as instituições econômicas extrativas (no sentido da riqueza e do privilégio de uma classe em detrimento de outra) que produzem e reproduzem concentração de poder (pp. 244-246), o dinamismo geomorfológico e a escrita da história sob os aspectos econômicos (p. 249) e, enfim, a forma de “fazer história”, em contraposição a contar histórias (esta como um pecado capital) em que a composição dos eventos da humanidade reduz-se a descrever momentos temporais, ou como afirmam os autores, “nuvens de pensamento”.

Outros capítulos possuem a missão de compreender as desigualdades raciais sob um viés histórico (capítulos 2 e 3, respectivamente). María Verónica Secreto relata com pormenores o fato de que o pensamento ocidental focalizou a desigualdade em justificá-la a partir de diversos dualismos, a saber, a civilização e a barbárie, livres e escravos, homens e mulheres, cristãos e não-cristãos. Ao longo da história, o direito natural apregoou que os homens eram livres, mas pelo direito histórico, poderiam estar em escravidão. Por este prisma, a escravidão formou uma sociedade baseada na justiça em meio a desiguais. No texto em questão, a autora refere-se a dois pensamentos paradoxais, a saber, o pensamento eugenista e racista de Gobineau em contraposição à teoria igualitária de Antenor Firmin. Gobineau, além de possuir os predicados supracitados, é

um dos teóricos da desigualdade, visto que a decadência dos impérios no século XIX fora uma das causas das crises dos locais ditos “civilizados”, pelo fato de que tais impérios decaíram por cruzamentos raciais. Na via contrária, Firmin qualifica o debate a partir da liberdade “real e efetiva, civil e política”, visto que a escravidão havia ligação com a desigualdade. Logo, a desigualdade intelectual e moral estava intrinsecamente ligada à questão das “raças” inferiores e superiores. Karen Souza da Silva, em seguida, analisa as relações escravistas no Texas e a promulgação de uma constituição para legitimar a escravidão (fato totalmente contraposto à abolição da escravidão haitiana de 1804), bem como as relações entre mexicanos e anglo-saxões, especialmente na desproporção demográfica e a animosidade entre tais grupos e as relações entre nativos do território que viviam em situação de pobreza e fazendeiros monocultores.

A obra contempla, igualmente, campos da arte, literatura e teatro no âmbito das desigualdades, sobretudo as subalternidades e lugares de memória. Viviana Gelado (capítulo 6) expõe a obra de Rosana Paulino, artista visual consagrada no período denominado como “novíssima arte brasileira”, nos quais a resistência contra a amnésia produzida pela mídia e a sexualização do corpo (especialmente o corpo feminino negro). (BAMONTE, 2008, p. 293). A arte de Rosana Paulino apropria-se de uma tradição popular de cunho artesanal, intimista, trazendo a sensibilidade feminina à tona. Logo, podemos afirmar que a arte possibilita o desvendar de vários pontos que aparecem de maneira invisível. Percebe-se, portanto, que, anteriormente, a sensibilidade da mulata ocupava um lugar de deslocamento, à margem social e urbana, numa conjuntura escravocrata e patriarcal, mantendo adjetivos e predicados semelhantes ao exotismo e ao selvagem, transformando práticas sociais em desigualdades econômicas. Assim, Paulino solidifica a memória como um primeiro plano em sua obra, realizada artisticamente por camadas e, com técnicas de colagem, Paulino submete as obras no sentido de evidenciar a desigualdade social na desproporção entre as partes da colagem, com vistas a demonstrar um efeito visual de fragmentação e deslocamento entre a obra e o conceito de memória individual e coletiva. Alfonso Cruzado, por sua vez, no sétimo capítulo da obra, retrata as apresentações teatrais em Buenos Aires, no contexto do século XIX, com o objetivo de considerar o Teatro como uma maneira de representação de pessoas em situação de subalternidades em meio à mutação de Buenos Aires, exemplificando as

desigualdades impostas pela elite portenha. O poder doutrinador do teatro portenho sempre fora usado, pelas classes letradas portenhas, cujo objetivo era manipular para favorecer a classe dominante, pondo em questão os Revolucionários de 1810 no uso teatral como instrumento político anti-hispânico. No âmbito cultural, o sainete encontra-se com a cultura *criolla*, rural, tradicional, dando ênfase aos “compadres”, isto é, os herdeiros da cultura rural *gaucha*, os que possuem honra, o valor da palavra e a coragem. Logo, os personagens não seriam os das elites, mas os diferentes, os outros, os esquecidos, os deslocados, os que utilizam o *cocoliche*⁷.

Nas traduções como fricções num espaço global, Giselle Venancio e André Furtado (capítulo 5) explicitam as relações de poder e das desigualdades globais, saindo do eixo econômico e social e adentrando num eixo da democratização do acesso à internet. No Pós-Segunda Guerra, a necessidade de internacionalizar o conhecimento fez-se presente através da fundação da UNESCO. Entretanto, embora a UNESCO possuísse o desejo de estabelecer trânsitos de conhecimento, os processos hierárquicos entre os países centrais e periféricos permaneceram. Assim, os processos culturais possuíam seus próprios difusores, em âmbito central e regional. Logo, a circulação de ideias não acompanha a proporcionalidade do número de traduções produzidas para a língua de destino, criando assimetrias no processo transnacional. O caso do *Index Translationum* foi uma tentativa de perceber e identificar as traduções globais e os textos preferenciais dos leitores, localizando, hierarquizando e classificando autores e textos, com vistas a entender a desigual geopolítica cultural. Por outro lado, a *Euvres Représentatives* quis abarcar a filosofia, a ciência e a literatura num plano editorial. Sob o prisma literário, o objetivo era a compreensão do auxílio das sociedades de maneira mútua, além da promoção da paz mundial pela expressão artística. Entretanto, na escola das traduções e retraduções, as assimetrias se manifestaram, visto que a expressão editorial e suas classificações não abarcaram todos os países subalternos, especialmente países da América Latina e do Leste Europeu.

A compreensão sobre justiça e trabalho num contexto das desigualdades é analisada por Gabriel Vitorino Sobreira (capítulo 8) a partir dos seguintes pressupostos:

⁷ O *cocoliche* é uma linguagem que transita entre o espanhol e o italiano, fruto das imigrações do início do século XX na capital argentina.

o direito social brasileiro como interpretações católicas acerca de igualdade, na concepção da Constituição Federal de 1988, valores que permeiam o mundo do trabalho, a saber, o lugar do trabalhador e do empregador e a da busca pela igualdade no labor. O trabalhador, considerado hipossuficiente, seria, portanto, o subalterno, o dependente daquele que é autossuficiente, isto é, o empregador. As disposições legais que foram permeadas de princípios como o “da norma mais favorável” ou *in dubio pro operario* não foram frutos da Carta Magna atual. O Princípio da Equidade Relativa, por exemplo, é datado de 1938 no contexto da subcomissão “Conceito de Direito Social”, no Instituto de Direito Social (IDS), formado por sócios beneméritos, efetivos, assistentes e eclesiásticos. A assimetria, portanto, revela-se na composição de tal instituto, ao privilegiar um determinado grupo e qualificar o hipossuficiente como o indivíduo ou o grupo que encontra-se inserido precariamente na economia de forma desigual. A catolicidade do IDS revela-se através das citações da *Rerum Novarum*, num sentido de equidade relativa, com vistas a oferecer formas de relações justas. Portanto, as impressões eram que as desigualdades eram naturais, com origem divina e, a partir das desigualdades, a promoção da caridade era um dever cristão no sentido de obter concórdia entre as classes. Logo, é um acordo laboral entre desiguais, visto que a relação de emprego submete-se a um acordo inviolável, simultaneamente com a defesa da propriedade privada, sem abdicar do discurso do dever justo com os pobres, isto é, o que possui em suficiência, protege o hipossuficiente, sendo assim um dever e não algo prosaico. Os feriados religiosos, com vistas ao desenvolvimento espiritual e ao descanso do corpo, são exemplos fidedignos, haja vista que o excesso de trabalho estaria vinculado a más condições de trabalho ou excesso laboral. O pobre, portanto, é o embrutecido, hipossuficiente e, assim, deslocado.

Por fim, Norberto Osvaldo Ferreras (capítulo 4) demonstra o conceito de justiça social em meio às organizações trabalhistas (especialmente a Organização Internacional do Trabalho) no contexto das desigualdades e como tais organizações referem-se ao termo. A OIT, enquanto organização, estuda o termo “desigualdade” com a desagregação do mundo do trabalho. Assim, a justiça social encontra-se mais presente em duas correntes econômicas, a saber, o *Keynesianismo* e do *New Deal*. As lutas trabalhistas não são frutos das consequências da Revolução Francesa (Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão), mas sim pelas lutas do movimento operário da década de 80 do século

XIX. Logo, as desigualdades manifestam-se nos direitos singularizados de acordo com os poderes econômico e político, ao passo em que os trabalhadores lutavam por dignidade, em detrimento de igualdade. Nesse ínterim, a OIT mostra-se conservadora diante das posições trabalhistas ao promover a justiça social e intensificando assim a desigualdade. A justiça social, num âmbito conceitual, revelou-se imprecisa nos primeiros momentos, com causas e relações distintas. Assim, para a Igreja Católica, por exemplo, a desigualdade era natural e divina, com forte tendência ao desenvolvimento social, ao passo em que a igualdade era perigosa. Nesse ínterim, a OIT deveria lidar com o paternalismo industrial do século XIX conjuntamente com as pressões trabalhistas, mantendo assim uma tolerável desigualdade. Com o advento do neoliberalismo e o processo de desindustrialização e a desconcentração industrial, aliado ao recrudescimento dos sindicatos nos países centrais intensificou-se ao passo em que nos países subalternos, a industrialização tornou-se pujante e, conjuntamente, sem proteção legal, especialmente nas *EPZones* e nas indústrias *maquiladoras* em que a jornada noturna e o trabalho infantil retornaram com intensidade. Portanto, o termo “desigualdade” retrata atualmente os resultados em formas de ação, contrapondo-se a formas puramente teóricas.

Nesse aspecto, *Desigualdades globais e sociais em perspectiva temporal e espacial* abre um leque de possibilidades analíticas para outros esforços de pesquisas, especialmente no campo das ciências humanas. A obra, portanto, possui uma contribuição muito importante na ideia de delimitar e problematizar o termo “desigualdades”. Nesses termos, após a análise de cada capítulo, é perceptível que há um esmero em compreender e encadear as diversas matizes, desde a História, Geografia e o Direito até a Arte, Literatura e Teatro, além de especificar em cada momento a questão da desigualdade sob o viés global.

Referências Bibliográficas

- ARISTÓTELES. *Ética a Nicômaco*. Trad. Leonel Vallandro & Gerd Bornheim. São Paulo: Victor Civita, 1984.
- BAMONTE, Joedy L. B. M. *A Identidade da Mulher Negra na Obra de Rosana Paulino: Considerações sobre o Retrato e a Formação da Arte Brasileira*. Florianópolis: ANPAP, 2008. (pp. 286-297).
- CANTON, Kátia. *Novíssima arte brasileira: um guia de tendências*. São Paulo: Iluminuras, 2001.



Os direitos de licenciamento utilizados pela Revista Histórias Públicas é a licença *Creative Commons Attribution-Non Commercial 4.0 International (CC BY-NC-SA 4.0)*

Recebido em: 15/06/2022
Aprovado em: 25/02/2023

O ensino de história e a história pública digital

Entrevista com Anelize Vergara

Renan Rivaben PEREIRA⁸

Anelize Vergara é mestra pela Universidade Estadual de São Paulo e sua dissertação aproximou história e literatura ao abordar as crônicas de Rubem Braga na época do Estado Novo.⁹ Em 2018, ela criou o canal no *Youtube* Profª Anelize e passou a produzir vídeos com conteúdo de História para jovens estudantes e vestibulandos. Quase quatro anos depois, o canal está prestes a atingir 40 mil inscritos e Anelize também obtém números expressivos de popularidade em outras redes sociais. Hoje, ela divide sua atuação como professora do Ensino Básico e a produção de conteúdo, inclusive para professores de História, em várias redes sociais. Nessa entrevista, abordaremos suas experiências e visões sobre o ambiente acadêmico, a História Pública Digital e as possibilidades que as redes digitais oferecem para o cientista e o professor em tempos de discursos autoritários e anticientíficos.

Renan Pereira: *Profª. Anelize, você se tornou mestra em História pela UNESP (Campus de Assis) em 2014. Nessa época, qual era a relevância que se dava dentro da universidade para a História Pública Digital e a importância de o profissional da história conseguir atingir e dialogar com o grande público?*

Anelize Vergara: Durante a graduação e até mesmo na pós eu pouco ouvia falar sobre História Pública e/ou alguma iniciativa. Não me recordo dos meus professores

⁸ Doutorando em História pela Universidade Estadual de Santa Catarina. Florianópolis, Santa Catarina, Brasil. ORCID: 0000-0002-9972-226X. E-mail: renanpereira10@hotmail.com

⁹ VERGARA, Anelize. Rubem Braga: crônica e censura no Estado Novo (1938-1939). 2014. 164 f. *Dissertação* (mestrado) - Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Letras de Assis, 2014. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/11449/113808>>.

comentando, tampouco era uma pessoa que consumia este tipo de conteúdo. Claro, me lembro de ver iniciativas como as do Leitura ObrigaHistória (canal no *Youtube*), mas me recorro, neste sentido, um foco maior em comentários sobre iniciativas de historiadores escrevendo em livros para o grande público.

Renan Pereira: *Os últimos anos mostraram, principalmente, depois da pandemia da COVID-19, que é preciso mais do que nunca que as pessoas comprometidas com a ciência e as pesquisas acadêmicas ocupem os espaços digitais de ampla popularidade para que se combata com efetividade o forte discurso negacionista e anticientífico. Entretanto, você ainda sente que existe um preconceito que emana do meio acadêmico sobre aqueles que atuam e promovem a ciência nas mídias digitais populares?*

Anelize Vergara: Acredito que antes da pandemia havia um preconceito maior. Lembro-me destes comentários sobre iniciativas de historiadores ou historiadoras que escreviam para um grande público como algo não tão bom ou até mesmo menor, quando comparado ao esforço acadêmico. No entanto, nos últimos três anos eu nunca senti esse preconceito com relação ao meu canal, pelo contrário, sempre fui bem recebida por iniciativas acadêmicas de pesquisa sobre a História Pública, até mesmo da Anpuh. Isso foi muito bacana, porque lembro que quando comecei no canal tinha este receio, do meu conteúdo não ser levado a sério.

Renan Pereira: *Em uma outra entrevista, você afirmou que em 2018 você não se sentia livre em sala de aula para escolher e trabalhar os conteúdos como você gostaria, e que sua ida para a internet, de certa forma, foi uma saída para essa situação.¹⁰ Aquele ano foi delicado para o professor visto que foi o auge das novas direitas e de suas ideias que acusavam o professor de doutrinador político. Gostaria que você comentasse mais sobre isso e se você acredita que, quatro anos depois, o professor ainda se encontra nesse lugar defensivo e de cerceamento.*

Anelize Vergara: Foi exatamente isso. Na verdade, eu tive experiências bem complicadas em sala de aula, desde 2016, com a popularização do Escola Sem Partido.

¹⁰ Laboratório de Pesquisa e Ensino de História – LAPEH. O Youtube como plataforma educativa no Ensino de História – Prof.^a Anelize Vergara. *YouTube*, 2 de jul. 2020. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=3otREIz_oA8. Acesso em: 23 de maio de 2022.

Naquele ano, o projeto estava em discussão na Câmara dos Vereadores de Jundiaí e acabou se tornando tema de debates entre os alunos. Além disso, a polarização estava no seu auge após o golpe e se intensificou no ano das eleições. Muitas temáticas que no início de carreira eu abordava com tranquilidade passaram a ser temas espinhosos, e eu comecei a ouvir dos alunos abordagens revisionistas e negacionistas que nunca havia me deparado antes. Me lembro de um aluno do ensino médio me questionando se o nazismo era de esquerda! Eu não me sentia acolhida pela direção e coordenação da escola onde trabalhava, pelo contrário, me sentia ameaçada e com meu emprego ameaçado. Foi um período que aprendi muito, pois comecei a referenciar tudo que trazia em sala de aula e planejar com ainda mais cuidado minhas aulas. Infelizmente, mesmo com o fim do Escola Sem Partido, atualmente, a ideia de que professores de humanas são doutrinadores ainda se mantém e precisamos, ainda mais em ano eleitoral, sermos cautelosos. Conheço muitos casos de professores sendo perseguidos neste sentido e recebo algumas mensagens de professores desabafando sobre essas situações. Tenho esperança que teremos algumas mudanças a depender da nossa conjuntura ano que vem, mas enquanto isso procuro fazer meu trabalho com cuidado e com rigor.

Renan Pereira: *Quais são as possibilidades pedagógicas e metodológicas que o Youtube e as redes sociais te oferecem que uma sala de aula tradicional não consegue? E do ponto de vista mais geral, digamos, o que as redes te proporcionam?*

Anelize Vergara: O canal foi uma forma que usei para sair dessa autocensura e engessamento que me sentia naquela conjuntura. É claro que muitas vezes não me posiciono de forma explícita, pois ainda faço parte de uma instituição e sei que algumas questões podem influenciar no meu trabalho ali. No entanto, eu sou capaz de trazer abordagens que acredito, como uma educação crítica, antirracista, feminista e anticapitalista, algo que vou fazendo aos poucos e a partir de *playlists* e vídeos onde faço essa abordagem. Não estou dependendo de apostilas ou livros didáticos das instituições que estou vinculada e me sinto mais livre neste sentido. Além disso, consigo me comunicar com pessoas de diferentes locais do país, ter um retorno da minha didática e de como aquele conteúdo chega nestas diversas pessoas.

Percebi também, ao longo destes anos, que minha própria prática em sala de aula se alterou, no sentido de que me sinto mais segura para organizar minhas aulas, para explicar os conteúdos e, com certeza, penso com mais atenção na minha prática hoje. A nossa profissão pode ser bem solitária muitas vezes e o canal me traz esse *feedback* que eu não costumava receber nas instituições onde estava.

Renan Pereira: *Profa. Anelize, você percebe um recorte de classe, gênero, raça e regional no seu público? Como você pensa a sua produção de conteúdo digital para estudantes e professores do Ensino Básico visto a multiplicidade enorme de realidades escolares no Brasil?*

Anelize Vergara: Olha, Renan, pelas estatísticas do *Youtube* eu consigo te afirmar que boa parte do meu público é composto por mulheres entre 18 a 24 anos. Geralmente são estudantes do ensino básico e agora, por conta da minha *playlist* para professores, graduandas em História. Não consigo te afirmar se há um recorte de classe específico ou regional, mas a partir dos comentários eu vejo que boa parte são estudantes de escolas privadas e da região Sudeste. Por isso, tenho em mente que existe um limite para a democratização deste conteúdo, que, obviamente, não atinge todos os tipos de públicos, entende? Muito embora durante o ano de 2020 eu tenha recebido muitos comentários de professores do país todo e de diferentes instituições que diziam estar usando meu material, inclusive em sites das escolas. O que procuro fazer ao organizar meu conteúdo é pensar em temáticas de nível bem básico (como para quem está nos anos iniciais do Fundamental) tanto quanto para quem já está num nível pré-vestibular. Interessante que, muitas vezes, o conteúdo que para minha visão é básico, chega em pessoas já formadas e de outras áreas que se interessam por História.

Renan Pereira: *Bruno Leal, professor da Universidade de Brasília (UnB) e um dos pioneiros da História Pública Digital no Brasil, disse que o fato dele ter formação em Comunicação Social contribuiu para o sucesso do portal Café História.¹¹ Você consegue*

¹¹ PPGH – Universidade Federal de Uberlândia. Divulgação científica e História no Brasil – Bruno Leal (UNB) e fundador do site Café História. *Youtube*, 23 de março de 2022. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=_Rs0Gg_NG-8. Acesso em: 22 de maio de 2022.

mensurar o quanto você já se desenvolveu em técnicas de comunicação, oratória, síntese e linguagem estética depois do início de sua atuação no espaço digital?

Anelize Vergara: Com certeza vejo que este é um diferencial muito importante. Para estarmos nas plataformas precisamos entender sobre elas. A exemplo do *Youtube* ou do *Instagram*. Entender quem é o público dali, como funciona o alcance, algoritmo, saber o básico sobre *marketing* digital. No início do canal eu estava mais preocupada com a parte do conteúdo em si e da estética, tanto que tenho uma editora que me ajuda nessa parte, mas depois fui percebendo que precisava estudar mais a plataforma, o que noto que me ajudou bastante. Atualmente estou fazendo um curso de *marketing* digital voltado para professores porque pretendo me organizar com relação a isso. Mas confesso que são muitas abordagens e muitas visões que eu não concordo, ideologicamente falando, por isso está sendo um desafio.

Renan Pereira: *Existe um debate que diz que a internet se transformou muito nos últimos dez anos, que antes seria um espaço mais orgânico e que agora é dominada por sistemas de algoritmos.*¹² *Você começou seu canal em 2018, de lá para cá o que você já percebeu que mudou na internet? Pode-se dizer que você já domina os algoritmos e as técnicas que trazem engajamento para seu canal e perfil?*

Anelize Vergara: O *Youtube* tem um algoritmo que é um grande mistério. A própria página te ajuda dando informações e dados com ‘Analytics’, porém, eu sempre gostei de assistir a vídeos e pesquisar sobre como outros criadores (não só na área de História) fizeram para conseguir mais alcance. E, infelizmente, alguns temas e algumas abordagens ‘apelativas’ são as que mais chamam a atenção e trazem visualizações. Temas que estão sendo muito comentados também são ótimos para o alcance, porém sou um pouco teimosa com relação a isso. Evito gravar vídeos neste sentido, o que pode me atrapalhar no crescimento, mas eu prefiro me manter na qualidade do conteúdo.

¹² Ver PIERRO, Bruno de. O mundo mediado por algoritmos. *Revista Pesquisa Fapesp*. São Paulo, n° 266, abr, 2018. Disponível em: <https://revistapesquisa.fapesp.br/o-mundo-mediado-por-algoritmos/>. Acesso em: 10 maio 2022.

Renan Pereira: *Nesse tempo de atuação no universo digital, você deve ter acompanhado mais de perto a produção e disseminação das fake news. Em sua opinião, por que é difícil barrar ou desmentir uma fake news? E sobre os haters,¹³ eles te incomodam muito?*

Anelize Vergara: No caso da nossa área existem muitas notícias falsas, mas principalmente empresas com grande investimento e com grandes interesses por trás divulgando revisionismos e negacionismos. Sei que sozinha com o canal não farei o trabalho de desconstruir esses revisionismos, mas acredito que assim como outros bons projetos de historiadores que existem nas redes, podemos aos poucos ir disseminando a História como ciência séria e comprometida. Procurei fazer nos vídeos uma organização sobre alguns temas que são mais sondados por esses disseminadores de revisionismos, inclusive fiz um vídeo sobre o conceito de *fake news* e de Revisionismos e Negacionismos que gosto bastante. Creio que planto uma sementinha nesse mar de desonestos.

Já sobre os *haters*, eles não são muitos quando comparados aos comentários bacanas que recebo. Mas, tenho isso documentado e 99% dos comentários ruins vêm de homens. O meu vídeo sobre a História do Feminismo foi aquele que mais recebi *hate* até hoje, o que é sintomático para mim como criadora de conteúdo e professora. Costumo não responder estes comentários.

Renan Pereira: *Além das relações espúrias entre governos negacionistas e bilionários egocêntricos, o filme Don't Look Up (2021) mostra a aventura de um professor universitário que precisa deixar o seu ambiente reservado e circunscrito por observações de corpos celestes e cálculos astrofísicos para encarar os grandes holofotes midiáticos. Você acha que, como algumas cenas do filme sugerem, o sujeito comprometido com a ciência precisa tolerar certas imprecisões e, digamos, frivolidades da chamada modernidade líquida, para citar Bauman,¹⁴ para que a sua mensagem principal chegue ao grande público?*

¹³ Pessoas que disseminam discursos de ódio na internet por motivações ideológicas, racistas, homofóbicas, misóginas e outras mais.

¹⁴ O sociólogo Zygmunt Bauman definiu a modernidade tardia como uma sociedade marcada por relações sociais, inclusive afetivas, superficiais e fugazes. Em dissonância com a longevidade e solidez das relações do mundo tradicional, Bauman criou o termo modernidade líquida. Ver BAUMAN, Zygmunt. Modernidade líquida. Rio de Janeiro: Zahar, 2021.

Anelize Vergara: Eu entendo que a divulgação científica exige uma ‘adaptação’ para o grande público, porém entendo também que a internet é formada por grandes nichos, por diferentes plataformas e que, quando pretendemos fazer História Pública Digital devemos trabalhar em cima destes recortes, assim como uma pesquisa acadêmica. Existem canais de História no *Youtube* que focam apenas no conteúdo pré-vestibular, existem canais que tem o foco numa análise mais marxista da História, enfim, diferentes abordagens para diferentes públicos. Hoje mesmo a plataforma *TikTok* tem ganhado seu espaço e necessitamos cada vez mais de historiadores e historiadoras por lá, porém é uma plataforma de vídeos curtos e que traz seus desafios para abordagens mais complexas. Eu acredito que não podemos deixar de lado o comprometimento com a ciência, mas, também podemos nos adaptar e nos adequar às diferentes plataformas se quisermos atingir um determinado público.

Renan Pereira: *Apesar de sua já sólida carreira na História Pública Digital, você ainda atua como professora da Escola Básica. Como você enxerga hoje as possibilidades, inclusive financeiras, do historiador atuar fora dos seus espaços convencionais (pesquisa e ensino)?*

Anelize Vergara: Olha Renan, apesar do tempo em que estou com o canal, sempre gosto de frisar que eu fiz tudo ali de forma autônoma. No sentido financeiro, eu sempre investi no canal com o dinheiro que recebia da escola (CLT) e só após dois anos comecei a monetizar no *Youtube*. Faz pouco mais de um ano que tenho apoiadores na minha campanha virtual e com o dinheiro do *Youtube* consigo usar pouco do meu salário, no entanto, não é um trabalho que conseguiria me sustentar atualmente. Claro, a partir do canal e do meu engajamento eu consigo vender cursos, monitorias, oficinas, inclusive tenho muitos colegas que já fazem isso. Eu fiz uma escolha de permanecer CLT por enquanto, mas vejo que a opção de monetizar de outras formas está próxima de acontecer para mim. Por isso, creio que aqueles que querem se manter com História Pública Digital precisam de um bom plano de organização para começar, além de conhecimento sobre empreendedorismo.

Renan Pereira: *Anelize, hoje você conquistou um espaço significativo em várias redes sociais. Inicialmente, você apostou na criação de conteúdo para o público escolar e jovem. Agora, você pretende diversificar seus conteúdos e atingir outros públicos, ou o público escolar continuará sendo o seu foco?*

Anelize Vergara: Eu me vejo fazendo vídeos para o público escolar, acredito que faz parte até da minha intenção no canal, até mesmo por questões ideológicas. No entanto, vejo que os jovens professores, aqueles que estão em começo de carreira na sala de aula, são muito do meu público, por isso pretendo me organizar para atender as necessidades destes profissionais também. É um desafio para mim, pois sei que tenho pouco tempo em sala de aula e que preciso ampliar meus horizontes para além da produção de conteúdo em si. Como disse, nós temos que aprender também sobre o processo digital, do *marketing*, de vendas, enfim, um pouco de tudo. Mas, vejo também como uma opção de fazer discussões e de pensar nossa prática como professores de História.

Referências bibliográficas

BAUMAN, Zygmunt. *Modernidade líquida*. Rio de Janeiro: Zahar, 2021.

Laboratório de Pesquisa e Ensino de História – LAPEH. O Youtube como plataforma educativa no Ensino de História – Prof.^a Anelize Vergara. *YouTube*, 2 de jul. 2020. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=3otREIz_oA8. Acesso em: 23 de maio de 2022

PPGH – Universidade Federal de Uberlândia. Divulgação científica e História no Brasil – Bruno Leal (UNB e fundador do site Café História. *YouTube*, 23 de março de 2022. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=_Rs0Gg_NG-8. Acesso em: 22 de maio de 2022.

PIERRO, Bruno de. O mundo mediato por algoritmos. *Revista Pesquisa Fapesp*. São Paulo, n° 266, abr., 2018. Disponível em: <https://revistapesquisa.fapesp.br/o-mundo-mediado-por-algoritmos/>. Acesso em: 10 maio 2022.

VERGARA, Anelize. Rubem Braga: crônica e censura no Estado Novo (1938-1939). 2014. 164 f. *Dissertação* (mestrado) - Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Letras de Assis, 2014.



Os direitos de licenciamento utilizados pela Revista Histórias Públicas é a licença *Creative Commons Attribution-Non Commercial 4.0 International (CC BY-NC-SA 4.0)*

Recebido em: 10/06/2022

Aprovado em: 21/10/2022